A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR e A SUSTENTABILIDADE DO PAÍS



IX

CONGRESSO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

De 4 a 6 de outubro

UniCEUB
Centro Universitário de Brasília

Inscrições pelo *site*
www.uniceub.br

APRESENTAÇÃO

O IX Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão e o IX Encontro de Iniciação Científica do UniCEUB serão realizados nos dias 4, 5 e 6 de outubro de 2011, nos três turnos, em auditórios e espaços do campus universitário da 707/907 Norte, em Brasília. O evento é promovido pela Pró-Reitoria Acadêmica e a Diretoria Acadêmica do UniCEUB e tem como campo de reflexão o tema A qualidade da educação superior e a sustentabilidade do país.

No atual contexto brasileiro, as políticas educacionais destacam-se como contribuições determinantes na busca do desenvolvimento sustentável. É imprescindível, inclusive, que se compreenda esse processo de transformação e de mudança em contínuo aperfeiçoamento, envolvendo múltiplas dimensões na formação do ser sustentável.

Nesse sentido, o UniCEUB, ciente da sua missão educacional formativa, promove este evento, visando à reflexão com os vários setores da sociedade brasileira para a compreensão da importância da educação de qualidade como promotora do desenvolvimento do país de forma justa, democrática, com inserção no mundo global em igualdade de condições e soberania.

SUMÁRIO

PALESTRAS

A COMUNICAÇÃO COMO INFLUÊNCIA À LOGÍSTICA REVERSA E À ESCOLHA DE PRODUTOS ECOEFICIENTES 14

ENSINO SUPERIOR: REFLEXÕES SOBRE O PROFISSIONAL CONTEMPORÂNEO 15

OS LIMITES DO USO DA TI COMO RECURSO EDUCACIONAL 16

ARQUITETURA E SUSTENTABILIDADE: RISCOS DA ONDA VERDE E REFLEXÕES SOBRE A RETÓRICA AMBIENTAL NA ARQUITETURA 17

A ESCOLA PARA OS PRÓXIMOS 50 ANOS 18

A COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL EM EMPRESAS PÚBLICAS NACIONAIS 19

A VIRTUALIZAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO: CENÁRIOS E DESAFIOS 20

SUSTENTABILIDADE NA CONSTRUÇÃO CIVIL 21

REVITALIZAÇÃO DO PRESÍDIO FEMININO 22

PRODUÇÃO CIENTÍFICA NO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO 23

INOVAÇÃO E MÉTODOS DE ENSINO PARA NATIVOS DIGITAIS 24

AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL 25

GESTÃO E SUSTENTABILIDADE NO BRASIL: UMA VISÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO 26

ECOTOXICOLOGIA, VIGILÂNCIA AMBIENTAL E SAÚDE 27

BACTÉRIAS QUE DESAFIAM A MEDICINA 28

PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA COMO PRÁTICA DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS 29

MESA REDONDA

MODO DE VIDA, CORPO E SUBJETIVIDADE: DISCUTINDO A COMPLEXA RELAÇÃO ENTRE VIDA SOCIAL E SAÚDE 31

A CULTURA E A HISTÓRIA AFRO-BRASILEIRAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA 32

LINHA DE PESQUISA: PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO 33

PROJETO INTERDISCIPLINAR: ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NO CAC/UNICEUB 34

A CULTURA E A HISTÓRIA AFRO-BRASILEIRAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA 35

PROJETOS DE EXTENSÃO

GESTÃO AMBIENTAL DO UNICEUB BOTÂNICA NO *CAMPUS* 37

EDUCAÇÃO PARA A SAÚDE 39

ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS 40

ADOTE UMA ESCOLA 41

ADOTE UMA NASCENTE 42

ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NA ESCOLA 43

ANÁLISE E CRIATIVIDADE NA RESOLUÇÃO DE SITUAÇÕES PROBLEMA 45

ATENDIMENTO AMBULATORIAL DE NUTRIÇÃO 46
ATENDIMENTO DE FISIOTERAPIA AMBULATORIAL – ADESU 47
ATENDIMENTO LABORATORIAL A LARES DE IDOSOS 48
CICLO DE PALESTRAS SOBRE O CAMPO DA COMUNICAÇÃO 49
CORAL DO UNICEUB 50
DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO 51
VALE A PENA: REVITALIZAÇÃO DA PENITENCIÁRIA FEMININA DO DISTRITO FEDERAL 53
EDUCAÇÃO FÍSICA PARA A CIDADANIA 54
ENFERMAGEM EM AÇÃO - CRECHE PROMOVIDA 55
ENFERMAGEM EM AÇÃO – ESTÁGIO CAC 56
ENFERMAGEM EM AÇÃO: ESCOLA CLASSE SIA 57
ENFERMAGEM EM AÇÃO NA ESCOLA CLASSE 708 NORTE 58
ENSINO E CIDADANIA EM CRECHES 59
UNICEUB NA REDE PELA ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO 60
EXAME PARASITOLÓGICO E INTERVENÇÃO EDUCATIVA 61
FISIOTERAPIA EM SAÚDE COLETIVA 62
FISIOTERAPIA DO TRABALHO 63
GESTÃO AMBIENTAL NO UNICEUB ERRADICAÇÃO DO ÓLEO CULINÁRIO 64
INOVAÇÕES 66
LETRAMENTO LINGUÍSTICO E LITERÁRIO 67
LIONS UNIVERSITÁRIO – UNICEUB 68
MUSEUS DE GEOGRAFIA 69
NIVELAMENTO EM MATEMÁTICA - SEMIPRESENCIAL 70
NIVELAMENTO EM LÍNGUA PORTUGUESA: SEMIPRESENCIAL 71
NIVELAMENTO EM MATEMÁTICA - PRESENCIAL 72
NÚCLEO DE ESPORTES - CALOURADA ESPORTIVA 73
NÚCLEO DE ESPORTES - CLUBE DA CORRIDA 74
COPA UNICEUB DE FUTEBOL SOCIETY 75
NÚCLEO DE INTEGRAÇÃO À VIDA ACADÊMICA - NIVA 76
PROSPECÇÃO DE TICS (TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO PARA O CURSO DE ADMINISTRAÇÃO) 77
RACIOCÍNIO LÓGICO - SEMIPRESENCIAL 78
SAÚDE MENTAL: SUBJETIVAÇÃO, CIDADANIA E INTERDISCIPLINARIDADE 79
NÚCLEO DE ESTUDO DE DIREITO DO CONSUMIDOR - UNICON 81

PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – 9º PIC

ISOLAMENTO DE AMEBAS DE VIDA LIVRE EM PISCINAS PÚBLICAS DO DISTRITO FEDERAL 83
ENSAIO COMPARATIVO DE SOLOS CONTAMINADOS COM ÓLEO DIESEL E GASOLINA UTILIZANDO-SE O MÉTODO DA BIORREMEDIAÇÃO 84
MONUMENTALIDADE SILENCIOSA 85

INVESTIGAÇÃO DE COMPONENTES ANTINOCICEPTIVOS PRESENTES NAS PEÇONHAS DAS VESPAS *PSEUDOPOLYBIA VESPICEPS TESTACEA* (DUCKE, 1907) EM MODELOS DE INDUÇÃO DE DOR POR ESTIMULAÇÃO TÉRMICA 86

CIDADANIA NO IMPÉRIO DO BRASIL: UMA ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES CONTIDAS NO LIVRO DE QUALIFICAÇÃO DE ELEITORES – PARACATU, MG 87

RAZÃO E AFETIVIDADE: DIMENSÕES SUBJETIVAS, ÉTICAS E MORAIS 88

A CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL DOS BRASILEIROS EM CAMPANHAS EDUCATIVAS NA TV ABERTA: ANÁLISE SEMIÓTICA E DISCURSIVA 89

A HIPERTENSÃO ARTERIAL, PROMOÇÃO DE SAÚDE E SUA CONSTITUIÇÃO SUBJETIVA 90

AGÊNCIAS REGULADORAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A UNIVERSALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA E TELECOMUNICAÇÕES: LIÇÕES E DESAFIOS PARA A MASSIFICAÇÃO DA BANDA LARGA NO BRASIL 91

O LIRISMO EM *OS LUSÍADAS* *92*

O SIMBÓLICO NA *EPOPÉIA DE GILGAMESH* – A AMIZADE E A MORTE 93

PERFIL DO ESTUDANTE DE LICENCIATURA EM LETRAS E SUA PREPARAÇÃO PARA A DOCÊNCIA 94

EDIFÍCIOS E HABITAÇÕES SOCIAIS HUMANIZADOS PARA IDOSOS: A INFLUÊNCIA DA ARQUITETURA NO COMPORTAMENTO HUMANOE A ARQUITETURA COMO INSTRUMENTO PARA MELHOR QUALIDADE DE VIDA 95

ANÁLISE DE MICRONÚCLEOS EM CÉLULAS DA MUCOSA BUCAL APÓS EXPOSIÇÃO ABUSIVA E CRÔNICA DE INDIVÍDUOS AO ÁLCOOL 96

BRASÍLIA COMO CAPITAL DO PAÍS: HISTÓRIA, ASPECTOS JURÍDICOS E EDUCACIONAIS 97

COMPARAÇÃO ENTRE O LDL-COLESTEROL OBTIDO PELA FÓRMULA DE FRIEDEWALD E A DOSAGEM SÉRICA POR MÉTODO ENZIMÁTICO 98

A CERTIFICAÇÃO DAS EMPRESAS BRASILEIRAS LISTADAS NA BOVESPA PREOCUPADAS COM A POLÍTICA AMBIENTAL E SUA VALORAÇÃO 99

MASCULINIDADES FEMININAS: CORPO E IDENTIDADE 100

AVALIAÇÃO DA RESPOSTA SENSÓRIO- MOTORA APÓS UM PROGRAMA DE EXERCÍCIOS PROPRIOCEPTIVOS PARA MMII EM DIFERENTES GRUPOS DE INDIVÍDUOS 101

AS MÍDIAS SOCIAIS *YOUTUBE* E *TWITTER* NA ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DE 2010 NO BRASIL 102

IDENTIFICAÇÃO DE ESTIRPES DE *BACILLUS THURINGIENSIS* PRODUTORAS DE AGENTES INIBITÓRIOS DE CRESCIMENTO DE MICRORGANISMOS 103

DESAFIOS EM PESQUISA QUALITATIVA NA PSICOLOGIA: A INCOGRUÊNCIA DA EXPRESSÃO INTENCIONAL EM RELAÇÃO À PRODUÇÃO SUBJETIVA INDIVIDUAL 104

ESTUDO COMPARATIVO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO CLÍNICA DE PACIENTES SUBMETIDOS À CIRURGIA DE RECONSTRUÇÃO DO LIGAMENTO CRUZADO ANTERIOR (LCA) COM ENXERTO DO TENDÃO PATELAR IPSILATERAL E CONTRALATERAL APÓS 3 A 10 ANOS 105

COAUTORIA NOS CRIMES DE INFANTICÍDIO 106

ESTUDO ELETROMIOGRÁFICO DO PEITORAL NOS EXERCÍCIOS DE SUPINO EM INDIVÍDUOS ATIVOS E SEDENTÁRIOS 107

NEGROS ARMADOS EM NOME DA COROA PORTUGUESA: A COMPANHIA DOS HENRIQUES EM GOIÁS COLONIAL 108

A POSSIBILIDADE DE DERROGAÇÃO DE *JUS COGENS* E SEU VALOR NORMATIVO NO PLANO INTERNACIONAL 109

DIREITOS HUMANOS E SAÚDE MENTAL: AS INTER-RELAÇÕES SUBJETIVAS NO AMBIENTE ACADÊMICO E A REALIZAÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM SOFRIMENTO PSÍQUICO GRAVE 110

CARACTERIZAÇÃO BIOQUÍMICA E MOLECULAR DE ESTIRPES DE *BACILLUS THURINGIENSIS* 112

IDENTIDADE E CORPOREIDADE NO CIBERESPAÇO 113

ACUMULAÇÃO DE METAIS EM PEIXES EXPOSTOS A REJEITOS DE MINERAÇÃO 114

ANÁLISE DA FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E DIDÁTICO-METODOLÓGICA DA PRÁTICA PEDAGÓGICA DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO FUNDAMENTAL 115

INVESTIGAÇÃO DAS ATIVIDADES TERAPÊUTICAS DO ÓLEO DE COPAÍBA *(COPAIFERA RETICULATA DUCK),* EXTRAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS ATIVOS COMPARANDO COM A BIBLIOGRAFIA EXISTENTE 116

INFLUÊNCIA DO CONSUMO DO ÁCIDO LINOLÉICO CONJUGADO (CLA) NO PERFIL LIPÍDICO DE INDIVÍDUOS DO SEXO MASCULINO 117

REFERÊNCIAS DA PRÉ-HISTÓRIA DO DISTRITO FEDERAL 118

O VALOR NOTICIA NA CAPA DO CORREIO BRASILIENSE. 119

EFEITO QUALITATIVO DA TEMPERATURA DE ARMAZENAMENTO NO ERITROGRAMA E NA ELETROFORESE DE HEMOGLOBINA 120

AVALIAÇÃO DE FERRO SÉRICO EM ESCOLARES ATENDIDOS POR INSTITUIÇÃO FILANTRÓPICA 121

DESCRIÇÃO MORFOMÉTRICA COMPARATIVA DE DOIS MORFOTIPOS DE *POTAMOTRYGON HENLEI* NA BACIA DE TOCANTINS, ARAGUAIA 122

SEXUALIDADE FEMININA, MÍDIA E SUBJETIVIDADE 123

EXPRESSÃO DO FATOR DE NECROSE TUMORAL NA MALÁRIA EXPERIMENTAL 124

A FALTA DE EFETIVIDADE DA PROTEÇÃO À DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA, EM ESPECIAL NO TOCANTE AOS ASSENTAMENTOS URBANOS, PELO NÃO CUMPRIMENTO DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE 125

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DA ÁGUA SUPERFICIAL EM ÁREAS DE BOVINOCULTURA NO CERRADO 126

HAITI: DESAFIOS DA MINUSTAH APÓS TERREMOTO DE 12 DE JANEIRO DE 2010 127

AURICULOTERAPIA EM HIPERTENSÃO ARTERIAL: UMA ANÁLISE DA QUALIDADE DE VIDA, DO ESTRESSE, DA PRESSÃO ARTERIAL E DA FREQUÊNCIA CARDÍACA 128

UM BALANÇO DAS PERCEPÇÕES DOS EUA EM RELAÇÃO À POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA A VENEZUELA DE 2003 A 2010 129

A VIVÊNCIA SUBJETIVA DE PACIENTES RENAIS CRÔNICOS SUBMETIDOS AO TRATAMENTO HEMODIALÍTICO 130

OS PROCESSOS SUBJETIVOS CONFIGURADOS NA EXPERIÊNCIA DE *GAMERS* 131

ANÁLISE DOS BENEFÍCIOS DA ESTIMULAÇÃO NERVOSA TRANSCUTÂNEA (TENS) E A TÉCNICA MACKENZIE PARA REDUÇÃO DA DOR EM PACIENTES COM LOMBALGIA. 132

EM BUSCA DE UM BLOCO: OS DIVERSOS PROJETOS DE INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA 133

A AVALIAÇÃO DOS COMITÊS DE ÉTICA EM PESQUISA SOBRE A RESOLUÇÃO CNS 196/96 134

A IDEIA DE JUSTIÇA GLOBAL PELA CONSOLIDAÇÃO DE JUSTIÇAS SETORIAIS: UM ESTUDO SOBRE A EMERGÊNCIA DA JUSTIÇA TRANSNACIONAL 135

NORMAS DE GÊNERO NA ATENÇÃO À SAÚDE: DISPOSITIVOS ASSISTENCIAIS PARA TRANSEXUAIS E PESSOAS INTERSEXO 136

HABILIDADES SOCIAIS E ESTRESSE EM ESTUDANTES DE ENSINO MÉDIO: UM ESTUDO CORRELACIONAL 137

UMA VISÃO COMPLEXA ACERCA DA SUBJETIVIDADE, SAÚDE E CÂNCER DE MAMA 138

GESTÃO AMBIENTAL: PERCEPÇÃO DOS GESTORES DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR SOBRE O MEIO AMBIENTE 139

A ÁREA DE INFLUÊNCIA BR 163 DO ESTADO DO MATO GROSSO: EFETIVIDADE DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL NOS MUNICÍPIOS DE GUARANTÃ DO NORTE, PEIXOTO DE AZEVEDO, NOVO MUNDO E ALTA FLORESTA 140

AVALIAÇÃO ELETROMIOGRÁFICA DOS MÚSCULOS VASTO MEDIAL, VASTO LATERAL E RETO FEMORAL DURANTE A EXTENSÃO DO JOELHO EM CANELEIRA E RESISTÊNCIA ELÁSTICA 142

ESTUDO DOS PRINCÍPIOS ATIVOS DA ESPÉCIE VEGETAL DO CERRADO DO DF *DIPTERYX ALATA VOG.*, BARU, COM FINALIDADE MEDICINAL 143

FAMÍLIA ESCRAVA E COMPADRIO NOS REGISTROS PAROQUIAIS DE PARACATU NO SÉCULO XVIII .. 144

ESTUDO DA INTERAÇÃO ENTRE ARANHAS E PLANTAS EM UM FRAGMENTO URBANO DE CERRADO...145

CONTINUIDADES E TRANSFORMAÇÕES NOS ARGUMENTOS SOBRE ETNICIDADE EM LAUDOS PERICIAIS DE IDENTIFICAÇÃO DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS 146

PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA JÚNIOR – 3º PIC

AVALIAÇÃO DO CONSUMO MÁXIMO DE OXIGÊNIO E DA HIPOTENSÃO PÓS-EXERCÍCIO EM MULHERES NORMOTENSAS EM ESTEIRA ERGOMÉTRICA 148

GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR..... 149

A SOCIEDADE E A VIOLÊNCIA NA ESCOLA DIAGNOSE – PROPOSTA DE SOLUÇÃO – AÇÃO..... 150

O CINEMA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA PROPOSTA DE AÇÃO PEDAGÓGICA NO ENSINO MÉDIO 151

PROJETO MARISTÃO FAZ CIÊNCIA 152

ESTUDO DO IMPACTO GERADO AO MEIO AMBIENTE PELA UTILIZAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS DERIVADOS DO PETRÓLEO 153

LAZER E EDUCAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE O PROGRAMA ESCOLA ABERTA NA CIDADE DE ITAPOÃ/DF .. 154

GRUPOS DE PESQUISA

EDUCAÇÃO SUPERIOR E COMUNICAÇÃO 156

GRUPO DE PESQUISA – ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS: INFÂNCIA E JUVENTUDE 157

GRUPO DE ESTUDOS DO MERCOSUL 158

GRUPO DE PESQUISA ATIVIDADE FÍSICA, SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA 159

MODO DE VIDA, CORPO E SUBJETIVIDADE; DISCUTINDO A COMPLEXA RELAÇÃO ENTRE VIDA SOCIAL E SAÚDE 160

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM EDUCAÇÃO E SAÚDE: INTEGRANDO A UNIVERSIDADE À ESCOLA..... 161

DIREITO ECONÔMICO-EMPRESARIAL – GREDE..... 162

RESPONSABILIDADE CIVIL 163

GRUPO DE PESQUISA PADÊ: ESTUDOS EM FILOSOFIA, RAÇA, GÊNERO E DIREITOS HUMANOS 164

LEI E SOCIEDADE: NARRATIVAS DO DIREITO E DIREITO COMO NARRATIVA 165

GRUPO DE PESQUISA: DIREITOS HUMANOS E POLÍTICA CRIMINAL - REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL NO DISTRITO FEDERAL..... 166

GRUPO DE PESQUISA DIREITO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL..... 167

INTERNACIONAL ECONÔMICO EM SISTEMAS REGIONAIS DE INTEGRAÇÃO – GIDE 168
NEEUA: NÚCLEO DE ESTUDOS DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA 169
INTERNACIONALIZACAO DO DIREITO (ID) 170
GRUPO DE ESTUDO E PESQUISA EM HERMENÊUTICA E POLÍTICAS PÚBLICAS 171
GRUPO DE PESQUISA: PRÁTICA PEDAGÓGICAE FORMAÇÃO DE PROFESSORES 172
NÚCLEO DE ESTUDOS DE DIPLOMACIA RESPONSÁVEL 173
GRUPO DE PESQUISA EM TEORIA E PRÁTICA PSICANALÍTICA 174
GRUPO DE PESQUISA VISCONDE DO URUGUAI 175
GRUPO DE PESQUISA: CITOGENÉTICA APLICADA 176
GRUPO DE PESQUISA HISTÓRIA, SOCIEDADE, CIDADANIA 177
ANÁLISES AMBIENTAIS: UMA PRÁTICA ATUAL PARA MANUTENÇÃO DA SAÚDE HUMANA 178
A HABITAÇÃO SOCIAL (SUPER QUADRA SUL 400) E SUA ANÁLISE DIRECIONADA PARA O CONFORTO AMBIENTAL, A HISTÓRIA E A TECNOLOGIA DA ARQUITETURA E SUA INTERFERÊNCIA NO AMBIENTE SALUTAR 179

PROGRAMA CONSTRUINDO NOVOS SABERES

ATO JURÍDICO E ATO ADMINISTRATIVO: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DE INSTITUTOS 181
INVESTIGAÇÃO E QUESTÕES COMPORTAMENTAIS SOBRE O USO DO PRESERVATIVO MASCULINO ENTRE UNIVERSITÁRIOS 182
A COMPREENSÃO DA IDENTIDADE NA ERA DA INFORMAÇÃO 183
A SUBJETIVIDADE DO FORMANDO EM LICENCIATURA: LIMITES E POSSIBILIDADES 184
POLÍTICAS PÚBLICAS DO ESTADO PARA INFÂNCIA E JUVENTUDE 185

PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU

MULTICULTURALISMO E ETNICIDADE: OS QUILOMBOLAS E A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO 187
MOVIMENTOS SOCIAIS E A QUESTÃO DA TERRA NA CONSTITUINTE DE 1988 188
RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DA BIBLIOTECA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA 189
O ENVELHECIMENTO: UMA VISÃO PSICANALÍTICA 190
PANORAMA DOS RECURSOS HÍDRICOS NO DISTRITO FEDERAL 191
A FUNÇÃO RESSOCIALIZADORA DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE NO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO DF 192
O PAPEL DO PODER PÚBLICO NA PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE: UM ESTUDO DE CASO NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA 193
ANÁLISE DO PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DAS HIDRELÉTRICAS DO BRASIL NA ESFERA FEDERAL 194

PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
(MESTRADO E DOUTORADO EM DIREITO)

A INCORPORAÇÃO DOS TRATADOS DE DIREITOS HUMANOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO 196

O JUDICIÁRIO COMO LABORATÓRIO SOCIAL: UMA REFLEXÃO SOBRE A (IN)CERTEZA E A SEGURANÇA JURÍDICA ATUAL 197

PARTICIPAÇÃO PRIVADA NA VIABILIZAÇÃO DO USO PÚBLICO DE PARQUES NACIONAIS 198

COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL EM MATÉRIA PENAL – TRANSFERÊNCIA DE PRESOS ESTRANGEIROS 199

A PROPRIEDADE INTELECTUAL NA BIOTECNOLOGIA ANIMAL: A POSIÇÃO DO BRASIL EM RELAÇÃO AO ACORDO TRIPS 200

O ESTADO COMO AGENTE FINANCEIRO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL 201

A CONSTRUÇÃO DE REGIMES CONSTITUCIONAIS AUTÔNOMOS NO ÂMBITO DA ESFERA COMUNICATIVA INTERAMERICANA: UMA ANÁLISE À LUZ DA PERSPECTIVA NORMATIVO-VALORATIVA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NO CONTEXTO DA FRAGMENTAÇÃO DO DIREITO 202

ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO DE PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA: ANÁLISE À LUZ DO *WELFARE STATE* ... 203

A SEGURANÇA JURÍDICA INDISPENSÁVEL À CELEBRAÇÃO E À EXECUÇÃO DE CONTRATO CONCESIVO DE BENEFÍCIO FISCAL COM GARANTIA HIPOTECÁRIA FIRMADO POR EMPRESA COM O ESTADO DE MATO GROSSO E A CONSEQUENTE IMPOSSIBILIDADE DE SEU CANCELAMENTO POR ATO EXCLUSIVO DE FISCAL DO TESOURO ESTADUAL EM LAVRATURA DE AUTO DE INFRAÇÃO E SUA CONFIRMAÇÃO PELO CONSELHO DE CONTRIBUINTES ESTADUAL 204

CONTROLE JUDICIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS: DIREITOS SOCIAIS E LIMITES 205

A NORMATIZAÇÃO DA ATIVIDADE NOTARIAL 206

O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E AS QUESTÕES DE NATUREZA POLÍTICA: UM OLHAR ETNOGRÁFICO E A PROBLEMATIZAÇÃO DAS CATEGORIAS NATIVAS 207

A RELAÇÃO ENTRE SISTEMAS ELEITORAIS, SISTEMAS PARTIDÁRIOS E GOVERNABILIDADE 208

RESPONSABILIDADE CIVIL DOS RESTAURANTES DE *FAST FOOD* *209*

A JUDICIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE: RESERVA DO POSSÍVEL, MÍNIMO EXISTENCIAL E VALOR DA ABORDAGEM COLETIVA 210

AS ESTRUTURAS DE REPRESENTAÇÃO LABORAL E EMPRESARIAL E SUA INFLUÊNCIA SOBRE A FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRABALHO: UMA ANÁLISE DO PERÍODO 2006 – 2010 . 211

O REGIME JURÍDICO-CONSTITUCIONAL DAS PROVAS ILÍCITAS: UM ESTUDO CRÍTICO ACERCA DA JURISPRUPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA APLICAÇÃO DO INCISO LVI DO ARTIGO 5° DA CONSTITUIÇAO FEDERAL 212

SUPERENDIVIDAMENTO: PREVENÇÃO E TRATAMENTO DO SUPERENDIVIDADO 213

OS DIREITOS FUNDAMENTAIS E SUA VINCULAÇÃO JURÍDICO-PRESTACIONAL COM OS SERVIÇOS PÚBLICOS 214

O IMPACTO NA ARRECADAÇÃO DO ICMS NO ESTADO DE GOIÁS COM A IMPLANTAÇÃO DO SIMPLES NACIONAL E AS IMPLICAÇÕES AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS ENVOLVIDOS 215

"A LEI DA FICHA LIMPA" E A JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL 216

JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO: INSTRUMENTO JURÍDICO DE RECONSTRUÇÃO DE ESTADOS EM SOCIEDADES DE PÓS-CONFLITO 217

AGÊNCIAS REGULADORAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A UNIVERSALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA E TELECOMUNICAÇÕES: LIÇÕES E DESAFIOS PARA A MASSIFICAÇÃO DA BANDA LARGA NO BRASIL 218

INTERVENÇÃO JUDICIAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: O PROBLEMA DA LEGITIMIDADE 219

EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚLBICAS DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO 220

O PARADIGMA DA SEGURANÇA PÚBLICA APÓS A CONSTITUIÇÃO DE 1988: O DESENHO INSTITUCIONAL DAS POLÍCIAS BRASILEIRAS NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO 221

A NOVA QUESTÃO SOCIAL: UM REEXAME DO PARADIGMA DA INSERÇÃO 222

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI: CONCEPÇÃO E PRÁTICA DO SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO (SINASE) 223

CONVÊNIO PÚBLICO E ADMINISTRAÇÃO EFICIENTE E MORAL 224

A ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: A ORIENTAÇÃO JURÍDICA E A DEFESA JUDICIAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS 225

PROTEÇÃO JURÍDICA AMBIENTAL E INSTRUMENTOS ECONÔMICOS: DIREITO E MERCADO DE BIODIVERSIDADE NO COMÉRCIO TRANSNACIONAL DE ENERGIAS RENOVÁVEIS 226

UMA ANÁLISE CRÍTICA DE DOIS EXTREMOS INTERPRETATIVOS DO DIREITO 227

A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO PELA QUEBRA DO DEVER DE CONFIANÇA 228

ATIVISMO JUDICIAL E SISTEMA CARCERÁRIO: UMA ANÁLISE DA DISCRICIONARIEDADE DOS JUÍZES NO CONTROLE DE POLÍTICAS PENITENCIÁRIAS 229

O PODER NORMATIVO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS E A CRISE DO DIREITO 230

TRÁFICO DE MULHERES PARA FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL: A REALIDADE DO ESTADO DE GOIÁS 231

PRERROGATIVAS E LIMITAÇÕES AOS DIREITOS AUTORAIS NO AMBIENTE DIGITAL 232

FRAGMENTAÇÃO DO DIREITO INTERNACIONAL: A REALIDADE MULTIFACETADA DO DIREITO INTERNACIONALIZADO 233

A IMPORTÂNCIA DO FINANCIAMENTO NAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS 234

DISCRIMINAÇÃO SALARIAL POR RAÇA E GÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO PRIVADO NACIONAL: UM EXAME INTERDISCIPLINAR 235

A AUTONOMIA DA POSSE DIANTE DA PROPRIEDADE NUMA PERSPECTIVA POSITIVISTA DO ORDENAMENTO JURÍDICO CIVIL-CONSTITUCIONAL BRASILEIRO 236

COMUNITARISMO E JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL NOVAS PERSPECTIVAS PARA O CONTROLE CONCENTRADO-ABSTRATO DE CONSTITUCIONALIDADE E O ATIVISMO JUDICIAL 237

PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE NO PROCESSO E NO PLANEJAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO ESTADO DE GOIÁS 238

A DIRETIVA 2008/115/CE À LUZ DA PROTEÇÃO INTERNACIONAL DA PESSOA HUMANA 239

O *DECISION-MAKING* DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA DECISÃO DA CONSTITUCIONALIDADE DA LEI DE ANISTIA: UM ESTUDO ETNOGRÁFICO DA LINGUAGEM DA APLICAÇÃO DO DIREITO E DA JURISPRUDÊNCIA INTERNACIONAL 240

CONTROLE JURISDICIONAL DAS POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO, REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO 241

A LEI DA ENTROPIA E AS CARACTERÍSTICAS DA ELETRICIDADE COMO FUNDAMENTOS DA RELAÇÃO DO ESTADO COM A ENERGIA 242

A APLICABILIDADE DAS CONVENÇÕES INTERNACIONAIS SOBRE O DEVER E A OBRIGAÇÃO ALIMENTAR EMERGENTES DAS RELAÇÕES FAMILIARES 243

PRODUÇÃO NORMATIVA SOBRE RECUPERAÇÃO E FALÊNCIA DAS SOCIEDADES EMPRESÁRIAS NO MERCOSUL: CRÍTICA COMPARADA 244

A INTERNACIONALIZAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE: POSSIBILIDADES DE UMA REALIDADE JURÍDICA ORDENADA EM MEIO À FRAGMENTAÇÃO DO DIREITO INTERNACIONAL 245

O LICENCIAMENTO AMBIENTAL: UMA ANÁLISE DOS ASPECTOS JURÍDICOS CONTROVERSOS 246

A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E A PROTEÇÃO LEGAL DE CÓRREGOS: UM ESTUDO DE CASO EM ANÁPOLIS 247

SOCIEDADE DEMOCRÁTICA, ESTADO DE DIREITO E INADIMPLEMENTO NAS RELAÇÕES OBRIGACIONAIS NO DIREITO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO: NOVO CONCEITO À LUZ DA REFORMULAÇÃO DAS POLÍTICAS DE JUSTIÇA 248

INTERNACIONALIZAÇÃO DO DIREITO SOCIETÁRIO: LIMITES E POSSIBILIDADE DA HARMONIZAÇÃO DAS LEGISLAÇÕES NACIONAIS E DO SURGIMENTO DE NORMAS SUPRANACIONAIS SOBRE SOCIEDADES COMO RESPOSTAS ÀS EXIGÊNCIAS DE UM MERCADO GLOBAL 249

MECANISMOS INVASIVOS DE INVESTIGAÇÂO CRIMINAL NO BRASIL SOB A ÓTICA DO GARANTISMO PENAL 250

SUBTRAÇÃO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS: AS EXCEÇÕES À OBRIGAÇÃO DE RETORNO PREVISTAS NA CONVENÇÃO DA HAIA DE 1980 SOBRE OS ASPECTOS CIVIS DO SEQUESTRO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS – ANÁLISE DE POSIÇÕES JUDICIAIS SOBRE A ADAPTAÇÃO DA CRIANÇA 251

REINCIDÊNCIA CRIMINAL: A FALHA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA APLICAÇÃO DAS PENAS 252

OS PRECEDENTES DO STF E DO TSE ACERCA DAS INELEGIBILIDADES RELATIVAS, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 (ART. 14, §§ 5º, 6º E 7º), A PARTIR DE ARGUMENTOS DE PRINCÍPIO E NOS TERMOS DA INTEGRIDADE DO DIREITO 253

ASPECTOS DA EFETIVIDADE DO DIREITO À EDUCAÇÃO NO PÓS CF/88: ELEMENTOS FILOSÓFICOS E CONTEXTUAIS 254

OS LIMITES CONSTITUCIONAIS DA PROPRIEDADE INTELECTUAL E A DEFESA DA CONCORRÊNCIA: O REGISTRO DE DESENHO INDUSTRIAL DAS PEÇAS DE REPOSIÇÃO AUTOMOTIVAS E A LIMITAÇÃO À CONCORRÊNCIA 255

A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: ESTUDO DE DECISÕES JUDICIAIS À LUZ DA NOVA RETÓRICA DE CHAIM PERELMAN 256

A INCORPORAÇÃO DAS NORMAS DO MERCOSUL NO ORDENAMENTO JURÍDICO NACIONAL E A SUPRANACIONALIDADE NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL 257

JUSTIÇA RESTAURATIVA E EMERGÊNCIA DA CIDADANIA NA DICÇÃO DO DIREITO: A CONSTRUÇÃO DE NOVO PARADIGMA DE JUSTIÇA CRIMINAL INTERNACIONAL 258

OS HERMENEUTAS E OS ANALÍTICOS NA CONSTRUÇÃO DO ARGUMENTO JURÍDICO 259

ATIVISMO JUDICIAL E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: O ACESSO AO ENSINO FUNDAMENTAL COMO DIREITO AO DESENVOLVIMENTO 260

INTERAÇÕES TRANSJUDICIAIS: A COMPLEXIDADE NO MERCADO GLOBAL DOS PRECEDENTES JUDICIAIS 261

REGIONALISMO EM FACE DO MULTILATERALISMO: COMPLEMENTARIEDADE OU CONFLITO? 262

O PAPEL DA DEFENSORIA PÚBLICA BRASILEIRA PARA A GARANTIA DE ACESSO À JUSTIÇA PERANTE O SISTEMA INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS 263

O SISTEMA INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E A CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS: ESTUDO COMPARATIVO DOS MECANISMOS DE PROTEÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS E DO CONSELHO DA EUROPA 264

O TEOR PROIBICIONISTA DA POLÍTICA PÚBLICA ANTITABAGISTA: UM ESTUDO DA LEI N° 13.541/2009 DO ESTADO DE SÃO PAULO 265

O DIREITO À SAÚDE NA DOUTRINA JURÍDICA 266

PROJETOS SOCIOEDUCATIVOS
EXPOSIÇÃO DE BANNERS

OFICINAS E MINICURSOS

ALTERIDADE E AÇÕES INCLUSIVAS NO UNICEUB 269

EDUCAÇÃO E CULTURA NO BRASIL COLONIAL 270

ENSINO DE SOCIOLOGIA NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA DO EDUCANDO 271

GEOTECNOLOGIA: METODOLOGIA DE APLICAÇÃO PARA GESTÃO E PLANEJAMENTO DO ESPAÇO .. 272

OFICINA EM ASTRONOMIA E EXPOSIÇÃO DE ASTROFOTOGRAFIA 273

PRÁTICAS SOCIAIS: GÊNERO, RAÇA, SEXUALIDADE, IDADE, CLASSE 274

A REALIDADE SOCIAL E A JURISPRUDÊNCIA DO STF 275

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: OBSERVATÓRIO DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS 276

IMPORTÂNCIA DA PESQUISA NA UNIVERSIDADE PARA O ALUNO EGRESSO 277

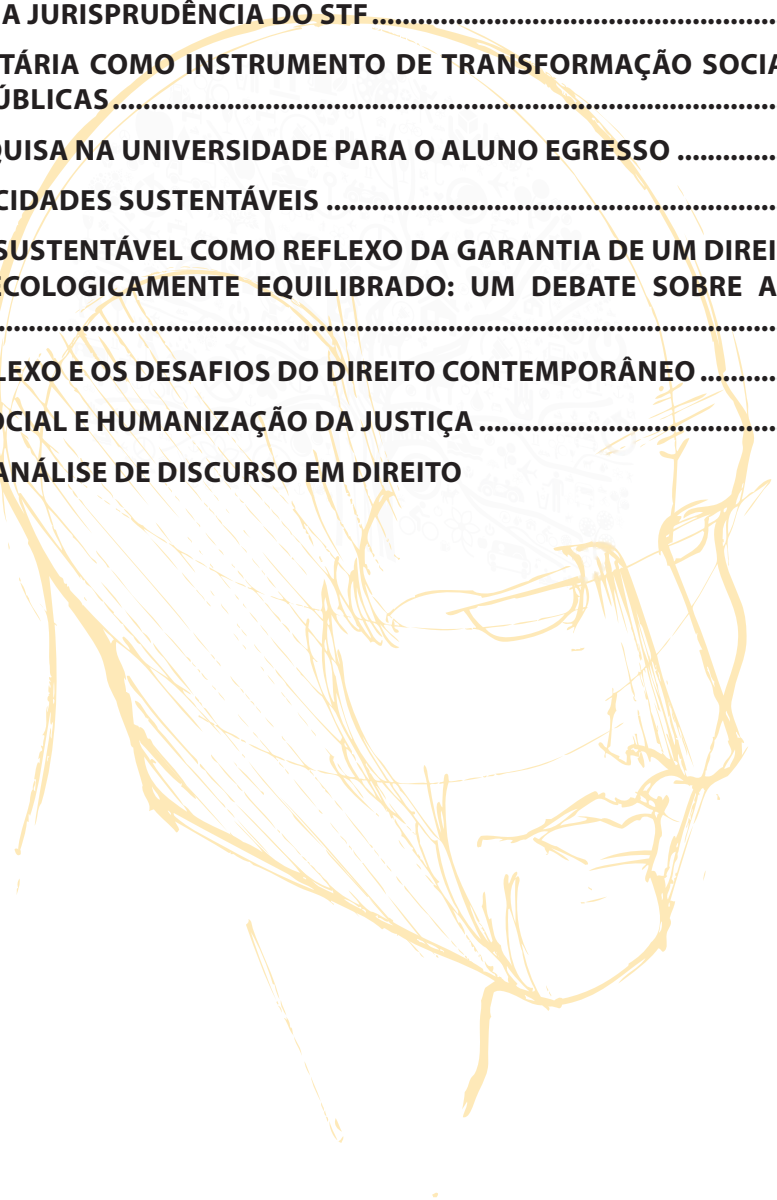
DIREITOS HUMANOS E CIDADES SUSTENTÁVEIS 278

O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COMO REFLEXO DA GARANTIA DE UM DIREITO FUNDAMENTAL AO MEIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO: UM DEBATE SOBRE A EFETIVIDADE DO PROTOCOLO DE KYOTO 279

O PENSAMENTO COMPLEXO E OS DESAFIOS DO DIREITO CONTEMPORÂNEO 280

RESPONSABILIDADE SOCIAL E HUMANIZAÇÃO DA JUSTIÇA 281

PESQUISA EMPÍRICA E ANÁLISE DE DISCURSO EM DIREITO



PALESTRAS

A COMUNICAÇÃO COMO INFLUÊNCIA À LOGÍSTICA REVERSA E À ESCOLHA DE PRODUTOS ECOEFICIENTES

Joana d'Arc Bicalho Félix
joana.bicalho@uniceub.br
João Paulo Gurgel
joaopaulogr@gmail.com
Daniel Ramos
daniel_pmkt@yahoo.com.br

O ciclo representado pela busca de matéria-prima virgem, manufatura, produção, distribuição, consumo e descarte tem sido foco de estudos no que se refere à sustentabilidade do processo. A economia sustentável tem, como base, a possibilidade de garantia de insumos de produção baseada nos recursos advindos de matéria-prima virgem. Por outro lado, o planeta Terra apresenta altíssimos índices de produção de resíduos tanto na linha de produção e consumo como no pós-venda e no pós-consumo, representados por embalagens e inservíveis. Este volume do chamado lixo pode vir a ser novamente inserido na cadeia de produção como matéria-prima por meio da reciclagem. O planejamento dos fluxos reversos desde o ponto de consumo até o local de origem pode representar menor impacto e ação sobre o meio ambiente natural, visto que subprodutos ou materiais serão novamente reaproveitados. Em 2010, foi aprovada a Política Nacional de Resíduos Sólidos com prazo para implantação e fiscalização. Mas, entre outros empecilhos, como a ausência de políticas públicas e a efetiva gestão do governo, de empresas e do terceiro setor para a destinação correta, está a falta de conscientização da população sobre o uso e a destinação dos resíduos. Hoje, já existem vários postos de coleta deste material, mas que comunicam mal suas estações de reciclagem ou pouco sensibilizam para a mudança de hábitos das comunidades vizinhas. Outra possibilidade de atuação em benefício da economia verde é a preferência por produção baseada no uso racional de recursos e na tecnologia limpa. O presente trabalho, fruto de estudos de tese de doutorado da autora e monografias dos autores, define os problemas ambientais mais relevantes como uma perspectiva de crise na qual as estratégias de *marketing* se tornam para as empresas uma solução capaz de atender expectativas de uma fatia de consumidores conscientizados e que demonstram dar preferência a marcas ecoeficientes. Assim, estuda-se a logística reversa como vantagem competitiva e como mecanismo de promoção da sustentabilidade, a qual se mostra-se como diferencial competitivo junto àqueles consumidores engajados em práticas voltadas ao desenvolvimento sustentável. Os resultados são alcançados por meio de pesquisas com responsáveis por programas, coleta e destinação e de paralelo entre o olhar do consumidor já engajado e aquele que ainda não realiza práticas voltadas à sustentabilidade global. Viabilizar políticas de logística reversa eficazes e comunicá-las é tarefa trabalhosa no que diz respeito à conscientização do papel de cada participante desse processo. Os resultados, porém, mostram que o *marketing* e a comunicação podem vir a ser importantes promotores da economia verde, trazendo a sustentabilidade dos processos para o dia a dia de empresas e consumidores.

Palavras-chave: economia verde; logística reversa; comunicação para a sustentabilidade.

ENSINO SUPERIOR: REFLEXÕES SOBRE O PROFISSIONAL CONTEMPORÂNEO

Mariângela Abrão, UniCEUB
FATECS, Administração
mariangela.abrao@uniceub.br
Carla Peixoto Borges, UniCEUB
FATECS, Administração
carla.borges@uniceub.br
Leonardo Humberto Soares, UniCEUB
FATECS, Administração
leonardo.soares@uniceub.br

O estudo propõe discutir questões, como educação, funções da universidade, formação para as demandas mercadológicas ou para a vida, competências e modelos profissionais. Este milênio iniciou-se com fortes transformações nas políticas econômicas, sociais e nas questões epistemológicas. Expressões, como *neoliberalismo*, *globalização*, *pós-modernidade*, entre outras, passaram a ser constantes nas discussões da academia. Alguns embates são claros no que tange as funções da universidade nesse contexto. As novas tendências recebem críticas, rejeições e adesões voluntárias ou induzidas. Como resultado, percebem-se consequências na educação superior: mudanças paradigmáticas, na função social da universidade, na organização curricular, na ênfase metodológica, na avaliação e na relação com a sociedade. O papel da universidade encontra-se em xeque e reduzido à formação profissional especializada em detrimento de processos amplos e complexos de responsabilidades que deveriam cuidar da preparação para a vida, da atuação profissional responsável de maneira ética, com vistas a auxiliar e propor soluções para os problemas que acometem a realidade contemporânea. Entretanto, a discussão do mercado de trabalho, no que tange a formação profissional, perdeu o sentido, uma vez que a sociedade caminha para o fim dos atuais empregos, embora campanhas publicitárias para processos seletivos de várias instituições de ensino ainda insistam em enaltecer a formação, a fim de atender ao mercado de trabalho. Assim, prevalece, na ótica neoliberal que permeia esse contexto, a demanda por perfis profissionais e modelos de formação que atendam aos apelos do novo paradigma de produção e acumulação capitalistas. Este modelo busca o profissional capaz de tomar decisões, de adaptar-se às constantes mudanças e de aperfeiçoar-se por toda a vida, em detrimento ao antigo trabalhador desqualificado pelo modelo taylorista e fordista de produção e acumulação.

Palavras-chave: educação superior; formação; atuação profissional.

OS LIMITES DO USO DA TI COMO RECURSO EDUCACIONAL

Professora doutora Angélica Calazans
FATECS, Curso de Análise de Sistemas
angelica.calazans@uniceub.br
Professora Adja Rego
FATECS, Curso de Análise de Sistemas
adja.rego@uniceub.br
Professor Msc. Roberto Avila Paldês
FATECS, Curso de Análise de Sistemas
roberto.paldes@uniceub.br

Os recursos tecnológicos oferecidos pelas instituições de ensino estão aquém das necessidades da educação inovadora, principalmente se comparados com o que está disponível no mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, os professores desconhecem como empregar, de forma mais eficiente, os recursos existentes em proveito de seus projetos pedagógicos. Muitos identificam a importância disso, mas, na prática, poucos sabem como dar as respostas adequadas. Nos últimos anos, a TI tem proporcionado a possibilidade de melhorias no processo de ensino-aprendizagem, facilitando a forma do trabalho, agregando qualidade e agilidade. Isso não quer dizer que essas facilidades sejam vistas por todos com bons olhos, pois ainda existem profissionais da educação que não aceitam as novas tecnologias como instrumento transformador da prática pedagógica. Assim sendo, o papel dos recursos de TI é amplo e pode facilitar a comunicação entre o profissional da educação e seus alunos, integrá-los e motivá-los. Nesse contexto, serão debatidos os limites para a utilização pedagógica da TI.

Palavras-chave: educação; tecnologia da informação; docência.

ARQUITETURA E SUSTENTABILIDADE: RISCOS DA ONDA VERDE E REFLEXÕES SOBRE A RETÓRICA AMBIENTAL NA ARQUITETURA

Professor doutor Fabiano Sobreira, UniCEUB
FATECS - Arquitetura e Urbanismo
fabiano.sobreira@uniceub.br
Professor doutor Leonardo Oliveira, UniCEUB
FATECS - Arquitetura e Urbanismo
leonardo.oliveira@uniceub.br

O discurso em torno de práticas *ambientais*, *verdes*, *ecológicas* ou *sustentáveis*, termo que varia conforme a linha retórica – e não necessariamente teórica – escolhida, definitivamente, já entrou no universo da arquitetura. Pelo menos, é o que se pode inferir das publicações especializadas, nacionais e internacionais, que têm dedicado mais espaço aos novos projetos verdes e ecológicos, acompanhados, quase sempre, de anúncios publicitários de materiais e tecnologias que são vendidos como os "mais sustentáveis do mercado", com direito a edições especiais sobre o tema. Pode-se atribuir uma parcela dessa "onda verde" a uma preocupação coletiva crescente com o meio ambiente, motivada e estimulada pela crise ambiental e energética, que parece nova, mas que é cíclica, ou a preocupações mais racionais e objetivas, como a economia de recursos. Mas, outra relevante parcela está relacionada ao interesse mercadológico e publicitário nos "ecoprodutos", e a arquitetura tem sido apresentada como mais uma linha de produtos na prateleira. Os empreendedores públicos ou privados e os arquitetos descobriram que o *marketing* em torno do consumo sustentável poderia ser aplicado também à arquitetura, e que os selos verdes seriam uma forma de orientar o consumidor. Como consequência, tem-se observado, na arquitetura, o início de um processo que nasceu no *marketing* de produtos em meados dos anos 80: o *greenwash*. O termo refere-se à estratégia de *marketing* utilizada por empresas, governo, profissionais com o objetivo de aumentar a venda e a visibilidade de um produto, baseada em falsa imagem ecológica ou ambiental. É uma prática questionável, portanto, que tem conduzido os arquitetos por caminhos pouco éticos, em que a propaganda ou a imagem publicitária associada ao aspecto *verde* do projeto oculta problemas intrínsecos de qualidade arquitetônica. Neste artigo, propõe-se breve reflexão sobre o impacto da retórica ambiental na prática da Arquitetura.

Palavras-chave: arquitetura; sustentabilidade; *greenwash*.

A ESCOLA PARA OS PRÓXIMOS 50 ANOS

Professor doutor Paulo Rogério Foina
FATECS, Ciências da Computação
paulo.foina@uniceub.br

O seminário proposto parte da premissa de que, apesar da dificuldade em fazer previsões a longo prazo, no caso da educação, é necessário este tipo de exercício visto que os resultados das ações hoje serão percebidos por gerações futuras. A escola que se apresenta formará os cidadãos dos próximos 20 anos. Para imaginar o futuro, é preciso entender o passado e as tendências nele registradas. A escola reflete a sociedade onde está inserida. Assim, é preciso analisar, também, as mutações imagináveis da sociedade futura. Nos últimos 100 anos, a educação deixou de ser um benefício para poucos privilegiados, para tornar-se uma obrigação constitucional e democrática. A educação antiga visava à perpetuação da classe dominante e da cultura enquanto, hoje, é uma das mais poderosas formas de ascensão social, por isso focaliza profissões e empregabilidade. A escola transmudou-se de uma abordagem puramente socrática para uma relação interativa com a mediação por computadores e sistemas em que o professor assume o papel de tutor. O aluno, antes submisso e respeitoso, passa a ser o ator do processo de ensino-aprendizado e fonte de conflitos em sala de aula. Vive-se um momento de transição socioeducacional para o qual nem os professores, nem as escolas estão preparados. A dinâmica social que gerou os jovens de hoje está distante da realidade das escolas e de suas práticas docentes e gerenciais. No futuro, haverá escolas sem salas de aula, sem disciplinas e com alto grau de interatividade. A realidade virtual e a telepresença permitirão ao aluno vivenciar os assuntos de interesse. Próteses neuronais permitirão complementar as habilidades humanas e compensarão as limitações individuais. A escola deixará de ser um local para ser integrante e permanente do dia a dia das pessoas.

Palavras-chave: cenários futuros; educação; sociedade.

A COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL EM EMPRESAS PÚBLICAS NACIONAIS

Joana d'Arc Bicalho Félix
coordenadora da pós-graduação em Gestão da Comunicação nas Organizações UniCEUB
joana.bicalho@uniceub.br
Henrique Moreira Tavares
Gilmara Pellizzaro
gilmara.pellizzaro@gmail.com
Aida Carla de Araújo
aida.araujo@gmail.com

A gestão da comunicação em empresas públicas estaduais tem passado por importantes mudanças com o propósito de ampliar o alcance de resultados da atividade. Discutem-se indicadores de sucesso e o papel do planejamento da comunicação ligado ao planejamento estratégico daquele órgão público. Missão, visão de futuro, clareza de contextos são questões que precisam fazer parte das estratégias comunicacionais. Por outro lado, a descontinuidade na gestão pública gera morosidade e ruptura de resultados sempre que há troca de governo. Refletir sobre a manutenção de um sistema de comunicação social para períodos de transição, avaliar a importância de maior engajamento do gestor de comunicação com as metas estratégicas da instituição e estudar formas de implantar a comunicação integrada organizacional torna-se imperial para a sustentabilidade de indicadores e o aumento de resultados em comunicação. Este estudo, baseado em observações de estruturas de comunicação organizacional e do formato de gestão em diferentes instituições, faz o levantamento dos principais empecilhos para o planejamento estratégico de comunicação e a compreensão da visão de servidores e prestadores de serviço à área de comunicação dos órgãos públicos por meio de questionário qualitativo e quantitativo, analisa os principais impactos da descontinuidade em gestão pública e mostra que mudanças em fluxograma, organograma e engajamento podem representar maior eficácia e agilidade nas ações, repercutindo, positivamente, nos resultados desejados da organização. O avanço das possibilidades midiáticas, do acesso do cidadão à informação e a melhor compreensão dos possíveis resultados advindos dos diferentes recursos de comunicação confirmam que qualidade em gestão da comunicação representa tendência crescente nas organizações públicas.

Palavras-chave: assessorias de comunicação; comunicação integrada; gestão da comunicação.

A VIRTUALIZAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO: CENÁRIOS E DESAFIOS

Maria Elza Miranda Ataíde
Assessora de Educação a Distância do UniCEUB
elza.ataide@gmail.com

As possibilidades de construção do conhecimento por meio de ambiente virtual têm levado muitos indivíduos a buscar formação acadêmica e aperfeiçoamento de currículo. As vantagens proporcionadas pela virtualização permitem ao aluno estudar onde e quando lhe for mais conveniente, desde que tenha um equipamento conectado à internet. A integração virtual ocorre quando há utilização adequada de tecnologias associadas a estratégias de ensino e aprendizagem atuais, atrativas e que tenham o aluno como centro do processo educativo. Nesse ambiente, a comunicação é multidirecional, com vários atores interagindo de maneira síncrona ou assíncrona. O contexto é amplo e diversificado, e cada ator tem de desempenhar bem o seu papel para alcançar o sucesso almejado. É importante que aluno, docente, instituição de ensino, legislação e governo busquem desenvolver a parte que lhes competem com vistas a atingir um objetivo comum ao cidadão que é a sustentabilidade do país. A qualificação e o comprometimento da instituição de ensino, proporcionando os meios necessários para o desenvolvimento do trabalho de uma equipe multidisciplinar, e o atendimento às necessidades do alunado e às demandas do mercado são fundamentais para o êxito dos cursos ofertados em ambiente virtual. A busca por cursos *online* tem crescido vertiginosamente e observa-se que a pós-graduação concentra o maior número de alunos cujo principal objetivo é tornar-se mais competitivos para atender as necessidades do mercado exigente e ávido por profissionais competentes e comprometidos com a educação continuada. A virtualização proporciona diversas formas e oportunidades para a construção e o aperfeiçoamento de conhecimento, com atratividade e acesso rápido às informações e aos conteúdos programáticos diversificados, vindo ao encontro das expectativas do perfil exigente, maduro e independente do alunado da pós-graduação. O Centro Universitário de Brasília prepara-se para a oferta de cursos de pós-graduação a distância com o mesmo empenho, entusiasmo e compromisso com a excelência do ensino, demonstrados nestes 45 anos de existência. Na avaliação realizada pelo Ministério da Educação, o UniCEUB recebeu a nota máxima e aguarda a publicação da Portaria de credenciamento para começar a ofertar cursos de pós-graduação a distância. O primeiro dessa modalidade será o curso de pós-graduação *lato sensu* em Direito Material e Processual do Trabalho.

Palavras-chave: virtualização da pós-graduação; pós-graduação a distância; educação continuada.

SUSTENTABILIDADE NA CONSTRUÇÃO CIVIL

Maruska Tatiana Nascimento da Silva, UniCEUB
FATECS, Engenharia Civil
maruskanacimento@gmail.com
Jairo Furtado Nogueira, UniCEUB
FATECS, Engenharia Civil
jairo.nogueira@uniceub.br
João Marcos Sousa Costa, UniCEUB
FATECS, Engenharia Civil
joao.marcos@uniceub.br
Jocinez Nogueira Lima, UniCEUB
FATECS, Engenharia Civil
jocinez.lima@uniceub.br

Até a década de 50, as obras de engenharia somente visavam ao lucro, sem ater-se aos recursos naturais, porém os órgãos ambientais e a escassez desses recursos forçaram as mudanças de atitude dos profissionais de engenharia e arquitetura. A execução de uma obra envolve atividades técnicas que devem ser aplicadas de acordo com projetos pré-estabelecidos que, por consequência, devem atender as necessidades do cliente. Nesse sentido, considerações que dizem respeito às questões ambientais devem fazer parte do projeto, tendo em vista a sustentabilidade da obra. Sendo assim, devem ser adotadas atitudes diferenciadas no canteiro de obra e na execução dos projetos, principalmente, no que diz respeito à disposição dos resíduos gerados e à utilização de novas tecnologias que minimizem os impactos negativos gerados ao meio ambiente. No Brasil, ainda existem dificuldades para a implementação da sustentabilidade no setor de construção civil, em decorrência de poucas iniciativas do poder público em incentivá-la. Por sua vez, a falta de conhecimento na utilização das novas tecnologias proporciona o aumento no custo das obras que adotam a sustentabilidade como princípio, porém o retorno positivo à sociedade torna-se o principal objetivo. Baseado nesse contexto, foi criado o projeto da Casa Eficiente pelo curso de Arquitetura e Urbanismo do UniCEUB, o qual será desenvolvido em conjunto com o curso de Engenharia Civil. O objetivo é desenvolver o reúso das águas pluviais, o tratamento do esgoto primário, o uso de energia fotovoltaica e solar térmica, entre as alternativas sustentáveis. Esta obra será executada no *campus* universitário, nas imediações do bloco 11 e servirá de campo experimental aos discentes. Serão realizadas pesquisas relacionadas às soluções sustentáveis de execução de obra além da execução de um projeto de arquitetura sustentável.

Palavras-chave: sustentabilidade; meio ambiente; recursos naturais.

REVITALIZAÇÃO DO PRESÍDIO FEMININO

Jairo Furtado Nogueira, UniCEUB
FATECS, Engenharia Civil
jairo.nogueira@uniceub.br
Jocinez Nogueira Lima, UniCEUB
FATECS, Engenharia Civil
jocinez.lima@uniceub.br
Maruska Tatiana Nascimento da Silva, UniCEUB
FATECS, Engenharia Civil
maruskanacimento@gmail.com
Michel José de Vasconcelos, UniCEUB
FATECS,Engenharia Civil
michel.vasconcelos@projetosintregrada.com.br
Yure Bessa Cesarino, UniCEUB
FATECS, Engenharia Civil
Yure.bessa@projetosintregrada.com.br
Leonardo de Oliveira Neiva, UniCEUB
FATECS, Engenharia Civil
Leonardo.neiva@projetosintregrada.com.br
Vinícius Rezende Domigues, UniCEUB
FATECS, Engenharia Civil
Vinicius.rezende@projetosintregrada.com.br
Julia Cunha Vasconcelos, UniCEUB
FATECS, Engenharia Civil
Julia.vasconcelos@projetosintregrada.com.br

O trabalho consiste no desenvolvimento de um projeto e no acompanhamento da obra para ampliação da Ala de Tratamento Psiquiátrico (ATP) e revitalização de dois blocos atualmente desativados no Presídio Feminino do Gama. Os recursos financeiros são provenientes do Fundo Penitenciário do DF. Com a reforma, serão criadas 100 vagas na penitenciária e 46 leitos na ATP, o que reduzirá a superlotação no presídio. Esta intervenção havia sido solicitada há tempos pela Promotoria de Execuções Penais do DF. O projeto permitirá a ressocialização de presos que trabalharão na construção de um bloco da ATP e a recuperação do espaço abandonado há cerca de 30 anos. A obra será executada por presidiários e acompanhada por alunos e professores universitários. Para os presidiários, os dias trabalhados contarão para a remição da pena. Aos alunos do curso de Engenharia Civil, a atividade irá proporcionar, em sua formação acadêmica, a oportunidade da prática da engenharia, a elaboração de projeto de implantação e restauração e a experiência no processo de supervisão da obra. Neste sentido, o projeto propicia, assim, o desenvolvimento do aprendizado ministrado em sala de aula, utilizando conhecimento de desenho técnico, ferramenta computacional (Autocad), estruturas, elétrica, hidráulica, incêndio e levantamento de quantitativos para o orçamento da obra, além de prestação de serviço à sociedade, fazendo uma obra de qualidade com baixo custo. Para o desenvolvimento do trabalho, inicialmente, foram feitas visitas técnicas para avaliação e levantamento das áreas e dos elementos estruturais a ser restaurados e ampliados, havendo a preocupação de desenvolver um projeto que atenda as necessidades dos funcionários e das presidiárias.

Palavras-chave: projeto arquitetônico; levantamento de campo; supervisão de obra.

PRODUÇÃO CIENTÍFICA NO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

Professora MsC. Carla Peixoto Borges
FATECS - Administração
carla.borges@uniceub.br

Esta sessão coordenada tem como objetivo apresentar pesquisas realizadas por estudantes do curso de graduação em Administração do UniCEUB, fruto de trabalho de campo de atividade acadêmica em disciplinas da grade curricular. Trata-se de pesquisas desenvolvidas individualmente ou em equipe, sob a orientação de professores. Cada estudo insere-se em uma área temática específica oferecida pelo curso de Administração. Os estudos apresentados baseiam-se em abordagens teórico-metodológicas, as quais refletem as escolhas pessoais dos alunos e a formação de seus orientadores, que privilegiam o desenvolvimento, em nível introdutório, de competências para análise, planejamento e execução de projetos de pesquisa científica em Administração, levando em conta os aspectos éticos implicados na prática da pesquisa. Para alcançar esse propósito, os professores estimulam os alunos a desenvolver trabalhos com coleta de dados em campo. Para que os trabalhos mantenham coerência interna, os professores estimulam os alunos a checar o alinhamento entre problema de pesquisa, objetivos, método, referencial teórico, resultados, discussão e conclusão. Assim, estimula-se que a pesquisa tenha, no problema, o seu ponto de partida, o qual deve ser retomado na conclusão do estudo. Nesse sentido, a apresentação dos trabalhos em sessão coordenada possibilita, além da comunicação dos resultados alcançados para a comunidade acadêmica, mais uma oportunidade para que os alunos submetam suas pesquisas à crítica, configurando-se como um passo importante para futuras publicações.

Palavras-chave: pesquisa; produção científica; administração.

INOVAÇÃO E MÉTODOS DE ENSINO PARA NATIVOS DIGITAIS

Marcelo Veras
Consultor nas áreas de Gestão de Carreiras, Marketing e Vendas

Inúmeros são os desafios para todo o processo educativo, especialmente o de ser professor no século XXI. O acúmulo de informação, a velocidade da tecnologia, a evolução constante da prática pedagógica e as profundas transformações ocorridas no perfil do principal sujeito de todo processo, o aluno, trazem questões para as quais não há resposta fácil. Mas, uma coisa é certa, o nosso tempo, caracterizado por mudanças constantes e velozes, impõe novas demandas ao professor e estimula-o a repensar, continuamente, seu papel e sua prática. O professor do século XXI tem incorporada toda a produção intelectual dos séculos passados e o desafio de refutar as visões simplistas que opõem as múltiplas linguagens à realidade do aprendizado acadêmico, lançando mão de métodos adequados e adaptados à realidade contemporânea e sua absorção imediata pelos humores do mercado. Neste sentido, também se faz necessário estender e reinventar a prática educativa, compreendendo o cruzamento e a aproximação de três vetores: tempo, espaço e velocidade. A proposta é ressignificar a prática, dialogar com o novo, abrir-se às novas tecnologias e linguagens de modo a manter-se plural, sem perder as raízes, os valores e a qualidade aprofundada das experiências que a vivência em sala de aula promove.

Palavras-chave: nativos digitais; educação; inovação.

AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

João Alberto de Arruda
FATECS, Curso de Ciências Contábeis
joao.arruda@uniceub.br

A educação nacional como dever da família e do Estado consiste em um dos mais significativos pilares da democracia da nação brasileira, e a sua vinculação ao trabalho e às praticas sociais também se configura como instrumento de cidadania plena. Entende-se que os acadêmicos dos cursos de graduação, especialmente, os de Ciências Contábeis da FATECS/UniCEUB, como integrantes da comunidade universitária, devem conhecer os sistemas de avaliação utilizados pelo MEC/SESU/INEP como forma de garantir a qualidade da formação dos egressos em instituições de ensino pública ou privada. O objetivo da palestra consiste na apresentação dos relevantes instrumentos de avaliação formal da educação superior, implementados pelo MEC, e no estímulo aos acadêmicos ao conhecimento e à discussão. A palestra desenvolverá abordagem de princípios, conceitos, parâmetros e critérios utilizados nos diferentes instrumentos de avaliação, especialmente os de autorização e reconhecimento de cursos de graduação bacharelado, licenciatura, presencial e à distância e destacará as finalidades da educação superior, os níveis, as modalidades de educação e ensino, a legalidade das instituições de ensino e dos cursos.

Palavras-chave: educação superior; autorização de cursos; reconhecimento de cursos.

GESTÃO E SUSTENTABILIDADE NO BRASIL: UMA VISÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO

Luiz Carlos Bhering Nasser, UniCEUB-ICPD
Coordenador do curso de pós-graduação em Análise Ambiental e Desenvolvimento Sustentável.
luiz.nasser@uniceub.br
Marcelo Gagliardi, UniCEUB-ICPD
Coordenador dos cursos de pós-graduação em Gestão Empresarial, Pessoas e Gestão Estratégica.
marcelo.gagliardi@uniceub.br
Joana d'Arc Bicalho Félix, UniCEUB-ICPD
Coordenadora do curso de pós-graduação em Gestão da Comunicação nas Organizações
joana.bicalho@uniceub.br
Ana Carolina Miranda Lamy, UniCEUB-ICPD
Professora do curso de pós-graduação em Análise Ambiental e Desenvolvimento Sustentável
analamy.ceub@gmail.com

Um dos grandes desafios das corporações é inserir a sustentabilidade em suas áreas de negócio e de suporte, com vistas a alcançar o equilíbrio entre gestão econômica, social e ambiental. Na mesma direção, vê-se, no mundo atual, a emergente necessidade de detectar e evidenciar novas possibilidades por meio da economia verde, aliando o crescimento dos diversos setores à tecnologia, aos processos, aos procedimentos ecoeficientes, ao bem-estar social e à promoção da saúde dos sistemas. Trata-se de nova forma de fazer negócio. Compatibilizar crescimento com preservação tem sido, assim, permanente inquietação dos gestores nas organizações. O Brasil é o terceiro colocado no *ranking* mundial de empresas que publicam relatórios de sustentabilidade corporativa, baseados na reconhecida metodologia internacional do *Global Reporting Initiative – GRI*. Isso demonstra o constante desafio dessas empresas em perceber a sustentabilidade em ampla dimensão que inclui cuidados ambientais em toda a cadeia de produção e consumo, respeito às partes envolvidas no contexto social e resultados econômicos e operacionais que viabilizem a sustentação dos negócios. Esses aspectos são baseados em crescimento sustentado em tecnologia inovadora e em gestão competitiva. Mas, o caminho a ser percorrido apresenta obstáculos. A dificuldade da maioria das empresas do Brasil e do mundo é a aplicação dos indicadores internacionais de sustentabilidade que utilizam meios cooperativos para atingir um ambiente sustentável nos negócios. Nesse campo, torna-se imprescindível solidificar o importante papel dos cursos de pós-graduação, ao formar gestores e especialistas na educação superior. A necessária ampliação de conhecimento exige lançar mão a constantes pesquisas e estudos de caso que venham a ser vetores de novas estratégias, recursos e práticas de gestão. Percebe-se de maneira enfática que traduzir conhecimento em práticas sustentáveis representa firme demanda a ser alcançada pelo diálogo entre a universidade e o mundo dos negócios.

Palavras-chave: sustentabilidade; economia verde; desenvolvimento econômico.

ECOTOXICOLOGIA, VIGILÂNCIA AMBIENTAL E SAÚDE

Eduardo Cyrino de Oliveira Filho, UniCEUB
Embrapa Cerrados

A ecotoxicologia é a ciência responsável pelo estudo dos efeitos adversos das substâncias químicas sobre os ecossistemas e seus componentes e, em princípio, não tem envolvimento direto com efeitos sobre a saúde humana. Todavia, questiona-se o que a mortalidade de espécies aquáticas poderia indicar que não fosse relacionada à baixa qualidade da água. Nesse contexto, a qualidade da água para manutenção da vida aquática foi um parâmetro recentemente inserido na legislação brasileira, conforme a Resolução CONAMA nº 357, de 17 de março de 2005. Tal inserção tem como objetivo principal monitorar a presença de pequenas quantidades de substâncias na água, por meio da observação de efeitos adversos sobre espécies teste. Deve-se ressaltar que as análises químicas, por seus limites de detecção, podem não ser capazes de detectar minúsculas quantidades de substâncias potencialmente indutoras de um efeito tóxico crônico, por isso os dados ecotoxicológicos tornam-se de grande relevância para avaliação da qualidade da água. Vários exemplos da relação entre ecotoxicologia e saúde vêm das pesquisas e dos achados científicos sobre os desreguladores endócrinos, substâncias presentes no ambiente que podem causar danos a espécies silvestres e à espécie humana. Nesse contexto, a ecotoxicologia pode auxiliar por meio de testes de laboratório, de campo ou por monitoramento em tempo real, técnica já utilizada na Europa. Segundo Rachel Carson, nosso destino está conectado aos animais, assim, precisamos prestar mais atenção aos efeitos antrópicos causados a outras espécies, pois são exemplos e sinais de alerta para o ser humano. Informações dessa especificidade podem fornecer bases significativas para a tomada de decisões em várias esferas da vigilância em saúde ambiental, gerando dados preditivos sobre possíveis efeitos adversos à saúde do ambiente e dos indivíduos que o habitam.

Palavras-chave: contaminação; meio ambiente; saúde.

BACTÉRIAS QUE DESAFIAM A MEDICINA

Fabíola Fernandes dos Santos Castro, UniCEUB
FACES - Curso de Biomedicina
fabiolafcastro@gmail.com

O surgimento de bactérias resistentes pode ser observado desde a introdução, na prática clínica, dos primeiros agentes antimicrobianos. No entanto, a rápida disseminação destes patógenos multirresistentes pode representar séria ameaça, considerando-se fatores, como as altas taxas de mortalidade, a restrição de tratamentos e a alta prevalência de bactérias resistentes a agentes antimicrobianos no ambiente hospitalar. O primeiro antibiótico, a penicilina, foi descoberto por Alexander Fleming em 1929, em um hospital londrino. Anos mais tarde, durante a Segunda Guerra Mundial, a penicilina foi amplamente utilizada contra estafilococos e estreptococos, grandes causadores de infecções. Inicialmente, o fenômeno da resistência bacteriana não parecia ser um problema tão grande e foi temporariamente resolvido com a introdução de novos agentes antibacterianos, tais como, os aminoglicosídeos, os macrolídeos, os glicopeptídeos, e as alterações estruturais nos compostos já existentes que refletiam em alteração de sua atividade e espectro antimicrobiano. Hoje, conhecem-se microrganismos multirresistentes, não sensíveis a quaisquer dos antibióticos disponíveis, levando, rapidamente, à morte pacientes hospitalizados. Esses casos são frequentes inclusive no Brasil. Segundo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, microrganismos multirresistentes são resistentes a diferentes classes de antimicrobianos testados em exames microbiológicos, e microrganismos pan-resistentes têm resistência comprovada *in vitro* a todos os antimicrobianos testados em exame microbiológico. São considerados pela comunidade científica internacional como patógenos multirresistentes causadores de infecções e colonizações relacionadas à assistência em saúde; são eles: *Enterococcus spp* resistentes aos glicopeptídeos, *Staphylococcus spp* resistentes ou com sensibilidade intermediária a vancomicina, *Pseudomonas aeruginosa*, *Acinetobacter baumannii* e enterobactérias resistentes a carbapenêmicos (ertapenem, meropenem ou imipenem). A associação dos microrganismos multirresistentes à infecção hospitalar é motivo de grandes preocupações para o futuro próximo se medidas urgentes não forem tomadas. O uso inadequado dos recursos diagnósticos e terapêuticos proporciona aumento significativo do risco de infecção. Diante desta situação, a infecção hospitalar tem sido apontada como um dos mais importantes riscos aos pacientes, pois influencia, drasticamente, o período de hospitalização e os índices de morbimortalidade, repercutindo, de maneira significativa, nos custos, considerando-se o prolongamento da internação, o consumo de antibióticos, os gastos com isolamento e exames laboratoriais.

Palavras-chave: bactérias multirresistentes; betalactamases; agentes antimicrobianos; infecção hospitalar.

PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA COMO PRÁTICA DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS

Drª Dirce Mendes da Fonseca
Assessoria de pós-Graduação e Pesquisa do UniCEUB
assessoria.pos@uniceub.br

O Programa de Iniciação Científica é centrado na iniciação de novos talentos à pesquisa em todas as áreas do conhecimento. Tem como objetivo despertar a vocação científica e incentivar a formação de alunos pesquisadores, entendida como um processo integrado à vida acadêmica. Assim, apoia a pesquisa na graduação, privilegiando a participação de alunos com alto desempenho acadêmico e que apresentem projetos com qualidade, mérito científico e orientação adequada do professor. Nesta perspectiva, a iniciação científica tem caráter formativo e visa introduzir o aluno no contexto da pesquisa científica, estimular o orientador a formar equipes e propiciar à instituição um instrumento de elaboração de política de pesquisa. Além disso, cria oportunidades ao aluno de desenvolver atividade sistemática, participando de todas as fases. Desse modo, pesquisa e ensino constituem processos interligados e interativos, o que pressupõe compromisso do professor com a formação do aluno, com vistas ao desenvolvimento da consciência crítica, da visão multidisciplinar, da inter-relação entre diferentes áreas do conhecimento e da autonomia intelectual. A pesquisa, neste contexto, está inserida em dupla perspectiva: a educação, entendida como prática social e histórica; a práxis transformadora e crítica, que reforça a formação de novos pesquisadores com base num processo interativo de aprendizagem, ações e reflexões interligadas. Tais reflexões propiciam, necessariamente, a articulação de teoria e prática e a compreensão da pesquisa como atividade critica e criativa de produção de novos conhecimentos. Desse processo, deve resultar o fazer coletivo. Assim, o professor, orientador e pesquisador, exerce duplamente a ação educativa: a de ensinar e a de pesquisar.

Palavras-chave: pesquisa; iniciação científica; fortalecimento institucional.

MESA REDONDA

MODO DE VIDA, CORPO E SUBJETIVIDADE: DISCUTINDO A COMPLEXA RELAÇÃO ENTRE VIDA SOCIAL E SAÚDE

Fernando González Rey
José Bizerril
Magali Costa
Sergio Henrique Alves
Tatiana Lionço
Valeria Mori

O presente simpósio discutirá o tema da saúde sob a perspectiva complexa e interdisciplinar, por meio do debate sobre as formas pelas quais a vida das pessoas e seus processos de relação se configuram subjetivamente como fonte de emoção e de processos simbólicos que implicam os diferentes espaços de vida social, articulando práticas corporais, relações de gênero e diversos modos de organização e desenvolvimento do trabalho, em processo recursivo que se expressa em aspectos subjetivos diferenciados que comprometem, de múltiplas formas, a saúde humana. Serão verificadas as configurações subjetivas singulares e as diferentes emoções associadas à gênese e ao desenvolvimento de doenças crônicas em discussão em que psique, cultura, sociedade e corpo são vistas como fenômenos interdependentes e indissociáveis. A saúde será apresentada mediante reflexão que se afasta da descrição estagnada e individualizada de doença para adentrar-se nos múltiplos processos que, de maneira simultânea e singular, convergem em práticas que favorecem o adoecimento e que são naturalizadas no modo de vida da sociedade atual.

Palavras-chave: corpo; subjetividade; doenças crônicas; emoções.

A CULTURA E A HISTÓRIA AFRO-BRASILEIRAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Cristiane Portela, UniCEUB
FACES - História
cristiane.portela@uniceub.br
Gilvaci Pinho, UniCEUB
FACES – Pedagogia
gilvaci.pinho@uniceub.br
Joelma Silva, UniCEUB
FACES - História
joelma.silva@uniceub.br
Salatiel Gomes, UniCEUB
FACES – História
salatiel.gomes@uniceub.br
Vânia Silva, UniCEUB
FACES – Letras
vania.silva@uniceb.br

A proposta da mesa-redonda *A cultura e a história afro-brasileiras na educação básica* visa à discussão sobre o papel das instituições de ensino superior, ao implementar disciplinas e projetos que atendam as determinações das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, as quais norteiam o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena na educação básica. Desse modo, o cerne de debate desse tema está vinculado à formação dos futuros professores, licenciados nos cursos do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, a fim de atender as exigências das leis supracitadas e do Conselho Nacional de Educação, explicitadas por meio do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, que orienta a necessidade de mudança curricular no sentido de atender às políticas educacionais propostas pelo Ministério da Educação – MEC quanto à temática. Com isso, os participantes propuseram a implementação da disciplina Tópicos Especiais em Educação no novo currículo dos cursos de licenciatura do Centro Universitário de Brasília, com o objetivo de formar profissionais da educação sensíveis à temática de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, atendendo as necessidades da educação básica e superior diante do contexto do Brasil, visto como um país multicultural. Sendo assim, a disciplina trata da representação da(s) identidade(s) nacional(is) e da possibilidade do corpo discente em elaborar um projeto de intervenção com vistas à reflexão e à prática de ações didáticas eficientes quanto ao ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena.

Palavras-chave: Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08; história e cultura afro-brasileira, africana e indígena; currículo.

LINHA DE PESQUISA: PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO

Ana Flávia do A. Madureira
ana.madureira@uniceub.br
Carlos Augusto de Medeiros
guto_homer@hotmail.com;
Elizabeth Tunes
elizabeth.tunes@uniceub.br
Zoia Prestes
Faculdade de Ciências da Educação e da Saúde – Psicologia - UniCEUB
zoia.prestes@uniceub.br

Nesta mesa-redonda, serão apresentados três projetos de pesquisa que tratam da relação entre Psicologia e Educação. O primeiro é de autoria de Elizabeth Tunes, Zoia Prestes, Patrícia Lima Martins Pederiva, Carla F. H. Terci e Dianne Prestes Reis e intitula-se *A atividade musical no contexto educativo: o desenvolvimento da reação estética na criança.* Considerando que as atividades artísticas são fonte de desenvolvimento psicológico humano e tendo por base a psicologia histórico-cultural, seu objetivo é estudar a emergência e o desenvolvimento da reação estética na criança. O segundo projeto, *Identidades sociais, diversidade e preconceito*, de Ana Flávia do Amaral Madureira, trata de concepções, crenças e valores a respeito de questões relativas à diversidade e à inclusão por parte de diferentes atores sociais inseridos em contextos educativos não formais, a família, e em formais, como as instituições de ensino. Situa-se nas fronteiras entre a psicologia do desenvolvimento humano, a psicologia social e a psicologia escolar e, tendo por base a psicologia sociocultural, examina: os processos identitários envolvidos na construção das identidades sociais, como as de gênero, as sexuais, as de classe social, as étnicas; as bases sociais e psicológicas do preconceito, como o sexismo, a homofobia, o elitismo, o racismo. Finalmente, o terceiro projeto, *Regras, reforçadores generalizados e educação: o controle social do comportamento,* é de autoria de Carlos Augusto de Medeiros. Trata-se de um trabalho teórico a respeito de como as formas de educação envolvem a descrição da maneira "apropriada" de comportar-se. Considera-se que certos comportamentos conformistas são reforçados com admiração, afiliação, poder e respeito, ao mesmo tempo em que comportamentos, que não se adaptam a certos padrões grupais, são punidos com crítica, reprovação, ostracismo e humilhação. Tais formas de controle limitam a sensação de liberdade e prejudicam o autoconhecimento, na medida em que os indivíduos não descobrem o que realmente querem fazer ou o que lhes dá prazer, já que vivem para satisfazer as demandas grupais.

Palavras-chave: educação; desenvolvimento; sociedade; identidade; comportamento.

PROJETO INTERDISCIPLINAR: ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NO CAC/UNICEUB

Professora orientadora: Ciomara Schneider
Faculdade de Ciências da Educação e da Saúde – FACES
Curso de Psicologia e Fisioterapia
ciomara23@hotmail.com
wanelisampaio@gmail.com;

O presente trabalho tem por finalidade contemplar o projeto realizado nas áreas de Psicologia do Desenvolvimento, Estimulação Precoce e Fisioterapia, desenvolvido com crianças na faixa etária entre um e seis anos, com necessidades especiais oriundas de intercorrências no período pré, peri ou pós-natal ou a partir da detecção de síndrome genética e de outras desordens. A estimulação precoce surgiu como especialidade clínica há, aproximadamente, trinta anos, atuando sobre aspectos cognitivos, motores e afetivos na fase inicial do desenvolvimento da criança. O trabalho lúdico traz o estímulo, entendido como algo que incita e desperta o desejo, para que a criança possa constituir-se como sujeito, tomando como base aspectos motores, cognitivos, afetivos e sociais, partindo do pressuposto do desenvolvimento integral e completo do bebê. Durante os atendimentos, foram utilizados os seguintes recursos: bolas, piscina de bolinhas, chocalho, pandeiro, chapéu, andador, brinquedos musicais, bonecas, carrinhos, fantoches, jogos de encaixe e de empilhar, músicas infantis, desenhos coloridos, papel, giz de cera, fita crepe, colchonetes e almofadas. Uma vez que se consideram as crianças como construtoras de conhecimento pela interação direta com os objetos ao seu dispor, quando ocorre o surgimento de dificuldade ou deficiência, estabelece-se uma limitação, uma desvantagem no processo de interação. Porém, por meio de um trabalho interdisciplinar, em parceria com a Fisioterapia, possibilitou-se o desenvolvimento das habilidades fundamentais do bebê, como as psicomotoras, minimizando o atraso e as sequelas que poderiam surgir. O atendimento interdisciplinar permitiu estabelecer um olhar e uma escuta clínica mais apurada na detecção dos primeiros sinais que despertam alerta quanto a possíveis danos no desenvolvimento do bebê e, além disso, possibilitou a criação de condições favoráveis à constituição do sujeito antes do estabelecimento de um quadro patológico, cuja intervenção posterior seria mais limitada após a estabilização do desenvolvimento neurológico da criança. Ou seja, com o bebê no primeiro ano de vida, sendo trabalhado desde os primeiros meses, podemos contar com maior plasticidade. Após este período de tempo, isso se torna mais limitado, portanto com ganhos menores para o desenvolvimento pleno do bebê. Outro aspecto a ser destacado é a reunião de equipe supervisionada, que ocorre periodicamente, entre os estagiários da Psicologia e da Fisioterapia, e a discussão de temas relevantes para o embasamento da prática clínica. Os cuidadores são assistidos por um estagiário da Psicologia por meio de grupo específico, com objetivo de oferecer um espaço de escuta e troca entre as famílias. A interação entre organismo e meio ambiente é inegável, e os ganhos observados com o trabalho corroboram a eficácia disso.

Palavras-chave: estimulação precoce; desenvolvimento; interdisciplinaridade.

A CULTURA E A HISTÓRIA AFRO-BRASILEIRAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Cristiane Portela, UniCEUB
FACES - História
cristiane.portela@uniceub.br
Gilvaci Pinho, UniCEUB
FACES – Pedagogia
gilvaci.pinho@uniceub.br
Joelma Silva, UniCEUB
FACES - História
joelma.silva@uniceub.br
Salatiel Gomes, UniCEUB
FACES – História
salatiel.gomes@uniceub.br
Vânia Silva, UniCEUB
FACES – Letras
vania.silva@uniceb.br

A proposta da mesa-redonda *A cultura e a história afro-brasileiras na educação básica* visa à discussão sobre o papel das instituições de ensino superior, ao implementar disciplinas e projetos que atendam as determinações das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, as quais norteiam o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena na educação básica. Desse modo, o cerne de debate desse tema está vinculado à formação dos futuros professores, licenciados nos cursos do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, a fim de atender as exigências das leis supracitadas e do Conselho Nacional de Educação, explicitadas por meio do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, que orienta a necessidade de mudança curricular no sentido de atender às políticas educacionais propostas pelo Ministério da Educação – MEC quanto à temática. Com isso, os participantes propuseram a implementação da disciplina Tópicos Especiais em Educação no novo currículo dos cursos de licenciatura do Centro Universitário de Brasília, com o objetivo de formar profissionais da educação sensíveis à temática de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, atendendo as necessidades da educação básica e superior diante do contexto do Brasil, visto como um país multicultural. Sendo assim, a disciplina trata da representação da(s) identidade(s) nacional(is) e da possibilidade do corpo discente em elaborar um projeto de intervenção com vistas à reflexão e à prática de ações didáticas eficientes quanto ao ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena.

Palavras-chave: Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08; história e cultura afro-brasileira, africana e indígena; currículo.

PROJETOS DE EXTENSÃO

GESTÃO AMBIENTAL DO UNICEUB BOTÂNICA NO *CAMPUS*

Coordenador: Cláudio Henrique Cerri e Silva
Cláudio.silva@uniceub.br
Alunos voluntários
Andrielle Cristine Medeiros de Souza
Gabriel Campanati Vicentini
Lucilene Lorenço Gomes de Morais
Juliana Benez Ferreira
Renata Uchoa Alvez
Bruno Araújo Oliveira
Autores:
Andrea Marilza LIBANO[1]
Norma CHEMIN[1]
Andrielle Cristine Medeiros de SOUZA[2]
Bruno OLIVEIRA[2]
Gabriel Vicentini CAMPANATI[2]
Juliana BENEZ[2]
Lucilene Lorenço Gomes de MORAIS[2]
Renata UCHOA[2]

A arborização dos espaços urbanos, além de proporcionar beleza estética de áreas externas, tem o potencial de sombreamento, melhora microclimática e diminuição da poluição sonora, o que reflete em conforto aos usuários das edificações e dos espaços urbanos e contribui para a melhoria das condições ambientais. Além disso, mesmo pequenos espaços arborizados podem apresentar diversidade biológica e fornecer abrigo e alimento para a fauna que vive ou transita em área urbana e que tem sido expulsa das cidades por falta de recursos para sua sobrevivência. Em instituições educacionais, tanto a vegetação utilizada no paisagismo quanto a fauna associada podem servir para fins educativos como fonte de informação e reconhecimento da importância ecológica e econômica das espécies presentes, enriquecendo, assim, programas de educação ambiental para diversos públicos. Desse modo, a identificação das espécies vegetais presentes no *campus* do UniCEUB e a divulgação de informações contribuem com a educação continuada da comunidade, destacando a importância da flora em espaços urbanos e a valoração do patrimônio biológico presente na instituição. O objetivo do trabalho foi identificar e georreferenciar as espécies arbóreas do *campus* do Centro Universitário do Brasília – UniCEUB, além de organizar informações sobre elas, com vistas à elaboração de proposta de conteúdo para instrumentos de divulgação. A fim de registrar, oficialmente, o patrimônio biológico do *campus,* o material botânico coletado foi depositado no herbário da EMBRAPA Recursos Genéticos – CENARGEN. Foram feitas saídas de campo para marcação dos indivíduos com equipamento de georreferenciamento, registro fotográfico, coleta de material botânico e preenchimento de ficha de características morfológicas. Foram catalogados os indivíduos com ramos de até quatro metros de altura, passíveis de coleta com podão alto (quatro metros), disponíveis na instituição. Até o momento, foram marcados 55 indivíduos, sendo que 40 foram identificados pela espécie. Foram registradas 21 espécies distribuídas em 14 famílias. As arbóreas do *campus* são, na maioria, exóticas, e duas apresentam *status* de invasoras, *Tecoma stans* (ipê de jardim) e *Mangifera indica* (mangueira). Para nove espécies presentes em áreas de maior trânsito, foram levantadas informações botânicas e ecológico-econômicas que comporão o instrumento de divulgação visual. Os dados apresentados foram: nome popular e científico; família botânica; região de origem da espécie; classificação quanto a risco

1. Docentes- Ciências Biológicas – FACES/ UniCEUB.
2. Graduandos em Ciências Biológicas - FACES/ UniCEUB.

biológico; período de floração e frutificação; interações com animais polinizadores e dispersores e tipo de uso econômico-ecológico. Das nove espécies selecionadas, seis têm *status* de exótica, sendo uma de invasora; três espécies são nativas do Brasil, sendo *Cariocar brasiliensis* (pequi), a única representante do Cerrado. Todas elas apresentam algum tipo de uso econômico, ornamental ou como recurso para fauna. As informações levantadas foram disponibilizadas à Comissão de Gestão Ambiental do UniCEUB, comporão o banco de dados do patrimônio biológico do *campus* e serão adequadas ao interesse da instituição, ajustando material e modelo dos instrumentos de divulgação para posterior desenvolvimento e produção do *layout* final. A divulgação de informações sobre as espécies é importante para a conscientização ambiental da comunidade, estimulando entendimento da interação com a fauna nativa, do uso das espécies e da área de ocorrência. Os dados também instrumentalizam e direcionam a tomada de decisão que favoreça a presença da fauna, melhore as áreas comuns no *campus* e minimize problemas de limpeza e poda, valorizando o uso destes espaços e norteando o planejamento e o manejo das áreas já plantadas ou a ser implementadas. Os espaços verdes das áreas urbanas, ainda que não sejam criados para fins educativos, são importantes para o reconhecimento e a valorização das interações ecológicas e do homem com meio. O apoio ao desenvolvimento desse trabalho demonstra a preocupação da instituição com a qualidade ambiental, a valorização do patrimônio biológico do *campus*, a educação e a formação da comunidade e dos usuários do UniCEUB.

Palavras-chave: placas informativas, arborização urbana, valoração ambiental.

EDUCAÇÃO PARA A SAÚDE

Marília de Queiroz Dias Jácome
Psicologia, FACES, UniCEUB
marilia.jacome@uniceub.br
Magda Verçosa de Carvalho Branco
Psicologia, FACES, UniCEUB
magda.vercosa@uniceub.br

O projeto de extensão do curso de Psicologia, da Faculdade de Ciências da Educação e da Saúde – FACES, do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, intitulado *Educação para a saúde*, ao longo dos anos de existência, sofreu transformações das ações desenvolvidas. Inicialmente, o projeto trabalhou com o desenvolvimento sexual de adolescentes, posteriormente, estudaram-se dois grupos diferentes, mulheres em fase de climatério e jovens entre 12 e 18 anos. Neste semestre, participaram 18 alunos dos cursos de Psicologia, Biomedicina e Educação Física, preparados por meio de estudo teórico, elaboração e implementação de oficinas realizadas com 23 jovens, com as idades entre 12 e 17 anos, abrigados em uma entidade da cidade de Taguatinga - DF. O objetivo foi estimular a promoção de bem-estar biopsicossocial por meio de temas relativos ao desenvolvimento da adolescência. As oficinas foram elaboradas com base na solicitação dos jovens e na formação acadêmica dos alunos envolvidos neste estudo. A metodologia permitiu usufruir a estrutura dos Laboratórios de Educação e Saúde – LABOCIEN, como os Laboratórios de Técnicas Dietéticas, o Laboratório de Habilidades Psicológicas, o Laboratório Multidisciplinar, além do auditório. Nesses espaços, desenvolveram-se ações sobre alimentação saudável, relações sociais e afetivas, preconceito e discriminação, respeito ao outro, trabalho em equipe. Os resultados foram apresentados por meio de cartazes, com frases de agradecimento e de solicitação de continuidade. Na implementação das oficinas, observou-se a cooperação dos adolescentes maiores que se dispunham a auxiliar as atividades dos menores e o entrosamento entre os facilitadores. Destaca-se, também, a contribuição de ex-moradores do abrigo e de ex-alunos participantes do projeto, hoje profissionais que retornaram como voluntários da ação. Os facilitadores inter-relacionaram o projeto com diferentes realidades sociais, conviveram com diferentes formações acadêmicas, desenvolveram mecanismos de resolução de problemas e de atos de cooperação, o que contribuiu para a formação profissional e pessoal. Na análise dos dados, percebeu-se a elaboração espontânea por parte dos facilitadores a doação de um portfólio para os adolescentes, em que se descreveram as atividades do semestre em conjunto com as fotos das ações realizadas. Finalmente, conclui-se que é necessária aos cursos de graduação a aplicação dos conhecimentos adquiridos e a possibilidade da expressão dos talentos como elemento fundamental para formação integral, o que auxiliará o desenvolvimento profissional e afetivo dos envolvidos.

Palavras-chave: saúde; educação; qualidade de vida.

ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

Prof. João Bosco Ribeiro
Agência de Empreendedorismo
empreendedorismo@uniceub.br

Ao completar dez anos de existência, a Agência de Empreendedorismo do UniCEUB firma-se como agente motivador e disseminador do empreendedorismo. Neste ano, com atuação nas áreas de Capacitação Profissional, Estágios, Iniciação Profissional e Acompanhamento de Egresso, a Agência promoveu atividades com boa aceitação da comunidade acadêmica. No primeiro semestre, com o apoio da Agência de Comunicação do CEUB, a Agência de Empreendedorismo elaborou novo programa de egressos cujas ações, entre outras, foram: aumento do número de egressos cadastrados; comunicação por *e-mail* e telefone para divulgação de cursos, palestras, seminários, notícias do UniCEUB; aplicação do questionário de avaliação do curso e da Instituição por meio do *site*. Além disso, o programa destaca as seguintes iniciativas: sala do egresso; banco de talentos com currículo dos egressos; interação com faculdades e coordenações para divulgação de eventos; emissão de *e-mails* em datas comemorativas; convênios com empresas de recolocação profissional e agentes de integração; convênios com empresas comerciais; descontos em mensalidades; clube de vantagens; comunidade virtual em rede de relacionamento; carteira do egresso com facilidade de acesso ao *campus* e a eventos, descontos em produtos e serviços das empresas conveniadas.

Palavras-chaves: educação superior; egressos; comunicação.

ADOTE UMA ESCOLA

Dimensão Pedagógica – Profª Celeida Belchior Garcia Cintra Pinto
celeida.pinto@uniceub.br
Dimensão Administrativa – Profª Magda Verçosa Carvalho Branco
labocien@uniceub.br

O Centro Universitário de Brasília – UniCEUB e a Escola Classe 708 Norte – EC708N são parceiros por meio de intercâmbio de ações pedagógicas e administrativas, relacionadas ao projeto de extensão *Adote uma escola UniCEUB/GDF*, cujo objetivo é mediar o desenvolvimento de ações de extensão institucionalizadas, estágios supervisionados, atividades de carga horária complementar, aulas práticas relativas às disciplinas dos cursos da Faculdade de Ciências e da Educação e da Saúde – FACES. A escola é utilizada como espaço de aprendizagem prática para professores e alunos. Neste semestre, houve acompanhamento e orientação de atividades de professores coordenadores de projetos de extensão e acadêmicos do curso de Enfermagem, Biomedicina, Nutrição e Fisioterapia, Psicologia. O curso de Enfermagem contou com a participação de 10 alunos no projeto *Enfermagem em ação: crescendo com saúde e alegria*, que envolveu 05 turmas do turno vespertino, do primeiro ao quarto ano, com cerca de 80 crianças, orientando-as sobre cuidados com a saúde por meio de oficinas e atividades preventivas sobre acidentes e uso de medicamentos, hábitos de higiene corporal e bucal e relacionamento interpessoal, buscando contribuir com sua formação integral e melhoria da qualidade de vida. Quatorze alunos do curso de Biomedicina realizaram atividades de intervenção educativa sobre prevenção de enteroparasitoses e exame parasitológico das fezes em 35 alunos de 06 a 12 anos e proferiram palestra de orientação aos pais com a devolutiva dos resultados dos exames parasitológicos. O curso de Nutrição desenvolveu o projeto *Alimentação saudável na escola*, objetivando a promoção da saúde das crianças por meio de educação nutricional, estimulando hábitos saudáveis de alimentação e higiene, buscando o crescimento harmonioso com melhor qualidade de vida. Além disso, realizaram a avaliação antropométrica das crianças matriculadas na escola, verificando seu estado nutricional, promovendo orientações e oficinas para confecção de alimentos nutritivos e encaminhando as crianças com risco nutricional para o ambulatório de Nutrição da clínica-escola do UniCEUB. Duas alunas do curso de Psicologia realizaram estágio em Consultoria Escolar com reuniões, envolvendo 21 profissionais da instituição para apresentação de propostas de intervenção junto a profissionais da escola, alunos e pais, mediante levantamento das necessidades educacionais. Aplicaram dinâmicas de intervenção aos alunos, objetivando a melhoria das relações interpessoais e do processo de ensino e aprendizagem, palestras de orientação aos pais na busca de uma escola melhor para seus filhos e encaminharam ao CENFOR-UniCEUB crianças com necessidade de atendimento especial. Os cursos de Enfermagem, Biomedicina, Educação Física, Psicologia e Direito e o LABOCIEN do UniCEUB participaram da Semana de Educação para a Vida na E. C. 708 Norte, entre os dias 09 e 13 de maio, com atividades específicas da área de formação. O curso de Enfermagem contou com a participação de três alunas, oferecendo oficina de orientação sobre cuidados com a saúde e controle de pressão arterial e glicose. Dezoito alunos do curso de Educação Física realizaram oficinas de vivência de experiências lúdicas, motivando o desenvolvimento de capacidades físicas, habilidades motoras e capacidades psicomotoras, vivenciando o relacionamento interpessoal. A professora orientadora do curso de Biomedicina proferiu palestra aos pais sobre cuidados e prevenção de verminoses. Os alunos do curso de Direito prestaram orientações a pais e familiares por meio do Núcleo de Práticas Jurídicas. Os alunos do curso de Psicologia desenvolveram oficinas psicopedagógicas. Os estudantes consideraram as oportunidades vivenciadas durante o projeto, correlacionando teoria e prática, muito importantes e enriquecedoras para sua área de formação e experiência de vida. A participação dos alunos do UniCEUB foi considerada relevante pela Direção, pela Coordenação Pedagógica, pelas professoras e pelas crianças que participaram das atividades, contribuindo para melhor conscientização quanto à importância dos cuidados pessoais necessários ao sucesso do processo de ensino e aprendizagem e ao desenvolvimento harmonioso e saudável, evitando riscos desnecessários. A Direção da escola ressaltou a importância desta parceria tanto na área administrativa quanto na pedagógica e manifestou o desejo de continuidade por meio dos projetos e das atividades de assistência e orientação, no 2º semestre de 2011. Conclui-se que houve aumento do número de participantes e que os envolvidos foram recompensados nas questões relativas ao desenvolvimento de conhecimentos, maturidade, competências e responsabilidade social. As ações pedagógicas permitiram aos alunos auxiliar sua formação acadêmica, profissional, identidade social e a prática de princípios de responsabilidade social.

Palavras-chave: Intervenção psicopedagógica; desenvolvimento e saúde; qualidade de vida.

ADOTE UMA NASCENTE

Francisco Chagas Barradas
FACES
Geografia
francisco.barradas@uniceub.br
francisco.barradas@bcb.gov.br

O projeto Adote uma nascente envolve atividades de monitoramento da qualidade da água e avaliação de impactos ambientais de nascentes nas regiões administrativas do Distrito Federal, realizadas periodicamente por docentes e discentes do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, dos cursos de Geografia, Biologia e Psicologia. *O objetivo é* manter as ações iniciadas em 2001, na então Secretaria Especial do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH, atual Instituto Brasília Ambiental – IBRAM, que buscam a disponibilidade e a qualidade dos recursos hídricos localizados no Distrito Federal. As atividades desenvolvidas visam à recuperação das nascentes que foram adotadas e encontram-se bastante degradadas. Entre o conjunto de medidas para redução de impactos, há o plantio de mudas nativas do bioma cerrado, a análise físico-química da água, utilizando-se um kit, o cadastramento e a observação das espécies vegetais, animais e o registro de plantas e animais invasores. Outra ação importante é a descrição e a adoção de medidas mitigadoras, cabíveis aos órgãos públicos e aos adotantes que visam à melhoria das áreas de preservação permanentes. O trabalho de visitas e levantamento nas nascentes é desenvolvido alternadamente, de forma a contemplá-las durante um semestre.

PALAVRAS--CHAVE: qualidade da água; nascentes; preservação.

ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NA ESCOLA

Karina Aragão Nobre Mendonça
karina.mendonca@uniceub.br
FACES – Nutrição
Alunos
Carolina Aguiar Cayres
Jéssica Maria Pereira de Souza
Jéssyca Feitosa Morales Ullun
Joziane Francisca Sobrinho
Sueny Andrade Batista
Tauana dos Santos Lucena
Zeny Keila de Freitas Rodrigues
Thais de Souza Borges
Jannya Freitas de Carvalho Guimarães Monteiro
Monique Medeiros Rocha
Juliana Trindade Naganuma
Karina Silva Alves
Marcela Silva de Assis Brasil
Narayane de Lima Coelho
Mila Alves Ferreira
Talita Oliveira da Silva
Paula Aquino dos Anjos
Fabio Brandão de Oliveira

O nutricionista é responsável por promover, preservar e recuperar a saúde do homem. A educação nutricional é uma das atividades técnicas que tem como foco a promoção de saúde nos diversos aspectos da ciência da Nutrição. A alimentação saudável na infância é um dos itens considerados na educação nutricional, pois o hábito alimentar saudável desde a infância vai fazer que a criança se torne um adulto saudável. Dado da última pesquisa de orçamento familiar, executada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, apresentou alto índice de obesidade infantil, o que reforça a necessidade de trabalhos sobre alimentação saudável no ambiente escolar. Outro aspecto pertinente são os hábitos de higiene pessoal que evitam diarreia e infecções, como conjuntivites e gripes, e a higiene dos alimentos que previnem surtos de doenças transmitidas por alimentos. O presente projeto realizou atividades na Escola Classe 708 Norte, na Casa da Mãe Preta e na escola infantil Sibipiruna. A primeira ação foi a antropometria de crianças matriculadas nas duas instituições, com o objetivo de acompanhar o estado nutricional delas desde o primeiro semestre de 2009. Observou-se melhora no estado nutricional das crianças, obtendo-se 5,19% com baixo peso, 83,1% eutróficas e 11,68% com excesso de peso. Após a análise dos dados, foi entregue aos responsáveis uma carta, constando o estado nutricional da criança e as orientações nutricionais. As crianças que apresentaram risco nutricional foram encaminhadas ao ambulatório de nutrição da clínica-escola do UniCEUB. A segunda atividade foi a oficina sobre alimentação saudável, em que as crianças foram para o Laboratório de Técnica Dietética e aprenderam a fazer receitas comuns, como pão de queijo, porém com baixo teor de gordura. Além disso, conheceram as propriedades dos alimentos preparados e apresentaram as receitas aos colegas com o objetivo de avaliar se houve entendimento e se a atividade atingiu o fim proposto. Os participantes da oficina ganharam um livro de receitas com jogos sobre alimentação saudável. Na Casa da Mãe Preta, além da antroprometria, foi organizado um livro de receitas, para atender às crianças com intolerância à lactose, e foram impressas orientações sobre a higiene das mãos e dos alimentos. Foi elaborado um cartaz afixado no mural sobre orientações nutricionais de pré-escolares, disponível aos pais e aos funcionários. Na escola Sibipiruna, foi realizada uma palestra e uma dinâmica para as professoras sobre a importância da lavagem das mãos para evitar a transmissão de doenças, e foram

entregues produtos desinfetantes para as mãos. Além disso, foi apresentada minipalestra para os pais sobre a importância de oferecer alimentos *in natura* às crianças, pois este hábito deve-se iniciar e ser continuado na escola. Demonstraram-se os dados do Instituto de Geografia e Estatística sobre aumento da obesidade infantil e os riscos de doenças não transmissíveis. Tratou-se dos malefícios do uso exagerado de produtos industrializados, que contêm alto teor de Sódio e de açúcar simples; por fim, foram apresentados exemplos de alimentos saudáveis e não saudáveis. Todas as atividades executadas nas três escolas atingiram a meta de promoção da saúde e do hábito alimentar saudável e tiveram excelente participação do público-alvo. No próximo semestre, será dada continuidade às ações de educação nutricional direcionadas, prioritariamente, aos alunos do ensino básico da escola pública e aos do ensino infantil da Casa da Mãe Preta do Brasil. Se for possível, serão atendidos os pedidos de outras escolas que se interessarem por monitorar o estado nutricional e os hábitos alimentares das crianças.

Palavras-chave: promoção da saúde; educação nutricional; ambiente escolar.

ANÁLISE E CRIATIVIDADE NA RESOLUÇÃO DE SITUAÇÕES PROBLEMA

Jocinez Lima
jocinez.lima@uniceub.br

Propõe-se oferecer nova perspectiva quanto à construção do conhecimento no que tange à integração das informações basais nas áreas de matemática e física aplicadas à engenharia civil e ao desenvolvimento da capacidade de elaboração e resolução de problemas específicos, utilizando-se de construtos teóricos, técnicas e recursos computacionais, possibilitando um diferencial na formação do aluno de engenharia civil já no começo do curso, pois traz, em seu bojo, a perspectiva do desenvolvimento de atitude analítica e reflexiva, fundamental à maior autonomia do aluno no curso de engenharia, nos estágios supervisionados e na carreira profissional. Ministrado por meio de aulas expositivas e técnicas de trabalho em equipe, privilegiando a atitude interrogativa diante das situações analisadas, destaca-se a real e efetiva colaboração ao amadurecimento cognitivo e interpessoal do aluno de forma a agregar valores não somente no que tange ao seu percurso acadêmico, mas também ao desenvolvimento com vistas ao pleno exercício profissional, uma vez que, ao estar preparado para a atitude empreendedora e autônoma do pensar, o aluno e futuro engenheiro transcende a condição de operador no âmbito da engenharia e torna-se autor e sujeito de propostas e intervenções que façam a diferença, apresentando-se, portanto, como profissional de destaque no mercado.

Palavras-chave: análise; criatividade; resolução de problemas.

ATENDIMENTO AMBULATORIAL DE NUTRIÇÃO

Karina Aragão Nobre Mendonça
UniCEUB – FACS – Nutrição
karina.mendonca@uniceub.br
Nomes dos alunos voluntários do UniCEUB
Natalie Soares Aguiar Moura
Karina Sampaio Silva
Camila Oliveira Freire de Melo
Lilian Souza Santana
Stefany Corrêa Lima
Janaína Torres Rocha

O Atendimento Ambulatorial de Nutrição foi proposto pela Associação dos Docentes do Ensino Superior – ADESU com o objetivo de prestar orientação nutricional a funcionários, professores e alunos do UniCEUB. O trabalho é realizado desde maio de 2005. Atualmente, ocorre às terças e às quintas-feiras, das 14h às 18 horas. Neste semestre, o projeto de extensão contou com a participação de seis alunos voluntários do sexto e do sétimo semestres que estão em contato com os pacientes. Os alunos envolvidos foram selecionados e devidamente treinados na clínica-escola do UniCEUB pela orientadora do projeto. O material utilizado para os atendimentos foi elaborado por estagiários da clínica-escola e consta de informações pessoais, dados antropométricos, anamnese alimentar e frequência de consumo alimentar. Foram atendidos, no total, 25 pacientes durante este semestre, entre alunos, professores, funcionários do UniCEUB, além de parentes e amigos. As consultas de retorno foram quinzenais ou mensais, dependendo da necessidade do paciente. Foi possível perceber variações na alimentação, prática de hábitos inadequados além das carências nutricionais. Após a anamnese alimentar, as orientações passadas a cada paciente foram baseadas em metas que, definidas juntamente e em concordância com os pacientes, objetivavam melhorar, significativamente, a alimentação e, consequentemente, a qualidade de vida. É importante destacar que, de maneira geral, os pacientes procuram o atendimento mais em função da vontade de modificar hábitos alimentares do que em razão de sobrepeso ou obesidade. Isso mostra a mudança na percepção das pessoas atendidas com relação à importância da alimentação saudável. Este projeto possibilita aos alunos envolvidos a oportunidade de colocar em prática conhecimentos teóricos sobre nutrição, além disso, durante cada consulta, verifica-se a necessidade de respeitar a cultura e o momento de cada paciente, suas aspirações e expectativas relacionadas ao atendimento. Diante dos resultados expostos, concluiu-se que existe a necessidade de ampliar a abrangência do atendimento ambulatorial de nutrição com o intuito de promover a maior número possível de pessoas o atendimento de qualidade, visando prevenir as doenças crônicas não transmissíveis que têm como fator de risco a inadequação alimentar. Cabe aos futuros profissionais da saúde saber compreender e motivar os pacientes para que percebam a importância de hábitos alimentares saudáveis e, assim, no momento em que estiverem preparados, tenham atitude de mudar. No próximo semestre, espera-se dar continuidade a esse projeto que promove ações de melhoria da qualidade de vida.

Palavras-chave: Orientação nutricional; avaliação antropométrica; reeducação alimentar.

ATENDIMENTO DE FISIOTERAPIA AMBULATORIAL – ADESU

RENATA VIERA REBOUÇAS
UniCEUB – FACES – FISIOTERAPIA
renatareboucas@gmail.com
VALÉRIA SOVAT DE FREITAS COSTA
Alunos:
Isac Aguiar Rodrigues
Gabriella Lourenço dos Santos Silva
Cyntia Nathalia Aguiar Ferreira

A expansão de aprendizagem na área prática é fundamental para a formação de um profissional desde o início da graduação, pois o aluno exerce a realidade da profissão e o que é ensinado em sala de aula por meio de métodos e técnicas de tratamento. O projeto deu oportunidade aos estudantes de realizar atividades que ainda não foram oferecidas em sala de aula. Os professores orientaram, de perto e de forma individual, a prática de fisioterapia ambulatorial e, por meio do contato com o paciente, incentivaram os alunos a crescer e a buscar mais conhecimento. A proposta é que o estudante tenha contato com a realidade e obtenha o desenvolvimento de habilidades e competências comportamentais. Os pacientes foram informados de que os alunos estavam nos primeiros semestres e que ainda não tinham cursado disciplinas práticas. Mesmo assim, houve boa adesão ao tratamento e elogio à dedicação e ao compromisso dos alunos. A atividade educativa foi desenvolvida de acordo com a patologia tratada. Os pacientes foram orientados na realização de atividades diárias, e isto contribuiu, positivamente, para o prognóstico. Além do tratamento de fisioterapia convencional, os alunos realizaram teste de função pulmonar e pesquisa sobre conhecimento dos fatores de risco de hipertensão arterial no CAC.

Palavras-chave: projeto de extensão, aprendizagem, ADESU.

ATENDIMENTO LABORATORIAL A LARES DE IDOSOS

Fernanda Vinhaes de Lima
Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES
Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
biomedicina@uniceub.br
Tania Cristina Santos Andrade
Milton Rego de Paula Junior

Este projeto tem como meta oferecer exames laboratoriais a duas entidades filantrópicas que acolhem idosos carentes: o Lar São José e o Lar Bezerra de Menezes, ambos localizados em Sobradinho/DF. Além do caráter humanitário, esta iniciativa envolve alunos de Biomedicina na rotina laboratorial que começa pela coleta, com a oportunidade de relacionamento com os idosos atendidos e a experiência de convivência comunitária. Os exames oferecidos são: hemograma, tipagem sanguínea, perfil lipídico, perfil renal, glicemia, avaliação de urina e exame parasitológico de fezes. Os alunos do curso de Biomedicina participaram de todas as etapas: coleta, separação e processamento dos materiais, realização e liberação dos exames, propiciando grande contribuição à formação acadêmica. Esta é uma oportunidade ímpar de relacionar os conhecimentos teóricos às atividades práticas, com as devidas supervisões. Este projeto teve início em agosto de 2006 e já efetuou mais de 900 atendimentos. Alguns idosos foram assistidos mais de uma vez, mostrando a importância do acompanhamento destes pacientes. Os exames foram feitos como o previsto, de acordo com as amostras biológicas possíveis de ser coletadas, e os resultados foram encaminhados aos lares para as devidas providências que são de responsabilidade da equipe médica. Dos 58 atendimentos, foram detectados idosos com anemia, alterações bioquímicas, que devem ser acompanhados constantemente por meio dos exames laboratoriais. Além do atendimento aos idosos, este projeto rendeu trabalhos de conclusão de curso apresentados em congressos científicos de análises clínicas.

Palavras-chave: exames laboratoriais; idosos; lares assistenciais.

CICLO DE PALESTRAS SOBRE O CAMPO DA COMUNICAÇÃO

Manoel Henrique Tavares Moreira
UniCEUB – FATECS – Comunicação Social
henrique.moreira@uniceub.br
Marcella Godoy Evangelista da Rocha
marcella.godoy@uniceub.br

O presente projeto teve início no segundo semestre de 2009, existindo, portanto, há dois anos, e tem como objetivo prioritário, proporcionar aos alunos calouros do curso de Comunicação Social a oportunidade de conhecer as áreas pertencentes ao mercado de Comunicação Social em Brasília e no Brasil. Para isso, são convidados para compor a equipe de palestrantes, a cada semestre, não somente professores do curso, como também profissionais atuantes em Brasília, no Brasil e no exterior. A escolha dos convidados baseia-se em seu currículo profissional e em critérios pontuais, tais como, capacidade de comunicação, carisma e didática, ainda que sejam profissionais sem experiência acadêmica. As palestras ocorrem semanalmente, às terças-feiras, das 11h30 às 13 horas, nas salas de aula dos cursos de Publicidade e Jornalismo, localizadas nos blocos 12 e 1, respectivamente, e cada uma corresponde a 2 horas-aula conferidas aos alunos por meio de certificado a ser emitido pela Assessoria de Extensão e Integração Comunitária do UniCEUB. Apesar de o projeto ser destinado aos alunos calouros do curso, outros provenientes de semestres avançados também têm demonstrado interesse em participar das palestras. Portanto, desde o segundo semestre de 2010, as atividades do projeto foram abertas também aos demais alunos, já tendo recebido participantes de outros cursos do UniCEUB, tais como, Administração, Arquitetura e Psicologia. O contato com os palestrantes, além da valiosa oportunidade de transmissão de seus conhecimentos e da troca de experiências, tem proporcionado a apresentação de profissionais bem-sucedidos no mercado de Comunicação de Brasília, possibilitando aos alunos a obtenção de vagas em estágios ou trabalhos temporários em eventos. A partir da realização da palestra da jornalista e editora-chefe do jornal *Correio Braziliense*, surgiu mais uma oportunidade para a realização de segundo projeto de extensão a ser desenvolvido entre os alunos do curso de Jornalismo do UniCEUB e o *Correio*. A proposta está sendo elaborada pela professora Marcella Godoy Rocha e será apresentada à Coordenação do curso de Comunicação Social para análise e possível aprovação junto à Assessoria de Extensão e Integração Comunitária e à Diretoria Acadêmica do UniCEUB.

Palavras-chave: palestras; comunicação; mercado.

CORAL DO UNICEUB

Gutemberg Guedes do Amaral
gutembergbass@hotmail.com

O projeto *Canto coral* do UniCEUB visa atender a membros do corpo discente, docente, técnico-administrativo capazes de desenvolver os recursos musicais trabalhados nos horários de ensaio, visando à qualidade musical em performance. Desse modo, pretende adotar uma estratégia de diferenciação dos serviços em relação àqueles existentes em outras universidades. Inserida nesta estratégia, encontra-se a abordagem predominantemente científica por meio da conscientização vocal, dos conhecimentos fisiológicos da laringe, dos ressonadores vocais e do aparelho respiratório, além do aprofundamento no entendimento da escrita musical e dos estilos de interpretação de cada período musical. Inicialmente, os alunos desconheciam a pesquisa cientifica na área de técnica vocal. O primeiro grande impacto notado, logo nas aulas iniciais, foi a surpresa dos alunos, ao reconhecer a necessidade do conhecimento fisiológico e técnico-vocal para a maximização dos benefícios desta atividade. Isto afastou os que esperavam uma abordagem meramente intuitiva. O estudo e o entendimento profundo da leitura rítmica foram outros fatores que não agradaram a muitos envolvidos neste projeto. Porém, às pessoas que tiveram experiências anteriores com caráter meramente empírico notou-se interesse maior, como que se buscassem, na pesquisa científica, a comprovação dos conceitos que, no passado, foram experimentados. A abordagem técnica e científica contribuiu em outros aspectos que, para muitos grupos vocais, é uma barreira, como, por exemplo, a tensão antes de um ensaio geral. Observou-se que, mesmo durante o aquecimento vocal, que antecede o ensaio geral, os alunos tentavam, ao máximo, utilizar a conscientização fisiológica e científica ao ponto de, minutos antes da apresentação, não demonstrarem medo ou expectativas com o ensaio e, sim, extrema concentração para que não se esquecessem dos aspectos científicos trabalhados.

Palavras-chave: qualidade musical; caráter empírico; conhecimento científico.

DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO

Roberto Freitas Filho
coordenacao.fajs@uniceub.br
robertofreitas_filho@yahoo.com.br
Alunos voluntários
Arian Renee Fuentes Peres – RA: 21073852
Ana Carolina Ramiro Anjos – RA: 21035173
Ananda Akkazzha R. Cardoso – RA: 20945911
Andreia Mendes Silva – RA: 21079230
Camila Tereza do C. Pereira – RA: 21080025
Eduardo Rangel Aiache - RA: 21030941
Eurípedes Trajano dourado – RA 21058891
Fernanda Tercetti Nunes Pereira – RA 2104303-0
Paloma dos Santos Brito – RA: 21057527
Roberta Freitas Costa – RA 21060192
Lucas Magalhães
Cecília Teixeira Costa – Psicóloga
Neemias Silva Damasceno – Neemias MC
Helio Feitoza Silva - Mano Helio
Murilo dos Santos Spindola

O projeto de extensão em Direitos Humanos e Desenvolvimento – PRODIH consiste em um conjunto de ações de caráter multidisciplinar, associadas à prática jurídica em direitos humanos, que articula ensino, pesquisa e ações na comunidade. No âmbito das atividades do PRODIH, incluem-se estudos, diálogos na comunidade, cartilhas e elaboração de planos de ação sobre temas de direitos humanos relacionados à moradia, à saúde e à educação, com ênfase em questões relativas ao planejamento urbano, à cidade sustentável, à saúde psíquica e à proteção da infância e da adolescência. Todas as reflexões e ações do projeto cumprem diretrizes referentes à não discriminação, à igualdade de gênero e raça e à promoção do bem-estar social. Os objetivos, gerais e específicos e a metodologia utilizada visam favorecer a formação acadêmica de maneira ampla e socialmente responsável, permitindo aos estudantes desenvolver habilidades essenciais, tais como, pensar o mundo de maneira crítica, entender os conflitos de natureza coletiva, o outro e a si mesmo, traçar caminhos éticos e realizar opções políticas transformadoras em favor de uma vida melhor. As ações de extensão visam contribuir para a emancipação das comunidades vulneráveis, vitimadas pela segregação espacial e humana e utiliza metodologia que promove a autonomia e o empoderamento dos cidadãos e das cidadãs no local em que vivem e diante do contexto socioeconômico em que se inserem. As ações do PRODIH, em conformidade com o maior interesse manifestado pela equipe selecionada em 26/03/11, desdobraram-se em duas frentes: uma voltada para ações em saúde mental, em parceria com o curso de Psicologia, executadas pela divulgação da *Cartilha de Direitos Humanos e Saúde Mental*, pela Semana de Saúde Mental, que se realizou no *campus* do UniCEUB, em 17/05/11 e outra sobre o tema *Juventude, cidadania ativa e cinema*. No âmbito da segunda temática, o plano de ação estabelecido no primeiro semestre de 2011 constituiu-se por dois propósitos principais, quais sejam, articular atuação conjunta com o grupo de pesquisa em políticas públicas para infância e adolescência e definir plano de trabalho para a inserção no tema relativo a jovens e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, inseridos no contexto de instituições de acolhimento no Distrito Federal. Pretendendo contribuir com a política pública para o enfrentamento de situações de necessidade de acolhimento institucional, as ações do PRODIH foram concentradas em atividades no Abrigo Reencontro – ABRIRE, instituição vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e do Trabalho – SEDEST/DF. Após o diagnóstico da comunidade envolvida no projeto, foi possível definir um plano de ação, abrangendo as seguintes etapas de trabalho, destinadas à capacitação endógena: 1ª etapa - análise da legislação, Estatuto da Criança e do Adolescente; 2ª etapa - análise dos conceitos

situação de risco, violência e *instituição de acolhimento*; 3ª etapa - preparação do projeto do documentário, envolvendo ações de pesquisa para o levantamento das informações relevantes sobre o sistema de proteção de jovens em instituições de acolhimento no Distrito Federal, que contou com a colaboração dos integrantes do grupo de pesquisa em Políticas Públicas para a Infância e a Adolescência – ICPD. A atuação conjunta foi resultado de reunião da equipe do PRODIH com o grupo de pesquisa em 31/03/11, oportunidade em que foi apresentada a proposta de ação em parceria, destinada a compor ações conjuntas para o levantamento de informações para o projeto do documentário. Por fim, registra-se que o compromisso fundamental do grupo de ação do PRODIH é prestar orientação sobre direitos humanos e promover ações para capacitar a comunidade ao enfrentamento das demandas e a solução dos problemas de forma a afirmar a condição humana de dignidade, e, nesse sentido, a realização do documentário abrirá nova etapa na atividade de extensão em direitos humanos, ajustada às exigências contemporâneas, tanto nacionais quanto internacionais, de conferir visibilidade aos graves problemas sociais e proporcionar espaços de debate e de busca de soluções.

Palavras-chave: cidadania ativa; práticas emancipadoras; infância; juventude.

VALE A PENA: REVITALIZAÇÃO DA PENITENCIÁRIA FEMININA DO DISTRITO FEDERAL

Jocinez Nogueira Lima
Jocinez.lima@uniceub.br
Alunos voluntários
Michel José de Vasconcelos
Yure Bessa Cesarino
Leonardo de Oliveira Neiva
Vinícius Rezende Domigues
Julia Cunha Vasconcelos

O trabalho consiste no desenvolvimento de projeto e no acompanhamento da obra para ampliação da Ala de Tratamento Psiquiátrico (ATP) e revitalização de dois blocos atualmente desativados do Presídio Feminino do Gama. Os recursos financeiros são provenientes do Fundo Penitenciário do DF. Com a reforma, serão criadas 100 vagas na penitenciária e 46 leitos na ATP, o que reduzirá a superlotação no presídio. Esta intervenção já havia sido solicitada pela Promotoria de Execuções Penais do DF. O projeto permitirá a ressocialização de presos que trabalharão na construção de um bloco da ATP e na recuperação do espaço abandonado há cerca de 27 anos. A obra será executada por presidiários e acompanhada por alunos e professores universitários. Para os presidiários, os dias trabalhados contarão para a remição da pena na proporção de 3 dias trabalhados por um dia de pena. Aos alunos do curso de Engenharia Civil irá proporcionar a experiência por meio da elaboração de projeto de implantação e restauração, com supervisão da obra, e o desenvolvimento do aprendizado, utilizando conhecimento de desenho técnico, recurso computacional (AUTOCAD), estrutura, elétrica, hidráulica, incêndio e levantamento de quantitativos. Além disso, propicia a prestação de serviço à sociedade, realizando uma obra de qualidade com baixo custo. Inicialmente, foram feitas visitas técnicas para avaliação e levantamento das áreas estruturais a ser restauradas e ampliadas, tendo a preocupação de desenvolver um projeto que atenda as necessidades dos funcionários e dos presidiários.

Palavras-chave: projeto arquitetônico; levantamento de campo; supervisão de obra.

EDUCAÇÃO FÍSICA PARA A CIDADANIA

Marcelo Guimarães Boia do Nascimento
marcelo.boia@uniceub.br
Alunos voluntários
André Costa Vieira
Carlos Lemos de Moura
Daniel Marques dos Santos
Edilaynia Araujo B. Borges
Fabrício Lopes de Azeredo Coutinho
Gilbson José de Freitas
Gilvaneide Gomes Bezerra
Graciele Lídia Maciel
Helen Cristina Valentim
Ian Lucas Ludgero
Ítalo Ferreira Costa Orion Morei
João Vitor Viana Lisbôa
Karen Ferreira Militão de Asevedo
Karina Helena Rocha Botão
Luisa Bizzi Junqueira
Lukas Ikeda Sato de Moraes
Raquel Portela da Silva
Renata Rodrigues da Silva
Simone Teixeira Alves

O presente projeto de extensão teve como objetivo fortalecer a identidade profissional dos alunos dos cursos de Educação Física por meio de atividades teórico-práticas relacionadas aos campos de atuação profissional da Educação Física escolar, da saúde e da qualidade de vida. Com a realização do conjunto de atividades previstas, o projeto pôde alcançar seu objetivo. Com relação às ações no contexto da Educação Física escolar, possibilitou à comunidade da Escola Classe 708 Norte contribuir com o desenvolvimento integral dos educandos. As oficinas de Educação Física abriram um espaço para experiências com o movimento pedagogicamente orientadas. Com a prática de atividades físicas de caráter lúdico desenvolvidas ao longo do semestre pelos monitores do UniCEUB, os alunos puderam aprimorar capacidades físicas, habilidades motoras, capacidades psicomotoras, vivenciar relações sociais por meio de atitudes cooperativas, aprender a lidar com emoções e sentimentos nas relações interpessoais, criar soluções por meio do movimento para situações problema, o que contribuiu para o desenvolvimento cognitivo. No que concerne às ações no contexto da saúde e da qualidade de vida, a realização deste projeto possibilitou a pacientes e usuários do Centro de Atenção Psicossocial II de Taguatinga e da Inverso o resgate pela vivência da própria corporeidade, o que se deu pela prática de atividades físicas e esportivas que auxiliaram o tratamento médico dos usuários. Essa oportunidade contribuiu, significativamente, para a recuperação e a integração deste grupo social e trouxe benefícios à saúde nas dimensões biológica, psicológica e social, sendo que a problemática que caracteriza o sofrimento psíquico grave, as doenças mentais, tem suas raízes nestas três dimensões humanas. Além disso, o aprendizado de conhecimentos práticos relacionados às atividades físicas e esportivas permitiu aos usuários apropriar-se de conteúdos da cultura corporal da sociedade, possibilitando, desta forma, o exercício da cidadania.

Palavras-chave: educação física; desenvolvimento integral; saúde mental; qualidade de vida.

ENFERMAGEM EM AÇÃO - CRECHE PROMOVIDA

Henry Maia Peixoto
Professor da Faculdade de Ciências da Educação e da Saúde FACES/UniCEUB
henrymp9@hotmail.com
Acadêmicos do curso de Enfermagem/UniCEUB
Luisa Costa Guidoux
Jéssica Macêdo da Silva
Crislaine Leite Sena
Taciana de Freitas Cavalcante

A sociedade moderna tem passado por profundas modificações sociais, impondo um ritmo frenético à vida, principalmente nos grandes centros urbanos, gerando necessidades coletivas, familiares e individuais. Assim, prover boa educação aos filhos tem-se caracterizado como grande desafio, especialmente às famílias de baixa renda. É nessa perspectiva que surge a Creche Promovida de São Sebastião com o propósito de cuidar e educar em um ambiente fértil e seguro, adequado ao desenvolvimento das potencialidades individuais e coletivas das crianças, que cumprem as tarefas no período oposto às atividades escolares, devem estar matriculadas no ensino fundamental, ser oriundas da comunidade adjacente e estar na faixa etária entre 6 e 14 anos. Entre as ações, destacam-se as aulas de reforço escolar, de computação, atividades recreativas, além de acompanhamento médico, psicológico, nutricional e de enfermagem. Atualmente, a instituição desenvolve atividades junto aos familiares das crianças assistidas, por considerá-los essenciais ao propósito da instituição. Nesse sentido, o Centro Universitário de Brasília (UniCEUB) realizou, no primeiro semestre de 2011, um projeto de extensão universitária na área de educação em saúde e prevenção de doenças, junto a 100 familiares das crianças matriculadas. Com o intuito de obter maior adesão, os trabalhos ocorreram aos sábados, no período vespertino. Foram desenvolvidas, em parceria com um grupo de educadores, atividades educativas por meio de oficinas destinadas à promoção da qualidade de vida familiar, além de triagem de diabetes e hipertensão arterial e consultas de enfermagem promotoras da saúde. Foram realizadas 112 aferições de pressão arterial e 99 mensurações de glicemias capilares, nas quais 19 alterações foram encaminhadas à consulta de enfermagem para as devidas orientações. Considerando os resultados apresentados, observamos que as ações proveram aos acadêmicos um contato com a prática da educação em saúde da família, em que a promoção da saúde e a prevenção de agravos objetivaram a melhoria da qualidade de vida dos assistidos. Verificou-se que a inter-relação de teoria e prática apoiada no intercâmbio de saberes científico e popular contribuiu para o fortalecimento da formação dos acadêmicos e dos escolares, causando impacto à vida desses grupos.

Palavras-chave: família; qualidade de vida; educação.

ENFERMAGEM EM AÇÃO – ESTÁGIO CAC

Henry Maia Peixoto
UniCEUB – FACES - Enfermagem
henrymp9@hotmail.com
Alunos voluntários:
Carmem Lúcia Fernandes
Danilla Katiuscia Ordrigues Costa
Cintia Alves dos Santos
Marina Franco Oliveira de Faria,
Carollyna Maciel de Matos Miranda
Gleyce Nunes de Souza
Luciana Barros
Thamires Ita de Lucena
Eva Fernanda Pereira Muniz

Os avanços tecnológicos conquistados propiciaram benefícios para a vida em sociedade, mas o novo estilo trouxe implicações. As pessoas têm trabalhado mais, portanto têm tido menos tempo para cuidar de si mesmas. Os avanços também trouxeram consigo os males do século, como a prática irregular de atividade física, a má alimentação, a obesidade e o tabagismo, o que acarreta maior risco para doenças cardiovasculares. A qualidade de vida apresenta-se como papel central na capacidade de viver sem doenças ou de superar as dificuldades ou as condições de morbidade, por isso é fundamental que o primeiro passo seja dado, para reduzir a prevalência de doenças cardiovasculares. Nesta perspectiva, a sistematização da assistência de enfermagem dirigida à qualidade de vida e à redução do risco cardiovascular entre trabalhadores pode ser o início de um processo organizado de promoção da saúde no ambiente de trabalho. No Centro de Atendimento à Comunidade (CAC), nas tardes das terças-feiras do primeiro semestre de 2011, foi desenvolvido um projeto de pesquisa e extensão universitária com o objetivo de verificar se a consulta de enfermagem poderia contribuir para a melhoria da qualidade de vida e reduzir o risco cardiovascular dos trabalhadores. A primeira etapa contou com a participação de 120 funcionários. Foram coletados dados sociodemográficos, foi feita a classificação da qualidade de vida por meio do questionário SF 36 e o cálculo do risco cardiovascular por meio do escore de Framingham. Na segunda etapa, os 30 funcionários que aceitaram participar dos procedimentos foram submetidos a 4 consultas de enfermagem cada um, totalizando 120. Os resultados demonstraram que a boa qualidade de vida prevalece quando comparada a outras populações, além do baixo risco de evento cardiovascular em 10 anos. Os fatores de RCV modificáveis apresentados pelos trabalhadores estão, em sua maioria, no padrão da normalidade. Nesta perspectiva, a consulta de enfermagem promoveu a redução de itens relacionados ao RCV, além de melhorar aspectos relativos à qualidade de vida. Outra ação desenvolvida no âmbito do projeto realizou triagem de hipertensão arterial e diabetes em 200 usuários do CAC, dos quais foram detectados 22 prováveis hipertensos, além de 14 indivíduos com elevação da glicemia capilar. Durante as atividades, foram produzidos materiais educativos, como cartilhas e folhetos explicativos, a fim de subsidiar as orientações e as futuras atividades educativas. Conclui-se que a consulta de enfermagem foi capaz de melhorar a qualidade de vida e reduzir o RCV dos trabalhadores assistidos e que atividades de triagem detectam, precocemente, doenças, como diabetes e hipertensão.

Palavras-chave: saúde do trabalhador; qualidade de vida; risco cardiovascular; consulta de enfermagem.

ENFERMAGEM EM AÇÃO: ESCOLA CLASSE SIA

Rosângela Garcia Jaramillo
UniCEUB – FACS – Enfermagem
Rosangela.jaramillo@uniceub.br
Alunos voluntários:
Adriana Ferreira Nascimento Souza
Bruna Prates Lopes Brasil
Elaine Rodrigues de Souza
Fabiana Rodrigues Santos Carvalho
Nikolaska Pinto Menezes da Costa
Priscila Mizuki Kuda
Muryelle Gonçalves Ramalho
Nara Shirley Fernandes Diniz
Thiago Fernandes Melo de Castro

As ações de enfermagem no âmbito da educação ocorrem como frente inovadora na profissão e estão fundamentadas no perfil educador do enfermeiro, além de estar voltadas para a construção do conhecimento que envolve a mudança de comportamento dos que recebem as orientações. O projeto teve como objetivo a educação em saúde para crianças de 4 a 6 anos. Os temas desenvolvidos com a participação da equipe da escola foram destinados aos cuidados com a higiene bucal, das mãos, do corpo, dos alimentos e do couro cabeludo. As atividades são realizadas em dois momentos. Inicialmente, o grupo promove orientações educativas com materiais lúdicos para a construção do conhecimento, e, na sequência, são executadas práticas relacionadas ao tema. A resposta das crianças foi a demonstração do aprendizado por meio da fala e das ações apresentadas após cada atividade. Com relação à higiene bucal, detectou-se que 80% das crianças avaliadas manifestavam cáries em grande extensão e em vários dentes, com dificuldade para alimentar-se referente à dor de dente. Quanto ao couro cabeludo, como reflexo do projeto ao longo de 2010, neste semestre, constatou-se que houve redução de 50% no número de crianças infestadas. As atividades educativas trazem respostas na mudança de comportamento ao longo dos semestres, porém algumas mudanças dependem da assistência de outros profissionais, e a falta de acesso impede o tratamento dessas crianças.

Palavras-chave: saúde da criança; enfermagem; educação em saúde.

ENFERMAGEM EM AÇÃO NA ESCOLA CLASSE 708 NORTE

Rosângela Garcia Jaramillo
UniCEUB – FACS – Enfermagem
rosangj68@yahoo.com.br
Alunos:
Dillyane Marques de Amorim
Priscylla Lopes de Oliveira
Luzia Alves Ceciliano
Vanessa Patelli dos Reis
Karoline de Carvalho Soares
Rayani da Silva Gonçalves
Jéssica Macêdo
Taciana de Freitas Cavalcante
Angélica Freitas Bezerra

Ao final do 2º semestre de 2010, o projeto apresentou o aprendizado das crianças quanto aos cuidados consigo mesmas e com o colega. Neste semestre, o trabalho desenvolveu temas voltados à educação em saúde, associada à alegria do aprendizado construído por meio de encontros que trabalhavam temas vinculados à saúde, à prevenção de doenças e de acidentes domésticos. O desenvolvimento dos temas ocorreu por meio de atividades lúdicas, teatro, trabalhos em grupo e construção de história em sala de aula. As respostas apresentadas pelas crianças demonstraram a compreensão delas sobre os temas abordados e a valorização desse aprendizado para seu crescimento e a manutenção da saúde.

Palavras-chave: educação em saúde; criança em fase escolar; prevenção de doenças.

ENSINO E CIDADANIA EM CRECHES

Karina Aragão Nobre Mendonça
FACES – Nutrição
karina.mendonca@uniceub.br
Nomes dos alunos voluntários do UniCEUB:
Marta dos Santos de Vasconcelos
Keyla Lilian Ali
Janaina Fireber Caus
Natalie Soares Aguiar Moura
Rafaela Barbosa de Sousa

O projeto *Ensino e cidadania em creches* é realizado semanalmente, com atividades relacionadas à nutrição e à alimentação, elaboradas e organizadas por alunos do curso de Nutrição do UniCEUB, supervisionados por um professor. As ações são feitas por meio de visitas à creche e reuniões no UniCEUB para elaboração dos materiais que serão utilizados. A creche Promovida localiza-se em São Sebastião, cidade-satélite do Distrito Federal. O público-alvo são crianças de 6 a 14 anos, totalizando 210, e os funcionários, em torno de 10. As crianças ficam na creche durante um período, matutino ou vespertino, pois no outro, encontram-se na escola. Recebem três refeições e realizam atividades, como: recreação, deveres de casa, leituras, encontros com a equipe de nutrição, entre outras. No primeiro semestre de 2011, foi observado o impacto positivo da educação alimentar propiciada desde os anos anteriores, mostrando respostas satisfatórias na alimentação, com mudanças de comportamento alimentar. O foco principal das ações foi a avaliação antropométrica e as atividades de educação nutricional. Os resultados mostraram que 12% das crianças se apresentam com baixo peso ou risco de baixo peso, 64% estão eutróficas e 24% estão acima do peso. Foi enviada uma carta com orientações alimentares aos pais das crianças com risco nutricional, as quais foram encaminhadas ao atendimento ambulatorial do serviço de nutrição da clínica-escola do UniCEUB. Após a antropometria, realizaram-se duas ações de educação nutricional: atividade recreativa, envolvendo brincadeiras e tendo como tema a alimentação saudável, e sessão de cinema, na qual foram apresentados vídeos e discutidos, em grupo, os valores sociais e nutricionais apresentados. Durante a sessão, as alunas voluntárias do projeto observaram as condições precárias do forno de micro-ondas da creche e, em um ato de cidadania, decidiram doar um aparelho novo, o qual foi entregue no encerramento do semestre. Para o segundo semestre de 2011, serão realizadas atividades de educação nutricional com as crianças, a fim de melhorar o perfil nutricional delas. O projeto contribui para a formação acadêmica do aluno, pois trata-se de oportunidade ímpar de relacionar os conhecimentos teóricos às atividades práticas com as devidas supervisões. O aluno tem oportunidade de ter a experiência de convivência comunitária, relacionando-se com as crianças e os funcionários da creche. Observa-se, também, nos estudantes, o desenvolvimento do espírito de cidadania, em que todos contribuem para a melhoria das condições da creche.

Palavras-chave: alimentação saudável; educação nutricional; oficinas educativas; avaliação antropométrica.

UNICEUB NA REDE PELA ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO

Norma D' Albuquerque Augusto
Renata Innecco Bittrencourt de Carvalho
UniCEUB – Assessoria de Extensão e Integração Comunitária
redealfa@uniceub.br
Outros professores envolvidos:
Ana Regina Melo Salviano
Maria das Dores Brigagão
Aluno envolvido:
Rafael Façanha Viana

O Projeto *UniCEUB na Rede pela Erradicação do Analfabetismo* enfatiza a filosofia desta instituição de ensino superior na formação integral do ser e no resgate de valores essenciais à vida humana para a construção de uma sociedade mais democrática, valorizando a inclusão e a responsabilidade social. O presente projeto integra as atividades da Assessoria de Extensão e Integração Comunitária do UniCEUB com o objetivo de participar, de maneira efetiva, do enfrentamento da questão da inclusão social, colaborando para a sustentabilidade do país no que se refere a alfabetizar e abrir novos horizontes àquela parcela da população que ainda não se beneficiou dessa conquista. Dessa forma, a participação do corpo discente e da comunidade externa no curso de capacitação representa esforço conjunto para a consecução dos quatro pilares da educação definidos na Conferência da UNESCO – Relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, (2001): *aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser*, visando ao aprimoramento e ao alcance do letramento. O Projeto oferece a capacitação da comunidade interna do UniCEUB e da comunidade externa, propiciando conhecimentos gerais, metodologias apropriadas à educação de jovens e adultos, aprimoramento da prática pedagógica e desenvolvimento de habilidades e competências na arte de fazer e gerar rendas, com base no "que se sabe fazer e se pode ensinar". A atuação é em parceria com os demais projetos de extensão do UniCEUB no sentido de interagir e enriquecer os conhecimentos dos alunos participantes, proporcionando-lhes segurança na construção de novas habilidades e competências dos alfabetizandos. A capacitação dos alfabetizadores tem como princípio metodológico a construção coletiva de conhecimentos, a vivência e o planejamento das intervenções didáticas que lhes possibilitem a instrumentalização teórica e prática. Tais procedimentos visam assegurar os modos de articular os processos de ensino e aprendizagem e recriar práticas pedagógicas de forma reflexiva e crítica. Os encontros de capacitação, 70 horas de atividades, estão organizados em forma de aulas expositivas dialogadas, leitura e discussão de textos, oficinas pedagógicas e diversificadas técnicas de grupo. Para que haja maior integração e vivência na construção das ideias dos textos estudados, utiliza-se sistema multimídia, cartazes, vídeos, entre outros recursos.

Palavras-chave: alfabetização, inclusão social, sustentabilidade.

EXAME PARASITOLÓGICO E INTERVENÇÃO EDUCATIVA

Fernanda Vinhaes de Lima
biomedicina@uniceub.br
Alunos voluntários
André Luiz Soares da Cunha (Ra: 2113379/4)
Bruna Resende Dantas (Ra: 2074020/4)
Camila Santos Nobre (Ra:2095599/7)
Fabiano F M Silva (Ra: 2075315/0)
Fernanda Guimarães Bernardes (Ra: 2085856/7)
Jéssica de Oliveira Frazão (Ra: 2103336/8)
Karla Regina de Oliveira (Ra: 2091369/7)
Larissa Costa Trajano da Silva (Ra: 2094124/9)
Lays Rodrigues de Souza (Ra: 2091456/7)
Lígia Canongia de A. Cardoso (Ra: 2094202/8)
Luciana Ferreira Coelho Sampaio (Ra: 2094585/1)
Luiz Henrique Gontijo dos Santos (Ra: 21033830/3)
Marcelo Henrique de Névoa Netto (Ra: 2100368/0)
Natália Soares Barros (Ra: 2071326/3)

As parasitoses intestinais constituem um dos problemas mais sérios de saúde pública em crianças com idade escolar, e sua prevalência sofre variações de acordo com condições de saneamento básico, hábitos de higiene, de alimentação e aspectos socioeconômicos. A presença de sintomas gastrointestinais crônicos e anemia ferropriva são situações em que a atenção do diagnóstico se volta para as parasitoses intestinais, podendo ocorrer diarreia, má absorção, náuseas, dor abdominal, prurido anal, febre e dermatite. Portanto, conhecer a prevalência das parasitoses torna-se uma necessidade essencial para adoção de métodos profiláticos e diminuição da ocorrência de parasitoses, sua manutenção e transmissão. Em abril de 2011, foram analisadas 35 amostras fecais de crianças com idade entre 6 e 10 anos da Escola Classe 708 norte, Brasília, DF. Cada amostra foi coletada em recipiente específico, formalizada a 10%. Para análise, foi aplicado o método de Hoffmann-Pons-Janner modificado. Pequenas alíquotas do material foram coradas com lugol e verificadas em triplicata entre lâminas e lamínulas, em microscópio óptico. Das 35 amostras analisadas, 25,72% eram protozoários. Os cistos de *Entamoeba coli* e *Endolimax nana* foram os mais prevalentes, e os protozoários *Entamoeba hystolitica* e *Iodoamoeba bütschlii* foram os menos prevalentes. As crianças em fase escolar estão sujeitas a infecções por causa do grande contato com outras crianças e adultos, além dos próprios hábitos de higiene. Apesar de termos encontrado pequena quantidade de crianças infectadas, existe a possibilidade de transmissão para o grupo, principalmente se a educação sanitária não for um critério para evitar a expansão da parasitose. A presença de protozoários não patogênicos não requer grandes preocupações, contudo é importante frisar que a existência deles demonstra maus hábitos de higiene e propicia a presença de parasitos patogênicos como é o caso da *Entamoeba hystolitica*, que requer cuidados, pois causa acometimentos graves e pode expandir-se a outros indivíduos.

Palavras-chave: parasitoses; educação sanitária; profilaxia.

FISIOTERAPIA EM SAÚDE COLETIVA

Renata Vieira Rebouças
Professora do UniCEUB – FACES
Renata.reboucas@gmail.com
Mara Claudia Ribeiro
Professora do UniCEUB – FACES
Alunos:
Ana Paula Viana Santos Sobreira
Azuen Cristina dos Santos
Rayssa Valença Rodrigues
Priscila Sabóia Demeterco
Raiza Rangel Cabral
Jéssica Borges Lobo Gomes
Gabriela Rodrigues Ferreira
Luciana Guimarães Soares de Sá
Ana Claudia Soares Schultz
Flávia Pereira Ibaldo
Luiz Gustavo Suzuki

Nos últimos anos, ocorre, no Brasil, a mudança qualitativa no pensar e no fazer em saúde coletiva privada e pública. Os congressos nacionais de epidemiologia, a atuação marcante da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) e os periódicos *Ciência & Saúde Coletiva* e *Revista Brasileira de Epidemiologia* foram fatores que contribuíram para isso. Em consonância com esses avanços, o curso de graduação em Fisioterapia do UniCEUB desenvolve atividades por meio do projeto de extensão em Saúde Coletiva, que objetiva atingir pessoas carentes de suporte técnico assistencial que necessitam de atenção à sua saúde, além de fomentar o conhecimento junto aos alunos de programas governamentais de saúde da família (PACS e PSF), indo ao encontro da perspectiva de desenvolvimento do profissional cidadão que conheça e lute pela saúde pública ou particular de qualidade. No primeiro semestre de 2011, as atividades do projeto de extensão em Saúde Coletiva foram direcionadas à assistência primária e secundária da população beneficiada. O desafio é inovar, e, para isso, neste semestre, foi implantado o método de terapia em grupo, a fim de melhorar e maximar o alcance do conhecimento preventivo e curativo em Fisioterapia. Buscou-se atender, com embasamento científico, pessoas com agravos de interesse da saúde coletiva, então foram formados grupos de pacientes com diabetes, com hipertensão, com síndrome do impacto no ombro de fundo ocupacional, entre outros, em que foram empregadas técnicas de tratamento e de orientação, a fim de obter-se melhoria e prevenção de complicações no quadro clínico dos participantes. Os demais temas de interesse do projeto foram metodologia de pesquisa e de indicadores epidemiológicos, vigilância epidemiológica, saúde dos trabalhadores, informação em saúde. Os benefícios alcançados foram a melhora da qualidade de vida, obedecendo às definições da Organização Mundial da Saúde, que propõe a natureza multifatorial desse aspecto e refere-se a esse conceito em cinco dimensões: saúde física; saúde psicológica; nível de independência em aspectos de mobilidade, atividades diárias, uso de medicamentos, cuidados médicos e capacidade laboral; relações sociais; meio ambiente. Também foi alcançada a promoção da saúde global da população atingida pelo projeto em decorrência da multidimensionalidade das ações, do incentivo à autonomia, da contextualização e da humanização do atendimento.

Palavras-chave: saúde coletiva, desafios e benefícios.

FISIOTERAPIA DO TRABALHO

Renata Viera Rebouças
UniCEUB – FACES – FISIOTERAPIA
renatareboucas@gmail.com
Alunos voluntários:
Priscila Hermínio Pschiski
Camila Irate Espíndola de Macêdo
Délis Batista Barbosa
Luísa Ester Martins de Lima
Juliana Andrade da Silva
Fabiana Chaves Gomes
Silvana Monteiro Fiquer Leal
Úrsula de Oliveira Limongi
Gabriela Lopes da Silva

A ergonomia pode ser entendia como o estudo do relacionamento entre o ser humano e seu trabalho, equipamento e ambiente e, particularmente, a aplicação dos conhecimentos de anatomia, fisiologia e psicologia na solução dos problemas surgidos desse relacionamento. Tendo caráter multidisciplinar, necessita de profissionais de várias áreas, entre elas, o educador físico, o psicólogo, o engenheiro, o enfermeiro e o fisioterapeuta. A fisioterapia do trabalho é uma especialidade que visa à prevenção, ao resgate e à manutenção da saúde do trabalhador, abordando os aspectos de ergonomia, biomecânica, atividade física laboral e recuperação de queixas ou desconforto físico, trabalhando sob o enfoque interdisciplinar. O seu propósito é melhorar a qualidade de vida de quem trabalha, consequentemente, aumentando o bem-estar, o desempenho, a produtividade do funcionário e reduzindo o número de afastamentos. O projeto de extensão *Fisioterapia do Trabalho* desenvolve atividades preventivas e curativas e vai ao encontro das necessidades dos funcionários do UniCEUB, buscando aprimorar a adaptação e a qualidade de vida no trabalho, conforme análise prévia do ambiente e das condições impostas. A metodologia consiste na avaliação dos funcionários no local de trabalho, com orientações iniciais; aplicação de questionários de avaliação dos locais e intensidade das queixas; período de intervenção com a realização de exercícios nos ambientes de trabalho; elaboração de panfletos com orientações para os trabalhadores. No primeiro semestre de 2011, foram procedidas 18 intervenções de 20 minutos cada uma com os funcionários do Call Center do UniCEUB, no Edifício União. Nas ações, foram feitos alongamentos livres, dando ênfase aos membros inferiores, à coluna e aos membros superiores, além de sessões de massoterapia, visando ao relaxamento. Além disso, houve conscientização sobre os temas: importância do alongamento e repercussão nos músculos; importância da massoterapia para o organismo; sedentarismo; postura e vícios posturais; maneira correta de sentar-se; consciência corporal. Foram aplicados dois questionários, um na primeira semana do projeto e outro ao término do semestre. Os resultados do primeiro questionário indicam que a maioria dos atendentes não sente dor. Durante as intervenções, foi observada a mobília do setor, que está adaptada às normas NR17. Aparentemente, as condições de trabalho e o clima organizacional são muito bons, o que corrobora a saúde dos funcionários do referido setor. Faz-se necessária a continuidade do projeto de ginástica laboral, principalmente, para prevenir lesões musculoesqueléticas. Sugere-se a avaliação aprofundada antropométrica, de ruído e temperatura.

Palavras-chave: DORT, fisioterapia, ergonomia.

GESTÃO AMBIENTAL NO UNICEUB ERRADICAÇÃO DO ÓLEO CULINÁRIO

Renata Innecco Bittencourt de Carvalho
Carlos.alberto@uniceub.br
Aluna voluntária
Juliana Alves Missiagia

Vários agentes poluidores causam preocupação, pois são utilizados rotineiramente, como o óleo vegetal amplamente empregado na culinária e que tem alto potencial contaminante de água e solo. O óleo vegetal pode ser de milho, canola, soja, mamona ou girassol, que, utilizado repetidamente em frituras por imersão, sofre rápida modificação de suas características físicas e químicas pela alta temperatura do processo, tornando-se escuro, viscoso, com acidez aumentada, odor desagradável, além de ser nocivo à saúde. Não havendo utilização prática para os residuais domésticos e comerciais, em geral, são lançados na rede de esgotos. Em função de imiscibilidade do óleo com a água e sua inferior densidade, há tendência à formação de películas oleosas na superfície, o que dificulta a troca de gases da água com a atmosfera, ocasionando diminuição gradual das concentrações de oxigênio, resultando em morte de peixes e outras criaturas dependentes de tal elemento. Em rios, lagos e mares, o óleo deprecia a qualidade das águas, e sua temperatura sob o sol pode chegar a 60ºC, matando animais e vegetais microscópicos. Desta maneira, cria-se uma barreira que impede a troca de gases e a entrada de luz, matando algas e peixes e gerando um ambiente ocupado por microorganismos anaeróbicos. No solo, o óleo impermeabiliza as partículas, impedindo a infiltração da água e a aeração, fundamentais para sua qualidade, além de favorecer enchentes pela impermeabilização do solo. No ambiente com baixa concentração de oxigênio, pode haver transformação dos óleos em gás metano, contribuindo para o aquecimento global. Quando jogado na tubulação sanitária de esgoto pluvial, o óleo mistura-se com a matéria orgânica, formando uma placa rígida, ocasionando entupimentos em caixas de gordura, causando mau cheiro e comprometendo o sistema. Lançado diretamente em bocas-de-lobo, o óleo provoca obstruções, retendo resíduos sólidos. Para desobstrução, faz-se uso de produtos químicos corrosivos tóxicos ao ambiente. Em alguns casos, os entupimentos na rede de esgotos podem ocasionar pressões que conduzem à infiltração do esgoto no solo, poluindo o lençol freático ou ocasionando refluxo à superfície. Quando ingresso aos sistemas municipais de tratamento de esgotos, o óleo dificulta e encarece o tratamento em até 45 %. Em 05 de maio de 2008, o governador do Distrito Federal sancionou a Lei nº 4.134, que dispõe sobre coleta, transporte e destinação final de óleos utilizados na fritura de alimentos no Distrito Federal e dá outras providências. O UniCEUB tem, em seu *campus*, quatro estabelecimentos comerciais que utilizam óleo de cozinha no preparo de alimentos, sendo a instituição responsável pelo adequado descarte dos resíduos provenientes da utilização desse insumo. Torna-se imprescindível esclarecer a comunidade interna e impedir o descarte inadequado do óleo vegetal, reorganizando os procedimentos de acordo com a legislação vigente e permitindo a certificação ISO 14.001:2004. Após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética do UniCEUB, foram realizadas entrevistas, utilizando-se questionários semiestruturados, preenchidos após o esclarecimento sobre o objetivo da pesquisa e a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) pelo entrevistado. Foram identificados quatro estabelecimentos no *campus* que utilizam óleo culinário, totalizando 140 litros por mês; um único estabelecimento é responsável pela utilização de 80 litros por mês. 100% dos entrevistados utilizam óleo para a fritura; três estabelecimentos indicaram preferência por óleo de soja e um por óleo de girassol. Três estabelecimentos adquirem o produto em embalagens plásticas de 900 ml, e um, em lata de alumínio de 18 litros. Todos os entrevistados estocam o óleo em despensa própria, antes de utilizá-lo; dois estabelecimentos têm sistema de entrega do produto, e dois têm o transporte feito por funcionário próprio. Três estabelecimentos estocam o óleo em garrafas plásticas do tipo *pet* após o uso, dois estabelecimentos utilizam garrafas de dois litros, e um utiliza galão de cinco litros. 75% dos entrevistados admitem jogar o óleo utilizado no lixo comum, e o estabelecimento que indicou entrega em ponto de coleta não sabe definir qual ou onde. Daqueles que afirmam descartar o óleo no lixo comum, dois indicam que o funcionário o leva até o contêiner mais próximo, e um não definiu o local de descarte. Quanto à frequência de descarte, um estabelecimento informou descarte trimestral, um semanal, um a cada 3 dias, e um realiza descarte diário. Todos os estabelecimentos declaram orientar os funcionários em relação à higiene e à forma correta de armazenamento e manuseio dos alimentos; dois estabelecimentos indicaram a presença de sete funcionários relacionados ao processo de manuseio e descarte do óleo; um possui

cinco funcionários, e um não respondeu. Todos os entrevistados afirmaram reconhecer o óleo como um agente poluidor do ambiente e que é importante haver medidas para evitar a poluição ambiental, no entanto apenas um declarou conhecer algum programa de reciclagem, e um afirmou conhecer o ponto de coleta, sem indicar qual o resíduo coletado pelo referido programa. Apenas um dos entrevistados declarou não poder contribuir com a redução da poluição urbana, e dos 75% que afirmaram poder contribuir com a redução da poluição, um indicou o armazenamento de óleo no estabelecimento, um se referiu à coleta seletiva, e outro a programas de reciclagem. Quando perguntados sobre a participação em programas de redução de resíduos, três entrevistados declararam não participar, e um não respondeu. 50% dos entrevistados afirmaram ter interesse em participar dos programas; os que indicaram a falta de interesse apresentaram motivos pessoais, não respondendo como gerentes do estabelecimento. Os dados obtidos permitem a implementação de programa de gerenciamento do óleo culinário utilizado no *campus* do UniCEUB sob o ponto de vista quantitativo, uma vez que o volume gerado pode ser recolhido periodicamente e há intenção de participar deste tipo de programa. Segundo os dados, confirma-se a viabilidade de implementação de modelo para coleta, armazenamento temporário e descarte adequado do óleo culinário gerado no UniCEUB, corroborando a política de gestão de resíduos e a meta institucional de obtenção de certificação ISSO 14001.

Palavras-chave: conservação ambiental; gestão de resíduos; resíduos urbanos.

INOVAÇÕES

Amauri Rodrigues da Silva
Ana Luiza Montalvão maia
Joelma Rodrigues
Mara Lucia Castilho
Maria Eleuza Montenegro
Rudhra Gallina
FACES - UniCEUB

Visando continuar criando caminhos e persistir na geração de mecanismos que multiplicam as possibilidades de captação de conhecimentos por parte dos alunos de Letras, em particular, e dos alunos dos demais cursos do UniCEUB, em geral, a Coordenação do curso de Letras deu prosseguimento ao projeto Inovações no 1º semestre de 2011. Idealizado com o propósito de ampliar o atendimento de expectativas do curso de Letras, ao mesmo tempo, demonstra interesse por questões relevantes pertencentes a áreas distintas, que, apesar de assim serem, são assimiladas pelo estudante universitário e, nessa perspectiva, numa dimensão muito maior, pelo estudante de Letras, dada a abrangência natural do curso. Considerando o compromisso do aluno de Letras com questões de variadas ordens, o projeto Inovações atua, precipuamente, no sentido de trazer ao âmbito acadêmico questões que não são contempladas pelo conteúdo programático. O curso de Letras desenvolve atividades para complementar a formação dos estudantes com temas, como "Educação inclusiva", "O estudante do curso de licenciatura em Letras: perfil e preparação para a docência", apresentado pelos alunos de Letras que pesquisaram, pelo Programa de Iniciação Científica, outros cursos do Distrito Federal sob a orientação da professora doutora Maria Eleusa Montenegro (UniCEUB). Outro tema discutido foi "Alteridade e ética", apresentado pelo professor Rudhra Gallina. Além disso, foi realizada mesa-redonda sobre "O papel da linguística no ensino de Língua Portuguesa", debate que teve como meta a polêmica que, por dias seguidos, marcou as mídias impressa e eletrônica a respeito do livro didático "Por uma vida melhor", adotado pelo MEC. Compuseram a mesa os professores doutores Stella Maris Bortoni, Kléber Silva e Virgílio Almeida, da UnB, e a professora Vânia Alves da Silva, do UniCEUB. Todos os eventos foram proveitosos, considerando que as propostas do projeto Inovações foram atendidas, e, nessa perspectiva, avalia-se como positivo e compensador o investimento em ações inovadoras no curso de Letras.

Palavras-chave: ensino superior; curso de Letras

LETRAMENTO LINGUÍSTICO E LITERÁRIO

Mara Lúcia Castilho
Ana Luiza Montalvão Maia
Cátia Regina Braga Martins
FACES - UniCEUB

É sabido que o indivíduo se encontra mergulhado na linguagem. Ela está por toda parte. Vive-se nela e através dela, como se fosse o *habitat* natural das coisas e do indivíduo. Em seu uso corriqueiro, costuma-se empregar a linguagem como moeda de troca nas relações sociais. Usam-se fórmulas, ou melhor, os indivíduos são levados a repetir regras para a manutenção dos laços sociais, ao estabelecer uma comunicação. Foi pensando no desenvolvimento de habilidades do uso da linguagem seja pela leitura, seja pela escrita que, durante 15 (quinze) semanas, desenvolveu-se o projeto de extensão **Letramento linguístico e literário** no 1º semestre de 2011. Em uma sociedade letrada, as possibilidades de exercício da linguagem pelo uso das palavras são inumeráveis. Há, entretanto, uma que ocupa lugar central. Trata-se da escrita. Praticamente, todas as transações humanas de uma sociedade letrada passam, de uma maneira ou de outra, pela escrita, mesmo aquelas que, aparentemente, são orais ou imagéticas. É assim no jornal televisionado, com o locutor que lê o texto escrito. É assim com práticas culturais de origem oral, como a literatura de cordel, cujos versos são registrados em folhetos para ser vendidos nas feiras. A tela do computador também está repleta de palavras. Essa primazia da escrita dá-se, pois é por meio dela que se armazenam os saberes, organiza-se a sociedade e permite-se a liberação de limites impostos pelo tempo e pelo espaço. A escrita é, nesse sentido, um dos mais poderosos instrumentos de liberdade das limitações físicas do ser humano. Ao pensar no corpo da linguagem, no corpo da palavra, no corpo da escrita, o projeto **Letramento linguístico e literário** buscou, na maioria das vezes, no texto literário e seu exercício. Sabe-se que a literatura não apenas tem a palavra em sua constituição material, como também a escrita é seu veículo predominante. A prática da literatura seja pela leitura, seja pela escritura consiste exatamente em uma exploração das potencialidades da linguagem, da palavra e da escrita que não tem paralelo em outra atividade humana. Por essa exploração, dizer o mundo (re) construído pela força da palavra, que é a literatura, revela-se como uma prática fundamental para a constituição de um sujeito da escrita. Em outras palavras, é no exercício da leitura e da escrita dos textos literários que se desvela a arbitrariedade das regras impostas pelos discursos padronizados da sociedade letrada e constrói-se um modo próprio de fazer-se dono da linguagem que é também de todos. Isso se dá, porque, à semelhança de Proteu, a literatura tem o poder de metamorfosear-se em todas as formas discursivas, guarda o passado, o presente e o futuro das palavras, especificidades importantes ao letramento linguístico. As trajetórias percorridas pelo projeto **Letramento linguístico e literário** permitiram aos alunos não só saber da vida por meio da experiência do outro, como também vivenciar essa experiência.

Palavras-chave: letramento; leitura; escrita.

LIONS UNIVERSITÁRIO – UNICEUB

Prof. Adilson de Lizio
UniCEUB – Direito – FAJS
adilson.lizio@globo.com
Prof. Roberto Freitas Filho

Fundar o Lions Universitário é reunir toda a comunidade acadêmica, para enfrentar desafios específicos. O Lions Clube de Brasília Universitário – UniCEUB é vinculado à Associação Internacional de Lions Clubes, presente em 200 países e regiões geográficas. É a maior e melhor instituição de voluntários no mundo, segundo pesquisa recente publicada no jornal *Financial Times*, que destacou o crescente interesse de empresas em firmar parcerias a longo prazo, para combater problemas sociais. Os Lions Clubes Universitários realizam projetos e atividades, para atender a comunidade acadêmica, dando aos sócios o poder de efetuar mudanças, propiciando experiências e oportunidade de desenvolver habilidades de liderança útil, disseminando a cultura do voluntariado, modificando a realidade local, incentivando a união dos estudantes com os demais integrantes das faculdades. No UniCEUB, o Lions atua, para atender ao público interno, principalmente os alunos portadores de necessidades especiais, por meio do Núcleo de Integração à Vida Acadêmica, propiciando material específico e adaptação das instalações físicas da Instituição, promovendo palestras pelo projeto *UniCEUB na erradicação do analfabetismo* e apoiando o projeto *Direitos Humanos e desenvolvimento*. Assim, o Lions Universitário busca reunir a comunidade do UniCEUB e possibilitar a integração social mediante eventos *leonísticos*.

Palavras-chave: Lions Clube; voluntariado; responsabilidade social.

MUSEUS DE GEOGRAFIA

Coordenadora: professora Satsuqui Wada
geografia@uniceub.br
wadasat@ig.com.br
Alunos:
Aidil Soares Faustino
Chistian Souza Alves da Silva
Adriana Lannes Oliveira
Glocimar Pereira Brito
Letícia Ines Balensiefer
Marcus Fabio Ribeiro Farias
Sérgio Eustáquio De Noronha
Ieda Custodia Dos Santos
Samuel Santos De Souza

O projeto Museus de Geografia desenvolve atividades de revitalização e ampliação do Museu Vivo do Cerrado e do Museu de Geociências. O Museu Vivo do Cerrado desenvolve atividades, incorporando novas coleções de plantas nativas do cerrado em áreas vazias do *campus* do UniCEUB, para tornar o ambiente acadêmico mais saudável e proporcionar melhor qualidade de vida à comunidade local. Consideram-se os ganhos ambientais relativos à manutenção da biodiversidade local e o lócus para atividades de educação ambiental, destinadas aos cursos da área de educação e da saúde e à comunidade externa. Assim, o novo desafio é ampliar a área de jardins por meio da reutilização dos espaços vagos e da reorganização dos ociosos, praticando o reaproveitamento sustentado e combatendo a perda de vitalidade do espaço. Por sua vez, o Museu de Geociências do UniCEUB apresenta um acervo bastante rico em minerais e rochas da região Centro-Oeste e de outras procedências do país, por isso tem atraído a comunidade em geral, estudantes e interessados no assunto. Por ter finalidades educativas, a sua importância é fundamental às atividades pedagógicas, científicas e de pesquisa do UniCEUB, sobretudo, aos cursos de Geografia, Biologia, Engenharia Civil. Além disso, o museu atende aos alunos do ensino fundamental e médio do Distrito Federal, prestando relevante serviço à comunidade acadêmica externa. Destaca-se a sua importância científica, por ser depositário de minerais, rochas, réplicas de animais e de chilópagos do cerrado, utilizados em pesquisas pelos docentes do UniCEUB e de outras instituições. A primeira fase de instalação do Museu foi concluída, havendo a necessidade de reformulação didático-pedagógica para que se possam atingir, com efetividade, os objetivos para os quais foi criado, ou seja, como espaço destinado ao ensino, à pesquisa e à extensão sobre os recursos minerais da região Centro-Oeste e sua importância política, econômica, social, ambiental e estratégica para o país. Sendo assim, deve-se constituir em um museu autoexplicativo com ampliação do acervo e diversificação de amostras de minerais, rochas e fósseis nacionais. Para tanto, o projeto visa reformular, pedagogicamente, o Museu. Trata-se de reestruturação da disposição de distribuição de rochas e minerais segundo a classificação técnico-científica, e pretende-se desenvolver atividades para que se constitua um museu moderno, dinâmico, sempre em renovação, um espaço de troca de experiências nacionais e internacionais e com outros museus similares. Além disso, o presente projeto visa revitalizar a horta localizada nas dependências do LABOCIEN para que os produtos possam ser empregados nas aulas de gastronomia regional, assunto trabalhado na disciplina Geografia Humana e Cultural do Brasil, cuja prática é realizada no Laboratório de Experiências Dietéticas.

Palavras-chave: Museu Vivo do Cerrado; Museu de Geociências; revitalização da horta.

NIVELAMENTO EM MATEMÁTICA - SEMIPRESENCIAL

Maria Elza Miranda Ataíde
elza.ataide@uniceub.br
Luís Cláudio Lopes de Araújo
Professor do UniCEUB – FATECS
luis.claudio@uniceub.br
Aluna: Ana Gabriela Bezerra Feijó Carneiro – monitora

A disciplina de Nivelamento em Fundamentos de Matemática na modalidade a distância oferece aos alunos dos cursos de graduação do UniCEUB a oportunidade de rever conceitos importantes estudados em nível fundamental. As atividades são desenvolvidas em dois encontros presenciais, um no início e outro no final da disciplina, e no ambiente virtual de aprendizagem Moodle. Os alunos assistem a vídeos, envolvendo a ideia de matemática, e a videoaulas sobre conceitos e procedimentos matemáticos, respondem a questionários e exercícios dinâmicos, que funcionam de forma semelhante à *máquina de ensinar,* de Skinner, e são preparados para fazer uma avaliação ao final de cada tópico estudado. Foram trabalhados conteúdos simples, como: operações com frações, princípios aditivos e multiplicativos da igualdade, equações de 1º grau resolvidas com estes princípios, porcentagem, juros simples e compostos, matemática financeira básica e uso de planilhas eletrônicas para agilizar cálculos. Foi enfatizada a necessidade de procedimentos para resoluções de problemas e mostrada a matemática construída em pequenas partes que se sobrepõem. A disciplina de nivelamento em Matemática na modalidade a distância é mais uma oportunidade que o UniCEUB oferece, para o aluno superar suas dificuldades em matemática, estudando de acordo com seu ritmo, quando e onde lhe for mais conveniente.

Palavras-chave: nivelamento; matemática; modalidade a distância.

NIVELAMENTO EM LÍNGUA PORTUGUESA: SEMIPRESENCIAL

Maria Elza Miranda Ataíde
elza.ataide@uniceub.br
Aluna: Ana Gabriela Bezerra Feijó Carneiro – monitora

A disciplina de Nivelamento em Língua Portuguesa: Conhecimentos Gramaticais a Distância ofereceu aos alunos a oportunidade de resgatar informações e estruturas linguísticas adormecidas ou mal trabalhadas em níveis anteriores à vida acadêmica. As atividades desenvolvidas proporcionaram uma preparação básica para a produção textual desses alunos, por meio de conteúdos gramaticais essenciais à elaboração de um texto. Sabe-se que o curso não eliminou todas as deficiências dos participantes, mas foi de grande valia para que pudessem ver a língua portuguesa com outro olhar. A oferta da disciplina na modalidade a distância é mais uma oportunidade que o UniCEUB oferece para o aluno superar suas deficiências em língua portuguesa, estudando de acordo com seu ritmo, quando e onde lhe for mais conveniente. As atividades da disciplina foram desenvolvidas de forma sistêmica, trabalhando, principalmente, os conhecimentos voltados para a linguagem acadêmica, a norma culta. Para tanto, foram realizados dois encontros presenciais, fóruns e videoaulas, exercícios apoiados em material didático produzido pelo professor, que se estrutura na forma de livro didático, permitindo aos alunos o estudo individualizado e a realização dos mesmos exercícios no ambiente virtual de aprendizagem Moodle. A disciplina reforçou o uso da norma padrão da língua, revisando e fortalecendo regras gramaticais fundamentais para a produção de qualquer gênero textual.

Palavras-chave: nivelamento; língua portuguesa; curso a distância.

NIVELAMENTO EM MATEMÁTICA - PRESENCIAL

Neide Fonseca de Oliveira
UniCEUB - Núcleo de Apoio ao Discente
ciclobasico@uniceub.br
Alunos envolvidos no Módulo 1
21129006 Alisson Araújo
21133439 Fernanda Pires Rangel
21136847 Kevin Tochiharu Oki
21142611 Magdiane Araujo Moura
21136557 Paulo Henrique Dias da Costa
Alunos envolvidos no Módulo 2
21129003 Alisson Araujo
20663558 Carlos Marlen Almeida da Mata
20475638 Elion Ribeiro Silva
21063050 Fábio José Pereira
21133439 Fernanda Pires Rangel
21142611 Magdiane Araujo Moura
21136543 Natália Cavalcante Duarte
21131515 Nemesio Gomes Neves Neto
21136557 Paulo Henrique Dias da Costa
Alunos envolvidos no Módulo 3
21129003 Alisson Araujo
20663558 Carlos Marlen Almeida da Mata
20475638 Elion Ribeiro
21063050 Fábio José Pereira
21133439 Fernanda Pires Rangel
21142611 Magdiane Araujo Moura
21136557 Paulo Henrique Dias da Costa

O curso Nivelamento em Matemática oferece aos alunos a oportunidade de rever conceitos importantes apresentados em matemática de nível fundamental e médio ou ter o contato com o conteúdo pela primeira vez. É oferecida a revisão de conceitos importantes, como porcentagem, juros simples e compostos, trigonometria, estudo de funções afins, quadráticas, exponenciais e logaritmos. O curso surgiu da constatação da deficiência existente na base matemática de alunos de Ciência da Computação, Engenharia de Computação, Engenharia Civil e outros. Desse modo, a proposta foi apresentar aos alunos conceitos que, teoricamente, já tenham visto, mas que, por algum motivo, não tenham assimilado. Os conteúdos são mostrados por meio de uso de recursos computacionais, quando possível, como o *software* para matemática dinâmica (GeoGebra) e as planilhas eletrônicas. As atividades são desenvolvidas nos moldes de uma disciplina comum, mas oferecida em três módulos distintos com níveis de dificuldades diferentes. O primeiro módulo é o mais acessível aos estudantes e envolve conteúdos, como: conjuntos numéricos, resolução de equações, resolução de inequações, interseções de intervalos, porcentagem, juros simples e compostos, cálculo de financiamentos, amortização e equações. O segundo módulo estuda funções e matemática financeira. O terceiro módulo apresenta assuntos relacionados à área de tecnologia, como trigonometria e curvas cônicas.

Palavras-chave: nivelamento; matemática; módulos.

NÚCLEO DE ESPORTES - CALOURADA ESPORTIVA

Daniel Vasconcelos Veloso
UniCEUB - Núcleo de Esportes
esportes@uniceub.br
Sérgio Adriano Gomes
Alunos:
Lydio Wong
Rodolfo Azevedo de Freitas
Claudio Bernardes Brumana
Rodrigo Leonardo Matos Alves
Nomes dos alunos bolsistas do UniCEUB envolvidos
Rebeca Barbosa da Silva
Thiago Benon Carnaval Pereira da Rocha
Wemerson Monteiro Azevedo

A Calourada Esportiva UniCEUB é o evento de recepção do Núcleo de Esporte aos alunos ingressantes na instituição. Com a promoção da prática de várias modalidades em apenas um dia, 300 calouros participam de competições de futsal, futebol *society*, voleibol, queimada e basquetebol. Além disso, as turmas podem utilizar a piscina e conferir apresentações especiais das outras modalidades ofertadas na instituição, como esgrima, karatê e capoeira. Visando incentivar a participação dos discentes na atividade, o Núcleo de Esportes reuniu-se com os representantes de cada turma do 1º semestre, de cada curso e dos três turnos, matutino, vespertino e noturno, premiando aqueles cujas turmas apresentaram maior número de integrantes no evento. A premiação é direcionada para, além de ofertar os brindes aos ganhadores, ser um momento de pesquisa sobre o evento, colhendo dos participantes as impressões sobre a atividade. As competições são direcionadas, visando promover integração entre os alunos de cada turma. Na organização das atividades, estão os alunos da disciplina Pedagogia dos Esportes Coletivos, do 2º semestre do curso de Educação Física, o que lhes possibilita a prática das modalidades e inclui-os na organização das competições e na logística de execução.

Palavras-chave: esportes; integração; calouros.

NÚCLEO DE ESPORTES - CLUBE DA CORRIDA

Daniel Vasconcelos Veloso
UniCEUB - Núcleo de Esportes
esportes@uniceub.br
Aluna: Rebeca Barbosa da Silva

O Clube da Corrida do UniCEUB tem o intuito de propiciar aos praticantes de corrida de rua o atendimento multidisciplinar nas áreas de Educação Física, Nutrição e Fisioterapia. Essa atividade configura o posicionamento da Instituição no crescente mercado de corrida de rua no Brasil. Após o lançamento do projeto, definiu-se o calendário de participação do Clube da Corrida do UniCEUB nas principais e maiores provas da modalidade em Brasília. A Instituição apoiará os participantes do Clube da Corrida nesses eventos e utilizará a estrutura como divulgação, ofertando aos alunos conforto, qualidade de atendimento e eficiência. No dia a dia da Instituição, o Clube de Corrida visa orientar o treinamento de corrida dos interessados por meio de periodização individual, educativos, treinos em grupos e atividades de *long run*, que são realizadas em locais fora do CEUB, como Parque da Cidade, Parque Olhos D´água e Parque da Água Mineral.

Palavras-chave: corrida; integração; saúde.

COPA UNICEUB DE FUTEBOL SOCIETY

Daniel Vasconcelos Veloso
UniCEUB - Núcleo de Esportes
esportes@uniceub.br
Alunos:
Guilherme Augusto Paranhos
Anderson Costa de Queiroz
Cássio Miranda Sacramento
Fabrício Luis Licht Cequine
Janaina Alves Rodrigues

O Núcleo de Esportes e a Coordenação do curso de Educação Física do UniCEUB, buscando a continuidade de implementação da política de esporte participativo, apresentam o projeto da Copa UniCEUB de Futebol Soceity, baseando-se nos preceitos da consolidação do orgulho de ser UniCEUB, destacado na Regulamentação Mestre D'armas, e nos projetos das edições anteriores, realizadas de 2007 a 2010, aprovados pela Direção Acadêmica. Este projeto propõe acrescentar maior número de componentes de acordo com a missão institucional de extensão, buscando, além dos objetivos da edição anterior, aumentar, principalmente, a multidisciplinaridade da competição, para, dessa maneira, aumentar a importância e a abrangência da Copa.

Palavras-chave: esportes, integração, extensão.

NÚCLEO DE INTEGRAÇÃO À VIDA ACADÊMICA - NIVA

Ana Regina Melo Salviano
niva@uniceub.br
Renata Innecco Bittencourt de Carvalho
niva@uniceub.br

O projeto institucional de extensão e integração comunitária denominado Núcleo de Integração à Vida Acadêmica foi criado em 18 de julho de 2005. Tem como objetivo geral possibilitar a transformação de práticas para construção de uma política de acesso e de permanência dos alunos com deficiência, altas habilidades, superdotação e transtornos globais de desenvolvimento que apresentam necessidades educacionais especiais e que estejam matriculados nos cursos de graduação e pós-graduação do UniCEUB. O atendimento pedagógico prestado a esta clientela tem como proposta de atuação a metodologia de projetos, em que há a possibilidade de articulação dos saberes escolares (acadêmicos) com os saberes sociais. (GANDIN, 2004). São realizadas as seguintes ações: atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência, altas habilidades, superdotação e transtornos globais de desenvolvimento; acompanhamento das adaptações arquitetônicas realizadas no *campus para a* acessibilidade dos alunos com deficiência física e múltipla; acompanhamento de intérpretes aos alunos surdos; acompanhamento individualizado de ledores para os alunos cegos ou de baixa visão; orientações aos professores dessa clientela; novas metodologias para o ensino de surdos semioralizados que não dominam LIBRAS; materiais sensoriais didáticos para alunos cegos e surdos. No 1º semestre de 2011, foram atendidos 45 alunos com necessidades educacionais especiais. O acompanhamento pedagógico e o atendimento prestado no UniCEUB pelo Núcleo de Integração à Vida Acadêmica aos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais têm possibilitado a transformação de práticas para a construção de uma política de acesso e permanência no ensino superior, propiciando o sucesso pessoal, profissional e acadêmico.

Palavras-chave: acessibilidade; necessidades educacionais especiais; ensino superior.

PROSPECÇÃO DE TICS (TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO PARA O CURSO DE ADMINISTRAÇÃO)

Marcelo Gagliardi
administração@uniceub.br

A evolução das tecnologias de informação e comunicação modifica, sobremaneira, o modo como o profissional de administração atua no mercado. Na área de *marketing*, especificamente, não se concebe a prática profissional sem o uso de tecnologia de informação e comunicação. Diante desse contexto, acredita-se que, para formar profissionais com o perfil que o mercado e as diretrizes curriculares do curso de Administração exigem, é fundamental que o UniCEUB ofereça ao aluno o contato prático com as novas tecnologias de informação e comunicação. O novo currículo do curso de Administração do UniCEUB foi formulado com base nesta premissa: adota como eixo estruturante a tecnologia da informação e apresenta ementas que contemplam as tecnologias de informação e comunicação requeridas para a prática efetiva da administração. Entretanto, para que as ementas sejam efetivamente cumpridas, o aluno precisa não só conhecer, como também interagir com as novas tecnologias da informação e comunicação. Isso vai possibilitar o desenvolvimento de habilidades, do saber fazer, além do conhecimento teórico que, atualmente, já é desenvolvido. A fim de iniciar a instrumentalização do curso de administração, iniciou-se um projeto piloto com o objetivo de prospectar tecnologias de informação e comunicação necessárias ao desenvolvimento de competências para as disciplinas de *marketing* e estágio supervisionado. O método de trabalho envolveu a realização de pesquisas, buscas na Internet, contatos com fornecedores e áreas internas do UniCEUB e *networking*. O piloto permitiu a identificação das necessidades de tecnologia da informação e comunicação para as disciplinas propostas, o levantamento e o contato com os principais fornecedores de mercado e áreas internas do UniCEUB para a articulação de parcerias ou aquisições. Iniciaram-se as negociações com três empresas, nas áreas de CRM, *geomarketing* e BI, envolvendo a participação de setores internos do UniCEUB, como o *marketing* e TI. Como resultados, além do início das negociações, o piloto permitiu aprendizagem importante para a continuidade do projeto, incluindo a capacidade e as limitações do UniCEUB para a incorporação de NTICs em sala de aula, a identificação os principais desafios a ser superados e o real dimensionamento dos recursos de tempo e pessoas necessários para que o curso de administração passe a atuar, efetivamente, com recursos de TIC. Verificou-se que existem duas possibilidades de estabelecimento de parcerias. A primeira diz respeito a soluções de TICs que serão apenas demonstradas aos alunos. Esse tipo de parceria requer menos esforços de negociação e adaptação por parte das empresas e do UniCEUB, uma vez que não vai exigir recursos de suporte e infraestrutura, apenas pequeno treinamento dos professores envolvidos. O outro tipo de parceria é aquele em que a solução de TIC será disponibilizada para uso do aluno. Nesse caso, há duas possibilidades: soluções prontas para uso real e soluções adaptadas para uso fictício. Nas parcerias envolvendo soluções prontas, como é o caso do *geomarketing*, a negociação recai sobre contrapartidas para o parceiro e serviços de suporte e treinamento. No âmbito interno, a preparação diz respeito aos recursos de infraestrutura para abrigar a ferramenta. No caso de parcerias em que as soluções devem ser adaptadas para uso fictício, como é o caso do CRM, as negociações recaem sobre a disponibilização de bancos de dados, suporte, infraestrutura necessária e treinamento de professores e técnicos envolvidos.

Palavras-chave: docência; *marketing*; tecnologias de informação e comunicação.

RACIOCÍNIO LÓGICO - SEMIPRESENCIAL

Maria Elza Miranda Ataíde
elza.ataide@uniceub.br
Aluna: Ana Gabriela Bezerra Feijó Carneiro – monitora

O curso Fundamentos de Raciocínio Lógico foi realizado por meio de dois encontros presenciais e utilização do ambiente virtual de aprendizagem Moodle, em que foram desenvolvidos fóruns, vídeos, exercícios, apoiados pelo livro didático, especialmente elaborado para a ocasião. O curso ofereceu aos alunos a oportunidade de estudar os principais conceitos e fundamentos do raciocínio lógico em perspectiva reflexiva e aplicável ao cotidiano acadêmico, visando possibilitar a construção de estratégias para efetivar a aprendizagem, uma vez que as estruturas de conhecimento atuam em consonância com todos os cursos e disciplinas da Instituição. Assim, buscou-se o desenvolvimento das competências ligadas ao raciocínio lógico, a argumentação, a análise contextualizada e a autonomia intelectual. Em termos específicos, os módulos do curso analisaram, sucessivamente, a compreensão da contribuição da lógica para o pensamento e o cotidiano, a análise das estruturas de um argumento lógico e a identificação de argumentos equivocados ou enganosos. Além do estudo do conteúdo do livro didático, foram realizados exercícios no ambiente virtual correspondentes aos módulos para fixação da aprendizagem e desenvolvimento das habilidades ligadas ao raciocínio lógico. O compartilhamento de reflexões, ideias e opiniões, apresentação e esclarecimento de dúvidas ocorreu por meio de fóruns para interação entre alunos e professor, mediante o recurso *Diálogo reservado*, que permitiu o atendimento de questões específicas de cada aluno, proporcionando trabalhar com a dimensão do respeito à singularidade e às diferenças individuais. A oferta desse curso é mais uma oportunidade de que o UniCEUB dispõe para que o aluno desenvolva o raciocínio lógico e o pensamento de forma mais crítica e construtiva, principalmente quando do estudo dos conteúdos das diferentes disciplinas.

Palavras-chave: raciocínio lógico; curso a distância;

SAÚDE MENTAL: SUBJETIVAÇÃO, CIDADANIA E INTERDISCIPLINARIDADE

Simone Roballo
coord.psicologia@uniceub.br
Tânia Inessa Martins de Rezende
UniCEUB – FACS – Psicologia
Renato Bastos João – Educação Física
Sandra Nascimento – Curso de Direito
tânia@hades.com.br
Alunos:
Paloma S. Brito
Andreia Mendes Silva
Eurípedes Trajano Dourado
Camila Tereza do Carmo Pereira
Adriana de S. Miranda
Alyne Farias Moreira
Ana Clara Meneses
Carolina Brito Nogueira Biato
Christiano Asano Nishikawa
Dianne Kran de Oliveira
Lorena Silva Costa
Márcia Gomes Marques
Patrícia de Melo Cortes
Roberto William M. Montenegro
Thaís Polônio Ribeirinho
Wanessa Muniz Silva Barros
Alex Ulhôa Silva
Caio Gonçalves Correia
Andressa de Paiva Santos
Edilâynia Araújo Barcelos Borges
Ian Lucas Ludgero

O presente projeto, embasado na compreensão da saúde mental como campo de atuação multiprofissional, propõe a realização de atividades práticas e conjuntas em instituições de saúde mental que possam permitir o desenvolvimento por parte dos alunos dos cursos de Educação Física, Direito, Psicologia e Comunicação Social de um pensamento crítico-reflexivo sobre o campo da saúde mental, pela atuação interdisciplinar. Por meio de atividades práticas e psicossociais que possibilitam entrar em contato com o sujeito em sofrimento por transtornos mentais, contempla-se a produção de novos sentidos nesta área de conhecimento, articulando a saúde mental com os processos de subjetivação na contemporaneidade, nas dimensões de saúde, qualidade de vida, inclusão social e direitos humanos. O objetivo é atender as necessidades de reabilitação psicossocial de pessoas em sofrimento psíquico grave e as demandas das instituições de saúde mental, contribuindo para a construção de práticas substitutivas no Distrito Federal. Neste sentido, o presente projeto articula-se com o objetivo maior da política nacional de saúde mental do Ministério da Saúde, a saber, a inclusão social. Desse modo, os alunos de diferentes cursos do UniCEUB desenvolvem o trabalho interdisciplinar, guiado pela reflexão de como o campo de saber específico, em articulação com outros saberes, pode contribuir para a reabilitação psicossocial de pessoas com sofrimento psíquico grave, ajudando-as em sua reinserção

social. Por meio de atividades práticas, busca-se propiciar habilidades específicas em nossos alunos, preparando-os para realizar estágio na área de saúde mental, cuja clientela exige preparação especializada. Assim, o projeto tem permitido a promoção de importante reflexão sobre a inserção da Educação Física no serviço de saúde pública. No âmbito do Direito, as atividades de Direitos Humanos referem-se a práticas de respeito à condição singular do indivíduo e a difusão da consciência de autonomia, exigindo que a atuação seja voltada para a ação emancipadora em relação à saúde mental, em que a dimensão humanística se consolida como elemento subjacente de todo o processo de proteção e promoção dos direitos de indivíduos que, na sua condição singular, estão vinculados à rede de apoio psicossocial, envolvendo o direito ao melhor tratamento e ao medicamento menos invasivo como condições indissociáveis da melhoria da qualidade de vida. Aos alunos do curso de Psicologia é dada a oportunidade de exercitar as atividades clínicas subordinadas ao objetivo da reabilitação psicossocial pela prática interdisciplinar, qual seja, a mediação entre as instituições de saúde mental. Por meio do vínculo com as pessoas em sofrimento psíquico grave, os alunos têm-se destacado no esforço de construir espaços de interlocução e diálogo com o objetivo de promover práticas emancipadoras. Por sua vez, considerando que o mote da TV comunitária é ser um canal voltado para o compromisso com a cidadania e a produção local, ao aluno de Comunicação Social a TV Sã oferece a possibilidade de exercício profissional com ênfase na cidadania e na ética. Além das ações realizadas nas instituições, como atividades físicas, clínicas e psicossociais e as oficinas de qualidade de vida e autonomia, o grupo interdisciplinar fez parte da programação da Semana da Saúde Mental, organizada pela Secretaria de Saúde do Distrito Federal, promovendo evento no UniCEUB que reuniu os cursos integrantes do projeto e participantes de instituições de saúde mental, consolidando a proposta do grupo interdisciplinar de realizar ações que permitam repensar atitudes e definir estratégias que afirmam a condição de cada integrante no processo de respeito e de valorização da dignidade da pessoa humana.

Palavras-chave: saúde mental; cidadania; interdisciplinaridade.

NÚCLEO DE ESTUDO DE DIREITO DO CONSUMIDOR - UNICON

Leonardo Roscoe Bessa
UniCEUB- curso de Direito – FAJS
Alunos bolsistas
Alan Bittar Prado
Cristiane Maria Pereira Hygino de Azevedo
Deivan Lourenço da Silva Junior
Gabriel Pestana de Castro
Jacob Dias Neto
Ligia dos Anjos Souza
Luis Claudio Borges Ferreira
Manuella Araujo Ferraz
Sarah Brandão do Nascimento
Thiago Caetano Luz
Laura de Oliveira e Souza

O Núcleo de Estudos de Direito do Consumidor tem suas atividades centradas na pesquisa científica e acadêmica, buscando a produção, o estudo e a publicação de trabalhos relativos ao Direito do Consumidor. Para execução das pesquisas, são criados grupos de trabalho necessários ao aprofundamento em temas delimitados por professores orientadores sobre questões processuais ou de direito material, teóricas ou práticas, trabalhos em cooperação com discentes de outros cursos, especialmente Administração e Comunicação. Outras ações serão desenvolvidas, considerando-se o momento e as oportunidades a ser criadas, como: redação de peças processuais e pareceres; visitas a órgãos jurisdicionais e acompanhamento orientado a audiências reais em fóruns; estudo de peças, rotinas e passos do processo pelo exame de autos findos; treinamento de técnicas de negociação coletiva, mediação e conciliação; elaboração de cartilhas; realização de aulas para alunos do Ensino Fundamental. Os grupos de trabalho são formados pelo professor responsável pelas atividades de orientação e pesquisa, com o número de integrantes a seu critério. Cabe ao professor responsável examinar eventuais solicitações dos estagiários sobre mudança de grupo; promover a integração de novos estagiários aos grupos existentes; recompor grupos com eventuais desfalques, por extinção ou fusão. No primeiro semestre de 2011, o UNICON dedicou-se à elaboração de cartilha relativa a explicações sobre superendividamento, tema que atinge milhões de famílias, causando sérios transtornos sociais e financeiros. Além disso, foi realizado um programa de rádio com apoio do Departamento de Comunicação do UniCEUB.

Palavras-chave: cartilha; superendividamento; prevenção.

PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
9º PIC

ISOLAMENTO DE AMEBAS DE VIDA LIVRE EM PISCINAS PÚBLICAS DO DISTRITO FEDERAL

Aline Silva Moraes
Bolsista do PIBIC
alinesilvamoraes_df@yahoo.com.br
Professora orientadora Daniella De Sousa Mendes Moreira Alves
Laboratório de Parasitologia, FACES, UniCEUB
lveslm@gmail.com

As amebas de vida livre (AVL) são protozoários anfizoicos encontrados em ambientes, tais como, lagos, rios, piscinas, esgotos, solos e ar. No ser humano, já foram detectadas na nasofaringe, em pele, olhos e no sistema digestório. Os cistos apresentam resistência a condições extremas de temperatura, ph e sistemas de desinfecção, o que dificulta a desinfecção de ambientes contaminados. Algumas AVL podem causar infecções de caráter grave e levar à morte ou à incapacidade permanente por meio de distúrbios, como meningoencefalite amebiana primária, encefalite amebiana granulomatosa e ceratite amebiana. São poucos os trabalhos que visam ao isolamento e à identificação de AVL no Brasil, e os que há são insuficientes para avaliar a real importância dessas amebas como possíveis agentes patogênicos. O objetivo deste trabalho foi determinar a presença de AVL dos gêneros *Acanthamoeba* e *Naegleria* em piscinas públicas do Distrito Federal. As coletas das amostras ocorreram no período de outubro de 2010 a março de 2011. Foram colhidos 800 ml de água superficial e passados aleatoriamente 20 *swabs* nas bordas das piscinas. Os *swabs* foram acondicionados em tubos com 10 ml de solução de transporte. As amostras foram analisadas no Laboratório de Parasitologia do UniCEUB e no Laboratório de Parasitologia da Faculdade de Medicina da Universidade de Brasília. As amostras foram levadas para a câmara de fluxo laminar e colocadas em cálices de sedimentação. Após 24 horas, o sobrenadante dos cálices foi desprezado, 10 ml do sedimento foram transferidos para tubos de 14 ml e centrifugados a 2500 rpm por 15 minutos. Uma gota do sedimento foi colocada entre lâmina e lamínula para a leitura direta, e 1 ml do sedimento foi colocado em duas placas com ágar não nutriente a 1,5%, cobertas por *Escherichia coli*, mortas pelo calor, incubadas a 25°C e a 37°C e observadas ao microscópio óptico invertido em intervalos de 24 horas. A identificação das amebas foi realizada segundo os critérios morfológicos de Page (1976). As amostras foram denominadas de P1 a P9 conforme a ordem das coletas. Foram observadas AVL em todas as piscinas coletadas, e, no exame direto, foram observadas AVL em 15 (83,33%) das 18 amostras analisadas. Quanto ao crescimento de AVL em placas, foram observados cistos ou trofozoítos de amebas em 21 das 36 placas (58,33%). Em 66,67% das amostras (P3, P4, P5, P6, P7, P8), foram encontradas AVL com características morfológicas semelhantes ao gênero *Acanthamoeba*. Em 11,11% (P9) das amostras, foram isoladas AVL com características semelhantes ao gênero *Naegleria*. Por meio das técnicas tradicionais, foi possível o isolamento primário e o cultivo das ALV isoladas. Foi observada maior frequência de AVL dos gêneros *Acanthamoeba* e, em menor frequência, *Naegleria.* A presença de AVL em piscinas configura risco à saúde da população que frequenta esses locais e, consequentemente, um problema de saúde pública, uma vez que esses protozoários podem possuir algum grau de patogenicidade. Futuros estudos baseados em parâmetros físicos, infecções experimentais em modelos animais e características moleculares desses isolados deverão ser realizados para determinação do potencial patogênico.

Palavras chaves: *Acanthamoeba; Naegleria;* piscinas públicas.

ENSAIO COMPARATIVO DE SOLOS CONTAMINADOS COM ÓLEO DIESEL E GASOLINA UTILIZANDO-SE O MÉTODO DA BIORREMEDIAÇÃO

Bárbara Mendes Ferreira
Aluna voluntária
FACES – Biomedicina – UniCEUB
barbaramdf@hotmail.com

Diante da produção e da comercialização do petróleo e de seus derivados, as preocupações relacionadas ao potencial de contaminação de solos crescem mediante o aumento do número de acidentes pela alta demanda de produtos refinados com óleo diesel e gasolina. Assim, várias técnicas foram desenvolvidas para despoluir esses solos, e uma das mais novas tecnologias é a biorremediação, que utiliza agentes biológicos para despoluir o meio orgânico, biodegradando substâncias perigosas, e cujo custo é baixo, comparado a alternativas. Na pesquisa, foram empregadas as bactérias *Pseudomonas aeroginosas,* que utilizam hidrocarbonetos como fonte de energia, degradando-os em moléculas menores. Essas bactérias foram previamente crescidas no caldo BHI e no NUT e, logo depois, colocadas na estufa durante 72 horas, para crescer. Após esse processo, foram inseridas em duas baterias, contendo, nas placas de petri, terra contaminada com 0,5, 1,0, 1,5, 2,0, 2,5 3,0 ml de óleo diesel e gasolina, em que cada inóculo foi levado à estufa por 35ºC, a 72 horas. Logo após a introdução dos compostos, foram inseridas, em cada bateria, onde havia quantidades iguais de gasolina e óleo diesel, *Pseudomonas aeroginosas,* crescidas no caldo BHI e, na outra bateria, crescidas no NUT. Em seguida, foram colocadas as placas na estufa a 37ºC, para identificar em qual delas seria observado melhor crescimento e adaptação das bactérias, para fazer a descontaminação do solo de forma eficiente, em locais apropriados para melhor aproveitamento do material.

Palavras-chave: hidrocarbonetos; solos contaminados; biorremediação.

MONUMENTALIDADE SILENCIOSA

Bianca Cardoso
Aluna voluntária
bianca.cardoso@gmail.com
Professor orientador: doutor Leonardo Oliveira
Arquitetura e Urbanismo – UniCEUB – UnB
leonardo.oliveira@uniceub.br

O Setor de Divulgação Cultural situa-se no Eixo Monumental de Brasília, uma área nobre da cidade que abrange as atividades culturais. Sendo destinado a esse fim, foi notado que suas edificações estão implantadas de forma individual, sem diálogo entre um extremo do setor e outro. Isso acarreta um isolamento das atividades, transformando o espaço aberto e livre em um lugar deserto. O local destinado à cultura, celebrando os costumes de uma sociedade e o cultivo de seus valores, requer atenção especial com constante movimento e promoção do setor intelectual e artístico da cidade. Porém, nota-se que Brasília apresenta esses espaços, mas não lhes dá o devido valor, os quais ficam perdidos, sem manutenção adequada e são abandonados. É necessária a promoção e o oferecimento de diversas e constantes atividades no setor, utilizando a nobre localização como ponto focal da cidade. O estudo pretende avaliar um dos espaços destinados à celebração da cultura em Brasília, de maneira que se conduza a possível intervenção no sítio, incrementando as relações gregárias, procurando integrar seus edifícios e criando uma unidade arquitetônica.

Palavras-chave: qualidade ambiental; conforto ambiental; projeto de arquitetura.

INVESTIGAÇÃO DE COMPONENTES ANTINOCICEPTIVOS PRESENTES NAS PEÇONHAS DAS VESPAS *PSEUDOPOLYBIA VESPICEPS TESTACEA* (DUCKE, 1907) EM MODELOS DE INDUÇÃO DE DOR POR ESTIMULAÇÃO TÉRMICA

Bruna Ramos de Araújo
Professor orientador: doutor Luzitano Brandão Ferreira
Biomedicina - UniCEUB

Segundo a Associação Internacional para o Estudo da Dor (IASP), a dor é definida como sensação e experiência emocional desagradável, associada a dano tissular real ou potencial. Aproximadamente, um terço da população mundial sofre de dor persistente ou recorrente, sendo uma queixa comum em pacientes portadores de diferentes doenças. Com isso, analgésicos sistêmicos e terapias conservadoras são bastante utilizados no controle desse sintoma. Entretanto, em muitos casos, são necessários tratamentos mais agressivos. Por isso, buscam-se novos analgésicos com mecanismos de ação distintos dos existentes no mercado. Os componentes antinociceptivos presentes nas peçonhas da vespa social *Pseudopolybia vespiceps testacea* foram investigados, considerando-se a necessidade da caracterização de novos compostos neuroativos que possam ser utilizados como recursos para o estudo e o tratamento da dor e novas estratégias terapêuticas no tratamento de neuropatologias. Foram coletados ninhos de *P. vespiceps testacea* no Distrito Federal, com a devida licença ambiental. Em seguida, após o congelamento, as glândulas de peçonha foram extraídas, maceradas e ultrafiltradas, a fim de obter apenas compostos de baixa massa molecular. Para a experimentação animal, o projeto foi homologado pelo Comitê de Ética. Foram utilizados camundongos *swiss* machos (de 25g a 30g). Os himenópteros, grupo que compreende as vespas e as abelhas, apresentam peçonha rica em compostos neuroativos, utilizados para a descoberta de novos fármacos ou como recurso ao estudo de desordens neurológicas. Os compostos de baixa massa molecular da vespa *P. vespiceps* apresentaram potente atividade antinociceptiva. No entanto, este efeito não se mostrou dose-dependente em todos os testes em decorrência, provavelmente, da elevada concentração dos componentes da peçonha na dose de 175 µg/animal. Para alguns compostos injetados diretamente no SNC, observa-se este efeito, pois podem atuar nos mesmos receptores, provocando competição das moléculas da substância ativa, impedindo ativação efetiva do bloqueio do impulso doloroso. Resultados antinociceptivos similares foram descritos no trabalho desenvolvido por Mortari *et al* (2007), com a peçonha da vespa social *P. occidentalis*.

Palavras-chave: dor; antinocicepção; neutoxinas; *Pseudopolybia vespiceps.*

CIDADANIA NO IMPÉRIO DO BRASIL: UMA ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES CONTIDAS NO LIVRO DE QUALIFICAÇÃO DE ELEITORES – PARACATU, MG

Bruna Santana Fernandes
Aluna bolsista – PIC 2010
brunasantana1@hotmail.com
Professora orientadora: doutora Helen Ulhôa Pimentel
História – FACES – UniCEUB
helenulhoa@hotmail.com

O conceito de cidadania muda com o tempo, e emergem novos questionamentos. Acostumados aos conceitos de direitos relacionados à cidadania no século XXI, indaga-se sobre o conceito e os significados de *cidadania* e *cidadão* no século XIX, no Brasil. Assim, o presente artigo dialoga com trabalhos já consolidados na historiografia sobre o tema e analisa a fonte primária que ajudou a desvelar conceitos relacionados à cidadania no Império do Brasil: o *Livro de Qualificação dos Eleitores de Paracatu*, datado de 1876, por meio do qual se procurou traçar o perfil de cidadão do Brasil oitocentista. Como era o sistema eleitoral, quais eram suas particularidades, quais eram as leis que fundamentavam as bases regidas pelas instituições públicas para votantes e eleitores, quem era considerado cidadão pleno, como se regulamentava o *jogo* político e as trocas de benesses, como eram exercidos os direitos ligados à cidadania e o que os estudos mostram a respeito do conceito de cidadania vigente no final do período imperial brasileiro foram algumas indagações que se buscou fomentar e responder. Para isso, a principal preocupação deste trabalho foi fazer o documento examinado falar por si, analisando-o em todas as suas particularidades. Os dados fornecidos pela pesquisa podem ilustrar as consequências das leis estabelecidas por um governo de caráter liberal em conjunto com um Poder Moderador e o contexto social no qual se vivia o país. As análises desses dados instigam o leitor sobre o sistema eleitoral brasileiro, fazendo-o refletir sobre as redes clientelísticas estabelecidas e características do período oitocentista do Brasil.

Palavras-chave: cidadania; segundo reinado; Paracatu

RAZÃO E AFETIVIDADE: DIMENSÕES SUBJETIVAS, ÉTICAS E MORAIS

Camila de Marilac Antero
Professora orientadora: doutora Ana Flávia do Amaral Madureira

Dimensões subjetivas, morais e éticas entre razão e afetividade é tema da presente pesquisa, que focaliza relatos de sujeitos em situações de raiva, frustração e ou conflito e busca entender como se articulam essas dimensões entre si. Conseguir, em situações de raiva, frustração e conflito, deslocar o foco da busca por soluções específicas para outro voltado à produção de espaços que confira ao sujeito uma vida com sentido (La Taille, 2009), com consciência de seu saber sobre o seu querer e vice-versa constitui uma oportunidade de aprendizado. Foi utilizada a metodologia qualitativa para o desenvolvimento da pesquisa, baseada na epistemologia qualitativa, proposta por González Rey (2010) e no uso de imagens proposto por Madureira (2008). Foram entrevistados três participantes entre os seis; todos são estudantes universitários do UniCEUB. O encontro é dividido em quatros momentos: no primeiro, discutem-se as definições de raiva, frustração e conflito; no segundo, o participante conta um episódio em que tenha vivido algum desses sentimentos; no terceiro, é solicitado que ele escolha algumas imagens que possam ilustrar suas reflexões sobre esse episódio; no quarto momento, ele usa as imagens para ilustrar as perguntas "como devo agir?" e "que vida eu quero viver?".

Palavras-chave: razão; afetividade; dimensões subjetivas.

A CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL DOS BRASILEIROS EM CAMPANHAS EDUCATIVAS NA TV ABERTA: ANÁLISE SEMIÓTICA E DISCURSIVA

Carla Matzenbacher Barnasque
Professora orientadora: Úrsula Betina Diesel

A conscientização ambiental é uma necessidade. Por sua vez, a mídia televisiva ganha destaque nos processos de construção da sociedade, pois participa, efetivamente, da construção cultural. O principal dispositivo de persuasão usado para a difusão de ideias de alcance massivo, portanto, de grande relevância social é a propaganda televisiva. Esse formato de mensagens dialoga com a população, informa-a e convence-a sobre quais são as melhores opções a adotar. Assim, questiona-se como as propagandas educativas comunicam sobre a conscientização ambiental. Mediante a conceituação de *meio ambiente, propaganda televisiva, análise semiótica e discursiva*, a análise descritiva de quatro campanhas educativas realizadas em âmbito nacional pelo governo federal e por ONG na última década e uma mercadológica para efeitos de comparação quanto aos aspectos plásticos, icônicos, linguísticos e sonoros de cada material e, posteriormente, a avaliação crítica por meio da Análise do Discurso de vertente francesa, configurada nos procedimentos externos e internos de controle dos discursos, possibilitaram a identificação e a sistematização dos discursos proferidos pelas campanhas analisadas e a verificação de como e em que medida contribuem para a conscientização ambiental do brasileiro. Observaram-se dificuldades na adequação da estrutura do signo de alguns materiais quanto à abrangência de seu público, uma vez que a veiculação ocorreu em TV aberta e o propósito era educar sobre um comportamento necessário para o bem da sociedade. Também prevalecem argumentos mais informativos do que emotivos na retórica das peças educativas. Enfim, a propaganda educativa requer ajuste em sua retórica persuasiva, a fim de alcançar melhor seus objetivos.

Palavras-chave: propaganda educativa; conscientização ambiental; TV aberta; semiótica; análise do discurso.

A HIPERTENSÃO ARTERIAL, PROMOÇÃO DE SAÚDE E SUA CONSTITUIÇÃO SUBJETIVA

Claudiane Soares Bezerra
Professor orientador: doutor Fernando Luis Gonzalez Rey

A pesquisa pretende refletir sobre a promoção da saúde e os processos de saúde e doença com base na teoria da subjetividade, de González Rey, de acordo com a perspectiva histórico-cultural, por meio de estudo de caso. Assim, busca-se dar maior visibilidade à hipertensão arterial em sua constituição subjetiva, de forma a considerar os aspectos que influenciam o processo da saúde e da doença. Dessa forma, há oposição ao modelo biomédico. Também há outro fator que segue essa mesma linha de reflexão, que é a promoção da saúde, considerando os influenciadores da saúde e excluindo ideias reducionistas sobre a saúde. Ao longo da pesquisa, foi utilizada a metodologia qualitativa, que propõe a lógica construtiva interpretativa como fundamento para a produção teórica, considerando a singularidade da experiência subjetiva e o diálogo permanente que o processo de pesquisa implica. Os instrumentos utilizados foram complementos de frases e conversações individuais. Assim, foi possível levantar indicadores sobre os elementos que compõem a constituição subjetiva dos participantes da pesquisa, o que propiciou a reflexão sobre a promoção da saúde e os processos de saúde e doença. Assim, com a teoria da subjetividade de González Rey, é possível compreender a promoção da saúde e os processos de saúde e doença de forma complexa e plurideterminada.

Palavras-chave: subjetividade; hipertensão arterial; promoção da saúde; doença.

AGÊNCIAS REGULADORAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A UNIVERSALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA E TELECOMUNICAÇÕES: LIÇÕES E DESAFIOS PARA A MASSIFICAÇÃO DA BANDA LARGA NO BRASIL

Daniel Martins D'Albuquerque
danieldalbuquerque@uol.com.br

A década de 90 marcou, no Brasil, inflexão na forma de intervenção do Estado na economia, em especial com a instituição das agências reguladoras, entidades dotadas de maior autonomia em relação ao Poder Executivo. Após quase 20 anos, é preciso compreender qual papel desempenham essas agências na formulação e na implementação das políticas públicas dos setores a que estão vinculadas. Com esse objetivo, o olhar é lançado sobre as políticas que envolvem a universalização dos serviços públicos de energia e de telecomunicações. Pontualmente, são comparadas a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), no que se refere à execução do "Programa Luz para Todos" e das metas de universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC). Mediante a descrição dos referidos programas, a aplicação de questionários, o mapeamento de competências de cada Agência e demais atores envolvidos, os resultados alcançados e a legislação respectiva, é possível elaborar modelos distintos com a visão sintética de cada setor. No campo do Direito, de antemão, o debate tem-se concentrado no emprego de modelos analíticos que parecem insuficientes para dar cabo dos desafios envolvidos, em especial quando aventado possível déficit de legitimidade do regulador autônomo para alocar os recursos sociais escassos. Por essa razão, o cabedal teórico-metodológico oriundo da Ciência Política é de relevante utilidade, em especial: a abordagem sistêmica; a perspectiva institucionalista acerca dos papéis de políticos e burocratas; os modelos organizacionais que apontam para o ciclo das políticas públicas. Do emprego desse cabedal teórico-metodológico resulta a constatação de que, na ausência de um marco regulatório comum para as agências reguladoras brasileiras, existem inserções institucionais distintas no processo de formulação e de implementação das políticas públicas, a exemplo dos setores comparados. Por segundo, não é forçoso admitir que as políticas públicas no contexto de Estado regulador dependem da mediação das agências reguladoras, o que acaba por reduzir a capacidade do poder político de impor seus objetivos à sociedade. Porém, o regulador reúne conhecimento especializado e capacidade de interlocução com os agentes do mercado. Finalmente, é falacioso e reducionista afirmar que as agências reguladoras não participam da formulação das políticas públicas, mas, ao contrário, tão somente as implementam. Além da ponderação e do redimensionamento no tempo dos objetivos contidos numa política governamental, lacunas jurídicas e indeterminações simbólico-linguísticas conferem às agências reguladoras, papel e influência preponderantes no processo de formulação das políticas públicas. Em virtude desse argumento, aprimorar a participação e o controle social é vital para a legitimação desses entes na vida política nacional, consagrando-os como esferas de discussão qualificada, legítima e acessível, com poder e influência para formular as políticas públicas, a exemplo da que envolve a massificação da banda larga, tema em discussão no âmbito do governo federal e que representa um dos maiores desafios para o desenvolvimento nacional.

Palavras-chave: agências reguladoras; políticas públicas; universalização de serviços públicos.

O LIRISMO EM *OS LUSÍADAS*

Dayanna Bezerra da Silva
Aluna pesquisadora
Letras – UniCEUB
dayanna2@gmail.com

A impressão que se tem diante de uma estrutura de essência épica é a de que, em princípio, não se deixa marcar pela presença de aspectos líricos, pelo menos, de maneira expressiva. Mas, esse não é o caso do poema de Camões. Em *Os Lusíadas*, a riqueza da textualidade camoniana deve-se, justamente, pelo fato de a obra organizar-se da junção de dois gêneros literários distintos: o épico e o lírico. Por meio disso, o poeta apresenta, nas palavras, toda a musicalidade da poesia, valorizando, assim, a emoção e os sentimentos humanos estimulados por sensações de interioridade que há no poema. Entretanto, pesquisar e buscar o lirismo na epopeia é contrariar, ousadamente, o gênero literário, original e estético do texto, considerando que *Os Lusíadas* é um conjunto de histórias sobre os feitos lusitanos, no qual Camões exalta o seu povo, enaltece o seu país e homenageia Dom Sebastião, fatos que justificam a concepção épica do poema. As passagens líricas marcantes da obra camoniana são os episódios de Inês de Castro (Canto III), do gigante Adamastor (Canto V) e do encontro amoroso dos portugueses na Ilha dos Amores (Canto IX). Para discorrer acerca do tema *O lirismo em Os Lusíadas*, a presente pesquisa teve como respaldo textos de estudiosos do assunto e uma base teórica fundamentada na própria obra. A metodologia utilizada foi a qualitativa, considerando que a aplicação desse método torna possível evidenciar e analisar, rapidamente, as interações a que estão submetidos os objetos de estudo. Diante do exposto, o propósito é o de elaborar uma pesquisa consistente a ponto de propiciar ao universo acadêmico o conhecimento de experiências históricas, ações e feitos heróicos que se encontram na essência de um objeto artístico produzido com autoridade literária e esmero estético que alçaram autor e obra aos olhos do mundo.

Palavras-chave: poema; épico; lírico.

O SIMBÓLICO NA *EPOPÉIA DE GILGAMESH* – A AMIZADE E A MORTE

Denilson Alexandre Coelho
Aluno voluntário do 9º Programa de Iniciação Científica
denilsonceub@yahoo.com.br
Professora doutora Joelma Rodrigues da Silva
História - UniCEUB

É possível ligar a *Epopeia de Gilgamesh*, rei de Uruk, cidade-estado da Suméria, localizada entre os rios Tigre e Eufrates, no Oriente Próximo, à realidade da sociedade atual. A Suméria foi a primeira civilização da humanidade e surgiu por volta do 4º milênio antes de Cristo. A primeira epopeia que o homem conheceu, a de Gilgamesh, remete a temas, como amizade, morte, imortalidade, herói e vida, com enfoque universal, confirmando que todo ser humano irá, um dia, sonhar, refletir ou passar por algumas dessas fases. A mitologia possibilita interpretar a vida de modo diferente dos saberes científicos, apelando diretamente aos sentimentos. Assim, observando a amizade entre Gilgamesh e Enkidu, pode-se atestar que ninguém está livre de sentir o que o grande rei de Uruk, da Suméria, sentiu, ao perder seu maior e verdadeiro amigo. Explicar a morte de acordo com a mitologia e com o auxílio da filosofia atesta a importância de compreender o verdadeiro sentido do mito e a sua relevância para o homem da Antiguidade e o atual, mas deve-se contextualizar e reinterpretar cada mito de acordo com o local de criação e a época em que foi escrito. A amizade, outro tema que impulsiona homens de todas as épocas a aventurar-se em busca do fortalecimento e da consolidação desta amizade, também deve ser analisada com foco mitológico, apoiado na filosofia, pois, só assim, pode-se ter visão apropriada do sentido e do valor da amizade verdadeira. A simbologia da amizade e da morte na epopeia de Gilgamesh é um aprendizado para a interpretação destes temas ao homem de hoje.

Palavras-chave: amizade; morte; mito.

PERFIL DO ESTUDANTE DE LICENCIATURA EM LETRAS E SUA PREPARAÇÃO PARA A DOCÊNCIA

Diego Borges de Carvalho
Acadêmico bolsista
diegobcar@gmail.com
Professora orientadora: doutora Maria Eleusa Montenegro
Letras – UniCEUB

A qualificação de docentes ganha relevante espaço nas discussões referentes à educação brasileira, por isso muito se questiona hoje, acerca da formação de professores. Esta pesquisa propôs traçar o perfil do estudante de licenciatura em Letras e verificar sua preparação para o exercício da docência. Utilizou-se como metodologia a abordagem qualitativa, cujo instrumento de pesquisa foi um roteiro de entrevista semiestruturado, aplicado a 11 estudantes do curso de Letras de três instituições de ensino superior de Brasília, sendo uma pública e duas particulares. As categorias selecionadas para análise foram: escolha do curso, hábitos de estudo, atividades extraclasse, leitura, formação continuada e preparação para o magistério. Esta pesquisa apresenta como resultados um estudante de Letras que estuda apenas às vésperas das avaliações, de acordo com o grau de dificuldade da disciplina e não tem hábito de estudo em grupo. Apenas a metade dos participantes relatou a participação em eventos científicos, com o objetivo de aperfeiçoar a formação. Quando o assunto passou a ser a preparação para a docência, os resultados demonstraram que o professor em formação apresenta insegurança, ao relatar a possibilidade de assumir a sala de aula da educação básica. Nem mesmo o estágio supervisionado e outras práticas com a docência ofereceram-lhes habilidades para o magistério, confirmando, portanto, a carência da prática pedagógica na formação do profissional. Os participantes enfatizaram que a teoria no curso é bem explorada, no entanto a relação entre a teoria e a prática é deficitária. Há evidências de que o aprofundamento no conteúdo objetiva direcionar o aluno à pesquisa, mesmo sendo um curso de licenciatura. Quando inquiridos sobre problemas de sala de aula, como sexualidade, drogas, TDAH e indisciplina, percebeu-se que os participantes têm pouco domínio de como trabalhar essas questões. Outro componente imprescindível na formação do professor é o planejamento de aula, em que se notou um estudante, quanto a esse aspecto, inseguro, ao trabalhar com a concepção de habilidades e competências, por exemplo. Por isso, os resultados encontrados demonstraram certa insatisfação dos estudantes com a formação, provavelmente causada pelo curto tempo de duração da licenciatura, pela falta de identificação com o curso, tendo em vista que alguns alunos o escolheram como segunda opção, e pela desvalorização que o professor tem na sociedade brasileira, com condições precárias de trabalho e salários baixos.

Palavras-chave: licenciatura; formação do professor; estudante de Letras.

EDIFÍCIOS E HABITAÇÕES SOCIAIS HUMANIZADOS PARA IDOSOS: A INFLUÊNCIA DA ARQUITETURA NO COMPORTAMENTO HUMANOE A ARQUITETURA COMO INSTRUMENTO PARA MELHOR QUALIDADE DE VIDA

Elizabeth Sério Barbosa
Professora orientadora: Eliete de Pinho Araújo
FATEC – UniCEUB

A história pode ser contada pela arquitetura. Percebem-se, com o passar do tempo, transformações aparentes em suas formas, estruturas, conceitos e buscas de novos paradigmas. Nos dias de hoje, os arquitetos demonstram mudança em concepção de projetos que vão além do cuidado com a estética, a função, o uso de bons materiais e as estratégias de conforto ambiental, incluindo a atenção às expectativas de usuários com necessidades especiais. Assim, conferem caráter humanitário à arquitetura, caracterizando-a como inclusiva, ou seja, destinada a todos. Para isso, defendem a participação de profissionais de diversas áreas de atuação, visando a programas específicos para portadores de necessidades especiais e condições essenciais para a construção de centros sadios de convivência humana. O método empregado é a pesquisa bibliográfica e o estudo de projetos de arquitetos e *designs* com obras construídas e publicações sobre edificações de longa permanência do idoso que visam integrá-lo à sociedade. Foram selecionados os aspectos de humanização dos espaços arquitetônicos concebidos e suas contribuições para melhor qualidade de vida dos idosos. Estudou-se o conceito de *desenho universal* como projeto que pratica a arquitetura para todos e os projetos sociais para idosos, como o alojamento de longa permanência no Lar dos Idosos Bezerra de Menezes, em Sobradinho-DF. Os resultados obtidos indicam soluções de projetos humanizados, voltados ao idoso. Assim, compreende-se a concepção de espaços com funções independentes e complementares entre si, em que o usuário deve sentir-se seguro e tranquilo no dia a dia e conectar-se com o mundo exterior. A NBR 9.050/2004, que trata de acessibilidade no Brasil, não faz distinção entre jovens e idosos como portadores de necessidades especiais. Ao conhecer melhor o idoso, aprende-se que suas expectativas são diferentes e conclui-se pela necessidade de pensar uma norma técnica que seja específica a esse indivíduo.

Palavras-chave: habitação; qualidade de vida; comportamento humano; arquitetura inclusiva.

ANÁLISE DE MICRONÚCLEOS EM CÉLULAS DA MUCOSA BUCAL APÓS EXPOSIÇÃO ABUSIVA E CRÔNICA DE INDIVÍDUOS AO ÁLCOOL.

Erika Pereira Sampaio
Professora orientadora: Tatiana Karla Borges

O teste de micronúcleo tem sido amplamente utilizado como recurso para indicar danos ao DNA induzidos por carcinógenos. Na cavidade bucal, a formação de micronúcleos em células da mucosa tem sido utilizada como marcador biológico intermediário para avaliar o grau de comprometimento desta região. Deste modo, sabe-se que os carcinógenos químicos presentes no cigarro são capazes de provocar aumento na frequência de micronúcleos; contudo poucos dados analisam a frequência em pacientes ex-fumantes. O objetivo da pesquisa é investigar a ocorrência de redução na frequência de micronúcleos promovida pelo abandono do consumo de cigarros em indivíduos ex-fumantes. Neste estudo, 40 indivíduos responderam a um questionário e foram separados em dois grupos, um composto por ex-tabagistas e outro por indivíduos que nunca fumaram. Foi coletada uma amostra de células esfoliadas da mucosa bucal dos voluntários para a confecção de lâminas que foram coradas com cristal violeta e observadas em microscópio óptico no aumento de 40 vezes, para determinar a frequência de micronúcleos por 1.000 células. Comparou-se a diferença na frequência de micronúcleos nos dois grupos. Posteriormente, o grupo de ex-tabagistas foi subdividido em ex-tabagistas de curto, médio e longo período para comparação da frequência de micronúcleos. Os resultados indicam que a frequência de micronúcleos dos indivíduos ex-tabagistas se encontra mais elevada que a dos indivíduos do grupo controle ($p<0.0001$; *t*-Student). Na segunda análise, foi possível perceber diferença na frequência média de micronúcleos entre os 3 grupos de ex-fumantes, porém a diferença entre os grupos de média e longa abstinência de tabaco não foi estatisticamente significativa. A frequência de micronúcleos encontrou-se aumentada em ex- tabagistas, mesmo após um período de ausência prolongada do uso de substâncias genotóxicas presentes no cigarro. Isto indica que a recuperação do dano citogenético provocado pelo tabaco é um processo relativamente lento. Estudos sobre o número maior de voluntários, comparando ex-tabagistas de curto, médio e longo período são necessários para verificar a ocorrência de recuperação com o passar do tempo.

BRASÍLIA COMO CAPITAL DO PAÍS: HISTÓRIA, ASPECTOS JURÍDICOS E EDUCACIONAIS

Fabiana Rodrigues Ximenes
Bolsista pelo CNPq
Direito – FAJS – UniCEUB
pha_ana@yahoo.com.br

Em 2010, comemorou-se o cinquentenário de Brasília. Nos primeiros anos da construção da capital, uma questão que precisou ser solucionada foi a da educação básica, média e superior. A primeira escola foi a CAENGE. A primeira universidade foi a UnB, idealizada por Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro e outros professores. Com o decorrer dos anos, surgiu o CEUB, faculdade, que, em sua primeira assembleia de constituição, teve os seguintes participantes, para delinear seus traços e ações: Alberto Péres, Flávio Laboriau Barroso, Oswaldo Flávio Degrazia, João Batista, Clayton Rossi, José Duarte e Vinício Velloso Freire. O objetivo geral desta pesquisa foi investigar e analisar os fundamentos jurídicos, históricos e educacionais durante a criação de Brasília pela abordagem qualitativa como opção metodológica e pela análise bibliográfica, visando perceber os fundamentos jurídicos e educacionais do UniCEUB. Foram realizadas visitas ao Instituto Histórico e Geográfico de Brasília para que os fundamentos históricos fossem coletados e analisados.

Palavras-chave: Brasília; contexto histórico; atos jurídicos; educação.

COMPARAÇÃO ENTRE O LDL-COLESTEROL OBTIDO PELA FÓRMULA DE FRIEDEWALD E A DOSAGEM SÉRICA POR MÉTODO ENZIMÁTICO

Fabiano Fagundes Moser da Silva
Aluno bolsista
biano.moser@gmail.com
Professora orientadora Tania Cristina Andrade
Biomedicina – UniCEUB

O colesterol total é transportado no sangue, principalmente, pelas lipoproteínas de baixa densidade (LDL-C). Estudos recentes mostram uma correlação entre o aumento de LDL-C com o risco de aterosclerose: quanto maior a fração de lipoproteínas de alta densidade (HDL-C), menor o risco de doença aterosclerótica. A maioria dos portadores de dislipidemias não apresenta sinais ou sintomas decorrentes diretamente da alteração lipídica, assim, seu diagnóstico é determinado pelos lipídios plasmáticos. A dosagem do LDL-C plasmático resume-se a duas formas, o método enzimático direto e o indireto, calculado de acordo com a fórmula de Friedewald. Este trabalho tem como objetivo comparar os valores de LDL-C obtidos com a fórmula de Friedewald e os obtidos pela dosagem enzimática em um grupo de voluntários e correlacionar os resultados, para verificar se são compatíveis para análise clínica dos indivíduos. Foram examinadas 104 amostras de sangue de pacientes com idade entre 18 a 90 anos de ambos os sexos, para realização do lipidograma e posterior correlação do LDL-C obtido pelas dosagens em estudo. Para a coleta feita no período matutino, os pacientes estavam em jejum de 12 a 16 horas. Os tubos de coleta após a coagulação total do sangue foram centrifugados por 10 minutos em alta rotação, para separação do soro; em seguida, foram examinados. Por análise de regressão linear, os dois métodos apresentaram coeficientes de correlação extremamente significativos. Os valores de LDL-C usados foram avaliados pela análise não paramétrica, para comparar as dosagens, em nível de significância de 5%. Após a avaliação da fórmula de Friedewald com o método enzimático direto, observou-se que os resultados encontrados foram próximos, mas não idênticos. Isso leva a questionar a eficácia da fórmula de Friedewald em relação ao método enzimático direto. Pelos resultados obtidos, alcançaram-se os objetivos propostos, e, para que haja dados conclusivos sobre o desempenho e a validação dos métodos diretos, trabalhos adicionais são necessários.

Palavras-chave: colesterol; método homogêneo; dislipidemia; LDL; aterosclerose.

A CERTIFICAÇÃO DAS EMPRESAS BRASILEIRAS LISTADAS NA BOVESPA PREOCUPADAS COM A POLÍTICA AMBIENTAL E SUA VALORAÇÃO

A crescente conscientização acerca da questão ambiental tem demandado a produção e a sistematização de informações sobre política ambientais em razão das exigências do mercado consumidor. Percebe-se que a implantação de políticas ambientais se caracteriza como uma mudança necessária, ainda que onerosa, para as empresas que resolveram adotá-la em sua produção. Entretanto, essa medida, além de beneficiar o meio ambiente, faz que a produção a longo prazo aumente continuamente nas empresas. Por ouro lado, a sustentabilidade tornou-se tendência mundial para grande parte dos consumidores que passaram a ter consciência ambiental e a preocupar-se com a preservação do meio em que vivem. Diante deste contexto, este trabalho tem como objetivo identificar o processo de certificação das empresas brasileiras listadas na BOVESPA preocupadas com o meio ambiente e identificar se o valor dessas empresas aumentou, após implantarem políticas ambientais. Para alcance de tal objetivo, foi realizada pesquisa bibliográfica e estatística de dados. Como resultado, identificou-se que as empresas listadas na BOVESPA que possuíam a certificação ambiental foram reconhecidas como ambientalmente corretas; além disso, tiveram significativa valoração no mercado, em virtude da adoção da norma ambiental.

Palavras-chave: políticas ambientais; BOVESPA; certificação.

MASCULINIDADES FEMININAS: CORPO E IDENTIDADE

Fernanda Britto P. Cerqueira
Aluna bolsista
fnandabritto@gmail.com
Professor orientador: doutor José Bizerril
Psicologia – FACES – UniCEUB
jbizerril@yahoo.com.br

Mulheres que não se apresentam segundo os modelos normativos do feminino e ou exercitam performances do outro gênero têm suas identidades questionadas, sendo colocada em questão sua feminilidade e ou sexualidade. Segundo a literatura consultada, isso significa que identidades que incorporam práticas diferentes dos parâmetros duais de oposição constituídos, ao desafiar as normas regulatórias dos gêneros e da sexualidade, são reconhecidas por serem desviantes, ou seja, parecem perder a condição de pessoa, por subverterem as normas de inteligibilidade instituídas. Os sujeitos desta pesquisa são quatro mulheres da cidade de Brasília, maiores de idade, que assumem, em certo grau, um comportamento, uma corporalidade ou uma estética associada à masculinidade em diferentes contextos. Ao contar sua vida, o sujeito pode falar de suas perspectivas e experiências, além de apresentar outras dimensões do seu contexto subjetivo ligado às conjunturas sociais com as quais se relaciona. Para a presente pesquisa, foi utilizada como recurso metodológico qualitativo a história de vida nos moldes de entrevista não estruturada para acesso às interpretações que os sujeitos fazem de suas experiências, a fim de tornar compreensível sua performance identitária. Percebe-se que a masculinidade não pode ser entendida no singular, pois pode-se manifestar em múltiplas dimensões. Sendo assim, as "masculinidades femininas", na medida em que acessam os mais diferentes recursos tradicionalmente atribuídos à categoria "homem-masculino" na sua trajetória de afirmação, podem-se constituir como uma alternativa de masculinidade descolada do sexo masculino. Assim, a performance identificada como "masculinidade feminina", principalmente por recursos estéticos com ou sem alteração mais substancial do corpo, recorreria a referenciais de masculinidade, porém sem necessariamente querer tornar-se homem-masculino. Dessa forma, estas mulheres, ao inscrever uma masculinidade em seus corpos, não somente negam a feminilidade hegemônica, mas também negam o desejo de transformar-se em homem. As participantes da pesquisa rompem, claramente, com o mimetismo de gênero e sexo pré-concebido na sociedade, ao restabelecerem "novas" possibilidades de performances sociais. Desta feita, gêneros e sexos normalizados conjugam-se diante de um contexto determinista de dualidade em que o feminino e o masculino podem ser extremos "perfeitamente articuláveis". Diante deste prisma, é importante problematizar as "masculinidades femininas" no grupo de mulheres, que, apesar de referenciadas na dicotomização do sexo e do gênero, podem propor alternativas de gênero em suas performances existenciais. Todavia, ao categorizá-las como "masculinidades femininas", é importante não reduzi-las a isso, pois, sendo esta masculinidade ficcional, assim como as masculinidades encenadas pelos homens, comporta uma variedade não só de gêneros, mas também de conjugações das categorias sexo, gênero, desejo. Assim, considera-se que estas mulheres abrem espaço para discussões pertinentes às fronteiras precisas entre masculino e feminino e aos limites das identidades que assinalam os estudos de gênero como relevantes na medida em que problematizam a lógica hegemônica de regulação das categorias sexuais, ao informarem a diversidade de sujeitos e práticas que aparecem como questionadoras destes sistemas binários.

Palavras-chave: gênero; corporalidade; identidade.

AVALIAÇÃO DA RESPOSTA SENSÓRIO- MOTORA APÓS UM PROGRAMA DE EXERCÍCIOS PROPRIOCEPTIVOS PARA MMII EM DIFERENTES GRUPOS DE INDIVÍDUOS

Fernando Cerutti
Professor orientador: Márcio Oliveira

Exercícios proprioceptivos podem ser usados como método de prevenção de lesões, aumentando a resposta sensório-motora do indivíduo. O objetivo deste estudo foi avaliar e quantificar a resposta sensório-motora em diferentes grupos de indivíduos. A amostra total do estudo foi composta de vinte e seis indivíduos submetidos a dois testes como forma de avaliação no começo e no final da pesquisa. O protocolo de exercícios proprioceptivos foi aplicado durante quatro semanas, com frequência de duas vezes por semana. Os resultados mostraram aumento da resposta proprioceptiva estaticamente significativa no grupo de indivíduos ativos fisicamente e ganho menor nos outros grupos. O presente estudo verificou ganho da resposta sensório-motora com o protocolo de exercícios proprioceptivos propostos e evidencia o uso desses exercícios na prática clínica a prevenção de lesões.

Palavras-chave: resposta sensório-motora; exercícios proprioceptivos; prevenção de lesões.

AS MÍDIAS SOCIAIS *YOUTUBE* E *TWITTER* NA ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DE 2010 NO BRASIL

Filipe Passos Marques
Bolsista do PIC
filipe.passos.marques@gmail.com
Professora-orientadora: Mônica Igreja do Prado
Comunicação Social – Jornalismo – FATECS – UniCEUB
monica.prado@uniceub.br

Após o sucesso do uso da internet na campanha eleitoral que conduziu Barack Obama à Casa Branca, a legislação eleitoral brasileira adaptou-se, para permitir a exploração dos potenciais da internet no país. Dessa forma, a eleição presidencial brasileira de 2010 foi a primeira no Brasil a aproveitar esses recursos. Assim, a pesquisa investigou, por meio de observação acompanhada de coleta de dados sistemática, essa novidade na esfera política brasileira. O objetivo que norteou o trabalho foi o de observar como as mídias sociais *Youtube* e *Twitter* se apresentaram nas eleições presidenciais. Afinal, essas inovações tecnológicas poderiam permitir o primeiro passo para o que estudiosos chamam de democracia digital. Segundo essa concepção, as novas tecnologias de comunicação e informação revolucionariam a forma de fazer política e, assim, substituiriam a democracia representativa contemporânea. Considerado por muitos analistas como falido, o modelo representativo criou um fosso comunicativo entre o eleitor e o seu representante que poderia ser corrigido por meio da comunicação possibilitada pelas novas tecnologias. A observação da presença dos três principais candidatos ao Palácio do Planalto – Dilma Rousseff, José Serra e Marina Silva – permite apontar conclusões: as mídias sociais, enquanto instrumento de comunicação política, permitiram a interação, mesmo que limitada e superficial, entre os dois lados do processo eleitoral: o candidato e o eleitor; há predominância do entretenimento na internet; as redes sociais, diante de uma cobertura tendenciosa das eleições por parte da mídia tradicional, incentivaram uma atitude menos passiva, mais crítica; ficou difícil para o eleitor diferenciar o que, afinal, era verdade em meio a tanta informação; a internet não funcionou como recurso de *marketing* eleitoral, capaz de conquistar votos de eleitores indecisos: no máximo, consolidou a intenção de voto que o internauta já tinha anteriormente. Além da análise dos dados coletados ao longo dos meses de observação, a pesquisa conta com entrevista de especialistas em questões eleitorais e mídias sociais. Dessa forma, conclui-se que as mídias sociais, com destaque para Twitter e YouTube, tenham sido decepcionantes para aqueles que esperavam uma experiência semelhante à dos EUA em 2008. Porém, diante da realidade brasileira, em que parte significativa dos cidadãos é excluída do âmbito digital e do contexto político e socioeconômico, as redes sociais agiram como importantes recursos de comunicação durante o processo eleitoral de 2010. Outro fator evidenciado na pesquisa é a perda de hegemonia das grandes empresas de comunicação no universo da informação e da comunicação, já que não possuem mais o monopólio sobre a emissão do conteúdo. Além disso, a pesquisa desmente o senso comum de que o cidadão brasileiro é passivo politicamente: o eleitor internauta, participante de redes sociais, mostrou-se, pelo contrário, ativo e interessado em informar-se por múltiplas fontes e participar do jogo político.

Palavras-chave: *youtube; twitter*; eleições presidenciais; campanha de 2010; democracia digital.

IDENTIFICAÇÃO DE ESTIRPES DE *BACILLUS THURINGIENSIS* PRODUTORAS DE AGENTES INIBITÓRIOS DE CRESCIMENTO DE MICRORGANISMOS

Flávia Rago Glória Gonçalves
Biomedicina – FACES – UniCEUB
EMBRAPA

O gênero *Bacillus* é extremamente heterogêneo tanto geneticamente quanto fenotipicamente. A maioria é capaz de produzir substâncias que podem ser inibitórias para si e para outros microrganismos. Desde os anos 50, é relatada a capacidade de várias espécies de *Bacillus* em produzir substâncias com atividade antimicrobiana, tais como, peptídeos e enzimas. Embora sejam conhecidos, quanto à função estrutural, a biossíntese e o modo de ação de alguns peptídeos antimicrobianos e enzimas, muitos aspectos desses compostos permanecem desconhecidos. Várias estirpes de *B. thuringiensis* produzem toxinas eficazes no combate a outros microrganismos. Isso é de extrema importância no controle da contaminação de alimentos, uma vez que as toxinas de *Bacillus* suportam extensa variação não só de ph, mas também de temperatura, apresentando eficácia consideravelmente alta. Sendo assim, o objetivo deste trabalho é identificar estirpes de *B. thuringiensis* produtoras de substâncias com efeito inibitório contra outros microrganismos. Para isso, foram coletadas amostras de solo provenientes de uma localidade de Brasília. Após o isolamento, as estirpes foram inoculadas em meio de cultura e mantidas a 28 °C por 16 horas. Utilizando-se uma alça de platina, colônias das estirpes *B. thuringiensis* foram retiradas da placa, e o DNA, extraído por metodologia de choque térmico. Em seguida, procedeu-se à reação de PCR para a detecção do gene de interesse, utilizando-se iniciadores específicos. As colônias crescidas em placa foram inoculadas em meio líquido, durante 72 horas, para, depois disso, fazer-se a identificação das estirpes *B. thuringiensis* por microscopia óptica. Foram obtidas 2 amostras positivas para *B. thuringiensis.* Assim, observou-se a formação de fragmentos de amplificação em três estirpes padrão. Em razão disso, tem-se como característica dessas estirpes a presença dos genes específicos pesquisados por meio dos iniciadores. Por sua vez, as demais amostras não apresentaram o sinal de amplificação, provavelmente, pela ausência do gene de interesse. Assim, após ter sido definido o protocolo padrão para os procedimentos a ser utilizados neste trabalho, posteriormente, serão extraídas mais amostras de localizações variadas para ampliar a área de pesquisa de *B. thuringiensis* em solos de cerrado. Serão realizadas a extração e a avaliação da atividade dos peptídeos inibitórios e os testes para determinar a estabilidade dessas substâncias.

Palavras-chave: peptídeos inibitórios; microrganismos; saúde; alimentos; conservação.

DESAFIOS EM PESQUISA QUALITATIVA NA PSICOLOGIA: A INCOGRUÊNCIA DA EXPRESSÃO INTENCIONAL EM RELAÇÃO À PRODUÇÃO SUBJETIVA INDIVIDUAL

Flávio Patrick de Assis Correia
Bolsista do CNPq
flaviopatrick@yahoo.com.br
Professor orientador: doutor Fernando González Rey
Psicologia – UniCEUB

Este trabalho objetiva discutir a complexidade da subjetividade humana como um sistema que se constitui para além das expressões intencionais do sujeito. Esse fenômeno complexo da subjetividade coloca desafios para a pesquisa qualitativa e a produção do conhecimento em psicologia, uma vez que as significações apresentadas intencionalmente por determinado sujeito são expressões indiretas de sua própria subjetividade individual. Além disso, objetiva-se discutir a importância do singular na pesquisa qualitativa e sustentar a relevância de uma generalização teórica que legitime o singular e a produção teórica permanente sobre a subjetividade humana. A discussão alicerça-se na teoria da subjetividade, de González Rey, e em sua metodologia, a epistemologia qualitativa, que compreende o conhecimento como uma construção mediante processos interpretativos do pesquisador, além de legitimar o estudo do singular e atribuir relevância à qualidade da comunicação entre pesquisador e pesquisado no processo da pesquisa. Apresenta-se um estudo de caso cujo sujeito é um hipertenso de 60 anos. Utilizaram-se como instrumentos a dinâmica conversacional individual e o *completamento* de frases. Assim, é possível exemplificar como a construção da informação referente à subjetividade individual do pesquisado transcende a própria expressão intencional acerca de sua vida e relações humanas. Esse processo exige do pesquisador qualitativo reflexões sensíveis à organização ontológica da subjetividade individual do sujeito que organiza sentidos subjetivos que não se esgotam ao nível da linguagem. Esse aspecto tem caráter construtivo-interpretativo e exemplifica a importância de uma pesquisa qualitativa que não reduza o sujeito ao seu registro discursivo de expressão.

Palavras-chave: expressão intencional; subjetividade individual; caráter construtivo-interpretativo.

ESTUDO COMPARATIVO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO CLÍNICA DE PACIENTES SUBMETIDOS À CIRURGIA DE RECONSTRUÇÃO DO LIGAMENTO CRUZADO ANTERIOR (LCA) COM ENXERTO DO TENDÃO PATELAR IPSILATERAL E CONTRALATERAL APÓS 3 A 10 ANOS

Gabriela Ataides
Professor orientador: Márcio de Paula e Oliveira

As lesões no joelho têm grande impacto na vida das pessoas pela alta prevalência e pela repercussão clínica. Este estudo é do tipo transversal, randomizado e cego, cujo objetivo é analisar pacientes que foram submetidos à cirurgia com enxerto contralateral e à reabilitação após lesão do ligamento cruzado anterior. Os vinte e um pacientes com idade entre 18 e 45 anos foram selecionados aleatoriamente. Na análise dos dados, observou-se, principalmente, o grau de amplitude de movimento, o deslocamento ântero-posterior da tíbia em relação ao fêmur por meio do KT-1000, o desempenho muscular por meio do dinamômetro isocinético *Biodex System* 3Pro® e o equilíbrio com o *Single Leg Hop Test*. Estudos comprovam a eficácia do tratamento a curto prazo em pacientes que fizeram a cirurgia, porém ainda não existem muitas pesquisas que relatem a eficácia a médio prazo, de 3 a 10 anos. Nos resultados encontrados do KT-1000, observa-se a média de 2,79 (±0,86) e 2,50 (±1,22) para o joelho D e E, respectivamente. No *Single Leg Hop Test*, constataram-se os valores 1,62 (± 0,25) para o lado direito e 1,65 (±0,30) para lado esquerdo. A avaliação de força muscular por meio do isocinético não mostrou diminuição significativa. No grupo de estudo, houve melhora da ADM, do ganho de força muscular e do equilíbrio. Portanto, o tratamento com o enxerto do tendão contralateral evidenciou resultados significativos, visto que houve melhoras importantes dos pacientes ao longo dos anos.

COAUTORIA NOS CRIMES DE INFANTICÍDIO

Graziele da Silva da Palmas Lopes
Professor Orientador: Georges Carlos Fredderico Moreira Seigneur

O projeto científico *Coautoria nos crimes de infanticídio* tem a finalidade de apresentar crítica à simplória definição do crime de infanticídio existente no Código Penal Brasileiro em vigor, sendo o concurso de pessoas a principal abordagem. O crime de infanticídio vem descrito no Código Penal, artigo 123, como praticado pela mãe sob a influência do estado puerperal. Porém, a principal discussão é a penalidade que deverá ser dispensada a quem, de qualquer maneira, participar desse crime. Há quem entenda que a coautoria é possível, tendo em vista a comunicabilidade e a incomunicabilidade dos crimes dispostos no Código Penal. O crime de infanticídio é privilegiado, por ser a parturiente acometida do estado puerperal, o qual ocorre pelos desníveis hormonais. Quando a mulher dá à luz um filho, os hormônios existentes na gravidez baixam, e existe um período de adaptação para que ela volte a ter as condições hormonais iguais à anterior à gravidez. Este estado causa alterações psíquicas logo depois e até alguns dias após a realização do parto. Todas as mulheres são acometidas do estado puerperal após o parto, todavia, em algumas, as alterações psicológicas são graves, e diminui-lhes a consciência dos atos praticados. A principal discussão quanto ao crime de infanticídio gira em torno da dúvida de que, se, ao ter a parturiente o auxílio de terceiro para dar cabo à vida do nascente, deverá este responder por coautoria no crime de Infanticídio ou por crime de homicídio. Enquanto a pena no crime de homicídio é de 6 a 30 anos, a pena cominada para infanticídio está entre 2 e 6 anos. A redução de discernimento, com laudo médico-pericial, é obrigatória para que a mãe seja enquadrada no crime em discussão, mas o discernimento do terceiro que participa do crime não está afetado, pois o estado puerperal só se dá após o parto. As correntes doutrinárias divergem neste ponto. Uma solução digna, mas que deverá ser discutida por projeto de lei, é a exclusão do crime de infanticídio do rol de crimes do CPB, incluindo tal crime no artigo 121 como homicídio privilegiado, mantendo as mesmas características já existentes no tipo infanticídio. Outra solução seria inserir um parágrafo no artigo 123 que definisse a pena cominada ao agente que participar do crime cometido pela mãe sob a influência do estado puerperal.

Palavras-chave: infanticídio; coautoria; estado puerperal.

ESTUDO ELETROMIOGRÁFICO DO PEITORAL NOS EXERCÍCIOS DE SUPINO EM INDIVÍDUOS ATIVOS E SEDENTÁRIOS

Guilherme Vinícius V. Almeida
Aluno – PIC
Renata A. E. Dantas
Educação Física – UniCEUB
profrenataelias@yahoo.com.br

Este estudo comparou a ativação do sinal eletromiográfico do peitoral durante os exercícios de supino reto e inclinado, com barra e com halteres, em indivíduos sedentários e ativos. A amostra foi composta de 20 indivíduos do sexo masculino, sendo 10 sedentários e 10 ativos. Este estudo foi submetido ao Comitê de Ética da Faculdade de Educação e Saúde do Centro Universitário de Brasília e foi aprovado. Para avaliar as diferenças entre a ativação muscular nos exercícios de cada indivíduo, realizou-se o mesmo exercício com o mesmo peso e a mesma cadência de forma inicial, avaliada pelo aparelho de EMG (eletromiógrafo). Foram usadas as bulhas da primeira **à décima repetição. Após a retificação do sinal, foi realizada a normalização pelo pico máximo de contração da bulha média**, e a energia RMS (*root mean square*) foi calculada. Foi utilizada a média de RMS dos participantes ativos e sedentários em cada exercício para análise de dados. Foram examinados os resultados individualmente e comparados às ativações constatadas por meio da eletromiografia, para determinação da medida de ativação eletromiográfica em raiz quadrada da média RMS do músculo peitoral maior e suas porções, sendo peitoral maior porção clavicular (PMC), peitoral maior porção esterno-costal (PME) e sua porção lateral (PM). Pode-se perceber que, no exercício de supino inclinado com barra, predominou o uso da porção clavicular em indivíduos tanto sedentários quanto ativos, porém a porção esterno-costal foi mais solicitada em indivíduos ativos, e a PM, mais solicitada em sedentários. No exercício de supino reto com barra, houve predominância da porção esterno-costal pelos indivíduos ativos, da porção clavicular pelos indivíduos sedentários, e a PM foi mais solicitada nos indivíduos ativos. Nota-se que o supino reto com halteres mostrou que para os indivíduos sedentários houve maior utilização da porção clavicular e menor utilização de PM. Nos indivíduos ativos, o sinal elétrico mostrou-se mais forte na porção esterno-costal, e utilizou-se mais a PM do que em sedentários. Por fim, no exercício de supino inclinado com halteres, predominou o uso da porção clavicular em ambos os grupos, porém o grupo de indivíduos ativos teve maior ativação, também, na porção lateral e esterno-costal.

Palavras-chave: eletromiografia; supino; peitoral maior.

NEGROS ARMADOS EM NOME DA COROA PORTUGUESA: A COMPANHIA DOS HENRIQUES EM GOIÁS COLONIAL

Abdul Ali Aziz Chami
Professor orientador: Deusdedith Alves Rocha Junior
Centro Universitário de Brasília

A pesquisa estuda a atuação do Terço dos Henriques na capitania de Goiás, durante a segunda metade do século XVIII. O Terço dos Henriques foi uma milícia formada por negros, em grande maioria forros, que servia a Coroa portuguesa. A primeira milícia surgiu nos conflitos em Pernambuco, no século XVII, pela expulsão dos holandeses da capitania. Seu primeiro comandante foi Henrique Dias, por isso o nome da milícia, que, por seus serviços prestados como comandante do terço, conseguiu *status* junto à Coroa portuguesa, jamais alcançado por um negro durante o período colonial. Mesmo com o fim dos conflitos na capitania de Pernambuco, a Coroa optou por manter milícias de Henriques que eram bastante vantajosas. Além da estratégia de que era melhor terem esses negros libertos lutando a favor dos portugueses do que contra eles, os negros que serviam a milícia não recebiam soldos, tornando-se uma tropa barata para a Coroa. Eles tinham como maior incentivo o *status* recebido e eventuais títulos concedidos por serviços prestados às milícias que continuaram a ser empregadas na manutenção do sistema escravista, atuando, por exemplo, nas vilas açucareiras do nordeste do país, na captura de escravos fugidos e na destruição de Quilombos, como o de Palmares. Na capitania de Goiás, a diversidade dos serviços prestados pela milícia é maior. Os documentos pertencentes ao Arquivo Histórico Ultramarino, nos quais há dados da atuação da milícia na capitania, mostram que, em Goiás, os Henriques foram empregados não apenas na captura de escravos e na destruição de quilombos, mas também na defesa de cidades e fazendas contra ataques de tribos indígenas e conflitos com espanhóis, já que a capitania fazia parte da região fronteiriça da colônia. Os documentos, cartas de governadores e comandantes à Coroa portuguesa, expõem pedidos de patentes a oficiais da milícia e de formação de novas milícias, dado o valor concedido às tropas de Henriques, pela qualidade de seus serviços.

Palavras-chave: terço dos Henriques; Goiás colonial; Coroa portuguesa.

A POSSIBILIDADE DE DERROGAÇÃO DE *JUS COGENS* E SEU VALOR NORMATIVO NO PLANO INTERNACIONAL

Kalinde Von Lohrmann
Bolsista do Programa de Iniciação Científica – PIC
kalinde_von_lohrmann@hotmail.com
Professor orientador: doutor André Pires Gontijo
Direito – FAJS – UniCEUB
andre.gontijo@gmail.com

O relatório de pesquisa situa-se no âmbito do direito constitucional internacional, com fundamento nos estudos jurídicos comparativos para a Internacionalização dos Direitos, iluminado pela doutrina nacional e estrangeira, compreendendo os aspectos que envolvem o exame da problemática relacionada à possibilidade de derrogação de *jus cogens* e de seu valor normativo no plano internacional. O surgimento do Direito internacional voltou-se para estabelecer e dinamizar as relações entre os Estados soberanos com base no primado constitucional. O documento ou tratado celebrado deveria ser cumprido pelo princípio do *pacta sunt servanda,* que é a base do Direito internacional positivo. Contudo, conquanto o voluntarismo reja as relações internacionais, com a evolução das relações político-econômica, juntamente com a internacionalização dos Direitos Humanos, os países, ao tentar assegurar o seu cumprimento, formam, com base no consentimento geral das nações e na construção da comunidade internacional, o direito imperativo internacional, também chamado de *jus cogens,* reflexo de convergência artificial, fruto da globalização jurídica, que aponta para uma forma de pluralismo ordenado. Assim, é possível visualizar a importância desses princípios e o anseio de universalidade por parte dos países que, ao reunir-se em Viena, codificam tal mecanismo que sobrepuja a soberania e o consentimento de único Estado em nome da proteção dos valores "universais", que devem permear qualquer nação, possibilitando um estreitamento dos direitos internos. Logo, vislumbra-se a hierarquia de fontes do Direito supranacional. Todavia, recentemente, diante do estudo de exemplos, a contradição quanto a sua aplicação tem chamado atenção. A França, líder do ataque à Líbia com a suposta finalidade de evitar que crimes de lesa-humanidade continuem sendo praticados, interveio militarmente, no norte da África, com o aval do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Em contrapartida, o mesmo país, o qual já fora sinônimo de liberdade, proibiu o uso da burca ou niqab, derrogando a liberdade cultural de uma minoria em seu território. Falar em liberdade, quando o ser humano livre é impedido de gozar os seus direitos econômicos, sociais, culturais, civis e políticos, demonstra, uma vez mais, a incoerência que se perfaz incontáveis vezes no contexto internacional, o que indica a probabilidade de existir sanções para as violações de *jus cogens* a um país e não a outro. A convenção de Viena assevera a impossibilidade de derrogação de tal instituto, se não por norma ulterior. Entretanto, como resultado da pesquisa, observa-se que o que fora visto se opõe ao que deveria ter vigência, a aplicação desse mecanismo, de forma paritária, a toda sociedade global.

Palavras-chave: *jus cogens;* validade normativa internacional; direitos humanos

DIREITOS HUMANOS E SAÚDE MENTAL: AS INTER-RELAÇÕES SUBJETIVAS NO AMBIENTE ACADÊMICO E A REALIZAÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM SOFRIMENTO PSÍQUICO GRAVE

Kandrea N. Cândido
bolsista CNPq-PIBIc
Psicologia – FACES – UniCEUB
kandreanascimento@hotmail.com
Pesquisadora responsável: professora Sandra Nascimento
Direito – FAJS – UniCEUB
sandra.nascimento@uniceub.br

Os padrões estereotipados que compõem o contexto social relativo à saúde mental revelam uma situação inter-relacional, identificada em práticas que restringem, excluem e privam os indivíduos em situação psicológica vulnerável de desfrutar de todos os direitos e liberdades fundamentais em condições de igualdade com os demais indivíduos. A questão da saúde mental ainda é objeto de preconceitos. O objetivo geral da pesquisa foi investigar os aspectos histórico-culturais que permeiam as ações dos sujeitos no espaço acadêmico, em especial na relação que envolve os atores do processo educativo, quais sejam, professores, estudantes, funcionários e gestores. A dimensão humanística orientou o processo para busca de informações pela perspectiva da inclusão social e da equalização de oportunidades e respeito ao direito de bem-estar psíquico. De modo específico, os objetivos estiveram orientados para obter informações sobre a base normativa de proteção e promoção dos direitos das pessoas com sofrimento psíquico grave, a percepção de como são subjetivadas as relações interpessoais, e a relação com a instituição das pessoas com sofrimento psíquico, obtendo informações da percepção dos participantes sobre a questão da saúde e dos transtornos mentais. A metodologia foi estabelecida em três etapas, consistindo-se na pesquisa bibliográfica e documental, na pesquisa quantitativa pelo procedimento do *survey* e na pesquisa qualitativa, aplicada em uma população organizada em três grupos: estudantes, professores e funcionários. Entre as informações obtidas, verifica-se que 69,4% dos entrevistados conhecem casos e 64,3% já conviveram com alguém com transtorno mental, sendo 35%, no ambiente acadêmico. A entrevista semiestruturada seguiu um roteiro com treze perguntas. Foram ouvidas 17 pessoas entre integrantes do grupo docente, discente e funcionários. A compreensão sobre transtorno mental revela, em sua maioria, uma situação inter-relacional vinculada ao medo, à necessidade de agir com precaução e o aspecto de que a pessoa com transtorno mental deva seguir um tratamento com medicamentos controlados, para manter a condição de regularidade de comportamento. Existe uma representação social que associa transtorno mental com criminalidade, síndromes genéticas, retardo mental e comportamentos agressivos. Há evidente confusão de conceitos e termos. Os participantes não conseguem definir saúde ou doença mental e revelam não saber como lidar com pessoas que sofrem psiquicamente, respeitando a diversidade. A mudança dos termos "doença" ou "transtorno" para "sofrimento psíquico" gera significativa mudança de atitude, sendo explícita a produção de sentidos de solidariedade e sensibilização quanto ao outro. Dos entrevistados que convivem ou conviveram com pessoas em situação de sofrimento psíquico, há uma percepção de maior sensibilidade e necessidade da inclusão. O olhar para o outro no convívio social associa o sentimento de cuidado e proteção, admitindo a convivência desde que a pessoa se submeta ao tratamento e ao uso de medicamentos. Não há compreensão no campo do respeito ao outro, na sua condição peculiar, com direito de ser e agir diferente. A questão da não discriminação e da igualdade de direitos torna-se complexa na medida em que a reflexão e a ação não estão fundamentadas em sólida base humanística que permita diferenciar práticas de proteção das ações paternalistas. A subjetivação social que influencia e é influenciada pela subjetividade individual preserva o contexto de discriminação e de estigmas que desqualifica a vida de um grupo de indivíduos em situação psíquica não saudável. Verifica-se que não há mudança significativa de percepção quando se faz o recorte para a questão de gênero, idade, renda ou formação escolar e titulação acadêmica. A instituição de ensino superior pesquisada mostra-se sensível em garantir atenção aos casos individualizados que lhe chegam ao conhecimento, possuindo setor especifico para o encaminhamento à atenção psicológica ou de outra natureza a quem estiver em situação de "conflito emocional" ou que tenha diagnóstico e precise de atenção diferenciada, orientada para

garantir a permanência na instituição. A convivência entre os atores do ato educativo, seja na perspectiva da sala de aula, seja no ambiente do trabalho na universidade, é feita intuitivamente, e os participantes revelam não estar preparados para compreender a condição de uma pessoa com sofrimento psíquico e consideram constrangedor falar sobre o assunto. Na dimensão dos direitos humanos, as pessoas com sofrimento psíquico integram a categoria de grupos vulneráveis, exigindo políticas adequadas e específicas de proteção e promoção de seus direitos fundamentais, em particular, do direito à educação, que se constitui no direito de ingressar em uma instituição de ensino superior, de ser tratado com respeito e humanidade e de ter um sistema diferenciado de aprendizagem, considerando sua situação singular.

Palavras-chave: direitos humanos; saúde mental; subjetividade; educação.

CARACTERIZAÇÃO BIOQUÍMICA E MOLECULAR DE ESTIRPES DE *BACILLUS THURINGIENSIS*

Karina Vogth Franco
Biomedicina – FACES – UniCEUB
EMBRAPA

Bacillus thuringiensis é uma bactéria entomopatogênica com capacidade de esporulação e produz cristais proteicos compostos por proteínas Cry, principais responsáveis pela toxicidade da bactéria a lepidópteros, coleópteros e dípteros. Seus produtos são utilizados como bioinseticidas, e cresce sua importância na saúde pública, por controlar vetores de doenças infecciosas. O objetivo deste trabalho foi isolar estirpes de *B. thuringiensis* mediante amostras de solo, analisando sua diversidade por meio da determinação das subespécies, de seu perfil gênico e proteico e do potencial de toxicidade contra *Aedes aegypti* e *Diatraea saccharalis*. Foram coletadas 67 amostras de solo na região do Distrito Federal e 3 na região de Minas Gerais. A identificação das colônias foi feita por microscopia óptica, para a observação de esporos, cristais e células vegetativas típicas de *B. thuringiensis*. Após a obtenção do extrato, os cristais proteicos foram analisados por eletroforese SDS-PAGE e microscopia eletrônica de varredura. Do total analisado, 9 estirpes foram selecionadas, e foi realizada a sorologia dos isolados de *B. thuringiensis* para a identificação das subespécies. Foram feitos bioensaios seletivos para avaliar a toxicidade das estirpes de *B. thuringiensis* contra insetos da ordem lepidóptera e díptera, utilizando como representantes a lagarta *D. sacharalis* e a larva do mosquito *Ae. aegypti,* respectivamente. Foram isoladas 56 colônias de *B. thuringiensis* mediante amostras de solo, com o intuito de caracterizá-las e analisá-las quanto à sua diversidade na região do cerrado central do Brasil, mas foi possível a caracterização de apenas nove estirpes. Na microscopia eletrônica de varredura, foi possível a visualização das nove amostras com esporos e cristais típicos de *B. thuringiensis*. Nenhuma apresentou potencial patogênico contra *Ae. aegypti*; no entanto duas foram tóxicas a *D. saccharalis*, a principal praga da cana-de-açúcar. *B. thuringiensis* estava presente em 68,6% das amostras coletadas. Esta espécie de bactéria é diversa, pois, nas 37 amostras caracterizadas quanto às suas proteínas, foi verificado que as estirpes coletadas em locais próximos são semelhantes, enquanto estirpes de regiões diferentes apresentam perfil proteico diferente. Essa diversidade também é evidenciada por duas das nove amostras estudadas, coletadas em locais diferentes que apresentaram perfil tóxico distinto contra *D. saccharalis* e *Ae. aegypti*.

Palavras-chave: controle biológico; cana-de-açúcar; saúde.

IDENTIDADE E CORPOREIDADE NO CIBERESPAÇO

Kéren Moreira de Alcântara
Aluna bolsista do PIC
keren.m.alcantara@gmail.com
Professor José Bizerril Neto
Psicologia – FACES – UniCEUB

O processo de globalização trouxe transformações significativas para a configuração da sociedade e da identidade dos indivíduos. O mundo das telecomunicações e da informática favoreceu a construção de novas culturas, e, por consequência, novas organizações subjetivas emergiram no contexto pós-moderno. Existem estudos que investigam as questões sociológicas do impacto da internet na vida dos indivíduos, entretanto poucos são os autores que se dedicam a compreender os processos de subjetivação consequentes dessas transformações. Torna-se, assim, fundamental conhecer e analisar esse novo modelo de subjetividade mediante o paradigma da corporeidade, para melhor compreender o sujeito contemporâneo. A metodologia da pesquisa propõe um diálogo entre a netnografia e a epistemologia qualitativa de González Rey. A netnografia foi empregada, por considerar as características do contexto *on-line* como a comunicação mediada pelo computador e a forma de texto escrito disponível nas vitrines globais. Dessa maneira, a análise dessas dimensões permite perceber a necessidade de metodologia que defenda o caráter construtivo interpretativo do conhecimento. Assim, a epistemologia qualitativa de González Rey foi necessária para compreender a realidade estudada como um recorte social específico, condicionado pelo momento histórico. Participaram da pesquisa autores brasileiros de *blogs*. Além da produção escrita, foram analisados conteúdos não verbais, tais como, imagem, áudio e vídeos. Como a pesquisa no ciberespaço é desprovida de pistas da linguagem corporal, nas observações realizadas nos *blogs* dos participantes, foi necessário estar atento não só ao conteúdo da escrita, mas também à forma em que é apresentado, à disposição estética dos *layouts* escolhidos e ao uso de *emoticons*, vídeos, imagens e áudios. Além disso, mediante as entrevistas, foi possível reconhecer que a expressão autobiográfica é resultado de experiências pessoais, objetivas e subjetivas, contextualizadas em meio a uma teia de relações sociais. É por meio dessas relações que se constitui o perfil identitário e multifacetado do sujeito. A identidade virtual na internet construída pelo relato de si pode assumir diversas formas já que a exibição da vida privada na superfície das telas globais permite ao sujeito encenar sua história de vida pela escrita. Sob a análise da escrita e da corporeidade, percebe-se a possibilidade de pensar a construção de conhecimentos pela experiência corporizada, ou seja, o corpo assume função na vida reflexiva, e a narrativa construída nos *blogs* é entendida como atitude introspectiva corporizada, constituída pelo conjunto de relações que compõe esse corpo. O exercício da escrita autobiográfica pode ser entendido como um processo de reinterpretação da identidade por meio da linguagem e do reconhecimento desse lugar central que os símbolos ocupam na produção de significados. É pela narrativa autobiográfica que o sujeito abre suas possibilidades de reinvenção durante o percurso de reconhecimento de si, pela retomada reflexiva de suas ações e criações.

Palavras-chave: identidade; corporeidade; *blog*.

ACUMULAÇÃO DE METAIS EM PEIXES EXPOSTOS A REJEITOS DE MINERAÇÃO

Laís de Souza Lima
Bolsista do PIC
lais.gaia@gmail.com
Eduardo Cyrino de Oliveira Filho
Ciências Biológicas – FACES – UniCEUB
EMBRAPA Cerrados
cyrino@cpac.embrapa.br

O processo pirometalúrgico de obtenção do ferro-níquel produz um resíduo denominado *pó de calcinação*. Esse material contém metais pesados e é depositado no solo, o que representa um risco de contaminação da água. O objetivo deste trabalho foi avaliar a acumulação e a eliminação de metais provenientes do pó de calcinação em peixes de água doce, submetidos à exposição laboratorial pelo método químico e pela observação visual em microscopia. Foram misturados 700 g de pó de calcinação em 2800 mL de água mole sintética com dureza de 40 mg/L em $CaCO_3$. Doze peixes da espécie *Oreochromis niloticus* (em duplicata) foram expostos a essa solução por 96 horas. O grupo de controle foi exposto somente à água limpa (em duplicata). Após esse período inicial, um grupo foi removido para análise, outro foi colocado em água limpa e mantido por 15 dias, e o terceiro grupo foi colocado em água limpa e mantido por 30 dias. Para análise química, os peixes foram mortos por congelamento e secos em estufa a 110 ºC. Em seguida, foram para um forno mufla a 500 ºC e dissolvidos em 5 mL de ácido nítrico (25% v/v). A solução foi transferida para 25 mL em balão volumétrico com água ultrapura. O teor metálico em peixe total foi avaliado por ICP-OES. Utilizou-se o método de fixação e inclusão para realização dos cortes histológicos e corante HE. Os resultados mostraram significativo acúmulo de metais no corpo dos peixes, após exposição de 96 horas, em comparação com o grupo de controle. Após 15 dias em água limpa, a quantidade de metais no peixe foi reduzida aos valores iniciais com exceção do Cobalto (Co), do Ferro (Fe) e do Níquel (Ni), que se mantiveram nos peixes em valores de 3,0, 1,3 e 14 vezes maiores que o grupo de controle, respectivamente. O resultado histológico de 30 dias mostra que o peixe não acumulou tais metais, entretanto a análise química demonstra um acúmulo desses elementos, como o Níquel e o Cobalto, em valores de 6,6 e 2,0 vezes maiores que o grupo de controle, respectivamente. O resultado sugere que esses metais foram acumulados pelos peixes e podem representar um risco para as espécies aquáticas e a saúde humana.

Palavras-chave: bioacumulação; ecotoxicidade; rejeitos industriais.

ANÁLISE DA FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E DIDÁTICO-METODOLÓGICA DA PRÁTICA PEDAGÓGICA DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO FUNDAMENTAL

Leonardo Correa Segedi
Professor Orientador: Renato Bastos João

No ocidente, desde a Grécia antiga, a prática pedagógica dos professores esteve fundamentada na própria prática. O ensino da Educação Física (EF) era realizado por conhecimento empírico. Esta característica manteve-se até o início da Modernidade, no século XVII. A partir desse momento, iniciam-se as primeiras reflexões conceituais, principalmente, sobre aspectos médicos e da ginástica, que influenciaram a Educação Física. Estas reflexões chegaram ao Brasil, no final do século XIX e no início do século XX. No transcorrer do século XX, a Educação Física brasileira passa pelo processo de escolarização influenciado por outros acontecimentos, entre eles, a consolidação da EF no ensino superior. Neste sentido, o debate sobre a atuação dos professores na escola, desde os anos 80, amadurece de modo a apresentar referenciais teóricos para a fundamentação das intervenções didático-metodológicas nas aulas de EF. O objetivo deste estudo é analisar a fundamentação teórica e didático-metodológica da prática pedagógica de professores de EF no ensino fundamental, visando identificar a influência das abordagens pedagógicas. Ao longo do século XX, a prática da Educação Física na escola sofreu a influência das concepções higienista, militarista, esportivista, entre outras, que não ofereciam respaldo teórico e pedagógico sólido. A partir da década de 80, com a importante influência das ciências humanas nas discussões teóricas e pedagógicas da Educação Física na escola, surgem propostas a respeito de por que ensinar, o que ensinar e como ensinar, e iniciam-se as discussões acerca da formação de professores e dos aspectos teóricos e ideológicos que influenciam a prática docente. É nesse contexto que são elaboradas as abordagens pedagógicas, tais como, psicomotricidade, desenvolvimentista, interacionista-construtivista, crítico-emancipatória e crítico-superadora, que buscaram elaborar uma forma de organizar o ensino da Educação Física por meio de fundamentação teórica e pedagógica. Com estas propostas, emerge novo movimento de reflexão e quebra de paradigmas sobre ensinar Educação Física na escola. Esta pesquisa é de natureza qualitativa, caracterizando-se como um estudo de caso. A investigação foi realizada mediante a articulação de duas técnicas: a bibliográfica e a de campo. Na pesquisa de campo, foram observadas as práticas pedagógicas de três professores de Educação Física nos anos iniciais do ensino fundamental, em uma escola da rede pública de ensino do Distrito Federal, localizada na região administrativa do Plano Piloto. Além disso, foi realizada uma entrevista semiestruturada junto aos três professores de maneira a permitir um cruzamento entre os dados coletados com estes dois instrumentos. Verificou-se que os professores ministravam as aulas juntos e iniciavam-nas com alongamento. Posteriormente, a aula era organizada em estações em que ocorriam brincadeiras jogos e esporte. As intervenções realizadas pelos docentes eram destinadas à disciplina dos alunos e às regras das atividades realizadas. Logo em seguida, os professores tomavam o papel de "juiz" da atividade. Visto o modelo de aula organizado com pouca diversidade e exploração dos recursos das atividades por parte dos professores, falta conhecimento teórico para fundamentar a aula dos docentes de Educação Física. Assim, é necessário obter melhor planejamento de aula, selecionar melhores critérios e formas de avaliar os discentes, utilizar metodologia que tenha intencionalidade. É importante que as aulas de Educação Física estejam concatenadas com a realidade vigente e contribuam para a formação dos alunos. Sabendo das limitações sobre esse tema, é necessária a continuação de outros estudos que possam contribuir para a discussão.

INVESTIGAÇÃO DAS ATIVIDADES TERAPÊUTICAS DO ÓLEO DE COPAÍBA *(COPAIFERA RETICULATA DUCK)*, EXTRAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS ATIVOS COMPARANDO COM A BIBLIOGRAFIA EXISTENTE

Lígia Kobelus de Souza
Aluna bolsista
Biomedicina – FACES –UniCEUB
ligia.kobelus@gmail.com

A utilização de plantas medicinais como recurso terapêutico é uma tendência generalizada na medicina popular brasileira. Isso acarreta aumento de consumo não só de plantas medicinais, como também de medicamentos fitoterápicos. Os conhecimentos acumulados ao longo do tempo mostram que tais produtos podem causar efeitos nocivos e provam que o mito de que "o que é natural não faz mal" é insustentável. O óleo de copaíba tem sido avaliado por suas propriedades analgésicas, anti-inflamatórias, bactericidas e cicatrizantes, porém é importante ressaltar que existem informações disponíveis que carecem de fundamento científico. A realização deste trabalho irá contribuir para identificar ativos do óleo de copaíba *(Copaifera reticulata duck)* com o intuito de levantar evidências para sustentação do uso como cicatrizante, anti-inflamatório e antimicrobiano, comparando-as com a literatura científica. A flora brasileira é uma das mais ricas e extraordinárias do mundo. Muitas espécies apresentam diversidade de óleos essenciais que podem servir a diferentes setores, quer nas indústrias químicas, quer nas farmacêuticas. Isso é possível, pois estes óleos essenciais possuem princípios ativos, ou seja, componentes químicos que conferem às plantas medicinais atividades terapêuticas. Um exemplo de uso do óleo de copaíba é como anti-inflamatório e cicatrizante, e sabe-se que esta ação é pela presença de diterpenos em sua composição, porém, de acordo com a literatura pesquisada, não se sabe, ao certo, seu mecanismo de ação. Além disso, a resina de copaíba é utilizada na indústria de fragrâncias como fixador para perfumes, cosméticos e sabões. Este é um estudo teórico-prático. Serão pesquisados os trabalhos de relevância realizados com a copaíba, e, posteriormente, será desenvolvida a prática da pesquisa. Os resultados obtidos estão de acordo com os objetivos propostos.

Palavras-chave: copaíba; terapêutica; princípios ativos.

INFLUÊNCIA DO CONSUMO DO ÁCIDO LINOLÉICO CONJUGADO (CLA) NO PERFIL LIPÍDICO DE INDIVÍDUOS DO SEXO MASCULINO

Lorena Araújo de Freitas
Professor orientador: Antonio Felipe Correa Marangon
Programa de Iniciação Científica - PIC
FACES – UniCEUB

A obesidade é um problema de saúde pública, e, concomitante a ela, podem surgir várias enfermidades, entre elas, a dislipidemia, representada pela alteração dos níveis de lipídeos séricos. O ácido linoleico conjugado (CLA), isômero geométrico e posicional do ácido linoleico, encontrado em vários alimentos de origem animal, tem sido considerado potente agente antiobesidade pelas suas propriedades moduladoras do metabolismo lipídico. Há evidências de que o CLA reduz o perfil lipídico e aumente a lipólise e a oxidação dos ácidos graxos. O objetivo deste trabalho foi avaliar o perfil lipídico após o consumo de CLA em indivíduos do gênero masculino. O estudo conduzido foi longitudinal e cego, sendo avaliados 9 indivíduos divididos em dois grupos (G1 e G2). O G1 (grupo de controle) consumiu, diariamente, durante 30 dias, 3 cápsulas contendo 600 mg de amido juntamente com as principais refeições: café da manhã, almoço e jantar. O G2 (grupo de CLA) consumiu, diariamente, durante 30 dias, 3 cápsulas contendo 1000 mg de CLA nas principais refeições. Todos os indivíduos foram orientados a não alterar a dieta habitual. Foram feitas coletas sanguíneas para determinar o perfil lipídico dos voluntários antes, durante e após o consumo das substâncias. Observou-se redução na média do colesterol total dos indivíduos (4,97%), LDL Colesterol (11.95%), e Triglicerídeo (4,27%), porém a média do HDL Colesterol aumentou em 7,5% após a intervenção. De acordo com o exposto, conclui-se que, entre os pesquisados, houve redução em todos os casos, exceto para o HDL Colesterol, no entanto não podemos inferir tal argumentação para a população-alvo, pois mais estudos são necessários para verificar esta hipótese, principalmente quando aliada à prática de exercício físico e à mensuração de outros parâmetros bioquímicos.

Palavras-chave: ácido linoleico conjugado; obesidade; perfil lipídico.

REFERÊNCIAS DA PRÉ-HISTÓRIA DO DISTRITO FEDERAL

Luan Jorge Pereira Rocha Leite
Professor orientador: Deusdedith Alves Rocha Junior
História – FACES – UniCEUB

O objetivo desta pesquisa foi a elaboração de um documento por meio dos fundamentos da história oral de vida, realizado com o professor Eurico Teófilo Miller, destacando o seu trabalho pioneiro na pesquisa arqueológica do Distrito Federal. A entrevista com o professor tornou possível marcar seus principais eventos na construção de longa carreira na pesquisa arqueológica, que se confunde com o desenvolvimento da arqueologia brasileira no século XX. Sua história de vida, suas experiências com a arqueologia e o modo como ela moldou sua vida e personalidade, suas experiências com a comunidade política para levantamento de recursos e formação dos arqueólogos brasileiros foram relatados em uma conferência no Primeiro Encontro de Arqueologia do DF, promovido pela Sociedade de Arqueologia Brasileira, em maio de 2011. A experiência de vida do professor Miller inclui o envolvimento com a universidade brasileira e as dificuldades para trazer a Brasília um curso de formação em Arqueologia, com a intervenção de Darcy Ribeiro, e mais tarde, com achados arqueológicos no Distrito Federal, nos anos 1990. Assim, o professor tornou-se um dos maiores arqueólogos brasileiros, com trabalhos realizados de norte a sul do país. Os encontros com o professor Miller, a decupagem e a transcrição da conferência e da entrevista, transformados em um documento para futuras pesquisas sobre a Arqueologia no Brasil e em Brasília, constituíram-se na razão desta pesquisa.

Palavras-chave: pré-história do Distrito Federal; pesquisa arqueológica; história oral.

O VALOR NOTICIA NA CAPA DO CORREIO BRASILIENSE.

Lucas Lempek Ferreira
Programa de Iniciação Cientifica do UniCEUB
Professor orientador: Vivaldo Reinalto de Sousa

Este estudo tem por objetivo verificar os critérios que levam os editores a selecionar as notícias que são destacadas na primeira página. A pesquisa tem como estudo de caso o jornal *Correio Braziliense*, principal diário do Distrito Federal, pelo período de 90 dias, entre novembro de 2010 e janeiro de 2011. Não será feita análise exaustiva dos aspectos visuais, fotos e ilustrações de capa, porém também serão levados em consideração. Busca-se descobrir quais os valores de notícia foram mais importantes na seleção de matérias que ganharam manchete nas capas do jornal. Outro aspecto importante foi entender como as teorias do *gatekeeper*, organizacional e *newsmaking*, entre outras, explicam o processo de seleção do que deve ir para a capa. Serão entrevistados editores do jornal, a fim de compreender como esse processo funciona.

EFEITO QUALITATIVO DA TEMPERATURA DE ARMAZENAMENTO NO ERITROGRAMA E NA ELETROFORESE DE HEMOGLOBINA

Luis Miguel Ramírez Rivera
Professor orientador Milton Rego de Paula Júnior

O hemograma destina-se a quantificar e contribuir para o diagnóstico causal de várias doenças. A sua etapa pré-analítica é composta pela coleta e pelo processamento da amostra. Erros nessa fase, que inclui coleta, transporte e armazenamento da amostra, podem provocar desvios nos testes laboratoriais e de relevância clínica. Assim, a coleta não deve ser demorada, o garrotamento deve ser feito de modo rápido, para evitar a agregação plaquetária e a coagulação, e deve ser suspenso assim que puncionada a veia. Quantidades insuficientes de anticoagulante podem provocar a aparência de microcoágulos. Por outro lado, quantidades de sangue insuficientes levam a erros por diluição pelo anticoagulante, com diminuição das cifras hematimétricas. Nesse sentido, o objetivo foi observar se existe alteração pela temperatura e pelo tempo de armazenamento das amostras até a sua análise qualitativa e quantitativa, no hemograma realizado por meios manuais. De cada doador, foram coletados de 8 a 10 ml em seringa de 10 ml estéril e apirogênica, através de punção venosa da fossa cubital. A amostra foi, então, dividida em quantidades iguais entre dois tubos a vácuo, estéreis, contendo EDTA K3 como anticoagulante com capacidade para, aproximadamente, 4,0 ml. Os tubos foram distribuídos aleatoriamente, entre os dois grupos de estudo e armazenados a 25 ºC e 4 ºC, respectivamente. Foi realizado o hemograma, composto pela contagem de eritrócitos, leucócitos, hematócritos, dosagem de hemoglobina, cálculo dos índices hematimétricos e hematoscopia, 1, 3, 8, 12, 24, 36, 48 e 72 horas após a coleta. Os resultados demonstraram variações oscilantes entre as amostras armazenadas em diferentes temperaturas. As hemácias das 20 amostras (100%) demonstraram uma queda quando sob refrigeração em 12 horas, após a coleta. Os leucócitos de 15 amostras (75%) obtiveram um aumento significativo quando armazenados sob refrigeração entre 3 e 24 horas. A hemoglobina de todas as amostras, em ambas as temperaturas, demonstrou uma queda inicial seguida de uma subida significativa a partir de 12 horas. O hematócrito das amostras apresentou uma estabilidade até 24 horas, seguido de um aumento em 14 amostras (70%), quando em temperatura ambiente, e uma queda em 11 amostras (55%), quando sob refrigeração. Apesar da discrepância da contagem média de hemácias houve uma semelhança no perfil médio. Todavia, deve-se observar importante queda abaixo dos valores de referência, o que pode indicar, falsamente, uma anemia. Como eritrócitos armazenados à temperatura ambiente possuem uma tendência a ganhar líquido, houve aumento do seu volume e, consequentemente, do hematócrito. A queda gradual da contagem média de leucócitos pode ser pela degeneração de leucócitos. A hemoglobina apresenta um aumento gradual em decorrência da hemólise, aumentando a dosagem de hemoglobina e diminuindo a contagem de eritrócitos. É importante ressaltar que as mesmas alterações ocorrem independentemente da temperatura de armazenamento, entretanto são retardadas quando as amostras são refrigeradas. É ideal que as amostras, quando não refrigeradas, sejam analisadas até 8 horas após a coleta e, quando resfriadas, até 12 horas, quando ocorre menor quantidade de alterações.

Palavras-chave: hemograma; armazenamento; tempo; temperatura.

AVALIAÇÃO DE FERRO SÉRICO EM ESCOLARES ATENDIDOS POR INSTITUIÇÃO FILANTRÓPICA

Maria Eduarda Barbosa de Oliveira Costa
PIC – aluna voluntária
duda_costa87@hotmail.com
Professora orientadora Tania Cristina Andrade
Enfermagem – FACES –UniCEUB

A anemia ferropriva pode ser definida como condição em que ocorre deficiência de eritrócitos ou quantidade de concentração de hemoglobina no sangue. Quando esta proteína está anormalmente baixa, há limitação na troca de oxigênio e dióxido de carbono entre o sangue e as células teciduais. A carência de ferro determina distúrbios no crescimento e no desenvolvimento neuropsicomotor das crianças, no comportamento cognitivo, além de estar associada ao aumento da suscetibilidade às infecções. A anemia ferropriva é uma patologia de alta prevalência em crianças menores de cinco anos; geralmente, é assintomática nos estágios iniciais, mas pode comprometer o desenvolvimento psicomotor e cognitivo, principalmente das que já estão em idade escolar, prejudicando o aprendizado. O objetivo do presente trabalho é testar o ferro sérico das crianças frequentadoras de uma creche assistencial através de punção venosa e dosagem bioquímica deste elemento. Os participantes deste estudo são crianças de 6 a 14 anos, atendidas pelo Projeto Promovida. A dosagem de ferro sérico foi realizada pela metodologia de Goodwin. Mediante a análise do material coletado, os seguintes resultados foram obtidos: das 69 crianças estudadas, 56,52% eram do sexo feminino, e 44,48% eram do sexo masculino; 4,35% apresentaram níveis de ferro sérico abaixo dos valores referenciais, e 5,80% apresentaram níveis de ferro sérico acima dos valores referenciais; 89,85% apresentaram níveis de ferro sérico de acordo com os valores referenciais. Na comparação de nível de ferro abaixo dos valores referenciais entre os sexos, o sexo feminino teve maior prevalência comparada ao masculino. O relatório das Nações Unidas para a América Latina divulgou que a prevalência global de deficiência de ferro para a faixa etária estudada seria de 26%. Apesar de o índice obtido neste trabalho ter sido menor, a avaliação e o tratamento da anemia ferropriva continuam sendo uma necessidade para que este número não aumente, comprometendo o desenvolvimento das crianças.

Palavras-chave: anemia ferropriva; escolares; ferro sérico.

DESCRIÇÃO MORFOMÉTRICA COMPARATIVA DE DOIS MORFOTIPOS DE *POTAMOTRYGON HENLEI* NA BACIA DE TOCANTINS, ARAGUAIA

Mateus Ferreira de Moura
Bolsista do CNPq
mateus.ocean@gmail.com
Fernanda Vinhaes
Getulio Rincon (colaborador)
Ciências Biológicas – FACES – UniCEUB

As raias são peixes cartilaginosos pertencentes à classe *Chondrichthyes* e representadas por 22 famílias que englobam 535 espécies. Destas, a família *Potamotrygonidae* é a única exclusivamente dulcícola. O gênero *Potamotrygon* possui entre 16 e 18 espécies, as quais apresentam intensa variação intraespecífica com morfologia externa conservadora. A espécie *Potamotrygon henlei* é endêmica da bacia do Tocantins, Araguaia, e amplamente explorada pela aquariofilia. Evidências de diferenças morfométricas e de maturidade sexual entre dois morfotipos (*P. henlei* e *P. cf. henlei*) para a referida bacia são apontadas por dados da literatura. Assim, é necessária a identificação dos morfotipos de *P. henlei* e a confirmação de possíveis novas espécies para o correto manejo pesqueiro. O objetivo do presente estudo foi analisar, descrever e comparar morfotipos da raia de água doce *Potamotrygon henlei* quanto à morfometria e à morfologia para identificação de espécies e delimitação de suas variações naturais.Treze animais de *Potamotrygon henlei* e quatro de *P. cf. henlei*, coletados entre os anos de 2000 e 2006 tiveram suas medidas corporais tomadas em milímetros com paquímetro na coleta de mensurações que podem evidenciar proporções morfométricas características de cada espécie, as quais foram, posteriormente, convertidas em porcentagem da largura de disco (% LD), para realização de comparação direta entre elas. O esqueleto de outros oito exemplares de ambos os morfotipos, obtido por dissecação em fervura, foi descrito quanto aos elementos do chondrocrânio, sinarcual pelvicotorácico, cinturas peitoral e pélvica e clásper (pterigopódio) e foi medido com paquímetro digital. As principais diferenças encontradas estão concentradas no chondrocrânio (fontanela anterior, placa ventral, processo pré-orbital e processo pós-orbital), sinarcual cervicotoráxico (processo lateral, foramina do nervo espinhal e crista sinarcual), cintura peitoral (endentação da margem dorsal do processo escapular e da margem ventral da barra coracoide e côndilos da face lateral), cintura pélvica (tamanho dos processos pré-púbicos laterais, processos ilíacos, número e posicionamento dos foramina obturador e tamanho e posicionamento dos côndilos radial e basal). As medidas de comprimento do olho, largura interocular, largura interespiracular, boca-escapulocoracóide, boca-1ª fenda branquial comprimento pré-oral e comprimento pré-narial apresentaram sobreposição entre *Potamotrygon henlei* e *Potamotrygon* cf. *henlei*. As medidas de largura do disco aos olhos, comprimento pré-ocular, focinho-1ª fenda branquial e comprimento cesto-branquial apresentaram diferenças entre *P. henlei* e *P.*cf. *henlei*. Dados morfométricos sugerem forte distinção entre os dois morfotipos de *Potamotrygon henlei*, principalmente nas medidas relacionadas à região cefálica, embora medidas com forte componente alométrico não tenham sido distinguidas em decorrência da pequena amostragem. Mais exemplares devem ser amostrados para obtenção de resultados com maior poder de inferência estatística. A comparação dos esqueletos mostrou-se uma metodologia eficiente para fins taxonômicos, pois as diferenças encontradas entre as espécimes analisadas de *Potamotrygon* são suficientes para a sua diagnose e corroboram a identificação de *Potamotrygon* cf. *henlei* como uma espécie válida e não descrita. A correta identificação dos estoques é necessária para que estudos de Biologia e Ecologia das espécies delimitem, com precisão, a plasticidade dos potamotrigonídeos em seu ambiente.

Palavras-chave: Potamotrygonidae; morfometria; raia de fogo.

SEXUALIDADE FEMININA, MÍDIA E SUBJETIVIDADE

Melise Rute Calheiros Bispo
Sergio Henrique de Souza Alves
UniCEUB, FACES, Psicologia
sergiohenrique.alves@gmail.com

A sexualidade feminina é "objeto de interdição" da sociedade. Assim, entende-se que sexualidade abrange várias dimensões: biológica, psicológica, social, cultural e espiritual. A mídia impressa, por meio de revistas voltadas ao público feminino, veicula verdades subsidiadas em códigos morais e teorias científicas para o controle da conduta feminina. Isso se dá pela propagação de dispositivos pedagógicos que incitem a mudança subjetiva de pensar e comportar-se de acordo com o esperado pela sociedade. Entre os fatores socioculturais relevantes nos estudos, está a relação que a mídia pode exercer na sexualidade da mulher. Assim, o objetivo desta pesquisa foi investigar como as mulheres lidam com a sua sexualidade e as influências socioculturais por meio da mídia, como percebem modismos, tabus, mitos e assuntos relacionados à sexualidade feminina em consonância com o que as revistas mostram sobre sexualidade, se percebem influência da mídia sobre suas rotinas diárias e como se posicionam diante dessas demandas. Além disso, propõe-se investigar se a relação com a mídia tem provocado sofrimento ou benefício, se há algum impacto em suas vidas e como isso se configura. Como procedimento inicial, um convite destinado a mulheres interessadas em participar de um debate sobre o tema *Sexualidade feminina, mitos, tabus e modismos* foi colocado nos painéis de uma faculdade do DF, mediante prévia autorização. Cinco mulheres entre 20 e 48 anos participaram da pesquisa. No encontro coletivo, houve utilização de *slides* e de um vídeo como introdução ao debate. Para alcançar os objetivos desta pesquisa, foi utilizada a metodologia científica embasada na epistemologia qualitativa de González Rey (2005). O estudo demonstrou que: a adolescência pode ser um período mais suscetível para a mulher quanto à influência da mídia impressa; mulheres entre 40 e 50 anos podem ser mais suscetíveis à influência das revistas femininas em decorrência da repressão sexual; problemas ou dificuldades sexuais femininas podem ser consequências da construção de gênero ao longo da história na sociedade brasileira; verdades universais propagadas pelas revistas não se aplicam a todos, e nem sempre o discurso da mídia é coerente com a realidade e o conhecimento científico. É relevante considerar que alguns transtornos sexuais femininos podem ser decorrentes da maneira como ocorreu a construção de gênero e sexualidade ao longo da história, na sociedade brasileira, por meio da mídia. Assim, é preciso que a mulher reconheça os próprios valores, embarque no descobrimento de si mesma, perceba os pontos fortes, questione os padrões vigentes da mídia e da sociedade e valorize a sua singularidade.

Palavras-chave: sexualidade; mulheres; mídia; subjetividade.

EXPRESSÃO DO FATOR DE NECROSE TUMORAL NA MALÁRIA EXPERIMENTAL

Nabyla Paixão Pereira
Bolsista
bylapaixao@gmail.com
Professora Tatiana Karla Borges
Biomedicina – FACES – UniCEUB
tatianakarlab@gmail.com

A malária, mesmo com todo controle e suporte recebido, continua sendo um problema de saúde pública pelas suas altas taxas de morbi-mortalidade. Para desenvolver vacinas eficazes e terapias antimaláricas, necessárias ao controle dessas altas taxas, é crucial entender os mecanismos da proteção imunológica contra essa doença e sua imunopatologia. Citocinas são críticas no funcionamento da resposta tanto inata quanto adaptativa, além de apresentar um papel-chave na regulação da resposta do hospedeiro à infecção. Pesquisas associam a gravidade da doença à produção de fator de necrose tumoral, porém estudos em modelos experimentais demonstram resultados conflitantes quanto à produção dessa citocina. Portanto, o objetivo deste trabalho foi analisar a produção intracelular de fator de necrose tumoral em macrófagos peritoneais de linhagens de camundongos susceptíveis ou não à malária cerebral. De cada linhagem, foram utilizados 10 animais machos de 2 a 4 meses, divididos em grupos infectados ou não com $1x10^6$ eritrócitos parasitados com *Plasmodium berghei* ANKA. No sexto dia de infecção, de cada animal foram coletados macrófagos peritoneais para análise de produção intracelular de fator de necrose tumoral por citometria de fluxo. De acordo com os dados obtidos, conclui-se que os animais que desenvolvem a malária cerebral são os que apresentam níveis mais elevados de fator de necrose tumoral, contudo, entre as duas linhagens, a última possui maior produção. Quando comparados os grupos infectados e não infectados, com exceção dos camundongos Balb/C, os animais infectados apresentaram menor produção da citocina. Estes dados demonstram que a produção de fator de necrose tumoral apresenta diferentes níveis nas diversas linhagens, sugerindo que a malária apresenta variados mecanismos imunopatológicos desencadeadores das suas formas, graves ou não, provavelmente, em função do perfil genético de cada indivíduo.

Palavras-chave: macrófago; fator de necrose tumoral; malária cerebral.

A FALTA DE EFETIVIDADE DA PROTEÇÃO À DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA, EM ESPECIAL NO TOCANTE AOS ASSENTAMENTOS URBANOS, PELO NÃO CUMPRIMENTO DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE

Natália Paes Leme Machado
Bolsista do PIC
nati_paeslememachado@hotmail.com
Professor orientador: Marcelo Dias Varella
Direito – UniCEUB

O Brasil não aplica a função social da propriedade consagrada na Constituição Federal e em tratados referentes aos direitos humanos, em razão da grande incidência de favelas e moradias inadequadas nos bairros pobres situados nos assentamentos urbanos. Tal direito não é garantido pela falta de políticas públicas concretas de habitação e urbanização, pois constata-se que há grande gama de leis sobre o tema, mas que não são corretamente aplicadas e nem suficientes para solucionar o problema. Tendo como fio condutor o conceito de função social da propriedade e os requisitos da moradia adequada, o presente trabalho apresenta, em síntese, o direito de habitação que deveria ser tratado em todos os países pactuantes da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, a falta de políticas públicas eficientes de habitação e urbanização, o que causa o problema das favelas urbanas, as implicações da falta de internalização e a necessidade de responsabilizar-se o Estado por omitir-se diante dos fatos. A dignidade da pessoa humana é um fundamento para a garantia do direito de habitação no ordenamento jurídico brasileiro. A partir desse princípio, o Código Civil de 2002, a Constituição Federal e a legislação infraconstitucional referente ao tema observaram a necessidade de aplicação desse fim social a todas as propriedades, em especial aos assentamentos urbanos. Acontece que, apesar de legislação coerente, pois há normas tanto constitucionais como infraconstitucionais que observam esse tema, suas aplicações não são notadas na realidade brasileira. A Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) preza pela internalização de seus direitos consagrados no Pacto. Se o país pactuante não aplica o que se comprometeu a garantir em seu território, a Corte poderá intervir em âmbito nacional, fazendo um papel complementar ao do Estado. No caso do Brasil, a responsabilização não é por falta de ação legislativa, mas pela falta de correta aplicação das políticas públicas desenvolvidas para esse fim. Por esse motivo, é necessária a intervenção. Nessa perspectiva, o presente texto divide-se em cinco partes: a necessidade da observância do conceito de dignidade da pessoa humana e a função social da propriedade; a constitucionalização do direito civil, como início da aplicação da função social da propriedade, e os aspectos da Constituição Federal; a aplicação da função social, juntamente com o direito de propriedade e a tutela da posse no ordenamento jurídico brasileiro, nas normas infraconstitucionais, com análises jurisprudenciais sobre o tema que demonstram a ampla legislação, mas a falta de efetivação; a questão das favelas como um exemplo dos maiores problemas não solucionados pelo Estado, complementado pelo conceito de moradia adequada; a aplicação da CIDH como um órgão complementar ao Estado brasileiro, por meio de estudo de caso, comprovando a não observância da legislação brasileira.

Palavras-chave: direito internacional; dignidade da pessoa humana; função social da propriedade; assentamentos urbanos.

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DA ÁGUA SUPERFICIAL EM ÁREAS DE BOVINOCULTURA NO CERRADO

Nathan de Castro Soares Simplício
Bolsista PIBIC-CNPq/ UniCEUB
nathan.simplicio@globo.com
Simone Rodrigues de Sousa – EMBRAPA Cerrados
Eduardo Cyrino Oliveira-Filho Ciências Biológicas – UniCEUB/EMBRAPA Cerrados

Com a implementação de novas tecnologias no campo, as técnicas de pastagem têm-se tornado mais lucrativas para a fazenda, como a implantação de pastagens com novas espécies forrageiras, a suplementação mineral do rebanho, o manejo produtivo e reprodutivo, o controle sanitário do rebanho, entre outras tecnologias aplicadas ao campo. Com isso, o efetivo bovino nacional tem-se expandido, baseando-se que, em 2005, o Brasil possuía o primeiro rebanho comercial do mundo com mais de 207 milhões de cabeças e acelerada taxa de crescimento. Contudo, mesmo trazendo progresso para o país, o manejo indevido da prática pecuária pode trazer consequências severas para o meio ambiente, principalmente para a água. Nesse contexto, o presente trabalho teve como objetivo estabelecer a qualidade das águas superficiais em áreas de bovinocultura próximas ao Distrito Federal e determinar o enquadramento das águas pelos padrões estabelecidos pela Resolução CONAMA nº 357, além de analisar se estão de acordo com as normas da Portaria n° 518/04. Para tanto, foram realizadas coletas mensais em propriedades com atividade pecuária extensiva e semi-intensiva, e foram avaliados os parâmetros de turbidez, dureza da água, coliformes totais e termotolerantes, temperatura, oxigênio dissolvido, salinidade e presença de nutrientes químicos. Como resultado, após 12 meses de coletas, observou-se que, em praticamente todos os pontos, as regiões de nascente tiveram, segundo a Resolução CONAMA nº 357, uma água com padrão de qualidade Classe 1 e que, após as nascentes, nas áreas onde há trânsito de animais, o padrão de qualidade foi reduzido para Classe 2 e Classe 3, dependendo da região estudada. Também foi notado que a sazonalidade, por sua vez, influencia a análise dos parâmetros estudados.

Palavras-chave: qualidade da água; bovinocultura; contaminação.

HAITI: DESAFIOS DA MINUSTAH APÓS TERREMOTO DE 12 DE JANEIRO DE 2010

Nayara Ribeiro Damasceno da Silva

Desde sua independência, o Haiti vive em períodos de instabilidade econômica e política. Sua história política é constituída de regimes ditatoriais e eleições conturbadas. François Duvalier, o Papa Doc, governava o país com violência e, antes de sua morte, passou o poder para seu filho, Jean-Claude Duvalier, conhecido como Baby Doc, que, seguindo os passos do pai, também exerceu um regime baseado na extorsão e no desrespeito aos Direitos Humanos. Após um período de instabilidade, manifestações e violências, novas eleições foram realizadas, e o ex-padre Jean-Bertrand Aristide foi eleito presidente do Haiti. Porém, sofreu dois golpes militares, e o segundo, que o fez exilar-se na África, motivou a criação e a implementação da Missão de Estabilização das Nações Unidas – MINUSTAH, cujos objetivos principais seriam a pacificação, a restauração das instituições públicas e o desenvolvimento econômico. O trabalho da missão no período de 2004 a 2009 foi de grandes desafios e obstáculos, porém alguns êxitos são expressivos, como a pacificação de favelas estratégicas das principais cidades do Haiti e a prisão de líderes das gangues que dominavam essas favelas. Após o terremoto de 2011, o desafio aumentou e modificou-se, obrigando um plano de reconstrução expressivo e minucioso para modificar a situação haitiana. Nesta pesquisa, todas as fontes documentais apresentadas são lidas e analisadas pelo método histórico crítico-documental. De acordo com Antonie Proust, as provas documentais precisam passar pelo método crítico, em dois níveis: o externo, que trata da questão da autenticidade do documento, e o interno, que apresenta a acuidade das informações. Após o terremoto de magnitude 7.0, todos os esforços anteriores tornaram-se ruínas, assim como os principais prédios do governo, o que fragilizou os setores da sociedade civil. A política interna inicial da missão com foco na estabilização muda de eixo e passa a ser de reconstrução total do país. Por sua vez, a visão brasileira como liderança da missão precisou ser modificada, saindo da política de estabilização para o plano de restauração e criação de um país em suas funções básicas e de reorganização das estruturas políticas, econômicas e sociais. Em decorrência da catástrofe natural, vários países sensibilizaram-se com a situação e promoveram programas e reuniões para ajudar o Haiti. Um deles foram os Estados Unidos, que já tinham história de presença em território haitiano, podendo ser vistos como ameaça à liderança brasileira da missão. Porém, o Brasil, seguindo a linha de sua política externa, poderá utilizar o programa de Cooperação Técnica aos Países em Desenvolvimento – CTPD, para garantir sua presença e liderança no Haiti.

Palavras-chave: Haiti; MINUSTAH; terremoto.

AURICULOTERAPIA EM HIPERTENSÃO ARTERIAL: UMA ANÁLISE DA QUALIDADE DE VIDA, DO ESTRESSE, DA PRESSÃO ARTERIAL E DA FREQUÊNCIA CARDÍACA

Pâmella Carneiro da Cruz
Bolsista do Programa de Iniciação Científica
Fisioterapia – FACES – UniCEUB
pamella_carneiro@yahoo.com.br
Hugo Alves de Sousa
Bolsista do Programa de Iniciação Científica
Fisioterapia – FACES – UniCEUB
hugoanatomia@gmail.com

A auriculoterapia demonstra sua eficácia no tratamento e no diagnóstico de doenças, mediante o uso de pontos reflexos no pavilhão auricular. Seu emprego no tratamento de hipertensão arterial é relevante, pois é um recurso sustentável para uma doença prevalente. Assim, o objetivo deste estudo foi observar se havia relação direta entre variáveis fisiológicas e subjetivas em regime de tratamento com auriculoterapia. Foram realizadas 5 sessões de auriculoterapia em 11 idosos portadores de hipertensão arterial essencial. Durante as sessões, os pacientes tiveram a pressão arterial e a frequência cardíaca monitoradas antes e após a aplicação de auriculoterapia. Também responderam ao Inventário de Escala de Estresse Percebido e ao Questionário de Qualidade de Vida SF-36. Os testes qualitativos mostraram variados padrões de melhoria. Os testes quantitativos resultaram em melhoria considerada não significativa. A auriculoterapia foi benéfica na maior parte dos indivíduos, em termos de qualidade de vida embora não se estabeleça correlação direta entre os testes qualitativos e os quantitativos.

Palavras-chave: auriculoterapia; pressão arterial alta; qualidade de vida.

UM BALANÇO DAS PERCEPÇÕES DOS EUA EM RELAÇÃO À POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA A VENEZUELA DE 2003 A 2010

Patrícia Bastos Campêlo
Bolsista do 9º Programa de Iniciação Científica 2010/ 2011
paty_campelo@hotmail.com
Professor orientador: Frederico Seixas Dias
Relações Internacionais – FAJS – UniCEUB

A assunção de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência do Brasil caracterizou o desenvolvimento da política externa baseada na diplomacia e no fortalecimento das relações bilaterais e multilaterais com o objetivo de ampliar a participação e a emergência internacional do país. A busca de voz mais ativa no contexto externo e de maior integração no âmbito da América Latina esteve, ao longo do período, sob olhar atento dos Estados Unidos, potência econômica e política que desempenha um papel de extrema relevância no contexto internacional. Sendo as relações que o Brasil e os Estados Unidos mantêm, cada um, com a Venezuela sob o governo de Hugo Chavéz um dos pontos de divergência entre as duas nações, a presente pesquisa tem como objeto de estudo as percepções da comunidade acadêmica norte-americana em relação à política externa brasileira para a Venezuela, ao longo dos dois mandatos do governo Lula. Além disso, determina-se como a atitude e o comportamento que o Brasil assume frente à Venezuela de Chavéz foram interpretados no meio intelectual dos Estados Unidos, em termos da emergência do país como *global player*. Nesse sentido, analisou-se o desenvolvimento histórico da política externa do Brasil desde sua Independência, em 1822, até o final do segundo mandato do presidente Lula, em 2010. Dessa forma, é possível constatar o conjunto de fatores e o caminho que conduziu à configuração da política externa brasileira desenvolvida entre 2003 e 2010 e as possíveis divergências geradas no âmbito das relações que o Brasil e os Estados Unidos mantêm com a Venezuela de Chavéz. Este estudo examina, com base na corrente construtivista de Relações Internacionais, a relação entre mídia acadêmica e política e de que maneira as percepções da primeira influenciam a formulação da segunda. As evidências analisadas referem-se aos editoriais e aos artigos da revista acadêmica estadunidense *Latin American Politics and Society*, tendo sido identificado e sistematizado como tal meio relata as ações de política externa brasileira ao longo do governo Lula e em relação à Venezuela, as práticas e os comportamentos assumidos por Chavéz entre 2003 e 2010. Dessa forma, é possível identificar quais as interpretações realizadas pela mídia acadêmica norte-americana e até que ponto as divergências na atitude assumida pelo Brasil e pelos Estados Unidos frente à Venezuela de Chavéz influenciam o processo de emergência externa e liderança regional brasileira. Observou-se, como resultado da pesquisa, que essas divergências fazem parte de desenvolvida visão global do governo brasileiro em adquirir a confiança e criar novo bloco de identidade entre as nações latino-americanas. Tal distanciamento em relação às políticas e aos interesses estadunidenses para a região reflete a visão de que, para ganhar espaço entre as nações líderes no mundo, é necessário que o Brasil assuma posição de independência em relação aos Estados Unidos e utilize a integração regional como base para a aquisição de voz mais ativa no contexto externo.

Palavras-chave: política externa; *Latin American Politics and Society*; Venezuela.

A VIVÊNCIA SUBJETIVA DE PACIENTES RENAIS CRÔNICOS SUBMETIDOS AO TRATAMENTO HEMODIALÍTICO

Patricia Milhomens Guimarães
paty_milhomens@hotmail.com
Professor doutor Luiz Fernando González Rey
Psicologia – FACES – UniCEUB

A teoria da subjetividade, desenvolvida por González Rey, valoriza, sobremaneira, os processos subjetivos na produção das experiências humanas. Assim, busca-se a compreensão dos modos de subjetivação dos pacientes crônicos em situação de tratamento, por meio do estudo de dois sujeitos submetidos ao tratamento hemodialítico, do seu posicionamento e do entendimento da forma como isso influencia o modo de viver e de representar a doença. Como instrumentos, foram utilizados o completamento de frases e as dinâmicas conversacionais, contendo tópicos gerais facilitadores com o objetivo de obter o envolvimento do participante para que pudesse expressar-se de acordo com as próprias necessidades, posicionando-se como sujeito do processo de pesquisa. Os resultados apontam para a existência de mudanças fundamentais na rotina de vida dos pacientes renais crônicos, como as restrições na alimentação, na ingestão de líquidos e os exames regulares que devem ser feitos para verificar o estado de saúde. Nesse sentido, a vivência subjetiva foi estudada, tendo como base a complexidade inerente à experiência humana, portanto as mudanças rotineiras foram vistas como contribuintes na construção de eixos de sentido, capazes de influir, emocionalmente, nos sujeitos, produzindo sentidos subjetivos diante da experiência do processo de saúde e doença. Por fim, a pesquisa trouxe como contribuições a valorização do ambiente hemodiálitico como espaço de produções subjetivas que influenciam o modo de viver e de representar a doença. Além disso, possibilitou refletir-se sobre a importância das redes de apoio, familiares, amigos, vizinhos, e das atividades de trabalho do cotidiano na vivência subjetiva de pacientes renais crônicos submetidos ao tratamento hemodialítico.

Palavras-chave: subjetividade; sentidos subjetivos; pacientes renais crônicos.

OS PROCESSOS SUBJETIVOS CONFIGURADOS NA EXPERIÊNCIA DE *GAMERS*

Rafael Dotto Bianco

A presente pesquisa pretende aprofundar o estudo da identidade e dos processos de produção de sentido subjetivo de um grupo de jogadores de jogos eletrônicos. Discute-se como a identidade é influenciada pelo jogo e pelos personagens dos jogos assim como esses processos se configuram em produções de sentido subjetivo. Segundo Alves (2007), a maioria dos jogadores de hoje estão nas faculdades, nas universidades e trabalham, desmistificando, assim, a ideia de jogos apenas para o público infantil. Tratando-se de jogos eletrônicos ou *videogames*, afirma-se que têm papel de inserção nas comunidades virtuais. Há uma solidariedade e uma cooperação intensa, existem códigos de ética entre os participantes, e a essência da comunidade é todo sujeito que participe colabora para uma finalidade comum: ampliar as possibilidades de interface com o outro. Diante tais valores gerados pelos jogos, a identidade do sujeito é modificada por sua interpretação, pois o jogador "veste" uma identidade e "descarta-a" após terminar o jogo ou mantém aspectos que lhe foram importantes. A pesquisa baseia-se na epistemologia qualitativa, de González Rey (2005), a qual possui três pressupostos: o aspecto construtivo-interpretativo do conhecimento; a legitimidade da singularidade na construção de conhecimento; o caráter da comunicação. As entrevistas propostas para o projeto baseiam-se na dinâmica conversacional. Buscou-se trazer a ação reflexiva sobre as identidades geradas no mundo dos jogos eletrônicos e sua relação com o mundo "real" assim como a importância de discutir a dialética entre as identidades e como podem influenciar ideais e comportamentos. Uma questão interessante é a dicotomia entre o real e o virtual, que coexistem em mesmo espaço. O processo de identidade no jogo pode ocorrer baseado na realidade do cotidiano ou na fantasia da pessoa. Teoricamente, há três espaços: o real (ambiente físico), o virtual (ambiente do jogo) e o imaginário simbólico (ambiente mental imaginário) do sujeito, que se relacionam de forma mútua, sem que um exclua o outro.

Palavras-chave: *videogames*; jogos eletrônicos; subjetividade.

ANÁLISE DOS BENEFÍCIOS DA ESTIMULAÇÃO NERVOSA TRANSCUTÂNEA (TENS) E A TÉCNICA MACKENZIE PARA REDUÇÃO DA DOR EM PACIENTES COM LOMBALGIA.

Renata Alice Miateli Pires
Professor orientador: Hugo Alves De Sousa

O objetivo do estudo foi analisar os resultados entre o TENS acupuntura e o método Mackenzie, visando ao alívio de dor em pacientes com lombalgia, no Hospital Militar da Área de Brasília (HMAB). Trata-se de um estudo de caso comparativo longitudinal com a participação de 11 pacientes, dos quais sete foram excluídos e quatro participaram da pesquisa. Esses indivíduos foram distribuídos em dois grupos randomizados, em que se realizou, no grupo de estudos, o TENS, alongamentos e o método Mackenzie e no grupo de controle efetuou-se o TENS, alongamentos e exercícios isométricos para lombalgia. Ambos os grupos receberam educação e orientações posturais para prevenção e exercícios a ser realizados em casa. O tratamento teve a duração de 2 meses com 2 encontros semanais, totalizando 16º sessões. Para a coleta de dados, aplicaram-se os questionários SF-36, o Índice de Oswestry, a Escala Visual Analógica (EVA), o Questionário de Roland-Morris, o Questionário de dor McGill, o Índice de Schöber, a Goniometria e o Banco de Wells. Para a verificação dos resultados, foi aplicado o Teste T pareado e a análise descritiva dos dados. O estudo constatou que houve estatística significativa no EVA, antes e depois do tratamento dos pacientes. Os demais itens demonstraram que houve recuperação da capacidade funcional, ganho na amplitude de movimento e na flexibilidade lombar além da redução da dor. Os resultados obtidos demonstraram que a TENS, o exercício isométrico e o método Mackenzie foram eficazes para o alívio da dor tanto na pós-terapia como na manutenção para as sessões seguintes. Contudo, ao introduzir os exercícios isométricos e o método Mackenzie, os grupos obtiveram ganho de flexibilidade da coluna, amplitude de movimento, qualidade de vida e capacidade funcional.

Palavras-chave: dor lombar; modalidades de fisioterapia; método Mackenzie; reabilitação.

EM BUSCA DE UM BLOCO: OS DIVERSOS PROJETOS DE INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA

Renata Pinho Studart
Professora orientadora: Renata de Melo Rosa
Relações Internacionais – UniCEUB

Esta pesquisa busca problematizar a natureza dos projetos de integração da América Latina no século XXI, a partir de interesses convergentes que ora se aproximam, ora se afastam em busca da integração latino-americana. Com forte contestação política sobre blocos vigentes a partir da metade do século XX, em especial a OEA, os países latino-americanos demonstram, contemporaneamente, uma atitude política histórica de oposição à hegemonia norte-americana na região, que se aprofunda, institucionalmente, com a criação de blocos marcadamente anti-imperialistas, como a ALBA – Alianza Bolivariana para las Américas – e a CELAC – Comunidade dos Estados Latino-americanos e do Caribe. Paralelamente, surge, em 2008, a UNASUL – União das Nações Sul-americanas, juntamente com o Conselho de Defesa Sul-Americano. O MERCOSUL, de 1991, por sua vez, está em processo de revisão de agenda, incorporando não só outros países, como Israel, mas também incluindo forte conteúdo social. Uma das observações em relação a estes blocos é que, aparentemente, as representações diplomáticas dos países sul-americanos e do Caribe não constatam nenhuma contradição na existência de tantos blocos. Ademais, novos projetos de integração que se contrapõem aos projetos já existentes são continuamente aprovados por unanimidade por todos os países da região, como é o caso da CELAC. Apesar da aparente harmonia entre os países, do ponto de vista estratégico, a existência de tantos blocos pode enfraquecer a região, em vez de fortalecê-la, causando o efeito inverso ao esperado pelos países.

Palavras-chave: integração latino-americana; contra-hegemonia; blocos; estratégia política regional.

A AVALIAÇÃO DOS COMITÊS DE ÉTICA EM PESQUISA SOBRE A RESOLUÇÃO CNS 196/96

Renata Uchôa Alves
renata.uchoa.alves@gmail.com
Marília de Queiroz Dias Jacome
marília.jacome@uniceub.br
Ciências Biológicas – FACES – UniCEUB

Os Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) encontram problemas na avaliação, visto que seu recurso de trabalho, a Resolução 196/96, do Conselho Nacional de Saúde (CNS), traz dispositivos gerais para a ética nem sempre aplicáveis às diferentes abordagens de pesquisa. Aos CEP torna-se necessária a criatividade para encontrar soluções uma vez que, obrigatoriamente, é preciso que a pesquisa esteja de acordo com os parâmetros da Resolução CNS 196/96. Este trabalho buscou identificar como membros de CEP avaliam as diretrizes éticas nacionais que regulamentam as pesquisas com seres humanos dispostas na Resolução CNS 196/96, suas orientações e limites na avaliação ética das pesquisas. O estudo foi realizado por meio de um questionário eletrônico, disponibilizado no programa *surveymonkey*, com membros dos CEP do Distrito Federal e uma amostra estimada de 163 sujeitos, dos quais vinte e oito participaram da pesquisa. A avaliação dos resultados deu-se de forma quantitativa para identificação do perfil dos membros e qualitativa para respostas abertas sobre a Resolução CNS 196/96. Os resultados indicam que os membros têm idade entre 30 e 40 anos, há equilíbrio de gênero e predominam doutores. A maioria é de profissionais da área de saúde, pesquisadores de instituição de ensino superior, com mandato entre 04 e 06 anos; mais da metade possui formação na área de Bioética ou Ética em Pesquisa. A maioria considera que ser membro do CEP contribui na difusão do cuidado ético nas pesquisas. Para eles, a Resolução garante, principalmente, o princípio da não maleficência, seguido da beneficência e da justiça, ficando a autonomia como o menos garantido; não assegura a inexistência de conflitos de interesses. As pesquisas anônimas com perguntas técnicas e retrospectivas podem prescindir da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) de acordo com os pesquisados. Eles apontam como dificuldades na avaliação de pesquisas com cooperação estrangeira o conflito de interesses dos pesquisadores e o fato de os estudos serem muito técnicos. Não houve consenso se a Resolução de fato é cumprida, já que não tem força de lei. Como a maioria dos membros é de pesquisadores, a avaliação da resolução pode ser crítica e realista, pois há o olho do pesquisador e do avaliador. Chama a atenção a não maleficência ser o princípio mais assegurado e a autonomia o menos, mostrando que, para os membros, a obtenção do TCLE não garante a autonomia do participante de forma efetiva. Outro ponto de descompasso entre a resolução e a avaliação dá-se pela obtenção do TCLE; para a maioria dos entrevistados, o termo pode ser dispensado em alguns tipos de pesquisa. Por outro lado, o TCLE é considerado o instrumento que garante a proteção do participante, principalmente dos vulneráveis. O modelo padronizado de avaliação inviabiliza a análise de diferentes abordagens metodológicas, como a das pesquisas qualitativas, o que gera dificuldade na interlocução entre CEP e pesquisadores das áreas de Ciências Humanas e Sociais. Essa situação demonstra a necessidade premente de uma revisão das diretrizes, o que está previsto no escopo da resolução.

Palavras chave: Comitês de Ética em Pesquisa; Resolução CNS 196/06; avaliação ética.

A IDEIA DE JUSTIÇA GLOBAL PELA CONSOLIDAÇÃO DE JUSTIÇAS SETORIAIS: UM ESTUDO SOBRE A EMERGÊNCIA DA JUSTIÇA TRANSNACIONAL

Ricardo Corrêa Leal Paiva
Direito – UniCEUB

A pesquisa abordou a ideia do surgimento de uma justiça global, ou de uma jurisdição global, por meio da consolidação de justiças ou jurisdições setoriais, pertencentes a diferentes setores do Direito Internacional, entendida como arquétipo de Poder Judiciário supranacional, nos moldes das ideias de universalistas, como Immanuel Kant. A pesquisa objetivou verificar se a atual tendência de aumento de poder dos órgãos que exercem jurisdição internacional, aliada a processos de integração sistêmica, culminará no desenvolvimento da justiça global. Investigou-se se fenômenos de integração existentes na comunidade internacional, como a globalização econômica e a necessidade de maior cooperação internacional em vários setores, levariam à unificação das jurisdições internacionais existentes em um só corpo judiciário global. O trabalho utilizou a metodologia de pesquisa teórica e exploratória. Lançou-se mão, mormente, de exames bibliográficos, análises de jurisprudência e estudos de casos do Direito Internacional, tendo como objeto o fenômeno da internacionalização do Direito. A hipótese de pesquisa foi se a aceitação progressiva por Estados de jurisdições internacionais sobre temas específicos, como direito comercial, penal, direitos humanos, marítimo, aeronáutico ou do meio ambiente, e a expansão do direito comunitário levam à consolidação da justiça em sede global. Constatou-se que a cooperação deflagra novo paradigma existente na comunidade internacional, favorável ao nascimento da justiça global. Outrossim, conferiu-se finalmente que, malgrado a expansão e o aumento da complexidade do Direito Internacional, existe uma tendência para maior sistematicidade e unicidade do ordenamento jurídico internacional. No curso do trabalho, a hipótese de pesquisa restou parcialmente validada.

Palavras-chave: Direito Internacional; Estado mundial; Internacionalização do Direito; fragmentação; jurisdições Internacionais.

NORMAS DE GÊNERO NA ATENÇÃO À SAÚDE: DISPOSITIVOS ASSISTENCIAIS PARA TRANSEXUAIS E PESSOAS INTERSEXO

Sarah Costa Athayde Nunes
PIC – aluna bolsista
Professora orientadora Tatiana Lionço
FACES – Psicologia – UniCEUB
sarahcosta@gmail.com

Embasado em estudos e reflexões sobre normas de gênero, direitos humanos e direito à saúde, o presente projeto discute os resultados obtidos em pesquisa realizada em um serviço de atenção à saúde de transexuais. Propôs-se uma análise crítica do serviço de saúde mediante o ponto de vista dos profissionais e dos usuários transexuais. Estudos relatam a institucionalização da assistência às pessoas transexuais no Brasil, criticando a prevalência do modelo biomédico. Por meio de entrevistas realizadas, ficou evidente que a demanda de transexuais para a saúde pública não se restringe apenas às cirurgias corretivas, existindo, também, a importância de trabalhar as questões de identidade e de significação do sujeito. Surge, assim, a preocupação com a população transexual diante da carência de locais apropriados para cirurgias corretoras e que necessitam de estrutura multiprofissional, primordial ao desenvolvimento do bom atendimento a esse público. Os dados desta pesquisa englobam tanto a necessidade das pessoas transexuais de atendimento multiprofissional quanto a demanda dos profissionais em trabalhar em equipe com o paciente. Os resultados já permitiram a reflexão crítica de medidas essenciais à qualificação do serviço a este público-alvo.

Palavras-chave: transexualidade; saúde pública no DF; intersexualidade.

HABILIDADES SOCIAIS E ESTRESSE EM ESTUDANTES DE ENSINO MÉDIO: UM ESTUDO CORRELACIONAL

Sheila Francisca Machado
Aluna voluntária
sheila_machado_@hotmail.com
Sergio Henrique de Souza Alves
UniCEUB, FACES, Psicologia
sergiohenrique.alves@gmail.com

Entendem-se por habilidades sociais as diferentes classes de comportamentos que integram o repertório social de um indivíduo com a finalidade de lidar com as demandas sociais de forma adequada a cada ocasião. O estresse é definido como a resposta que um organismo emite com o objetivo de dar conta de determinada situação que tenha quebrado sua *homeostase.* Na adolescência, ocorre uma série de mudanças físicas, cognitivas e psicossociais inter-relacionadas à vida do sujeito que tanto geram a necessidade de reavaliar os comportamentos considerados aceitáveis e as habilidades que precisam ser desenvolvidas quanto podem ser fonte de estresse. A presente pesquisa teve como objetivo conhecer a correlação entre habilidades sociais e estresse em alunos de 2ª e 3ª série do ensino médio e averiguar se há diferenças entre os sexos feminino e masculino nos escores dos testes. Participaram do estudo 196 estudantes com idade entre 15 e 18 anos, dos quais 53,6% são mulheres e 60,7% são de escola particular. Eles foram convidados a responder a dois testes: o Inventário de Habilidades Sociais para Adolescentes (IHSA-DEL-PRETTE) e a Escala de Stress para Adolescentes (ESA). O tempo médio que os alunos levaram para responder aos testes foi 40 minutos. O exame dos dados foi feito por meio de pontos de corte dos testes, análises estatísticas descritivas e correlação de *Person,* utilizando o *software* SPSS, versão 17. Os resultados mostraram que 25,51% dos participantes apresentaram estresse, 51,53% apresentaram habilidades sociais entre os conceitos bom e altamente elaborado, e 48,98% relataram baixo custo na emissão do comportamento apontado nos itens do IHSA-DEL-PRETTE. A correlação entre estresse e habilidades sociais já havia sido apontada em outro estudo com universitários, em outros testes. Pesquisas anteriores indicam diferença entre os sexos com relação ao estresse e às habilidades sociais, mas, no presente estudo, apenas a diferença referente ao estresse foi encontrada de forma significativa.

Palavras-chave: estresse; habilidades sociais; ensino médio.

UMA VISÃO COMPLEXA ACERCA DA SUBJETIVIDADE, SAÚDE E CÂNCER DE MAMA.

Thaís Mendes Aguiar Vasconcelos
Professora orientadora: Valéria Deusdará Mori

O presente artigo propõe-se a refletir acerca dos processos de saúde e doença de mulheres que vivenciaram o câncer de mama. Destarte, pretende-se entender como esses processos causaram impacto à subjetividade dessas mulheres. Para tanto, rompeu-se com o paradigma da simplificação do modelo médico e biopsicossocial, e fundamentou-se na teoria da subjetividade e no método construtivo-interpretativo, ambos de González Rey, que apresentam uma perspectiva complexa da saúde e da subjetividade humana. Foram realizados dois estudos de caso, os quais evidenciaram a singularidade da experiência subjetiva das entrevistadas e as diferentes alternativas que elas criaram para enfrentar esse processo de saúde-doença.

Palavras-chave: câncer de mama; subjetividade; saúde.

GESTÃO AMBIENTAL: PERCEPÇÃO DOS GESTORES DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR SOBRE O MEIO AMBIENTE

Thayana Rafaela de Oliveira Martins
Bolsista – Administração– UniCEUB
thayana.rafaela@yahoo.com.br
Carolina Lopes Araújo
Coorientadora – UnB, Centro de Desenvolvimento Sustentável – CDS
carolinalopesaraujo@yahoo.com.br
Professor orientador Carlos Alberto da Cruz Júnior
Comissão de Gestão– UniCEUB
carlos.junior@uniceub.br

Os setores e as camadas da sociedade mundial já possuem consciência ecológica, e as instituições de ensino superior (IES) são convocadas a atuar como instância de promoção e de divulgação dos princípios e das práticas da sustentabilidade. As IES necessitam desenvolver e implementar estratégias voltadas à gestão ambiental que envolvam os esforços de todas as pessoas inseridas em sua hierarquia, convergentes de modo a culminar na implantação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), um recurso de melhoria contínua que busca desenvolver atitude ambientalmente pró-ativa e eficiente no seio da organização. O presente estudo de caso exploratório de abordagem dedutiva foi realizado para verificar a percepção dos gestores quanto às práticas e à temática de Gestão Ambiental, em instituição de ensino superior privada do Distrito Federal e subsidiar a Comissão de Gestão Ambiental Institucional com os resultados obtidos. Os dados foram coletados por entrevista semiestruturada, composta por dezesseis questões divididas em três blocos – percepção, práticas e procedimentos e benefícios da Gestão Ambiental – realizada com 16 funcionários da administração superior. Observou-se que a maioria dos entrevistados não se preocupa com os insumos que utilizam e não reconhecem que os recursos naturais, como energia e água, são fundamentais para a realização dos serviços que desempenham. A maioria reconhece haver desperdício de água e energia. O principal resíduo apontado foi o papel. Foi também o mais citado nas ações setoriais de contribuição com o meio ambiente por serem utilizadas as duas faces. Os gestores percebem que a lixeira é o principal destino dos resíduos e apontam a necessidade de estarem todos os setores envolvidos na implantação do Sistema de Gestão Ambiental, o qual poderá trazer benefícios, principalmente, para a imagem da instituição. Observam que o aluno é pouco sensibilizado para a gestão ambiental e sugerem campanhas de *marketing* aliadas à disciplina universal. Pelo distanciamento existente entre os gestores e o tema gestão ambiental, para a implantação do SGA, devem-se disponibilizar recursos materiais necessários, educação continuada, articulação coorporativa nos âmbitos interno e externo e buscar o comprometimento efetivo de toda a comunidade da organização. Além disso, é importante que as ações institucionais sejam capazes de estimular os estudantes e a comunidade em geral sobre o conhecimento e o reconhecimento das ações de responsabilidade socioambiental empreendidas pela IES.

Palavras-chave: centro universitário; desempenho; SGA.

A ÁREA DE INFLUÊNCIA BR 163 DO ESTADO DO MATO GROSSO: EFETIVIDADE DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL NOS MUNICÍPIOS DE GUARANTÃ DO NORTE, PEIXOTO DE AZEVEDO, NOVO MUNDO E ALTA FLORESTA

Thays Nunes Silva
Professora orientadora: Lílian Rose Lemos Rocha
UniCEUB

As ações econômicas e antrópicas, em função de modelos de desenvolvimento extrativista, causam degradação ao meio ambiente, gerando, para um futuro não muito distante, perspectivas de escassez de recursos naturais. Esse problema tornou-se mais evidente com as informações fornecidas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), o qual apresentou o incremento quase recorde de desmatamento na Amazônia Legal, entre os meses de agosto de 2003 e agosto de 2004, perfazendo o total de 26 mil km^2. Segundo dados da Imazon, os índices que caíram voltaram a subir em 2011, e municípios, como Peixoto de Azevedo, estão na lista dos mais afetados. Entretanto, o que mais aflige os setores ambientais é que, exatamente no Estado do Mato Grosso, onde foi implantado, em 2000, o Sistema de Licenciamento Ambiental em Propriedades Rurais (SLAPR), cujo objetivo é o controle de desmatamento e a regularização das propriedades em face das regras do Código Florestal, os índices de desmatamento foram maiores nas propriedades licenciadas. Diante disso, torna-se necessária a proposta por Sachs (2002), sugerindo a linha do ecodesenvolvimento, que focaliza a sustentabilidade por princípios, como o social, que oferece melhor distribuição de renda, diminuindo, consequentemente, a diferença entre ricos e pobres, respeita as diferenças culturais, realiza projetos ambientais locais na realidade da comunidade, faz o planejamento rural para evitar a degradação ambiental, utiliza o princípio da precaução na gestão de políticas públicas ambientais, emprega os instrumentos econômicos como forma de controle ambiental, serve-se de métodos coercitivos, visando à conservação ambiental e ao desenvolvimento sustentável. A tese de aplicação de tributos ambientais, taxas e instrumentos de regulação enquadra-se no conceito de ecodesenvolvimento, pois contempla nova forma de regulação e controle das atividades danosas ao meio ambiente. Visa, também, à reeducação do comportamento da sociedade nas questões ambientais, de forma a inibir a continuidade de um processo de desenvolvimento econômico predador. Ademais, fortalece a aplicação do princípio do poluidor-pagador, a inserção de instrumentos econômicos de comando e controle, baseados no mercado, gerando uma receita satisfatória para as políticas ambientais e, consequentemente, diminui a impunidade do causador do dano ambiental. O cerne da pesquisa voltou-se para a avaliação da efetividade de instrumentos de comando e controle, baseados no mercado na BR 163, no âmbito de quatro municípios do estado do Mato Grosso: Guarantã do Norte, Peixoto de Azevedo, Novo Mundo e Alta Floresta. Foram sugeridos métodos de controle jurídicos e econômicos para a viabilidade do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável nessa área, palco das maiores modificações provocadas pelo homem na Amazônia, onde o Estado não se faz presente, a governabilidade está comprometida e verificam-se os efeitos da impunidade. Ressalte-se que, nessa região, ocorrem problemas, tais como, trabalho escravo, grilagem de terra, falta de ordenamento territorial, impunidade e falta de aplicabilidade e de efetividade de instrumentos jurídicos e econômicos como forma de controle e preservação de floresta e outros recursos naturais. Por todo o exposto, a pesquisa versou, de forma crítica, sobre o pensamento jurídico-econômico, resultante de dissociação do homem com as gerações futuras e com a natureza, sendo examinadas as legislações em vigor nas áreas de estudo, no que tange a existência, a eficiência, a eficácia e, principalmente, a efetividade, incluindo-se recomendações para criação de novos métodos legais de controle ambiental. Para isso, foi utilizado o método exploratório que enfoca a pesquisa bibliográfica e o estudo de caso. Com base no levantamento bibliográfico, foram pesquisadas a legislação ambiental específica que trata das florestas, sua utilização e desmatamento, não excluindo a abordagem histórica dos fatos sociais que determinaram o surgimento das normas jurídicas, os atores envolvidos no referido processo, notadamente a partir da Lei Nacional de Política Ambiental, de 1981, e o Código Florestal e suas alterações. As hipóteses iniciais do trabalho questionaram se: os instrumentos jurídicos e econômicos forem implementados com o rigor da legislação vigente, bastariam para a eficácia no controle dos desmatamentos ilegais nos municípios estudados; a proposta de elevação do valor das multas, a agilidade na análise dos processos administrativos e judiciais, a implementação de novo tributo como o ICMS ecológico, se acatadas pelo judiciário, poderiam tornar eficientes o controle do desmatamento da área em questão. Com a criação

do novo Código Florestal, espera-se que especialmente o estado em estudo procure meios mais efetivos para solucionar os problemas da BR 163. Os *sites* públicos do Mato Grosso apresentam dificuldade de acesso e não mantêm atualizações de dados sobre o desmatamento. O acesso à legislação específica dos municípios é restrito, pois os *sites* não estão organizados de maneira a facilitar o acesso de interessados. O ICMS Ecológico é boa opção para conter o desmatamento no Mato Grosso, porém há pouco envolvimento dos gestores municipais nas metas de conservação e recursos, o que leva ao uso impróprio do imposto. Outro exemplo de instrumento regulatório é o SLAPR, que possui uma série de obstáculos para sua efetividade. Uma das ações mais eficientes para conter tal desmatamento tem sido a criação de unidades de conservação, as áreas naturais protegidas, mas isso só é possível se o Estado se mantiver presente e contiver a impunidade.

Palavras-chave: desmatamento; instrumentos regulatórios; legislação ambiental.

AVALIAÇÃO ELETROMIOGRÁFICA DOS MÚSCULOS VASTO MEDIAL, VASTO LATERAL E RETO FEMORAL DURANTE A EXTENSÃO DO JOELHO EM CANELEIRA E RESISTÊNCIA ELÁSTICA

Thiago Akira Harada
aluno bolsista institucional
thiagoakira13@gmail.com
Professor doutor Márcio Rabelo Mota
Fisioterapia – UniCEUB

O estudo da atividade muscular durante determinada tarefa pode revelar quais músculos estão ativos e quando iniciam e cessam sua atividade. Além disso, é possível quantificar a magnitude da resposta elétrica dos músculos durante a tarefa. Este estudo avaliou a atividade elétrica durante a extensão do joelho com caneleiras e resistência elástica, por meio da eletromiografia de superfície. Foram avaliados 20 voluntários de ambos os sexos. Todos os participantes eram fisicamente ativos e sem histórico de lesão osteomioarticular no joelho. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética do UniCEUB. Foi utilizado o eletromiógrafo da marca EMG System do Brasil, com 8 canais. Foram usadas caneleiras da marca Lemax, de 3 e 2 quilogramas e a resistência elástica da marca ELASTOS de 3 e 2 quilogramas. A execução do teste consistia em realizar dez extensões do joelho dos músculos: vasto medial, vasto lateral e reto femoral, mantendo dois segundos na fase concêntrica e dois segundos na fase excêntrica entre cada movimento de extensão e flexão, em ambos os equipamentos, com o objetivo de exemplificar um método de reabilitação pós-cirúrgico ou pós-trauma. Foi realizado o teste T, para analisar a probabilidade associada ao teste t emparelhado de Student com distribuição bicaudal. O nível de significância adotado foi de $p<0,05$. Não ocorreram diferenças significativas durante a realização das modalidades caneleiras e elastos no grupo feminino. A atividade elétrica dos músculos vasto medial, vasto lateral e reto femoral durante a extensão do joelho com caneleiras e resistência elástica apresentou resultados similares por meio da eletromiografia de superfície. Além disso, os dois equipamentos são de grande importância na reabilitação ou na prevenção de patologias osteomioarticulares do joelho.

Palavras-chave: eletromiografia; quadríceps femoral; elastos; caneleiras.

ESTUDO DOS PRINCÍPIOS ATIVOS DA ESPÉCIE VEGETAL DO CERRADO DO DF *DIPTERYX ALATA VOG.*, BARU, COM FINALIDADE MEDICINAL

Vanessa de Souza Nascimento
Aluna Voluntária
FACES – Biomedicina – UniCEUB
vanessameireles.nascimento@gmail.com

A utilização de plantas medicinais para tratamento, cura e prevenção de doenças é uma das mais antigas práticas medicinais da humanidade. A Organização Mundial de Saúde (OMS), na década de 90, estimou que a maioria da população mundial dependesse, essencialmente, de plantas medicinais para os cuidados básicos de saúde. As plantas medicinais têm os estudos orientados com relação aos metabólitos secundários, que controlam suas funções e estão sob pressão seletiva de um meio ambiente continuamente em alteração. Essas substâncias constituem os componentes de interesse no estudo de plantas medicinais, conhecidos como princípios ativos. Desse modo, produtos secundários possuem um papel contra herbivoria, ataque de patógenos, competição entre plantas e atração de organismos benéficos, como polinizadores, dispersores de semente e microorganismos simbiontes. Contudo, produtos secundários também possuem ação protetora em relação a estresses abióticos, como os associados a mudanças de temperatura, conteúdo de água, níveis de luz, exposição à UV e deficiência de nutrientes minerais. Nesta pesquisa, avaliaram-se os principais metabólitos secundários que poderão atuar na medicina alternativa, utilizando-se os estudos relacionados à polpa e às sementes do baru com os fins de ampliar a visão sobre métodos alternativos no que diz respeito aos tratamentos para saúde com plantas medicinais. Verificaram-se os princípios ativos presentes no óleo extraído da espécie *Dipteryx alata Vog. Baru,* e percebeu-se resultado positivo até o presente momento, com as pesquisas realizadas com a espécie *Dipteryx alata,* ao aplicar, em sua composição, os reativos de Bouchardat e Fehling.

Palavras-chave: *Dipteryx alata*; princípios ativos; plantas medicinais.

FAMÍLIA ESCRAVA E COMPADRIO NOS REGISTROS PAROQUIAIS DE PARACATU NO SÉCULO XVIII

Barbosa Jesus Neta
Aluna voluntária
bjn@gmail.com

O projeto que deu origem ao presente trabalho em andamento propõe analisar as características da família escrava e os padrões adotados nas relações de compadrio em Paracatu, no século XVIII, mediante documentação paroquial, principalmente batistérios e casamentos. Na primeira fase, foi feito um levantamento bibliográfico sobre o tema em que se compreende melhor a família escrava e os laços de compadrio entre os cativos. Após a análise bibliográfica, segue a construção do banco de dados com o exame da documentação paroquial, de batistérios e casamentos do século XVIII, conservados nos arquivos de Paracatu. Com a obtenção desses dados, será possível verificar os itens propostos, como a formação da família escrava, os padrões de compadrio adotados pelos cativos, e compreender os laços de parentesco em Paracatu, no século XVIII. Além disso, será possível fazer um cruzamento dos resultados obtidos com os de pesquisas de outras regiões que já possuem um banco de dados, como São Paulo, Bahia, Maranhão. O que se percebe é que houve várias interpretações sobre os laços de parentesco dos cativos com olhares preconceituosos e negativos, pois muitos autores apontavam que os cativos não possuíam laços de parentesco ou que a ausência da família estava relacionada à promiscuidade dos escravos e que os laços familiares dos cativos eram frágeis. As novas fontes valiosas de dados, como os registros paroquiais de casamento e de batismo, têm derrubado essas interpretações e mostrado que os escravos souberam aproveitar o casamento e o apadrinhamento para estender e fortalecer os laços familiares e de amizade.

Palavras-chave: família escrava; laços de compadrio; batismo.

ESTUDO DA INTERAÇÃO ENTRE ARANHAS E PLANTAS EM UM FRAGMENTO URBANO DE CERRADO

Yanna Reis Praça
Aluna voluntária
rp.yanna@gmail.com
Professor co-orientador: Erika Germanos
Professor orientador: Carlos Bianchi e Erika Germanos
Biologia – FACES – UniCEUB
carlos.bianchi@uniceub.br

O cerrado brasileiro está em pleno processo de fragmentação e perda constante de área, o que gera a sucessão ecológica em diversas comunidades. Estudos demonstram que espécies de aranhas podem estar associadas a tipos específicos de plantas que possuem características morfológicas específicas e favorecem captura de presas, abrigo contra predadores e condições climáticas severas, berçários e sítios de reprodução. Análises neste sentido são importantes para compreender a restauração da dinâmica que, outrora, tenha impulsionado a diversificação do ambiente terrestre. Esta pesquisa teve como objetivo verificar a diversidade e a abundância de aranhas, comparar a riqueza de aranhas nas partes vegetativas e reprodutivas, examinar se existe relação entre a presença de aranhas e a ação dos polinizadores. O estudo foi realizado em um fragmento urbano de cerrado em recuperação localizado em Brasília-DF. Para tanto, foram selecionados 30 indivíduos do gênero *kielmeyera*, cuja arquitetura é propícia à instalação de espécies de aranhas, pois selecionam habitats que forneçam abrigo, sítios de reprodução e facilitem o forrageio. As plantas foram vistoriadas semanalmente, no período de outubro de 2009 a janeiro de 2010. Os dados de riqueza foram analisados por meio do programa Estimates 8.2. A curva de rarefação calculada mostrou rápido aumento do número de espécies com tamanho amostral seguido de uma inclinação que indica possível estabilização. Foram encontrados indivíduos das famílias: *Salticidae, Oxyopidae, Araneidae, Anyphaenidae, Theridiidae, Sparassidae, Zodaridae e Thomisidae.*

Palavras-chave: interações; aranhas; fragmento urbano de cerrado.

CONTINUIDADES E TRANSFORMAÇÕES NOS ARGUMENTOS SOBRE ETNICIDADE EM LAUDOS PERICIAIS DE IDENTIFICAÇÃO DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS

Ylian Augusto César Thediga Pires de Miranda
Aluno bolsista do PIBIC
Professora orientadora: doutora Rosana Ulhôa Botelho
História – Faces – UniCEUB

O artigo 68 das Disposições Transitórias, inserido na Constituição Federal de 1988, definiu novo sujeito político. Ao segmento social nomeado no artigo como "comunidade remanescente de quilombo" é garantida, por lei, a posse imediata da terra. Entretanto, para que a lei seja efetivada, é instaurado um processo composto por inúmeras etapas, sendo a principal delas a identificação da comunidade mediante a elaboração de laudo técnico de identificação e delimitação territorial. A fim de comprovar que determinada comunidade se encaixa nos termos do artigo 68, o antropólogo produz um estudo histórico e etnográfico cujas diretrizes foram estabelecidas pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e visam investigar as experiências que determinada comunidade possui relativamente ao passado escravista, ao processo de expropriação territorial sofrido ao longo do tempo, à organização social e à relação com a sociedade envolvente. Para o historiador, o laudo é de fundamental importância, ganhando *status* de fonte histórica e instrumento de conhecimento. Sendo assim, a presente pesquisa focaliza a narrativa histórica construída nos laudos, no sentido de verificar a relação que se estabeleceu entre experiência e expectativa no transcurso de trabalho de identificação das comunidades quilombolas. A intenção é captar as transformações e as continuidades na maneira como os antropólogos elaboram teórica e metodologicamente esses laudos. Para isso, são analisados dez laudos em ordem diacrônica, elaborados pelo instituto de terras de São Paulo (ITESP). As comunidades escolhidas localizam-se no Vale do Ribeira e estão intimamente relacionadas.

Palavras-chave: espaço de experiência; horizonte de expectativa; quilombos.

PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA JÚNIOR – 3º PIC

AVALIAÇÃO DO CONSUMO MÁXIMO DE OXIGÊNIO E DA HIPOTENSÃO PÓS-EXERCÍCIO EM MULHERES NORMOTENSAS EM ESTEIRA ERGOMÉTRICA

Augusto Mergulhão Schmidt
Aluno bolsista PIC-JÚNIOR, UniCEUB
marciormota@gmail.com
Professor doutor Márcio Rabelo Mota
FACES, UniCEUB
marciormota@gmail.com

Atualmente, sabe-se que sessões agudas de exercícios físicos promovem hipotensão pós-exercício, sendo um fenômeno importante no tratamento e ou na prevenção não farmacológica da hipertensão arterial. O objetivo do presente estudo é analisar o efeito hipotensor da pressão arterial sistêmica e identificar o limiar anaeróbio após o teste da avaliação do consumo máximo de oxigênio em mulheres fisicamente ativas. A amostra foi composta por 10 voluntárias normotensas e fisicamente ativas que realizaram, em dias distintos e em ordem randomizada, duas sessões experimentais, sendo: 1) teste com 12 minutos de exercício contínuo em esteira; 2) dia de controle. As sessões aplicadas na esteira ergométrica foram realizadas a 70% da frequência cardíaca reserva. A aferição da pressão arterial sistólica e da pressão arterial diastólica foi realizada durante 10 minutos, em repouso pré-exercício, e a cada 15 minutos, durante uma hora de recuperação pós-exercício. Tanto os valores absolutos quanto os deltas de variação foram utilizados para comparação.

Palavras-chave: hipotensão pós-exercício; consumo máximo de oxigênio; prevenção da hipertensão arterial.

GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

Daniela Alcantara dos Santos,
Erika Medeiros Duarte,
Ivan Brito de Lacerda
Rede Pública de Ensino Médio do Distrito Federal, bolsistas
Professora Luciene Lopes Noce Lamas
UniCEUB, Pós-graduação em Análise Ambiental e Desenvolvimento Sustentável
luciene.lamas@uniceub.br
Professor Carlos Alberto da Cruz Júnior
UniCEUB, Comissão de Gestão
carlos.junior@uniceub.br

Quando se propõe disciplinar o tratamento e a disposição final de resíduos sólidos de instituições de ensino superior, emergem problemas, como a falta de planejamento integrado e articulado entre os agentes envolvidos e a dificuldade de encontro da melhor estratégia de trabalho para levantamento dos resíduos produzidos por esta comunidade. A consequência imediata disso retrata-se na destinação dos resíduos feita, quase sempre, de forma inadequada em instituições de ensino, pesquisa e extensão. Diante do exposto, este trabalho teve por objetivo realizar um diagnóstico da situação atual dos resíduos gerados no *campus* universitário do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, o qual possui uma área de 72.821 m^2, localizada no Plano Piloto, região central da cidade de Brasília, Distrito Federal. Diariamente, 14.912 alunos, 1500 professores e funcionários, além da comunidade vizinha, utilizam os espaços do *campus*. Essa população é maior que a maioria dos municípios brasileiros e gera resíduos sólidos de forma concentrada. Com vistas à elaboração do Plano de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos Institucionais, realizou-se a composição gravimétrica pelo método de quarteamento na plataforma de resíduos, a identificação de setores e locais geradores, a tipificação e a quantificação de coletores e destinação final. Os resultados revelaram que a maior parte dos resíduos gerados é composta por recicláveis, como papel, papelão e alumínio. Os resíduos orgânicos são gerados, principalmente, na praça de alimentação e, junto com o papel higiênico recolhido de banheiros, podas e maravalha proveniente do biotério, compõem a matriz orgânica para compostagem. Verifica-se que a maior parte dos recicláveis são encaminhados ao lixão e que a população não descarta, de forma seletiva, o resíduo gerado, mesmo existindo coletores distribuídos estrategicamente, no *campus*, o que evidencia a necessidade de ações de educação ambiental, minimização na geração de resíduos, implantação de postos para distribuição voluntária de recicláveis e adequação técnica para a disposição final.

Palavras-chave: composição gravimétrica; lixo; PGRS.

A SOCIEDADE E A VIOLÊNCIA NA ESCOLA DIAGNOSE – PROPOSTA DE SOLUÇÃO – AÇÃO

Professora Maria Eleusa Montenegro

A violência na escola, atualmente, constitui-se um problema social e é considerado um dos principais males da sociedade, responsável em parte por evasão escolar, afastamento de professores, doenças psicossomáticas, baixa do rendimento dos alunos, medo e insegurança nas escolas da maioria das regiões do país. Trata-se, portanto, de um problema da humanidade em que, dialeticamente, ao mesmo tempo em que é causa, é consequência de problemas sociais com profundos reflexos no ambiente escolar. Assim, vive-se num círculo vicioso onde a violência urbana fomenta a violência familiar que, por sua vez, alimenta a violência na escola, cujos atores têm assumido a atitude de vítima alheia ao fenômeno na esperança de que a sociedade e suas instâncias sejam responsabilizadas. Este projeto tem como objeto de pesquisa analisar a violência na região administrativa de Santa Maria, em uma escola pública de ensino médio e fundamental. Busca apreender o fenômeno da violência praticada e sofrida por alunos e professores e corpo técnico e compreender esse fenômeno no meio social no qual a escola está inserida. Pretende promover uma discussão-reflexão-ação para além da formação didático-pedagógica, durante o processo de formação do professor, discutir o tema de maneira direta, clara e objetiva e, após a diagnose, aplicar ações que possam colaborar para a solução da violência na escola. Será investigada a violência, fruto das condições socioeconômico-político-culturais da sociedade, que, inevitavelmente, irá refletir no ambiente escolar. Verificar-se-á, também, a violência provocada pela estrutura escolar, protagonizada pelos seus agentes, diretores, professores, alunos, servidores, seus reflexos físicos, emocionais, morais e materiais e sua influência no processo de ensino-aprendizagem. Trata-se de uma pesquisa-ação de cunho qualitativo, tendo como pressuposto a possibilidade de contribuir para o processo de superação da relação de violência entre a escola e a comunidade. Acredita-se que, com os resultados desse trabalho, possam-se sugerir alternativas de soluções para escolas de outras regiões de Brasília e, quiçá, do Brasil. Os objetivos específicos são: diagnosticar situações de violência física, material e emocional nas escolas; identificar causas e consequências da violência no contexto escolar; indicar proposta de ação para colaborar na solução dessa problemática; propor ações durante o desenvolvimento do projeto; analisar os resultados alcançados. Os participantes da pesquisa são o diretor de escola, dois professores, o coordenador pedagógico, o membro do Conselho Tutelar, uma ONG e um representante da comunidade. Para tanto, serão realizadas entrevistas com as pessoas mencionadas, objetivando identificar e conhecer o fenômeno da violência na escola e a forma com que se apresenta. Serão propostas ações a esta unidade escolar que deverão ser acompanhadas pelos pesquisadores por um período de um semestre. Em seguida, será realizada uma verificação dos resultados. A pesquisa poderá contribuir com ações a outras instituições escolares públicas do Distrito Federal, visando ao aperfeiçoamento dessas ações, cujos resultados tenham sido positivos, colaborando, assim, para a diminuição do problema da violência escolar. Ao final do trabalho, espera-se contribuir não apenas para o conhecimento aprofundado sobre a violência em uma região, como também para a aplicação de medidas que possam colaborar com a resolução do problema da violência escolar e para a obtenção de dados quantitativos e qualitativos que possam levar a ações passíveis de aplicação e que possam ser estendidas a outras regiões. Espera-se que o desenvolvimento da pesquisa possa contribuir, também, para alterar as relações pedagógicas no âmbito das escolas, propiciando ações de combate à violência no nível interno e externo.

Palavras-chave: violência escolar; *bullying;* educação.

O CINEMA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA PROPOSTA DE AÇÃO PEDAGÓGICA NO ENSINO MÉDIO

Danilo Assad de Franco Monteiro
Professor orientador: Fabricio Carlo Garcia
Projeto de Iniciação à Ciência
PIC Júnior /UniCEUB

Se a escola pode ser uma das instâncias propostas na relação entre sujeito e mídia, caberia o tratamento pedagógico aos elementos midiáticos que passariam a ser, paulatinamente, objeto de estudo para pesquisadores e educadores. Trabalhar com as mídias nas aulas de Educação Física não quer dizer transformá-las em aulas teóricas. O entendimento deve ser o de aproximar, criticamente, o fenômeno midiático ante os anseios e os conteúdos da Educação Física escolar. Apesar de as pesquisas que abordam os conhecimentos da mídia por parte da Educação Física no Brasil serem relativamente recentes, é possível classificar e sistematizar a produção científica nesta temática. O principal foco dos estudos está centrado na reflexão de como os meios de comunicação de massa interferem nas áreas da Educação Física, principalmente os que versam sobre o esporte "telespetáculo", e de como é elaborada a construção imagética de corpo. Portanto, é fundamental aprofundar a questão em torno das possibilidades de ação nesta perspectiva de trabalho, daí a necessidade da elaboração de estudos e pesquisas que favoreçam o diálogo entre o agir pedagógico em educação física e as mídias e suas tecnologias. O objetivo do presente estudo foi investigar as possibilidades de utilização de estratégias pedagógicas que tangenciam as aulas de Educação Física aos recursos da mídia audiovisual, especificamente, o cinema como elemento pedagógico nas aulas de Educação Física do ensino médio. O método de coleta de dados foi questionário aplicado.

Palavras-chave: cinema; educação física; ação pedagógica.

PROJETO MARISTÃO FAZ CIÊNCIA

Professor José Leão da Cunha Filho
Professor Reinaldo de Lima Reis
jlfilho@marista.org.br

O projeto *Maristão faz ciência* destina-se aos alunos do ensino médio e do 9º ano do ensino fundamental, visando oferecer a alunos e professores a oportunidade para a organização de grupos de pesquisa e gerar as condições para a proposição e a viabilização de trabalhos científicos integrados às áreas de conhecimento. O processo de credenciamento procurou reproduzir as mesmas situações do meio acadêmico, com publicação de edital, inscrições, análise de projetos e classificação. Foram selecionados três projetos, cujo produto final será a elaboração de um artigo científico pelos alunos. Cada projeto organiza-se com o mínimo de quatro e o máximo de seis alunos, com dois professores orientadores em cada um. O período de desenvolvimento está definido entre março de 2011 e setembro de 2011, finalizando com um seminário de avaliação dos resultados em outubro de 2011 e a entrega dos artigos. O programa tem aporte financeiro para cobertura nas rubricas de material didático, assessorias externas de colaboradores parceiros de instituições universitárias, saídas a campo vinculadas à linha de pesquisa e remuneração para a orientação docente. Os projetos aprovados seguem as seguintes perspectivas temáticas: *História e literatura: diálogo para construção do saber significativo*; *Sustentabilidade: um conceito para a vida humana; O cotidiano da vida representado no* twitter*: juventudes e socialização no ensino médio privado.* O primeiro tema constitui uma pesquisa interdisciplinar em que a História se apropria da Literatura como fonte, como documento dos fatos, enquanto esta emprega os métodos de investigação daquela nos estudos dos costumes e das ideologias de períodos histórico-literários. O segundo une, multidisciplinarmente, Artes e Biologia com foco na saúde e na sustentabilidade, em perspectiva sociopolítica, na busca da compreensão de como o arranjo socioeconômico-ambiental estabelece um paradigma de ação dos sujeitos. O terceiro constitui um trabalho interdisciplinar que envolve Sociologia e Filosofia com foco nas redes sociais e no intuito de investigar a repercussão acadêmica da participação de estudantes do ensino médio no *twitter,* com base em escutas de grupos focais. A divulgação e o conhecimento dos projetos têm atraído interesses e adesões que permitem a manutenção da estrutura dos grupos nos casos de desistências motivadas por transferências ou interesses pessoais.

Palavras-chave: iniciação científica; áreas de conhecimento; artigo científico.

ESTUDO DO IMPACTO GERADO AO MEIO AMBIENTE PELA UTILIZAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS DERIVADOS DO PETRÓLEO

Karin Astrid Marques dos Santos
professorakarin@gmail.com
Felícia Fernandes Macedo
felicia_angels@hotmail.com

O presente trabalho trata da análise de impactos ambientais causados pelas atividades provocadas pelo uso dos combustíveis derivados do petróleo. Serão analisados impactos causados no solo, seus efeitos e tipos de contaminação humana. Além disso, será apresentada breve revisão bibliográfica da questão ambiental e dos principais impactos. Os combustíveis derivados do petróleo são os mais utilizados no planeta e um dos mais poluidores. Quando liberados no meio ambiente, são contaminantes perigosos, principalmente das águas superficiais e subterrâneas. Com relação aos impactos ambientais, tem-se a Resolução CONAMA n° 001, de 23 de janeiro de 1986, artigo 1°, que os define como qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam a saúde, a segurança, o bem-estar da população, as atividades sociais e econômicas e a qualidade dos recursos ambientais.

Palavras-chave: impacto ambiental; degradação; combustíveis fósseis.

LAZER E EDUCAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE O PROGRAMA ESCOLA ABERTA NA CIDADE DE ITAPOÃ/DF

Isabela Mendes Aguiar Vasconcelos
Professor orientador: Fabricio Carlo Garcia
Projeto de Iniciação à Ciência
PIC Júnior /UniCEUB

As políticas sociais constituem um gênero da política pública. Neste sentido, esta última engloba o conjunto das políticas sociais e as políticas voltadas à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer, identificadoras do programa Escola Aberta. Pautada em princípio pelos interesses comuns e, em grande medida, suscetível aos interesses e às necessidades privadas, a política pública é a ação que se constrói e processa-se pela relação entre Estado e sociedade. A política pública, mediada por políticas e programas sociais, tem a função de concretizar direitos, entre os quais, o direito ao lazer. Mas, se, por um lado, a política pública é uma estratégia de ação, por outro, pode significar uma não-ação, como expressão do que um governo decide fazer e não fazer, conforme a hierarquização de objetivos e metas em seu planejamento. Desta maneira, o objetivo deste projeto foi investigar as ações de implementação do programa Escola Aberta na Região Administrativa do Itapoã /DF, observando as interfaces com a prática do lazer e da educação e, assim, concorrer para a avaliação qualitativa de políticas públicas brasileiras. Foi utilizado um questionário para realizar as coletas de dados. O campo de pesquisa deste estudo foi, especificamente, a Escola Classe nº1 de Itapoã/DF.

Palavras-chave: lazer; educação; escola aberta.

GRUPOS DE PESQUISA

EDUCAÇÃO SUPERIOR E COMUNICAÇÃO

Renata Innecco Bittencourt de Carvalho (líder)
UniCEUB – FATECS – Comunicação Social
renata.carvalho@uniceub.br
Joana d'Arc Bicalho Felix
UniCEUB – FATECS – Comunicação Social
joana.bicalho@uniceub.br
Mônica Igreja do Prado
UniCEUB – FATECS – Comunicação Social
monica.prado@uniceub.br
Suzana Schwerz Funghetto
UniCEUB – FACES – Pedagogia
suzana.funghetto@uniceub.br
Ursula Betina Diesel
UniCEUB – FATECS – Comunicação Social
ursuladiesel@gmail.com

No período entre o segundo semestre do ano 2010 e o primeiro de 2011, as principais repercussões do grupo foram os estudos e as pesquisas sobre a interface das ciências da educação e da comunicação com ênfase nas temáticas relacionadas à educação superior. A professora Renata Carvalho orientou 14 monografias de conclusão de curso de graduação e orienta 3 alunos do ensino médio no Programa de Iniciação Científica da Fundação de Apoio à Pesquisa – FAP do DF; é coautora, com a professora Suzana Schwerz Funghetto, do livro *A inclusão na educação superior: uma questão de responsabilidade social*; realizou avaliação de cursos de Comunicação pelo BASIS- INEP-MEC; atuou como palestrante em congressos nacionais, sobre o tema *Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na educação superior*. A professora Joana d'Arc Bicalho Félix orientou 16 monografias na linha de Comunicação para Sustentabilidade e Marketing Ambiental; passou a ser um dos membros representantes do UniCEUB no CONAM DF e no Conselho da APA do Planalto Central, de forma a contribuir com pareceres e votos relacionados a aspectos da sustentabilidade no DF; participou de eventos e de congresso, proferindo palestras sobre o tema; publicou dois artigos científicos junto a outros membros do grupo na *Revista Universitas de Comunicação e Arquitetura*, textos em jornais e revistas comerciais, locais e nacionais, estimulando temas relacionados a consumo e sustentabilidade; mantém o *site* www.empresaresponsavel.com, difusor de conteúdos sobre a prática da sustentabilidade. A professora Mônica Prado orientou um projeto de iniciação científica sobre o uso de mídias sociais, como *youtube* e *twitter,* nas eleições presidenciais de 2010, como parte do Programa de Iniciação Científica (PIC) do UniCEUB; no VIII Congresso de Ensino Pesquisa e Extensão do UniCEUB, em outubro de 2010, apresentou palestra em mesa-redonda sobre metodologia e técnica de mensuração de resultados em campanhas públicas educativas, para além da tradicional pesquisa de *recall;* escreveu ensaio acadêmico sobre o lixo eletrônico na interface das questões de meio ambiente e comunicação; encaminhou para publicação artigo sobre as técnicas e as práticas publicitárias em campanhas educativas; orienta trabalhos sobre comunicação pública. A professora Ursula Diesel orientou um projeto de iniciação científica intitulado *A conscientização ambiental dos brasileiros em campanhas educativas na TV aberta - análise semiótica e discursiva*; participou de mesa-redonda no VIII Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão do UniCEUB sobre campanhas educativas; teve artigo publicado em parceria com a aluna Thaíza G. M. Pacheco, com o título *O* marketing *verde na promoção de empresas brasileiras: estudo do caso Banco Real*, na *Revista Universitas. Arquitetura e Comunicação Social*, v. 7, n.2, e outro em parceria com a aluna Liana Bettiol, sobre gastronomia e comunicação, selecionado para a próxima edição da mesma revista (no prelo); orientou 12 monografias no curso de Comunicação Social.

Palavras-chave: educação superior; comunicação pública; comunicação e *marketing* para a sustentabilidade.

GRUPO DE PESQUISA – ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS: INFÂNCIA E JUVENTUDE

Porfessora doutora Dirce Mendes da Fonseca
mendesdirce@yahoo.com.br
Érica Maia C. Arruda
Marco Antônio Spindola Campos
Rafael Silva de Andrade
Selma Soumeron

O grupo de pesquisa *Estado e políticas sociais: infância e juventude* tem como objetivo analisar e identificar o debate a respeito dos direitos da infância e da juventude e os problemas enfrentados pela sociedade e pela população infanto-juvenil na contemporaneidade. Além disso, procura-se situar os marcos regulatórios jurídicos, os avanços e os retrocessos, indicando as questões imperiosas que afetam parte desta população e a forma pela qual o Estado exerce sua proteção por meio da implantação de políticas públicas sociais. Identificam-se as violações e a desconstrução de direitos presentes na sociedade e nas práticas culturais, e estabelecem-se relações entre campo jurídico de proteção e aspectos da realidade brasileira que constituem evidentes fatos de violação de direitos. Conclui-se que, embora tenha havido avanços, especialmente, nos níveis da educação fundamental e no combate à violência e à exploração nas suas várias formas e dimensões, não foram suficientes. Neste sentido, há que se considerar que a política para infância e juventude tem mudado de enfoque com o objetivo de reduzir os níveis de exclusão social, educacional e cultural. No entanto, está circunscrita ao campo de políticas que visam compensar a ausência de direitos e de cidadania as quais são orientadas por um Estado, ainda, com tendências e práticas neoliberais.

Palavras-chave: Estado; infância; juventude; políticas sociais.

GRUPO DE ESTUDOS DO MERCOSUL

Professora doutora Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha
Professor doutor Antônio Paulo Cachapuz de Medeiros
Elisa de Sousa Ribeiro
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais – FAJS
Curso de Pós-Graduação em Direito
bethgtr@gmail.com
www.grupodeestudosdomercosul.blogspot.com
www.facebook.com/gemercosul

Criado em 2003, o Grupo de Estudos do MERCOSUL é vinculado ao curso de pós-graduação em Direito do Centro Universitário de Brasília. Coordenado pela professora doutora Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha e pelo professor doutor Antônio Paulo Cachapuz de Medeiros, tem a participação de professores, doutorandos, mestrandos e graduandos dos cursos de Direito, Ciência Política e Relações Internacionais do UniCEUB, da UnB e de renomadas universidades estrangeiras, além de assessores de ministros do Supremo Tribunal Federal, do Tribunal Superior do Trabalho, da Presidência da República, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Câmara dos Deputados. O objetivo é a discussão da integração regional do MERCOSUL mediante o desenvolvimento de atividades de ensino e pesquisa. A metodologia utilizada é a leitura e a discussão de obras jurídicas, artigos científicos e jurisprudência dos tribunais brasileiros e dos Estados partes do bloco, além da apresentação de seminários pelos integrantes, da organização de livros e da publicação artigos em periódicos de destaque. Os pesquisadores concentraram-se sobre a temática *Direito do MERCOSUL*, e a conclusão deste trabalho será publicada em obra de mesmo nome. Ademais, os membros enviaram artigos acadêmicos para a edição nº 01, 2011 da Revista *Universitas* Relações Internacionais, que homenageou os vinte anos de criação do MERCOSUL. O Grupo de Estudos organiza dois seminários sobre assuntos afetos à integração regional.

Palavras-chave: MERCOSUL; integração regional; ensino; pesquisa.

GRUPO DE PESQUISA ATIVIDADE FÍSICA, SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA

Professora Renata A. E. Dantas
Professor Alessandro O. Silva
Professor Márcio R. Mota
Professor Marcelo G. B. Nascimento
Manuela M. S. Bazilio
Deiziele D. S. Rodrigues
Rodrigo B. Neno
Paola M. A. Lima
Kléber Silva Cabral
Elis V. Silva
Juliana M. F. Feitosa
Denise P. Teixeira
Jéssica C. Silva Borges
Ivan A. C. Haxton
Ana Paula dos S. Brito
Adriana S. Soares
Thainá S. Lima
Educação Física – UniCEUB
profrenataelias@yahoo.com.br

O grupo de pesquisa *Atividade física, saúde e qualidade de vida* tem como objetivo desenvolver estudos sobre o tema em relação a crianças, adolescentes, adultos e idosos, no ambiente escolar e afins. Para tanto, o grupo reúne-se periodicamente, uma vez por semana, nas dependências do UniCEUB, em que são deliberados e elaborados projetos de pesquisas a ser desenvolvidos. O estudo sobre o movimento humano percorre várias áreas do conhecimento, em especial a Educação Física. Evidências científicas demonstram que grande parte da população se encontra fisicamente inativa ou abaixo das expectativas propostas pela OMS, implicando, desta forma, um agravante para a saúde, principalmente no que tange a tratamento e recuperação das enfermidades que assolam a sociedade moderna, entre elas, as doenças crônicas degenerativas. Assim, estudos que relatem os benefícios das atividades e dos exercícios físicos são imprescindíveis. O grupo de pesquisa publicou dois artigos e 15 resumos em revistas cientificas, e foram apresentados 12 trabalhos no 33º Simpósio Internacional de Ciências do Esporte.

Palavras-chave: atividade física; saúde; qualidade de vida.

MODO DE VIDA, CORPO E SUBJETIVIDADE; DISCUTINDO A COMPLEXA RELAÇÃO ENTRE VIDA SOCIAL E SAÚDE

Fernando González Rey
José Bizerril
Magali Costa
Sergio Henrique Alves
Tatiana Lionço
Valeria Mori

O presente simpósio discutirá o tema da saúde sob perspectiva complexa e interdisciplinar, trazendo um debate sobre as formas pelas quais a vida das pessoas e seus processos de relação se configuram subjetivamente como fonte de emoção e de processos simbólicos que implicam os diferentes espaços de vida social, articulando práticas corporais, relações de gênero e formas de organização e desenvolvimento do trabalho em processo recursivo que se expressa em sistemas subjetivos diferenciados que comprometem, de múltiplas formas, a saúde humana. No simpósio, serão debatidas também as configurações subjetivas singulares e as diferentes emoções associadas à gênese e ao desenvolvimento de diferentes doenças crônicas em discussão em que psique, cultura, sociedade e corpo são vistas como fenômenos interdependentes e indissociáveis. A saúde será apresentada por meio de uma reflexão que se afasta da descrição estagnada e individualizada de doença, para adentrar-se nos múltiplos processos que, de forma simultânea e singular, convergem em práticas que favorecem o adoecimento e que são naturalizadas no modo de vida da sociedade atual.

Palavras-chave: corpo; subjetividade; doenças crônicas; emoções.

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM EDUCAÇÃO E SAÚDE: INTEGRANDO A UNIVERSIDADE À ESCOLA

Suzana Schwerz Funghetto
suzana.funghetto@inep.gov.br
Margô Gomes de Oliveira Karnikowski
Alessandro de Oliveira Silva
Lilian Rose Lemos Rocha
Thiago Faria Gonçalves
Danilo Piva Júnior
Gabriel Rocha Rozendo Pinto
José Alberto Gomes de Oliveira Karnikowski

Desde 2001, o grupo de pesquisa *Educação e Saúde: integrando a universidade à escola* desenvolve ações que promovem a saúde no contexto escolar. Por meio de projetos interdisciplinares e interinstitucionais, o grupo de pesquisadores advindos de três instituições do Distrito Federal, UniCEUB, UCB e UnB, é composto por professores e alunos com formação e experiência em diferentes áreas do conhecimento: Educação, Saúde e Direito. Interligando a universidade e a escola por meio da iniciação científica, os acadêmicos dos cursos de Pedagogia, Direito, Educação Física, Biologia, Licenciatura em Informática e Farmácia realizam ações que articulam a teoria e a prática com crianças do ensino fundamental e adolescentes do ensino médio. Já foram realizados, além de pesquisas, trabalhos de conclusão de curso. Na área de extensão, foram feitos projetos de *Educação em saúde e prevenção ao uso indevido de drogas* nas escolas de ensino médio e fundamental do Distrito Federal, por meio de campanhas e elaboração de material didático. Uma das repercussões do trabalho do grupo foi evidenciada no atendimento de 1.800 alunos de uma escola de ensino médio, na formação de professores e na formação de profissionais da área da saúde. As pesquisas realizadas na formação de professores foram aprovadas em programas de iniciação científica e ocorreram pela ANVISA, sobre o uso racional de medicamentos, em todo o país. Em 2010, o grupo iniciou estudos sobre sustentabilidade, saúde e direito ambiental.

Palavras-chave: educação; saúde; universidade; escola.

DIREITO ECONÔMICO-EMPRESARIAL – GREDE

Professor doutor Daniel Amim Ferraz
Professora doutora Neide Teresinha Malard
Professor doutor Leonardo Roscoe Bessa
Gustavo do Vale Rocha
Lucas Noura de Moraes R. Guimarães
Maria do Socorro L. S. Passos
Daniel Martins D' Albuquerque

No âmbito do Direito Econômico-Empresarial, a função reguladora do Estado assume grande relevância em razão, sobretudo, da dinâmica dos fenômenos econômicos, que são instáveis por sua natureza. Enquanto os fenômenos sociais se caracterizam por um processo de transformação lenta, os econômicos desenvolvem-se com grande rapidez e mudam com certa frequência, influenciados por fatos que ocorrem além das fronteiras do Estado Nacional, dificultando a sua captação imediata pelo sistema jurídico doméstico. Há, portanto, certa dificuldade natural da ordem jurídica interna para lidar com a realidade econômica multifacetária. As leis que regulam fenômenos econômicos são influenciadas por fatores estranhos a uma realidade social determinada e podem gerar o problema da efetividade. Assim, os objetivos visados pela norma em condições ideais concebidas pelo legislador não produzem os resultados esperados na realidade.

Palavras-chave: fenômeno econômico; função reguladora do Estado; sistema jurídico.

RESPONSABILIDADE CIVIL

Doutor Héctor Valverde Santana
Raquel Tiveron
Ricardo Rossi
Ruth Maria Santos
Frederico Meinderg Ceroy

O presente grupo de pesquisa visa analisar as questões relacionadas à responsabilidade civil, especialmente quanto à evolução da Ciência do Direito em relação ao fenômeno da massificação das relações sociais e ao crescente risco imposto ao cidadão pela revolução tecnológica. Destaca-se como propósito do grupo a investigação das novas formas de prevenção e reparação dos danos entre particulares e a responsabilidade do Estado por atos extraordinários à sua atividade específica, como catástrofe, terrorismo, entre outros.

Palavras-chave: responsabilidade civil; massificação das relações sociais; revolução tecnológica.

GRUPO DE PESQUISA PADÊ: ESTUDOS EM FILOSOFIA, RAÇA, GÊNERO E DIREITOS HUMANOS

Professor doutor René Marc da Costa Silva
Professora doutora Márcia Dieguez Leuzinger
Professora Rudhra Gallina
Professor Delmo de Oliveira Arguelhes
Professor Henrique Smidt Simon
Professor Marcelo Tadeu dos Santos

O grupo de pesquisa *PADÊ: estudos em filosofia, raça, gênero e direitos humanos*, coordenado pelo professor René Marc, tem como projeto para este ano o trabalho conjunto em parceria e cooperação com o grupo de pesquisa coordenado pela professora Márcia Leuzinger, *Direito e desenvolvimento sustentável*. A proposta será orientada ao levantamento minucioso dos parques nacionais, de sua descrição, acompanhamento e avaliação e ao levantamento, à identificação, à descrição das denominadas populações tradicionais ou comunidades tradicionais. Vislumbra-se, neste projeto, a consolidação de um conjunto de informações que possibilitem publicação. O interesse do projeto tem dupla face: científica, na medida em que se propõe a produzir conhecimento inédito, visto não haver disponíveis, nesse âmbito, informações organizadas ou sistematizadas; política, na medida em que a organização e a sistematização dos dados poderão subsidiar gestores e formuladores de políticas públicas na elaboração e na condução de ações relativas a populações vulneráveis.

Palavras-chave: parques nacionais; populações vulneráveis; políticas públicas.

LEI E SOCIEDADE: NARRATIVAS DO DIREITO E DIREITO COMO NARRATIVA

Professor Luiz Patury Accioly Neto
Professor doutor Frederico Barbosa
Professora doutora Cristina Zackseski
Professor doutor René Marc da Costa Silva
Professor Eliardo Teles
Bruno Furtado Vieira
Rafael Thomaz Favetti

O grupo de pesquisa *Lei e sociedade* busca compreender o direito mediante outras áreas do conhecimento. Assim, investiga o campo jurídico, ponderando o contexto social e considerando as narrativas que o direito pode vir a assumir como narrativa. Desse modo, verifica-se o esvaziamento das pretensões de verdade dos discursos e o esgotamento das narrativas organizadoras do mundo e seu caráter universalista. Os objetivos do grupo estão focalizados em verificar quais fundamentos e saberes formulados por outras áreas do conhecimento podem dialogar com o direito. Até o momento, o caminho trilhado leva a responder à questão pela ideia de narrativas do direito e o direito como narrativa. Com isso, o grupo afirma a vizinhança de todo conhecimento com a ficção, caminho que permite explorar o imaginário histórico e as representações sociais como campo privilegiado de pesquisa. Os últimos anos do século XX viram o fim das grandes narrativas sociais e das suas pretensões de explicação universal, tais como, as teorias de explicação sociológica, as justificativas do Estado e a crença na capacidade da razão em justificar o moral, o justo ou o melhor caminho. Atualmente, a pesquisa do grupo está voltada às narrativas dos discursos jurídicos do Judiciário brasileiro em pesquisa sobre o controle de constitucionalidade difuso, por meio de comparação com o sistema americano, o que se objetiva verificar os discursos criados sob a compreensão brasileira do sistema *common law* e como funciona. Nesse sentido, o direito pode ser a última grande narrativa.

Palavras-chave: tradição jurídica brasileira; narrativas do direito; direito como narrativa; Judiciário.

GRUPO DE PESQUISA: DIREITOS HUMANOS E POLÍTICA CRIMINAL - REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL NO DISTRITO FEDERAL

Doutora Cristina Maria Zackseski
Doutor Bruno Amaral Machado
Maria Teodora Farias Traldi
Marcus Vinicius Reis Bastos
Alexandre Lobão Rocha
Geilza Fátima C. Diniz
Matheus Mela Rodrigues
Niúra Silva Bettim
Márcio Evangelista F. da Silva

Nos últimos anos, há crescente interesse pelas instituições que integram o sistema de justiça, como o Ministério Público, seja em razão da peculiaridade de seu desenho institucional, seja em virtude da notoriedade explorada pelos meios de comunicação. Há diversidade de modelos institucionais. Os exemplos e as experiências demonstram que o modelo idealizado constitucionalmente é apenas o ponto de partida. O desempenho das funções relaciona-se a distintas variáveis. Fatores organizacionais apresentam um papel relevante, na medida em que a distribuição das tarefas entre os integrantes da organização passa pela estruturação burocrática das funções institucionais. Entre as funções desempenhadas pelo Ministério Público (MP), o controle externo da atividade policial é tema de interesse não apenas acadêmico, mas também institucional. Parte-se da seguinte hipótese: o desempenho das atividades conferidas pela Constituição ao Ministério Público é indissociável de significados e imagens das distintas funções para os atores que integram o campo jurídico. Assim, deve-se considerar a existência de diferentes procedimentos interpretativos na construção social da realidade. O objetivo da pesquisa é mapear as representações sociais de profissionais da área jurídica em relação ao desempenho do MP, no âmbito criminal, entre 2008 e 2009 e apresentar estudo de caso do Núcleo de Controle Externo da Atividade Policial (NCAP) do MPDFT, entre 2009 e 2010.

Palavras-chave: Ministério Público; controle externo; polícia.

GRUPO DE PESQUISA DIREITO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Professora doutora Márcia Dieguez Leuzinger
Alice Serra Braga
Marcela Albuquerque Maciel
Mestrado e graduação em Direito
Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
marcia.leuzinger@uol.com.br

O grupo de pesquisa, no âmbito do mestrado, está voltado à análise de temas ligados ao desenvolvimento sustentável, compreendido em suas diferentes dimensões: social, ambiental, econômica, cultural, espacial, institucional e política. Em razão das diferentes dimensões da sustentabilidade, a análise envolve, necessariamente, um olhar multidisciplinar, o que significa a inter-relação entre diferentes áreas do saber, aproveitando-se de cada ciência os conceitos e as teorias que possam conduzir à construção de um desenvolvimento ambientalmente prudente, socialmente relevante, economicamente viável e culturalmente aceitável.

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável; análise multidisciplinar, inter-relação de conhecimento.

INTERNACIONAL ECONÔMICO EM SISTEMAS REGIONAIS DE INTEGRAÇÃO – GIDE

Professor doutor André Nunes
Professor doutor Paulo Roberto de Almeida
Professor doutor Marcelo Simões dos Reis
Professor doutor Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy
Professor doutor Gustavo Abreu
Lara Salles de Morais
Lucineia Possar
Carolina de Souza da Silva
Ana Cláudia Costa Coelho Batista

A linha de pesquisa na área jurídico-econômica dedica-se ao tratamento analítico das relações internacionais, das quais a integração regional é uma das vertentes. A pesquisa estrutura-se em três eixos principais: instituições e mecanismos regulatórios dos grandes intercâmbios globais nos terrenos comercial – OMC e esquemas regionais de integração –, financeiro – instituições de Bretton Woods e entidades regionais de fomento – e de cooperação técnica intergovernamental – normas, propriedade intelectual, comunicações; experiências de integração regional, com análise dos aspectos comerciais e tributários dos processos de integração, a exemplo do MERCOSUL, da União Europeia, do Nafta; instrumentos jurídico-contratuais que enquadram a expansão da interdependência econômica global. Os três eixos temáticos buscam analisar, de forma transversal, questões, como a criação de regras uniformes ao comércio mundial, a criação de mecanismos de solução de controvérsias com densidade jurídica e efetividade, o intenso fluxo de capitais nos mercados financeiros, a estipulação de políticas tributárias incentivadoras do comércio global, a eliminação de barreiras alfandegárias e não alfandegárias e a diversidade institucional das atividades regulatórias de caráter intergovernamental ou supranacional.

Palavras-chave: integração regional; mecanismos regulatórios; instrumentos jurídico-contratuais.

NEEUA: NÚCLEO DE ESTUDOS DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Professora Fátima Faro
fatimafaro@terra.com.br
Professora Sandra Nascimento
sandra.nascimento@uniceub.br
Professor Frederico Seixas Dias
frederico.dias@uniceub.br
Professor doutor Delmo Arguelhes
delmoarguelhes@gmail.com
UniCEUB, FAJS, Relações Internacionais
neeua@uniceub.br

O NEEUA constitui-se em grupo de estudos e pesquisa de caráter multidisciplinar, nas áreas de relações internacionais, direito, economia, história e ciência política, com ênfase nas questões que circundam o contexto internacional, envolvendo a política estadunidense e a brasileira e seus impactos nos planos global e regional. Em 2010 e 2011, dando seguimento às reflexões sobre a crise norte-americana, o foco de estudos foi ampliado para pensar o lugar dos EUA em um sistema internacional em crescente transformação, vislumbrando suas contradições internas e internacionais desde seu sistema econômico doméstico e de liberdades civis até as novas conceituações da prática da guerra pelo país e de seus aliados, além das possibilidades de compreensão da nova ordem pelo conceito de hegemonia. O Núcleo reúne quatro linhas de pesquisa delineadas nos temas de competência e interesse da equipe docente, adequadas à proposta pedagógica tanto do curso de Relações Internacionais quanto de Direito e articuladas com a linha institucional da pós-graduação *strictu sensu* do UniCEUB. No período de 2010/2011, o estudo e a reflexão de temas de caráter interdisciplinar permitiram o debate sobre as recentes ocorrências no Oriente Médio, articulando-se a dimensão teórica de direitos humanos, ciência política, economia e relações internacionais, resultando na produção de artigo científico sobre a hegemonia estadunidense e as intervenções humanitárias.

Palavras-chave: relações internacionais; hegemonia; contexto mundial; política estadunidense.

INTERNACIONALIZACAO DO DIREITO (ID)

Professor doutor Marcelo Dias Varella
Professor doutor Luiz Eduardo Abreu
Professor doutor Antonio Cachapuz de Medeiros
Professor doutor José Frnacisco Rezek
Gabriel Haddad Teixeira
Isabel Gouvêa
Maurício Ferreira
Larissa Mello
Luis Felipe Bicalho
Natalia Paes Leme Machado
Marina de Mello Cerqueira Zarur

Liderado pelo professor Marcelo Dias Varella, o grupo de pesquisa *Internacionalização do Direito (ID)* tem a intenção de estudar as transformações ocorridas no direito internacional e no direito interno, provocadas pelo fenômeno da Internacionalização do Direito. Este processo faz surgir novas formas de comunicação entre os diferentes ordenamentos jurídicos, tendo como consequência a mudança drástica nas relações entre os instrumentos de Direito criados nos âmbitos internacional e doméstico. Isso tem relação direta com o contexto jurídico global contemporâneo. A diversidade de regimes jurídicos na esfera pública internacional e a participação ativa e determinante de atores privados nesse espaço revelam a fragmentação do contexto jurídico global. A pesquisa busca, por meio da constatação dos fenômenos da internacionalização e da fragmentação do direito, investigar também quais são as modificações ocorridas nos instrumentos jurídicos, a fim de entender quais critérios estabelecem as medidas para que se possa garantir maior segurança e efetividade nas novas relações jurídicas em construção. Portanto, para realizar-se uma investigação de qualidade, é necessário o estudo tanto da teoria clássica do direito internacional quanto das novas ideias que tentam explicar as transformações ocorridas no contexto jurídico internacional e analisar a configuração do Direito contemporâneo. Os trabalhos desenvolvem-se em dois subgrupos: o grupo principal e o grupo de leituras básicas, o qual estuda os elementos do fenômeno da internacionalização, permitindo, assim, o ingresso de novos interessados, sem, contudo, alterar o andamento dos trabalhos do grupo principal. As reuniões de cada grupo ocorrem aos sábados, a cada 15 dias, de forma alternada, propiciando, desse modo, a participação nos dois grupos.

Palavras-chave: direito internacional; ordenamento jurídico; contexto jurídico global contemporâneo.

GRUPO DE ESTUDO E PESQUISA EM HERMENÊUTICA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Professor doutor Roberto Freitas Filho
Professor doutor Luiz Eduardo de Lacerda Abreu
Patrícia Pires Badke
Renato Silva e Amorim

O grupo de estudo e pesquisa *Hermenêutica e políticas públicas* produz análise teórica das implicações do protagonismo judicial do STF na consecução das políticas públicas prestacionais, em especial as de saúde, segurança e educação, de modo a identificar a natureza dos argumentos decisórios justificadores e os efeitos institucionais do protagonismo e produzir reflexão sobre as tensões entre as dimensões política e jurídica do fenômeno. O impacto esperado da atividade é a qualificação dos participantes para refletir, de forma adequada, sobre as questões distributivas envolvidas inexoravelmente na alocação individual de bens e recursos coletivos. Propõe-se, mediante leituras e discussões, reflexão sobre os graves problemas contemporâneos relativos à filosofia política doadora de sentido aos pactos civilizacionais, especialmente das sociedades ocidentais, que possa capacitar o aluno a operar o sistema normativo constitucional e infraconstitucional referente à concretização das políticas públicas como direito subjetivo e, ao mesmo tempo, como dimensão transindividual. Anteriormente, o ciclo de estudos comportou a focalização na obra de Ronald Dworkin. Para o semestre em curso, far-se-á a leitura de autores representativos da discussão contemporânea entre os liberais e os comunitaristas, tendo em perspectiva a reflexão sobre o problema da aparente contradição entre as metodologias individualista e coletivista de produção de fundamentações político-jurídicas de arranjo social.

Palavras-chave: hermenêutica; políticas públicas; distribuição.

GRUPO DE PESQUISA: PRÁTICA PEDAGÓGICAE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Maria Eleusa Montenegro
UniCEUB/FACES
memontenegro@terra.com.br

O grupo de pesquisa encontra-se cadastrado no CNPq, desde 2004 e apresenta três linhas de pesquisa, quais sejam: "Profissão docente e práxis educativa", "Psicologia da Educação e prática pedagógica" e "A Educação Física e a formação do professor". Atualmente, conta com 17 (dezessete) participantes entre professores e alunos do UniCEUB e professores de outras instituições de ensino. Os resultados das pesquisas realizadas até o momento têm sido divulgados em eventos científicos locais, nacionais e internacionais, evidenciando-se o repensar da práxis educativa. O grupo já realizou a pesquisa *A relação entre a teoria e a prática no curso de Pedagogia*, que poderá propiciar ao futuro educador formação ampla, voltada para a realidade social, com conhecimento significativo, contextualizado e reflexivo. Outra pesquisa desenvolvida denominou-se *A formação do educador infantil: expectativas e necessidades das escolas*, cujo objetivo foi verificar a percepção de gestores, pais e professores quanto a esse nível de ensino, relacionando-o à formação do profissional. Os resultados obtidos demonstraram preocupação dos gestores em realizar o trabalho pedagógico, por isso necessitam de maior apoio das instituições de ensino superior no que se refere a profissionais qualificados. Quanto aos pais, ficou evidente que conhecem a realidade da educação infantil, que consideram ser importante a formação continuada dos profissionais, tarefa de responsabilidade do poder público. Com relação aos professores das escolas particulares, cabe ressaltar que se encontram satisfeitos com a profissão escolhida e que se sentem capacitados para trabalhar com a educação infantil. No que se refere aos professores de escola pública, foi importante perceber que, apesar de todas as dificuldades inerentes ao magistério, a maioria dos participantes está satisfeita com a profissão. Entretanto, dezenove deles afirmaram que o trabalho pedagógico na educação infantil é excessivamente mais exigente que nos demais níveis de ensino e que deveria, portanto, ser mais bem remunerado. O trabalho ora desenvolvido pelo grupo intitula-se *A formação pedagógica do aluno de licenciatura*, que tem como objetivo conhecer o perfil do estudante de graduação e verificar a sua preparação para o exercício da docência. Os resultados parciais desta pesquisa apresentam que o professor em formação se encontra inseguro diante da possibilidade de assumir a sala de aula da educação básica. Nem mesmo o estágio supervisionado e outras atividades com a docência ofereceram-lhe habilidades para o magistério, confirmando, portanto, a carência da prática pedagógica na formação do profissional. Assim, os resultados encontrados demonstraram certa insatisfação dos estudantes com sua formação, provavelmente causada pelo curto tempo de duração da licenciatura, pela falta de identificação com o curso e pela desvalorização que a profissão de professor tem na sociedade brasileira. Existe, no entanto, a participação intensa dos alunos em atividades extraclasse, mas somente pelos formandos. A maioria dos alunos considerou importante a formação continuada. Acredita-se que, desta forma, o grupo tem prestado contribuições para a reflexão sobre o papel do educador.

Palavras-chave: formação do professor; prática pedagógica; preparação para o trabalho.

NÚCLEO DE ESTUDOS DE DIPLOMACIA RESPONSÁVEL

Professora Renata de Melo Rosa
FAJS/Relações Internacionais/ UniCEUB
Deolinda Farias
Juliana Barbosa do Carmo
Octavio Meirelles
Priscila Bastos Antunes

O grupo de estudos realiza pesquisa acerca do modo pelo qual o Poder Legislativo brasileiro se tem posicionado a respeito da liderança militar do Brasil na MINUSTAH – Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti, a qual o Brasil coordena desde 2004. Os principais supostos da investigação incidem nos momentos mediante os quais o Congresso é convidado a posicionar-se sobre o tema, em quais contextos o Congresso protagonizou iniciativas de atuação no âmbito da MINUSTAH e como os parlamentares que representam a Comissão de Relações Exteriores se posicionam a respeito das transições políticas presentes no país, a saber, o governo de René Préval (2006-2011) e o atual governo de Michel Martelly (eleito em março de 2011). Para tanto, investiga-se o histórico da atuação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Após a análise das Atas das Reuniões desta Comissão, a MINUSTAH e o Haiti apareceram poucas vezes como pauta da agenda de trabalho, de 2004 até o presente. A baixa incidência de preocupação dos parlamentares brasileiros com a liderança militar do Brasil no Haiti revela a missão cuja participação do Poder Legislativo é minoritária, com franca expansão das decisões do poder Executivo, o que causa um desequilíbrio dos poderes na condução da agenda de política externa brasileira.

Palavras-chave: MINUSTAH; liderança militar do Brasil; política externa brasileira.

GRUPO DE PESQUISA EM TEORIA E PRÁTICA PSICANALÍTICA

Marcos Chedid Abel

A pesquisa trata da convivência do ser humano consigo mesmo e com o outro. Constata-se, na atualidade, a tendência à homogeneização planetária da visão de mundo, que exclui a diferença, uma "heterofobia" junto à exacerbação do narcisismo. Esses dois fatores têm acarretado danos aos indivíduos pela busca de enquadramento a um ideal proposto pelos meios de comunicação de massa, em detrimento do cultivo da sua singularidade, que resulta em frustração pessoal manifesta no modo de ser depressivo verificado em número crescente pelos profissionais de saúde mental. Quanto ao plano, constata-se a intolerância ao outro e ou seu uso como objeto, que implica a desconsideração pela alteridade, sua desumanização, e resulta, por vezes, na sua destruição, tal como se constata na atualidade em questões de diferenças culturais, raciais e sexuais. Como alternativa a essa situação, propõe-se a educação que promova a singularidade em conexão com a empatia, que comparece no termo africano *ubuntu*, para viabilizar a continuidade da existência do indivíduo e da cultura.

Palavras-chave: *ubuntu;* alteridade; singularidade.

GRUPO DE PESQUISA VISCONDE DO URUGUAI

Professor doutor Carlos Bastide Horbach

O surgimento do Grupo de Pesquisa Visconde do Uruguai - GPVU caracteriza nova fase das pesquisas iniciadas no Grupo *Novas tendências do Direito Público*, o qual foi criado juntamente com a área de concentração em Direito e Políticas Públicas do Programa de Mestrado e Doutorado em Direito do UniCEUB, em 2004. Desde então, os membros do grupo dedicam-se à análise criteriosa das inovações do Direito Público brasileiro, em especial no que toca o processo constitucional e os variados temas do Direito Administrativo. O estudo das modernas alterações do ordenamento brasileiro, entretanto, deixou clara a necessidade de busca da construção histórica das instituições político-jurídicas do Brasil com o intuito de investigar o quão inovadoras seriam as "novas tendências" e avaliar o impacto de transplantes institucionais de experiências estrangeiras para a realidade brasileira, o que somente se aperfeiçoa em perspectiva histórica. Assim, com o objetivo de resgatar os autores clássicos do Direito Público brasileiro, cotejando-os ao pensamento da moderna Ciência do Direito pátrio, foi criado o GPVU, homenageando um dos mais importantes juristas e homens públicos do Império, pai do Direito Administrativo brasileiro. O GPVU tem-se dedicado, em 2011, ao estudo do Direito Administrativo do Império, em especial no que toca a produção do Conselho de Estado, órgão central no desenvolvimento inicial dessa disciplina no Brasil. Em iniciativa de extensão, o GPVU pretende promover um curso sobre a história da Constituição brasileira, voltado aos alunos da graduação em Direito.

Palavras-chave: inovações do Direito Público brasileiro; construção histórica das instituições político-jurídicas do Brasil; Direito Administrativo do Império.

GRUPO DE PESQUISA: CITOGENÉTICA APLICADA

Fernanda Vinhaes de Lima,
Ana Paula Costa Athayde Nunes, Manuella Ribas Ramalho, Mayara Alvarenga Queiroz, Camila Camarano Oliveira, Olívia Laquis de Moraes
Faculdade de Ciências da Educação e da Saúde - UniCEUB
fernanda.lima@uniceub.br

A citogenética é compreendida como o enfoque citológico da genética, a qual consiste no estudo microscópico dos cromossomos e suas anomalias. Os cromossomos foram descritos, no século XIX, como corpos nucleoproteicos de coloração escura, observados nas células durante a divisão celular, no estágio de metáfase, no qual os cromossomos atingem seu maior grau de condensação. Cada cromossomo leva uma disposição linear de genes. Em 1956, estabeleceu-se o número diploide correto dos cromossomos do cariótipo humano, como sendo 46, dispostos em 23 pares de cromossomos homólogos. Mudanças na estrutura dos cromossomos humanos são as principais causas de retardo mental, malformações múltiplas, câncer, infertilidade e abortos espontâneos. O grupo de pesquisa, **Citogenética Aplicada,** é formado pela professora doutora Fernanda Vinhaes de Lima e pelas alunas Ana Paula Costa Athayde Nunes, Manuella Ribas Ramalho, Mayara Alvarenga Queiroz, Camila Camarano Oliveira, Olívia Laquis de Moraes, que estão envolvidas em três linhas de pesquisa, as quais se resumem a estudos citogenéticos em casais com histórico de infertilidade e abortos de repetição, diagnóstico citogenético de doenças genéticas e avaliação genética da presença do cromossomo *philadelphia* em pacientes com leucemia mieloide crônica, após o uso de inibidores de tirosino quinase. O grupo de pesquisa concluiu estudo com participantes provenientes da rede pública de saúde do Distrito Federal e apresentará trabalho no Congresso Internacional de Genética Humana, em Montreal, Canadá, no mês de outubro. Para a realização deste estudo, foi necessária a sua aprovação pelo Comitê de Ética da Secretaria de Saúde do DF. Estes distúrbios acometem conflitos diversos e envolvem não somente questões médicas complexas e urgentes, como também problemas psicológicos extremamente sérios. Recentemente, dois novos projetos de pesquisa do grupo foram aprovados, baseados no estudo e no diagnóstico citogenético de pacientes com doenças genéticas previamente diagnosticadas. Além da relevância do diagnóstico para essas famílias, os projetos citados têm servido como material de estudo para estudantes do UniCEUB que se interessam por este campo de trabalho. No último ano, foram apresentados trabalhos em congressos internos e externos, com material obtido pelas linhas de pesquisa desenvolvidas sob a responsabilidade da professora líder do grupo, juntamente com suas alunas.

Palavras-chave: infertilidade; abortamento; leucemia; *philadelphia*; tirosino quinase.

GRUPO DE PESQUISA
HISTÓRIA, SOCIEDADE, CIDADANIA

Professora doutora Helen Ulhôa Pimentel
helenulhoa@hotmail.com
Professor Ms. Marcelo Tadeu dos Santos
marcelotadeu73@gmail.com
Professora doutora Maria Inês Malta Castro
castro.ines@gmail.com
Professora doutora Rosana Ulhôa Botelho
rosana.botelho@uniceub.br
ammad@terra.com.br
Ylian Augusto César Thediga Pires
ylianmiranda@gmail.com
Bruna Santana Fernandes
brunasantana1@hotmail.com
Verônica Barbosa Jesus Neta
veronica.veraobjn@gmail.com
Ana Maria Martins Amorim

Em 2011, os integrantes do grupo de pesquisa deram continuidade ao trabalho de discussão dos projetos em desenvolvimento e às atividades de articulação entre a graduação em História e a pós-graduação em História, Sociedade, Cidadania, divulgando e discutindo trabalhos de pesquisa e organizando o *Dossiê cidadania, direitos humanos e políticas sociais*, que integra o vol. 8, n. 1 - janeiro/julho 2011, da revista *Universitas-Humanidades*. No início deste segundo semestre, foram concluídas as três pesquisas integrantes do Programa de Iniciação Científica: *Cidadania no Império do Brasil: uma análise a partir das informações contidas no livro de qualificação de eleitores de Paracatu –MG*; *Família escrava e compadrio nos registros paroquiais de Paracatu no* século XVIII; *Continuidades e transformações nos argumentos sobre etnicidade em laudos periciais de identificação de territórios quilombolas*. Na 32ª Semana de História do UniCEUB, o grupo organizou mesa-redonda com a apresentação dos trabalhos de pesquisa de alunos da pós-graduação, os quais resultaram em artigos integrantes do referido dossiê.

Palavras-chave: escravidão; cidadania; direitos humanos; políticas sociais.

ANÁLISES AMBIENTAIS: UMA PRÁTICA ATUAL PARA MANUTENÇÃO DA SAÚDE HUMANA

Eduardo Cyrino de Oliveira Filho
UniCEUB/ Embrapa Cerrados

A contaminação ambiental proveniente de atividades humanas, tais como, a utilização de insumos agropecuários e o descarte de resíduos industriais e domésticos, tem sido motivo de crescente preocupação por parte dos órgãos reguladores, da comunidade científica e da população. De modo geral, as espécies vivas produzem resíduos que não podem ser utilizadas pela mesma espécie, mas que, no âmbito da natureza, são continuamente reciclados, mantendo, assim, os ciclos naturais dos elementos que compõem aquele resíduo. Excepcionalmente, o ser humano é a única espécie que tende a inventar e criar formas e mecanismos intensivos de utilização dos recursos naturais, sem pensar na manutenção das fontes, fazendo as modificações evoluírem continuamente, rumo à degradação e à geração de resíduos que não podem ser aproveitados no ambiente natural. Grande parte dos resíduos produzidos é lançada na atmosfera e no solo, mas, mesmo assim, têm como destino final, pela chuva e pelo escoamento superficial, os corpos hídricos, ocasionando modificações nas características químicas e biológicas e prejudicando a manutenção da vida aquática e o fornecimento de água de boa qualidade. Essas alterações no ambiente interferem, diretamente, na saúde humana e contribuem para a elevação dos custos empregados no tratamento de doenças previsíveis. Nesse contexto, as análises ambientais no solo, no ar ou na água constituem-se em formas de predição e mensuração dos problemas que poderão ocorrer ou de danos já existentes, objetivando subsidiar políticas públicas que possam minimizar ou remediar tais adversidades causadas, sobretudo, pela falta de conhecimento acerca da necessidade de manutenção da sustentabilidade do ambiente. No âmbito profissional, as análises do ambiente podem ser realizadas por diversas categorias funcionais, tornando-se, assim, uma das áreas de trabalho mais promissoras para os próximos anos.

Palavras-chave: contaminação; meio ambiente; saúde.

A HABITAÇÃO SOCIAL (SUPER QUADRA SUL 400) E SUA ANÁLISE DIRECIONADA PARA O CONFORTO AMBIENTAL, A HISTÓRIA E A TECNOLOGIA DA ARQUITETURA E SUA INTERFERÊNCIA NO AMBIENTE SALUTAR

Eliete de Pinho Araujo
eliete.araujo@uniceub.br
Leonardo Pinto de Oliveira
leo.oliveira@uniceub.br
Júnia Marques Caldeira
junia_caldeira@yahoo.com.br
Curso de Arquitetura e Urbanismo, FATECS, UniCEUB

Este trabalho apresenta um estudo referente à análise crítica no sentido de contribuir para os projetos de arquitetura e o ambiente salutar. São abordados conceitos e apresentadas a legislação pertinente ao conforto ambiental e à saúde. A ideia de estudar a habitação social é fundamental e importante subsídio para a antecipação ao mestrado pretendido pelo curso de Arquitetura e Urbanismo do UniCEUB, além de ser proveitosa e oferecer subsídios para futuros projetos semelhantes. São estudadas as habitações locadas nas Superquadras Sul 400, Plano Piloto, Brasília, DF. O objetivo é realizar uma avaliação crítica do projeto de arquitetura e complementares, enfocando a estética, o padrão urbanístico, a teoria, a tecnologia, a estrutura e o conforto ambiental térmico, luminoso e acústico e sugerir melhorias referentes aos objetivos citados anteriormente. O método utilizado desenvolve-se nas seguintes etapas: fazer medições luminosas e de temperatura do ar interna em diferentes períodos, chuvoso e de seca; analisar os projetos e os materiais de acabamento utilizados; analisar o conforto térmico, luminoso e acústico ambiental; analisar os espaços internos dispostos para os usuários; analisar o projeto estrutural; analisar a teoria e a tecnologia da arquitetura; analisar os condicionantes urbanísticos e estéticos; avaliar as análises e propor sugestões conforme os resultados obtidos. Será utilizada a Avaliação Pós-Ocupação, APO, por meio de questionários aplicados aos usuários das habitações estudadas. São propostos manuais práticos de projeto além da realização de seminários relativos ao tema nos departamentos de arquitetura e de engenharia de órgãos, como a Secretaria de Planejamento do Distrito Federal. Em relação ao tema, os procedimentos adequados, as normas e as legislações deverão ser seguidos conforme os manuais práticos propostos. A questão ambiental é fator fundamental, portanto o tema está relacionado ao meio ambiente, refletindo-se na saúde do usuário.

Palavras-chave: arquitetura ambiental; habitação; saúde.

IX CONGRESSO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR e A SUSTENTABILIDADE DO PAÍS

PROGRAMA CONSTRUINDO NOVOS SABERES

ATO JURÍDICO E ATO ADMINISTRATIVO: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DE INSTITUTOS

Daniel Sartório Barbosa
Professor orientador: Carlos Bastide Horbach
UniCEUB – FAJS – Direito – Projeto Novos Saberes
sartorio.barbosa@gmail.com
sartorio@stj.jus.br

O conhecimento dogmático, especialmente no Direito, tem-se desenvolvido numa velocidade espantosa. A cada nova publicação, surgem novos conceitos e definições associados a construções teóricas que, em grande parte, dizem-se autônomas em relação às demais teorias jurídicas, especialmente as que compõem outros ramos do Direito. Nasce, por consequência, natural preocupação com a coerência desse sistema dogmático, continuamente mais complexo. Considerando a necessidade de delimitação do objeto de estudo no contexto apresentado, aplicou-se o método comparativo a dois institutos jurídicos que, à primeira vista, parecem tratar de objetos similares. De um lado, o ato jurídico, instituto que se desenvolve no âmbito da teoria do fato jurídico, tradicionalmente aplicada ao Direito Privado; de outro, o ato administrativo, que integra o estudo do Direito Administrativo. A técnica bibliográfica, aliada a leituras analíticas, permitiu apurada descrição dos elementos conceituais de cada instituto. Dessa maneira, pôde-se, por meio do método comparativo, examinar as identidades e os traços peculiares existentes entre eles. Assim, pela constatação de que a teoria do fato jurídico apresenta natureza geral enquanto as teorias administrativistas que tratam do *a*to administrativo têm natureza específica, procedeu-se à análise das diferenças conceituais percebidas. Por fim, com base na premissa de que a dogmática jurídica deve ser considerada de maneira sistêmica, indagou-se sobre a possibilidade de utilização da teoria do fato jurídico não só no âmbito do Direito Privado, mas também no do Direito Administrativo, pois, dessa forma, dar-se-ia mais unidade e lógica ao sistema teórico. Como resposta, elaborou-se conclusão alternativa: se os traços peculiares do ato administrativo não justificam um tratamento teórico diferenciado, poder-se-iam abandonar, totalmente, as teorias administrativistas e, consequentemente, utilizar apenas a teoria geral de Pontes de Miranda tanto no Direito Privado quanto no Direito Administrativo; se há peculiaridades no ato administrativo que justificam um tratamento teórico distinto, poder-se-ia, ao menos, aplicar a teoria do fato jurídico em relação às identidades encontradas por meio do método comparativo. Ter-se-ia, de uma forma ou de outra, um tratamento teórico mais coerente, adequado à visão sistêmica da dogmática jurídica.

Palavras-chave: ato jurídico; ato administrativo; comparação.

INVESTIGAÇÃO E QUESTÕES COMPORTAMENTAIS SOBRE O USO DO PRESERVATIVO MASCULINO ENTRE UNIVERSITÁRIOS

Mônica Moraes Coca
Enfermagem, Centro Universitário de Brasília
mmoraes02@yahoo.com
Professor Henry Maia Peixoto
Enfermagem, Centro Universitário de Brasília
henrymaiap9@gmail.com

O estudo objetivou investigar o uso de preservativo masculino entre acadêmicos da área de saúde, em uma instituição de ensino superior privada do Distrito Federal. Trata-se de um estudo descritivo no qual foram utilizados dados quantitativos, originados da aplicação de um questionário estruturado. Participaram 201 estudantes universitários. A amostra foi caracterizada por preponderância de estudantes do sexo feminino, com idade entre 18 e 22 anos, cursando do 1º ao 3º semestre. Destes, 91% já tiveram contato sexual tanto em relacionamentos estáveis como esporádicos, com práticas sem uso de preservativo masculino (PM). Grande parte considerou-se conhecedora do uso do PM, menos da metade não o usa sempre, e a maioria pretende convencer seu parceiro a usá-lo sempre. Conclui-se que foi identificado bom conhecimento acerca da importância do uso do preservativo, da intenção de usá-lo e do interesse em que o parceiro faça uso de preservativo. Todavia, há grande número de atividades sexuais realizadas de modo desprotegido.

Palavras-chave: preservativo masculino; relação sexual; intenção; conhecimento.

A COMPREENSÃO DA IDENTIDADE NA ERA DA INFORMAÇÃO

Paulo Henrique Alves Lira
Professor orientador Gilson Ciarallo

O mundo contemporâneo tem proporcionado transformações importantes quanto ao modo como a pessoas se relacionam consigo mesmas e com os outros, principalmente quando se trata das novas formas de relacionamento interpessoal impulsionadas pelas tecnologias de comunicação. Computadores, celulares e outros dispositivos eletrônicos interligados à rede mundial de computadores fornecem uma maneira diferente de estabelecer a convivência social, e um dos espaços que mais se destacam são as redes sociais. No Brasil, a rede social mais utilizada é o Orkut, a qual já se encontra entre uma das atividades preferidas dos internautas, tomando boa parte de seu período de conexão. A presente pesquisa visou analisar as novas formas de subjetivação encontradas nos dispositivos de relacionamento interpessoal na internet, pela utilização da etnografia virtual e da realização de grupos focais. Nesse sentido, os ambientes virtuais têm-se tornando um espaço de inter-relacionamentos sociais que se caracterizam não apenas por continuação das relações presenciais, como também por nova maneira de relacionar-se consigo mesmo e com os outros. As formas de representação do eu nos *sites* de relacionamento parecem demonstrar a maneira como se constituem as subjetividades na atualidade e o movimento de externalização deste eu que, outrora, necessitava de deslocamento contrário. As relações virtuais, mesmo ocorrendo em outra dimensão espaço-temporal, parecem refletir, de forma coerente, as dinâmicas sociais da pós-modernidade, já que esta tecnologia é oriunda do processo histórico no qual estamos inseridos.

Palavras-chave: identidade; redes sociais; subjetividade; *sites* de relacionamento.

A SUBJETIVIDADE DO FORMANDO EM LICENCIATURA: LIMITES E POSSIBILIDADES

Paulo Henrique Rios do Nascimento
Professora doutora Maria Eleusa Montenegro

A presente pesquisa visou levantar o perfil do formando em licenciatura e analisar a sua preparação para a docência por meio da metodologia qualitativa. O instrumento utilizado foi um roteiro de entrevista semiestruturada, aplicada a três grupos de participantes: formandos em licenciatura, ingressantes na licenciatura e professores de ensino superior. Para o grupo de formandos e o de ingressantes as categorias determinadas foram: identificação do participante, escolha do curso, hábitos de leitura, preparação para o magistério, formação continuada, valorização da educação e facilitação entre família e escola. Para o grupo de professores de ensino superior as categorias selecionadas foram: identificação do participante, preparação para a docência, escolha do curso, hábitos de estudo, atividades acadêmicas, dificuldades na docência no ensino superior, formação continuada e valorização da educação. Foi possível chegar às seguintes conclusões: a faixa etária e as condições socioeconômicas dos estudantes apresentaram-se de forma heterogênea; o tempo de duração do curso não foi considerado como um dos critérios de escolha. Todos afirmaram escolher o curso por vontade própria, de maneira consciente e sem orientação de outras pessoas. A prática de estudo em grupo é praticamente inexistente, pois oito dos formandos afirmaram não estudar em grupo, e, quando o fazem, é somente por solicitação dos professores. Apenas um ingressante afirmou estudar em grupo por vontade própria. Todos os formandos acreditam saber elaborar um plano de aula. Existe a participação dos alunos em atividades extraclasse, mas somente por parte dos formandos. A maioria dos alunos gosta de ler, e todos consideram importante a formação continuada. A maior parte dos professores disse acreditar que é preciso haver aprimoramento dos cursos de licenciatura, principalmente na parte prática e quanto à pesquisa, além de estender a duração do curso. Tanto professores quanto alunos formandos consideraram que o curso não é suficiente para preparar professores. Os professores afirmaram que a formação continuada é pouco estimulada na IES. Por fim, a presente pesquisa concluiu que os cursos de licenciatura não são suficientes para a formação de professores, que a prática é o aspecto que mais necessita de aprimoramento e que as atividades extraclasse não oferecem atrativo aos alunos.

Palavras-chave: formando em licenciatura; formação do professor; prática pedagógica.

POLÍTICAS PÚBLICAS DO ESTADO PARA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Rafael Silva de Almeida
lmeida.direito@yahoo.com.br
Professora doutora Dirce Mendes da Fonseca
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do UniCEUB;
Projeto Novos Saberes

Este trabalho tem como objeto as políticas públicas sociais direcionadas ao público infanto-juvenil. O objetivo é analisar a atuação do Poder Público na formulação das políticas públicas, por meio dos princípios constitucionais norteadores do Direito da Criança e do Adolescente. Para isso, faz-se uma análise da legislação, e discute-se o panorama de proteção dos direitos mediante a reflexão da "dupla crise do ECA", de Emílio Garcia Méndez. Investigam-se as políticas sob a égide do princípio da prioridade absoluta, em face da necessidade de orçamento público para a execução das ações estatais. Salienta-se o dever concorrente das entidades da sociedade, da família e do Estado na promoção e na defesa da infância e da juventude. Objetiva-se contribuir para a reflexão a respeito da efetivação dos direitos das crianças e dos adolescentes, frente às violações sofridas.

Palavras-chave: Estatuto da Criança e do Adolescente; políticas públicas; princípio da prioridade absoluta.

PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU

MULTICULTURALISMO E ETNICIDADE: OS QUILOMBOLAS E A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Autora: Ana Maria Martins Amorim
Orientadora: Professora Doutora Rosana Ulhôa Botelho
Curso de Pós-graduação Latu Sensu ICPD/UniCEUB
História, Sociedade e Cidadania
anamartinsamorim@gmail.com

O presente trabalho busca analisar a relação histórica entre etnia e cidadania no contexto do multiculturalismo a partir das três últimas décadas do século XX no Brasil. Resultado da crise da modernidade, o multiculturalismo reflete a dificuldade das sociedades industriais aceitarem as diferenças, podendo ser entendido em duas dimensões: como fenômeno social, em que coexistem diferentes grupos nacionais ou étnicos no mesmo espaço territorial, e como teoria política, que introduz um amplo debate com percepções e propostas distintas, visando à solução dos conflitos étnicos e nacionais que se manifestam no espaço público. Entre as propostas teóricas políticas inovadoras, estão às políticas de reconhecimento voltadas para atender às reivindicações das minorias. Por meio de uma sistematização da bibliografia feita à luz de indagações que articulam a cidadania ao multiculturalismo e à etnicidade, este trabalho destaca a influência dos grupos étnicos para a instituição e ampliação da cidadania na realidade multicultural brasileira. Para a uma melhor compreensão, reflete ainda sobre as experiências da diversidade nos Estados Unidos e no Canadá. Fundamentado nas abordagens de Taylor, Kymlicka e Santos e nas discussões sobre etnicidade e cidadania, este trabalho toma a experiência da comunidade remanescente de quilombos do Mocambo, descrita e analisada por Arruti. O caso do Mocambo é examinado sob dois aspectos: a maneira pela qual a identidade étnica é socialmente construída e pode tornar-se instrumento na conquista de direitos e cidadania. As noções de identidade, reconhecimento, diversidade e direitos humanos são essenciais para a compreensão da cidadania contemporânea, que se caracteriza não mais pela igualdade, mas pela diferença. Esta pesquisa contribui, assim, para identificar novas concepções e experiências de cidadania, que resultam das demandas, das lutas pelo reconhecimento e das conquistas políticas e jurídicas em prol de uma sociedade mais justa, tolerante e inclusiva.

Palavras-chave: multiculturalismo; cidadania; remanescentes de quilombos.

MOVIMENTOS SOCIAIS E A QUESTÃO DA TERRA NA CONSTITUINTE DE 1988

Autora: Angela Aparecida Alves da Silva Teixeira
profangela.teixeira@gmail.com
Co-autora: Regina Coelly Fernandes Saraiva
rcoelly@hotmail.com
Curso Pós-graduação Lato Sensu ICPD/UniCEUB
História, Sociedade e Cidadania

O objetivo desta monografia trata da relevância de estudar e analisar o contexto histórico da Constituinte de 1988, bem como compreender a atuação da sociedade civil organizada na elaboração de propostas para as emendas constitucionais, com enfoque no movimento social agrário. O objetivo geral foi o de compreender o processo histórico da disputa pela terra como um direito, analisar e refletir as ações empreendidas pelos movimentos sociais e pelos trabalhadores na luta pela terra na Constituinte de 1988. Os objetivos específicos visaram apreender e apresentar o funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte de 1988, avaliar a participação do Movimento Social Agrário, bem como propor uma interpretação particular quanto às ações políticas das forças favoráveis à aprovação de texto constitucional para a realização da reforma agrária, sem excluir à participação das articulações oponentes. O trabalho foi realizado com a hipótese de que na ocasião da constituinte ocorreu um embate entre dois grupos de interesses extremamente antagônicos: trabalhadores agrícolas *versus* grandes proprietários rurais, que resultou numa vitória parcial para ambos. Para alcançar esses objetivos, a metodologia da pesquisa procedeu-se da seguinte maneira: primeiramente, foi realizada pesquisa bibliográfica sobre o histórico da questão da terra. Em seguida foram trabalhadas fontes da biblioteca virtual da Câmara e do Senado Federal, para colher informações sobre a realização do processo constituinte. Com este estudo, foi possível perceber a intensidade do assunto reforma agrária, ironicamente num país privilegiado territorialmente e que vem crescendo consideravelmente em vários aspectos sociais e econômicos, mas que ainda não conseguiu resolver uma questão tão antiga e associada ao seu próprio passado. O estudo mostra que a questão fundiária assume relevância social que deve ser enfocada como uma das políticas públicas a ser priorizada. Sabendo que a problemática da distribuição de terras remonta do período colonial e que desde a Independência está presente em quase todos os programas de governo, é lamentável perceber que mesmo assim ainda há muito a se fazer. A elaboração da Constituição de 1988 foi um acontecimento na história do Brasil nunca antes vivido pela população. A crescente mobilização social, advinda do final da década de 1970, foi fator primordial para o desencadeamento do procedimento legislativo que foi a Assembleia Nacional Constituinte. A possibilidade da sociedade civil apresentar propostas para o texto constitucional foi um ganho extraordinário para o país. A convocação da Constituinte foi uma vitória incontestável daqueles que há tempos vinham lutando pela redemocratização e pela presença da garantia dos direitos sociais na Carta Maior. A participação direta dos trabalhadores e dos proprietários rurais, na contribuição da elaboração do texto Constitucional sobre assuntos diretamente ligados a questão agrária e a estrutura fundiária nacional, foi decisiva. A reforma agrária consiste num processo complexo com dimensão socioeconômica e política e, em seus desdobramentos, é uma luta de diferentes classes e de sua correlação com o Estado, mas, é principalmente a marca de uma sociedade mais democrática. Mesmo não conseguindo um texto mais audacioso, quanto à reformulação da estrutura fundiária nacional, foi relevante a conquista de um capítulo normatizando a política agrária, com a garantia da função social da terra. Foi possível perceber que a mobilização social promoveu um bem maior aos trabalhadores rurais: o fortalecimento do movimento social no campo, principalmente com a consolidação do MST. A conscientização política adquirida pelos trabalhadores nas participações durante a Constituinte foi de extrema importância para o futuro do movimento social do campo.

Palavras-chave: constituinte, movimentos sociais, reforma agrária.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DA BIBLIOTECA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Autor: Arlan Morais de Lima
arlan.lima@stj.jus.br
Orientador: Joana Bicalho Félix
Curso: Pós-Graduação lato sensu em Gestão e Administração Pública

Dada à importância da responsabilidade socioambiental dos órgãos públicos no contexto atual da sociedade brasileira e a necessidade de suas bibliotecas desenvolverem ações neste sentido, buscou-se com o presente estudo, identificar as ações socioambientais criadas e executadas pela Biblioteca Ministro Oscar Saraiva do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que é uma biblioteca especializada com acervo orientado para a área de Direito, com foco na coleta, tratamento, disseminação e recuperação da informação doutrinária e legislativa. Para subsidiar o estudo, foi estudada a evolução do conceito de desenvolvimento sustentável e responsabilidade social, bem como a aplicação da concepção de sustentabilidade na Administração Pública federal, no Poder Judiciário e no Superior Tribunal de Justiça, sendo também estudada a consciência socioambiental no âmbito das bibliotecas e quais são as ações desenvolvidas pela Biblioteca do STJ com foco na preservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento social, percebendo se estas estão alinhadas aos objetivos estratégicos do STJ. Observou-se que a Biblioteca desenvolve ações socioambientais e contribui para o desenvolvimento sustentável promovido pelo STJ como um todo, buscando sempre alinhar suas atividades aos objetivos estratégicos e metas relacionadas com a promoção da cidadania, eficiência operacional e a responsabilidade ambiental.

Palavras-chave: biblioteca; responsabilidade socioambiental; desenvolvimento sustentável.

O ENVELHECIMENTO: UMA VISÃO PSICANALÍTICA

Autora: Denise Pereira Alves de Sena
dd.sena@hotmail.com
Co-autora :Morgana Queiroz
morganaaq@yahoo.com.br
Curso Pós-graduação Lato Sensu ICPD/UniCEUB
Teoria Psicanalítica

Em 2025 o Brasil será, projetivamente, o sexto país do mundo com a maior porcentagem de velhos: cerca de 32 milhões. A psicologia e a psicanálise ainda não despertaram para estudos mais aprofundados desta fase da vida. A psicologia ocupa-se das doenças degenerativas e mentais. A psicanálise, desde Freud até os pós freudianos, esqueceu a velhice. Este estudo monográfico propõe como objetivo geral, a construção da possível relação existente entre narcisismo e envelhecimento. Na busca de tal construção, os objetivos específicos eleitos foram: relacionar o conceito de Narcisismo e Complexo de Édipo com o envelhecimento, compreender a relação entre a depressão na terceira idade e o Narcisismo e contribuir para a compreensão desta fase da vida. A metodologia utilizada foi à pesquisa bibliográfica, com fundamentação teórica nos conceitos psicanalíticos freudianos. O estudo divide-se em três capítulos, a saber: 1)"O velho na sociedade": breve levantamento histórico do papel ocupado pelo velho na sociedade, sábio e estorvo, além de discorrer sobre a velhice produtiva de Sigmund Freud. 2) "Conceitos psicanalíticos": define e relaciona dois temas centrais da constituição do eu, relacionando-os com o processo do envelhecimento: Narcisismo e Complexo de Édipo. Salientando-se a importância do amor materno na constituição inicial, eleição objetal e necessária castração para entrada no mundo real. E 3) "Envelhecimento e depressão": sendo a depressão apontada como uma das possibilidades para o eu no envelhecimento. Neste capítulo os dois lugares possíveis para o ego são apresentados: a integridade do ego, por meio da sabedoria, produção e transmissão de conhecimento e o colapso narcisista refletido na depressão neurótica ou psicótica. Esta pesquisa evidencia a relevância do processo analítico para idosos: não apenas no sentido de favorecer a necessária adaptação a esta fase, mas, principalmente, resignificar a história de vida, na busca da convivência harmônica com o corpo, a subjetividade e o social. A única condição estabelecida por Freud para realização da analise foi a livre associação, totalmente possível em idosos lúcidos. Como a finitude humana se mostra evidente após os 60 anos, todo o funcionamento do ego é alterado, fato que fundamenta a diferença entre a análise de adultos e idosos. Ao analista cabe à escuta atenta das perdas, dores e lutos por mais assustador que possa parecer. Atender um idoso pode despertar os fantasmas do analista que se depara com o espelho da finitude. A velhice produtiva de Freud evidencia sua incansável busca pela integridade do ego, caminho percorrido por idosos sábios. E a depressão mostra-se como saída para o ego do idoso estorvo. É *mister* ressaltar que a depressão pode não configurar no modelo clássico de embotamento e silêncio, e sim mostrar-se "maquiada" no esquecimento do remédio, da dieta, no não comparecimento às consultas medicas, uso de álcool e drogas, ou seja, na atitude violenta contra o próprio ego, em um tipo de suicídio "homeopático". Este estudo é apenas o inicio de uma investigação da possível atuação psicanalítica com idosos.

Palavras-chave: psicanálise; velhice; depressão.

PANORAMA DOS RECURSOS HÍDRICOS NO DISTRITO FEDERAL

Autor: Janaina de Sousa Cunha
jana.sousacunha@gmail.com
Co-autor : Dr. Ricardo Wagner Reis Filho
reisfo@yahoo.com.br
Curso Pós-graduação Lato Sensu ICPD/UniCEUB
Análise Ambiental e Desenvolvimento Sustentável

A disponibilidade de recursos hídricos é um fator preponderante para o desenvolvimento de uma sociedade pautada em relações de equilíbrio e na sustentabilidade. O presente trabalho trata da importância vital deste recurso, analisa sua distribuição e sua interdependência com o uso e a ocupação do solo. Em relação aos aspectos legais, aborda as políticas que disciplinam tanto os usos da água quanto do solo e promove uma discussão que abrange a gestão da água em âmbito nacional e regional, especificamente no Distrito Federal. Para ampliação dos aspectos ligados a gestão, trata do crescimento populacional e dos impactos dessa evolução sobre o cerrado e consequentemente para as reservas hídricas do Distrito Federal (DF). Também discute o que pode ser feito para conservar esse recurso, tendo como foco sua gestão a partir dos comitês de bacias hidrográficas que no DF estão em fase de implantação, mas que devem e podem ser a ferramenta essencial para a gestão da água já que reúne seus diversos usuários em torno do planejamento estratégico da sua utilização. Apresentam-se como pontos chave para a preservação dos recursos hídricos: o desenvolvimento de índices de sustentabilidade, que evidenciem as condições das bacias hidrográficas e auxiliem no planejamento de ações de gestão; a implementação da educação ambiental em todas as esferas sociais como ferramenta para indução de mudanças de hábitos nocivos ao meio ambiente; a valorização econômica como um instrumento de gestão capaz de combater o desperdício e a poluição das águas. O trabalho evidenciou a não articulação da gestão de água com a do solo, revelando que a situação hídrica no DF é altamente sensível às práticas de uso e ocupação do solo. Também ficou clara a necessidade de melhorias na articulação da gestão dos próprios recursos hídricos. Os Comitês de Bacias Hidrográficas ainda são incipientes e devem ser fortalecidos para que sejam de fato atuantes e consigam traduzir também as preocupações e as necessidades de usuários diversos da população abrangida. Além disso, é necessária a inserção da educação ambiental nos meios acadêmicos, políticos e no seio social como um meio de indução de mudanças de hábitos e de comportamentos.

Palavras-chave: recursos hídricos; usos do solo; gestão da água.

A FUNÇÃO RESSOCIALIZADORA DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE NO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO DF

Autor:Maria do Socorro Marques Veras
sosveras@hotmail.com
Orientador: Luiz Wanderley Gazoto
Curso: Pós-Graduação lato sensu em Direito Penal e Processo Penal

O objetivo do presente trabalho é verificar a real capacidade de ressocialização dos presos no Sistema Penitenciário do Distrito Federal (DF). Para tanto foram confrontados os dados obtidos no Sistema Penitenciário Nacional, divulgados por ocasião do Censo Penitenciário de 2009, com os dados do Sistema Penitenciário do DF, em especial a taxa de reincidência, que é considerada pela maioria dos estudiosos da execução penal, como a melhor forma de se avaliar a ressocialização dos presos. Quanto mais alta a taxa de reincidência, menor é o índice de ressocialização e vice-versa. A metodologia utilizada foi à bibliográfica, com pesquisa em livros, periódicos, bem como na internet. Para a aferição da real situação do Sistema Penitenciário do DF, utilizou-se da coleta de dados junto ao Departamento Penitenciário Nacional DEPEN-MJ, bem como junto a Subsecretaria do Sistema Penitenciário do DF – SESIPE. Da análise e confronto dos dados do sistema nacional com os do sistema local, foi possível aferir a real capacidade de ressocialização dos presos submetidos à pena privativa de liberdade no Sistema Penitenciário do DF. Foram abordadas importantes questões afetas à ressocialização como superpopulação penitenciária, trabalho e estudo do preso no DF e ações desenvolvidas pelo sistema local que podem ser consideradas como facilitadoras do processo de ressocialização. Ao término do trabalho pôde-se concluir que o Sistema Penitenciário do DF sofre das mesmas mazelas encontradas no Sistema Penitenciário Nacional, como superpopulação e alto índice de reincidência, que evidencia a falha do sistema na reinserção da pessoa do preso. Porém, verificou-se, também, que as deficiências do sistema local apresentam-se em menor proporção se comparadas ao sistema nacional. A superlotação do sistema local é consideravelmente menor e a reincidência apresenta-se com índice um pouco menor que o nacional. Apesar de todos os problemas, o Sistema Penitenciário do DF, através da atuação da FUNAP, que intermedia e firma convênios com a administração pública local, federal e com a inciativa privada, pôde-se observar um considerável número de presos que trabalham e estudam, sendo que em algumas situações, sobram vagas de estudo e trabalho, que não chegam a ser preenchidas.

Palavras-chave: privativa de liberdade; ressocialização; sistema penitenciário do DF.

O PAPEL DO PODER PÚBLICO NA PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE: UM ESTUDO DE CASO NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Autora: Patrícia Gonçalves de Carvalho
patty.gcarvalho@gmail.com
Orientador: Paulo Moreira Goulart
Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Administração e Gestão Pública

O presente estudo de caso propôs-se, em um primeiro momento, a identificar as experiências e os projetos desenvolvidos no Superior Tribunal de Justiça que objetivassem a criação de uma consciência ambiental nos seus servidores, bem como visassem à redução do impacto ambiental causado pelo órgão e, posteriormente, verificar a percepção que o servidor tem em relação à atuação do Órgão. Além disso, propôs-se averiguar se as iniciativas ambientais praticadas pelo Superior Tribunal de Justiça influenciavam a vida do servidor fora do ambiente laboral. A hipótese aventada relacionou o aumento do nível de escolaridade e o grau de vínculo com o Tribunal, aferido por meio da ocupação de funções e cargos, como variáveis influenciadoras de um maior comprometimento dos servidores com a sustentabilidade e do aumento da percepção quanto à atuação sustentável do Órgão. Procedeu-se a uma pesquisa bibliográfica e documental, seguida de entrevista qualitativa aberta com a responsável pelo Programa de Responsabilidade Socioambiental do Superior Tribunal de Justiça e a realização de pesquisa quantitativa com os servidores da Casa. Observou-se que a atuação do Tribunal acontece em várias frentes ambientais, destacando-se a coleta e reciclagem de resíduos, a gestão dos recursos naturais utilizados, a gestão sustentável do papel e a educação ambiental. Quanto à percepção dos servidores, verificou-se que há um alto reconhecimento da importância da sustentabilidade para o Superior Tribunal de Justiça e que o nível de escolaridade pouco influenciou nessa percepção ou no comprometimento deles com as ações empreendidas. No entanto, a ocupação de cargos de assistência, chefia, assessoramento e direção mostrou-se, na maioria das vezes, uma variável importante no reconhecimento desses servidores em relação à atuação do Órgão e em seu comprometimento com as diretrizes ambientais do Superior Tribunal de Justiça.

Palavras-chave: poder público; administração pública; sustentabilidade.

ANÁLISE DO PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DAS HIDRELÉTRICAS DO BRASIL NA ESFERA FEDERAL

Autor: Vinicius Pereira Calhau
vcalhau@yahoo.com.br
Co-autor: João Batista Drummond Câmara
Joao.Camara@ibama.gov.br
Curso Pós-graduação Lato Sensu ICPD/UniCEUB
Análise Ambiental e Desenvolvimento Sustentável

O estudo apresenta uma análise crítica ao processo de licenciamento ambiental de usinas hidrelétricas brasileiras, na esfera federal, baseado na pesquisa bibliográfica acerca do tema somado à entrevista aos atores envolvidos. Foram analisadas as precariedades do procedimento de licenciamento ambiental, buscando sugerir mudanças em prol de uma melhoria na eficiência do processo, para contribuir, direta ou indiretamente, com a redução da atual desigualdade social. Para tanto, foi analisado o status de alguns empreendimentos em processo de licenciamento ambiental no IBAMA e foi aplicado um questionário aberto aos atores envolvidos. Estes foram elaborados com o intuito de verificar as principais barreiras, obter críticas e sugestões dos atores envolvidos. Os questionamentos e respectivas respostas tratavam dos seguintes assuntos: barreiras para o licenciamento, cumprimento dos prazos, fiscalização das condicionantes, medidas de mitigação e compensação, benefícios do EIA/RIMA, informação à população local sobre o empreendimento, benefícios da futura UHE, responsabilidade social do empreendedor, questionamentos dos atingidos nas audiências públicas e fatores que determinam a inviabilidade ambiental de uma UHE. A partir das respostas foi possível verificar alguns entraves à expansão da geração hídrica no Brasil, buscando-se, assim, apresentar algumas sugestões de melhoria como, por exemplo, a contratação de estudos mais bem elaborados e o aumento no número de funcionários do IBAMA e demais órgãos envolvidos. O investimento em capacitação técnica dos analistas, a elaboração de normas que façam os prazos legais estabelecidos serem cumpridos e a melhoria na formulação dos termos de referência são outras sugestões que podem vir a contribuir com o processo. Com o estudo, concluiu-se que o processo de licenciamento ambiental de usinas hidrelétricas no Brasil tem barreiras tanto para os empreendedores quanto para os funcionários do IBAMA e que a maioria dos problemas associados ao licenciamento ambiental ocorre na fase de emissão da Licença Prévia. Entretanto, outros fatores como o cumprimento de prazos, principalmente em relação à emissão do Termo de Referência, somado à manutenção das normas vigentes e à fiscalização das etapas do processo, são fundamentais para que se busque a redução da burocracia e tempo despendido.

Palavras-chave: análise crítica; licenciamento ambiental; usinas hidrelétricas; IBAMA.

PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU

(MESTRADO E DOUTORADO EM DIREITO)



A INCORPORAÇÃO DOS TRATADOS DE DIREITOS HUMANOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Aluna: Alessandra de Andrade Serrazes
UniCEUB, Mestrado em Relações Internacionais
aserrazes@bol.com.br

O presente artigo tem por finalidade analisar a incorporação dos tratados de direitos humanos na legislação brasileira em face do acréscimo do § 3º ao artigo 5º da Constituição Federal levada a efeito pela Emenda Constitucional nº 45/04. O acréscimo do mencionado parágrafo gerou enorme polêmica sobre qual seria a intenção do legislador, ao inserir o referido parágrafo, uma vez que estabelece um rito para que a incorporação ocorra com força de emenda constitucional, deixando a possibilidade de que sua aprovação se dê em desconformidade com o rito, passando a ter o tratado *status* de lei ordinária, nesse caso. Far-se-á análise das correntes que discutem qual *status* deveria ter o tratado de direitos humanos em face da Emenda Constitucional nº 45/04, do julgamento do RE 466.343 e de suas consequências. Delimitar-se-á o que se entende por direitos humanos, elencando algumas definições propostas por estudiosos da área. Far-se-á uma análise das teorias monista e dualista, do processo de incorporação dos tratados no ordenamento jurídico brasileiro e uma discussão sobre como integrar esses tratados, levando em consideração os princípios da unificação, da uniformização e da harmonização. Unificar significa dotar os países de legislação igual ou comum sem divergências ou peculiaridades locais; uniformizar significa manter uma "equivalência funcional" entre ordenamentos jurídicos, isto é, eliminar o incompatível e manter as demais divergências; harmonizar significa estabelecer princípios e normas gerais consensualmente adotados, convivendo com a legislação própria de cada país. Em suma, pretende o presente artigo analisar o panorama da incorporação dos tratados de direitos humanos no ordenamento jurídico brasileiro e sugerir reflexões sobre o tema.

Palavras-chave: tratados de direitos humanos; emenda constitucional nº 45/04; internacionalização.

O JUDICIÁRIO COMO LABORATÓRIO SOCIAL: UMA REFLEXÃO SOBRE A (IN)CERTEZA E A SEGURANÇA JURÍDICA ATUAL

Aléssia Barroso Lima Brito Campos Chevitarese
alessia.chevitarese@uniceub.br

O debate produzido no âmbito jurisdicional a culminar em uma decisão prolatada em um *hard case* convida a refletir sobre o mito da segurança jurídica traduzido em critérios de certezas. A simples aplicação da norma posta pode ocultar um escudo contra a incerteza no direito. A lei pode traduzir critérios de segurança e ética, mas a segurança jurídica e o agir ético virtuoso não se resumem a isso. Assim, nos casos difíceis, a segurança do direito estaria mais em razões de princípios e padrões éticos de conduta que transparecem a confiança jurídica no sistema. Nesse sentido, o significado da segurança jurídica não se resume ao conceito dogmático de certeza expresso no direito adquirido e no ato jurídico perfeito, mas, sobretudo, à dimensão axiológica. O direito em seu laboratório judicial necessita trabalhar a incerteza como força evolutiva numa sociedade complexa. É preciso desvendar mitos e compreender qual é o significado da segurança jurídica e da (in) certeza no direito. Os marcos teóricos apresentados na presente pesquisa são tomados pontualmente para a contextualização de certos conceitos. Dessa forma, no que concerne ao conteúdo da hermenêutica, será adotado o modelo proveniente da teoria de Gadamer (1997). Em que pese a peculiaridade da teoria de Popper (2008) sobre a verdade objetiva e a crítica ao historicismo profético, a construção de uma teoria do conhecimento por conjecturas e refutações pode ser adequada ao direito, respeitando-se sua realidade valorativa. Como exercício de ética dinâmica e parâmetro de decisão reta, será adotado o modelo aristotélico (1984). Os conceitos de *segurança jurídica* e *certeza* serão analisados em concreto, quando do estudo do objeto da pesquisa, a ser desenvolvida pela revisão da literatura pertinente ao tema. Buscar-se-á identificar, mediante a análise do objeto, a aplicação da hipótese sugerida. Ultrapassado o teste de falseabilidade, serão avaliados os resultados obtidos para a primeira avaliação da tese.

Palavras-chave: Supremo Tribunal Federal; ativismo judicial; segurança jurídica.

PARTICIPAÇÃO PRIVADA NA VIABILIZAÇÃO DO USO PÚBLICO DE PARQUES NACIONAIS

Alice Serpa Braga
alicesbraga@yahoo.com.br

Os objetivos impostos pela Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, no que tange aos parques nacionais, são, mediatamente, proteger a biodiversidade e, imediatamente, favorecer pesquisas científicas, recreação em contato com a natureza, turismo ecológico e lazer. Nesse compasso, entende-se como uso público em parques nacionais a infraestrutura que, adaptada à realidade e às expectativas dos potenciais visitantes, permita ao ser humano desfrutar da beleza cênica e utilizar os serviços prestados pelo meio ambiente em atividades de lazer, educação, recreação e turismo, em consonância com a preservação da biodiversidade. Ante as dificuldades estruturais enfrentadas pelo Estado na criação, na implementação, na manutenção e na gestão dos parques nacionais, avulta a importância da participação privada na prestação de serviços que viabilizem o uso público. Para tanto, faz-se necessária a sistematização da matéria. A única previsão normativa está preceituada no artigo 25 do Decreto n. 4.340/2002, que cuida da figura genérica da autorização. A medida pode ser enquadrada, para fins de detalhamento da regulamentação, como terceirização de serviços públicos ou uso privativo de bens públicos. O tema deve ser enfrentado em consonância com o tratamento que lhe é conferido pelo direito administrativo. A partir de então, poderá minudenciar-se o tratamento jurídico adequado, com subdivisão das modalidades de participação privada, tomando como paralelo a disciplina administrativa. Dela depreendem-se os instrumentos de concessão, permissão ou autorização, a depender do serviço e de suas expectativas de investimento e de retorno. As peculiaridades do ajuste serão avaliadas em face da autonomia da administração na estipulação de cláusulas consensuais. O trabalho tratará dos parques nacionais como área protegida do SNUC, da gestão da referida modalidade e reportar-se-á aos instrumentos jurídicos que viabilizam a participação privada na gestão dos parques nacionais, em que será delineado o enquadramento da figura como concessão de uso de bem público ou concessão de serviço público e as consequentes notas peculiares que devem permear o ajuste.

Palavras-chaves: unidades de conservação; parque nacional; uso público; concessão de serviços.

COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL EM MATÉRIA PENAL – TRANSFERÊNCIA DE PRESOS ESTRANGEIROS

Ana Cláudia Costa Coelho Batista
anacostabatista@gmail.com

O mecanismo de transferência de pessoas condenadas só tem utilidade para os casos em que as penas aplicadas são superiores a, aproximadamente, seis anos de prisão em regime fechado. O problema detectado no estudo e na vivência do estrangeiro encarcerado é a certeza de que outros mecanismos devem ser utilizados, ou flexibilizados, para não apenas possibilitar os fundamentos humanitários inseridos, mas também combater o crescimento do número de presos estrangeiros nos presídios nacionais. Os chamados "mulas", que transportam drogas para o tráfico, são normalmente primários, não raro possuem bons antecedentes e têm pouca idade, o que lhes proporciona pena próxima do limite mínimo. Este tipo de crime pode ser o responsável pelo aumento de presos estrangeiros no país, o qual a transferência em pouco ou nada auxilia, tampouco o desafogo do sistema carcerário. Assim, faz-se mister o uso de outros mecanismos de cooperação jurídica internacional que requeiram maior mitigação dos princípios de territorialidade e soberania, mas que, se utilizados em acordos bi ou multilaterais que prevejam crimes cujo processamento e punição se dessem de maneira equânime ou muito próxima, poderiam ser julgados em ambos os Estados, incluindo a transferência de pessoas condenadas e dos processos propriamente ditos. A investigação será baseada, em termos metodológicos, na análise de fontes primárias, a saber, instrumentos internacionais, como os tratados, as resoluções, os relatórios de órgãos internacionais, e informações colhidas na Justiça Federal, no Ministério da Justiça, no Ministério das Relações Exteriores e nos presídios do Distrito Federal. Para enriquecer a análise crítica, recorrer-se-á a livros, artigos de periódicos e informações disponíveis em sítios oficiais de órgãos e organizações internacionais.

Palavras-chave: cooperação jurídica internacional; presos estrangeiros; matéria penal.

A PROPRIEDADE INTELECTUAL NA BIOTECNOLOGIA ANIMAL: A POSIÇÃO DO BRASIL EM RELAÇÃO AO ACORDO TRIPS

Ana Lígia Sarmento Pôrto
Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
Mestrado em Direito

O presente projeto de pesquisa tem por objetivo analisar o desenvolvimento, a proteção e a regulamentação da propriedade intelectual no segmento da biotecnologia animal em relação à posição brasileira perante o Acordo TRIPS. A biotecnologia foi um marco no desenvolvimento da agropecuária mundial, ao proporcionar aos produtores rurais resultados eficazes no campo. Inicialmente, foi empregada na área de saúde, mas o aprimoramento de pesquisas em microbiologia, que resultou na decodificação do DNA, abriu novo espaço. O Acordo TRIPS adveio do volume do comércio mundial baseado na alta tecnologia, principalmente aquele resultante da produção de bens por meio de cópias não autorizadas pelos países que não reconheciam a proteção dos direitos de propriedade intelectual. O avanço tecnológico resultou em produtos e processos biotecnológicos, demonstrando que havia a necessidade de regulamentação da propriedade intelectual na área da biotecnologia. O Acordo TRIPS é um tratado *single undertaking*, cujos signatários devem procurar atualizar seus sistemas de patentes ou elaborar legislações *sui generis*, incluindo-se, entre eles, o Brasil. Apesar de as pesquisas, os produtos e os processos biotecnológicos animais serem desenvolvidos e comercializados no país, existe escassez de legislação sobre o assunto e ausência de levantamentos socioeconômicos sobre o aprimoramento da pecuária brasileira com a utilização da biotecnologia no campo. Portanto, a presente pesquisa procurará levantar os dados socioeconômicos das atividades pecuárias com o ingresso de produtos e processos biotecnológicos, ressaltando a importância de criar um sistema legal que proteja e regulamente a propriedade intelectual nesse segmento do agronegócio. Acredita-se que o silêncio sobre produtos e processos biotecnológicos animais é resultante da ausência de dados técnicos do agronegócio e de um sistema regulamentador da propriedade intelectual que, porventura, surja no segmento animal. Países que têm pesquisas na área da biotecnologia animal procuram criar sistemas de regulamentação de produtos e processos desenvolvidos. Apesar de ser signatário do Acordo TRIPS e ter desenvolvido um sistema *sui generis* para a proteção jurídica da biotecnologia vegetal, o Brasil continua silente sobre a biotecnologia animal, limitando-se a discussões morais e sociais sobre o tema, sem a abordagem econômica e comercial que tal assunto enseja. Assim, o trabalho procurará demonstrar a inexistência de regulamentação mínima no Brasil para propriedade intelectual resultante das pesquisas na área de biotecnologia animal e apresentar a regulamentação de alguns países onde ocorrem as pesquisas nesta área.

Palavras-chave: propriedade intelectual; biotecnologia animal; acordo TRIPS.

O ESTADO COMO AGENTE FINANCEIRO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

Ana Rachel Freitas da Silva Fiatkoski
Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Mestrado em Direito das Relações Internacionais
anarachel.freitas@gmail.com

A história econômica brasileira demonstra que o setor público teve e tem importante participação no comércio exterior, financiando, de forma direta ou indireta, as exportações brasileiras. Considerando o mercado deficiente na oferta de crédito, o Estado brasileiro adotou programas de financiamento e outros correlatos. Contudo, diante da regulamentação internacional envolvendo o tema "subsídios", em especial, os acordos firmados no âmbito da Organização Mundial do Comércio, o Estado brasileiro deve adaptar suas políticas públicas de apoio às exportações ao marco normativo internacional. Entre as normas que compõem o arcabouço jurídico internacional com influência direta na política brasileira de financiamento às exportações, cita-se o Acordo de Subsídios e Medidas Compensatórias, gerado e administrado pela OMC. Nesse contexto, o Programa Brasileiro de Financiamento às Exportações – PROEX foi acusado de constituir política proibida pelo Acordo de Subsídios e Medidas Compensatórias, originando um dos mais longos contraditórios, envolvendo Brasil e Canadá no âmbito do Órgão de Solução de Controvérsias da Organização Mundial do Comércio - OMC. Tal disputa levou a alterações realizadas no âmbito do programa, a fim de adequá-lo às regras da OMC. Além do conjunto normativo da OMC, o Brasil deve estar atento aos limites da atividade estatal contidos em acordos regionais, em especial o Mercado Comum do Sul - MERCOSUL, e na disciplina constante em sua legislação interna, respeitando os princípios e os objetivos presentes na Constituição Federal. Considerando o importante papel governamental no comércio exterior, os programas públicos de financiamento às exportações devem estar atentos às regras internacionais, sua interpretação e aplicação realizadas pelos diversos órgãos com jurisdição internacional.

Palavras-chave: financiamento de exportações; subsídios; OMC.

A CONSTRUÇÃO DE REGIMES CONSTITUCIONAIS AUTÔNOMOS NO ÂMBITO DA ESFERA COMUNICATIVA INTERAMERICANA: UMA ANÁLISE À LUZ DA PERSPECTIVA NORMATIVO-VALORATIVA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NO CONTEXTO DA FRAGMENTAÇÃO DO DIREITO

André Pires Gontijo
andre.gontijo@gmail.com
andre.gontijo@tjdft.jus.br
Doutorado em Direito
Orientador: Marcelo Dias Varella

Cuida-se de pesquisa no âmbito do direito constitucional internacional que busca investigar a construção de regimes constitucionais autônomos no contexto da esfera comunicativa interamericana, com base na perspectiva normativo-valorativa dos direitos fundamentais, aplicada ao fenômeno da fragmentação do Direito. O regime constitucional não é definido pelo Estado, mas pelo conteúdo essencial dos direitos fundamentais e pelo procedimento hermenêutico que percorre, o qual é construído pelo intérprete e é mensurado pelas hipóteses normativas e pelos precedentes da Corte Interamericana de Direitos Humanos pelas Cortes Constitucionais dos Estados. Questiona-se se é possível vislumbrar a existência de regimes constitucionais autônomos no âmbito dos Estados que adotam premissas relacionadas ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos; se, ao invés de depender da estrutura institucional do Estado, os regimes constitucionais podem-se desenvolver por meio de procedimentos conectores a outras esferas comunicativas que se revelam fragmentadas; se os regimes constitucionais podem ser delineados e constituídos pelo núcleo essencial dos direitos fundamentais; qual é o conteúdo essencial dos direitos fundamentais. Na perspectiva normativo-valorativa, os direitos fundamentais propiciam a construção de regimes constitucionais autônomos que gravitam em torno dos respectivos núcleos essenciais. O objetivo da pesquisa é testar a hipótese por meio do exame do conteúdo essencial de cada direito fundamental selecionado e do mapeamento do procedimento de análise e interpretação do direito fundamental selecionado.

Palavras-chave: regimes constitucionais autônomos; perspectiva normativo-valorativa dos direitos fundamentais; fragmentação do Direito.

ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO DE PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA: ANÁLISE À LUZ DO *WELFARE STATE*

Ariane Costa Guimarães
Programa de Mestrado e Doutorado em Direito
Centro Universitário de Brasília

Investiga-se qual seria o regime jurídico de preços de transferência mais apropriado diante das sugestões de alteração propostas pela Câmara Americana de Comércio e dos debates realizados com membros da Receita Federal. A suposição inicialmente detectada é a de que há marco teórico e normativo em termos de sistema tributário que pudesse fornecer soluções para que seja tomada a melhor decisão sobre as mudanças na respectiva legislação. A abordagem proposta justifica-se em razão de ser importante o avanço no estudo de proposições de alteração de normas para que sejam trazidos elementos de ordem ideológica dos atores envolvidos e aspectos empíricos de modo a viabilizar a concatenação de tais concepções e demonstrar a decisão mais adequada para o Brasil. Os objetivos da pesquisa consistem em demonstrar, inicialmente, os seguintes pressupostos: o surgimento das multinacionais decorre da competição interestatal para ser atraentes aos olhos dos grupos empresariais; o Estado, por outro lado, deve recuperar poder em face dos grupos econômicos; o Estado brasileiro de bem-estar social deve utilizar o sistema jurídico tributário como recurso para alcançar ideal social distributivo e de gasto social; a alteração do regime dos preços de transferência deve ser guiada pela garantia da liberdade e da necessidade de um mercado que afaste controles arbitrários do Estado. Em seguida, serão analisados os debates realizados entre membros do setor privado, representado pela Câmara Americana de Comércio, e do setor público, representado pela Receita Federal do Brasil. Por fim, são feitas considerações sobre os caminhos mais apropriados que deveriam ser observados para a alteração no regime jurídico dos preços de transferência que, contudo, não refletem a conformação ao conceito de sistema tributário apresentado como recurso da concretização do Estado de bem-estar, na medida em que a estrutura burocrática brasileira não possui os elementos pertinentes. Entre eles, cite-se a ausência de diagnóstico completo que reflita sobre como o problema da evasão de divisas afeta a realidade brasileira. Do mesmo modo, não há consenso entre os atores público e privado quanto ao desenho normativo que melhor atenderia ao controle dos preços de transferência.

Palavras-chave: preços de transferência; *welfare state*; liberdade; sistema tributário.

A SEGURANÇA JURÍDICA INDISPENSÁVEL À CELEBRAÇÃO E À EXECUÇÃO DE CONTRATO CONCESIVO DE BENEFÍCIO FISCAL COM GARANTIA HIPOTECÁRIA FIRMADO POR EMPRESA COM O ESTADO DE MATO GROSSO E A CONSEQUENTE IMPOSSIBILIDADE DE SEU CANCELAMENTO POR ATO EXCLUSIVO DE FISCAL DO TESOURO ESTADUAL EM LAVRATURA DE AUTO DE INFRAÇÃO E SUA CONFIRMAÇÃO PELO CONSELHO DE CONTRIBUINTES ESTADUAL

Augusto César Rocha Ventura
augusto@goncalveseventura.com.br
Orientador: Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy

Trata-se de abordagem sobre o caso da primeira empresa privada do setor sucroalcooleiro que firmou contrato com o Estado de Mato Grosso, tão logo surgiu legislação concessiva de benefício fiscal às empresas que atendessem aos requisitos de implantação e ou ampliação do negócio, proporcionando desenvolvimento regional, social, econômico e tributário, tendo atendido a esses requisitios em face de ampliação do parque industrial na região específica, denominada Vale do São Lourenço, em Jaciara. Com a assinatura do Contrato de Concessão de Benefício Fiscal com Garantia Hipotecária entre a empresa e o Estado de Mato Grosso, após prévia avaliação quanto ao preenchimento dos requsitos pela área técnica do Conselho de Desenvolvimento Econômico, a Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração do Estado firmou o instrumento, garantindo à empresa a fruição de redução da carga fiscal em cerca de 70%, durante o prazo de carência, para, após esse período, amortizar o valor financiado no prazo de amortização. Para garantir o referido contrato, o estado exigiu da empresa uma garantia real equivalente à projeção do valor utilizado, tendo sido firmada por documento público oficial, perante a Secretaria de Estado. A dissertação pugnará pela impropriedade do ato individual de um fiscal em cancelar e do Conselho de Contribuintes em confirmar o cancelamento do benefício que decorreu de contrato entre partes definidas e com regras claras de regulação e competência como situação geradora de insegurança jurídica e de quebra de confiança legítima quando proporcionou imprevisibilidade na relação contratual firmada. A dissertação será desenvolvida com base em estudos doutrinários e em estudo de caso.

Palavras-chave: contrato; benefício fiscal; ato vinculado; auto de infração; segurança jurídica.

CONTROLE JUDICIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS: DIREITOS SOCIAIS E LIMITES

Bianca Cobucci Rosière
UniCEUB – Mestrado em Políticas Públicas
biarosiere@yahoo.com.br

A ordem constitucional brasileira consagra direitos sociais que demandam do Estado a obrigação positiva de *dare, praestare ou facere*, que se efetivará por meio de escolhas cuja formulação e planejamento executivo denominam-se políticas públicas. As diretrizes e os programas de ação estabelecidos por uma Constituição rígida são vinculantes e não meras exortações morais para o legislador. Os direitos sociais submetem-se à cláusula da reserva do possível, o que não pode, contudo, servir de retórica para que o Estado não cumpra tarefas que lhe são ordenadas pela Constituição. Como toda atividade política deve ser compatível com a Constituição Federal, competirá ao Poder Judiciário o controle disso, o qual se trata de controle de constitucionalidade difuso ou concentrado que não se limita apenas à violação direta e frontal da lei ou ato à Constituição, mas abrange o cotejo desses atos com as finalidades estatais. Os direitos sociais são os que os indivíduos têm em face do Estado para que este tome providências com vistas a superar situações discriminatórias, são direitos de distribuição de riquezas e existem para viabilizar os princípios fundamentais da Constituição, são, consequentemente, cláusulas pétreas pelo menos no que se refere às garantias mínimas. Sob a ótica do Estado Democrático de Direito, deve ser verificado de que modo é possível garantir o controle judicial de políticas públicas, sem macular o princípio da separação de poderes na sua atual configuração. Se as políticas públicas se vinculam a normas constitucionais, não haveria por que questionar a legitimidade do Poder Judiciário, desde que provocado, para implementar políticas públicas e corrigir distorções sociais provocadas por medidas de origem estatal desarrazoadas. O questionamento sobre a legitimidade do Judiciário decorre do fato de que a implementação de políticas públicas depende de opções daqueles que receberam investidura em mandato eletivo por delegação popular. A participação ativa do Poder Judiciário na formulação de políticas públicas, principalmente em sede de ações constitucionais e de ações coletivas, mostra-se necessária ante a realidade socioeconômico-política brasileira, onde os Poderes Executivo e Legislativo falham no desempenho de suas funções precípuas. Questiona-se a possibilidade de interferência em demasia do Poder Judiciário na condução das políticas públicas do Poder Executivo ao argumento de que os direitos fundamentais têm força normativa e a existência de racionalidade por trás das decisões judiciais, sob pena de colocar-se em risco o planejamento orçamentário do Estado, ao qual cabe evitar a omissão inconstitucional e o implemento de políticas públicas desarrazoadas e ou sobrepostas. Para que os objetivos constitucionais dependentes de políticas públicas sejam concretizados por meio de procedimentos adequados, é importante conhecer suas práticas e o desenvolvimento de mecanismos viabilizadores de diálogo entre os Poderes, com vistas a otimizar o planejamento e a gestão dos recursos públicos. Os limites paradigmáticos da atuação judicial, ainda que obtidos fora do sistema estritamente normativo, devem guardar consonância com o sentimento social e sujeitar-se a controle de racionalidade e legitimidade.

Palavras-chave: direitos sociais; separação de poderes; reserva do possível.

A NORMATIZAÇÃO DA ATIVIDADE NOTARIAL

Breno de Andrade Zoehler Santa Helena
UniCEUB – Centro Universitário de Brasília
Faculdade de Direito
brenoz@gmail.com

O constituinte originário de 1988 abrigou, no artigo 236, os serviços notariais e de registro, assentando sua natureza pública e prestação privada. Esta natureza dúplice, se, por um lado, resolveu algumas questões pretéritas, por outro, criou ou intensificou outras. A atividade notarial, apesar de participar ativamente da formação do Estado brasileiro, sempre teve posição tímida sob a sombra do Poder Judiciário. Contudo, após a nova ordem constitucional, houve um aprofundamento do estudo acerca de seus limites e contornos. A doutrina e as cortes superiores já indicam características desta função pública peculiar, e o enfrentamento diário do tema pelos Tribunais de Justiça Estaduais e pelos próprios delegatários começa a criar um panorama mais nítido. Todavia, o tema carece de tratamento aprofundado. No ordenamento onde tudo se legisla, o notário ainda se vê privado de um código norteador, diferentemente de boa parte dos notariados latinos no mundo. O Congresso Nacional trata da matéria de forma esporádica e casuística. No dia a dia, cabe aos estados regularem o serviço notarial por meio dos provimentos exarados pelos seus respectivos Tribunais de Justiça, mesmo que de maneira conflitante entre si. Não bastasse, em 2004, com a edição da Emenda Constitucional 45, o recém-criado Conselho Nacional de Justiça avocou para si a competência de também regular a atividade, entrando em conflito com regulamentações estaduais e federais. Além disso, em breve, o debate acerca do tema terá novo participante, pois tramita no Congresso Nacional, sob o nº 692/11, o projeto de lei de autoria do Executivo que cria o Conselho Nacional de Assuntos Notariais e de Registro - CONNOR, vinculado ao Ministério da Justiça e de composição mista. Ingressa, assim, o Poder Executivo na discussão direta acerca das questões notariais. Portanto, pergunta-se como deve a atividade ser exercida pelo tabelião nesse turbilhão de produções normativas. A falta de norte não afeta apenas os tabeliães, mas, principalmente, o utente do serviço prestado pelas serventias, que se vê perdido, sem poder assegurar-se da retidão na atuação do tabelião local. As antinomias que venham a surgir desses variados agentes legiferantes exigem a solução pela via judicial, contaminando-se com a morosidade do Judiciário, pois a vida não espera. Assim, se a demora é maléfica à prestação jurisdicional, é fatal para a notarial. O trabalho pretende sistematizar, em parte, os pontos de convergência já firmados e apresentar alguns que carecem de decisão, analisando, por fim, a necessidade de centralização do poder legiferante acerca da atividade notarial.

Palavras-chaves: normatização; atividade notarial; notário.

O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E AS QUESTÕES DE NATUREZA POLÍTICA: UM OLHAR ETNOGRÁFICO E A PROBLEMATIZAÇÃO DAS CATEGORIAS NATIVAS

Bruno Furtado Vieira
Mestrado em Direito e Políticas Públicas do UniCEUB
bolsista da CAPES
ebrunov@yahoo.com

O projeto dedica-se à discussão envolvida no controle jurisdicional, por parte do Supremo Tribunal Federal, de questões sobre certos atos dos Poderes Executivo e Legislativo, denominados de natureza política. O foco será centrado nas categorias, como a matéria *interna corporis* e a doutrina das *purely political questions,* usadas na discussão do exame judicial dos temas de natureza política. Esse recorte será feito, especialmente, pela etnografia. Além do potencial interdisciplinar, o controle judicial das questões de natureza política é um tema importante para o Direito, porque suscita assuntos caros à tradição jurídica, como, por exemplo, o arranjo e a delimitação dos Poderes do Estado; a legitimidade dos tribunais como os guardiões das leis que impõem fronteiras a esse desenho; os limites da dogmática jurídica em lidar com fenômenos complexos, como o político, que faça sentido para além de sua própria lógica. Assim, mostra-se a importância da construção de uma conversa sobre o controle jurisdicional dos atos políticos e legislativos que valorize tanto a literatura jurídica sobre o assunto quanto a atenção para as particularidades sociológicas do tema.

Palavras-chave: controle jurisdicional; questões políticas; etnografia constitucional.

A RELAÇÃO ENTRE SISTEMAS ELEITORAIS, SISTEMAS PARTIDÁRIOS E GOVERNABILIDADE

Bruno Rangel Avelino da Silva
Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
brunoran@gmail.com

A pesquisa apresenta as seguintes hipóteses: os sistemas eleitorais constituem fator único e determinante na formação do sistema partidário; os sistemas eleitorais constituem uma das variáveis determinantes na formação do sistema partidário e podem apresentar maior ou menor influência em cada contexto específico; o sistema partidário, determinado ou não pelo sistema eleitoral, possui influência na governabilidade; a crise de governabilidade supostamente ocasionada por determinado sistema de partidos pode ser contornada mediante mecanismos, como o presidencialismo de coalizão, diminuindo a possível influência de um sistema eleitoral e ou partidário sobre a governabilidade. A metodologia de pesquisa utilizada é a revisão bibliográfica, sendo visitadas as Bibliotecas do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Supremo Tribunal Federal – STF, localizadas na cidade de Brasília, com consulta às obras pertinentes. O objeto de análise é a relação entre sistemas eleitorais, os sistemas de partidos e a relação destes com a governabilidade. Pretende-se responder se o sistema eleitoral adotado por um país tem influência sobre o sistema partidário, e se este é determinante para atribuição de governabilidade ao chefe de Governo.

Palavras-chaves: sistema eleitoral; voto; sistema de partido; governabilidade.

RESPONSABILIDADE CIVIL DOS RESTAURANTES DE *FAST FOOD*

Camila Rodrigues de Souza Brito
adv.camilabrito@gmail.com
Orientador: doutor Héctor Valverde Santana

O objetivo deste trabalho é desenvolver um estudo relativo à possibilidade de responsabilização civil dos restaurantes que fornecem um tipo de alimentação conhecida como "fast food" no que se refere ao problema da obesidade. Na realização da dissertação, serão utilizados dados relativos ao aumento da obesidade e toda a conjuntura em torno da doença. Os dados serão colhidos de pesquisas de terceiros, principalmente relacionados à área de saúde. De outro lado, verificar-se-á se, nos tribunais brasileiros, já existem decisões relacionadas à possível responsabilidade civil desses atores e quais caminhos essas decisões tem seguido. No trabalho, será abordada a temática principiológica que defende ou condena a atividade realizada pelos restaurantes "fast food". Para isso, o Código de Defesa do Consumidor, seus princípios, sua estruturação e expectativas serão um dos grandes focos da atividade. Pretende-se descobrir se os argumentos utilizados por essas empresas são suficientes para isentá-las dessa responsabilidade e, de outra forma, se os argumentos dos contrários têm peso suficiente para a responsabilização. Questões relacionadas à publicidade, à informação e à liberdade são temas também discutidos na dissertação. Para isso, analisar-se-á a teoria geral da responsabilidade civil no âmbito do consumidor e das empresas envolvidas com gêneros alimentícios, para, em seguida, a questão principal ser enfrentada. Faz parte da pesquisa compreender a realidade que envolve os dois atores principais, os obesos e os restaurantes de "fast food", somados à análise das políticas públicas que envolvem a qualidade da alimentação e os riscos para a saúde que a má alimentação pode ocasionar.

Palavras-chave: responsabilidade civil; restaurantes "fast food"; obesidade.

A JUDICIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE: RESERVA DO POSSÍVEL, MÍNIMO EXISTENCIAL E VALOR DA ABORDAGEM COLETIVA

Camilla Japiassu Dores
UniCEUB
Faculdade de Direito
Mestrado em Políticas Públicas
Camyjapiassu@yahoo.com.br

Em contexto de recursos escassos, com o aumento da expectativa de vida e das doenças, é difícil declarar qual é o mínimo de saúde que deve ser assegurado à coletividade. Não se pode oferecer a todos a assistência médica a que os mais ricos têm acesso. Portanto, questiona-se como decidir qual é o nível de assistência médica que a justiça exige terem os mais pobres e quanta inclusão é possível, ou, ao contrário, quanta exclusão se admite no estado democrático de direito. Dworkin faz um contraponto entre dois princípios que poderiam responder a esses questionamentos. O primeiro, o princípio do resgate, afirma que devemos gastar tudo que pudermos com a saúde de todos e de cada um dos indivíduos da sociedade até que não seja mais possível pagar nenhuma melhora de saúde ou expectativa de vida. Ao concluir que a aplicação desse princípio é inaceitável, sugere-se a adoção do princípio do seguro prudente, que admite certos limites na cobertura universal, não como transigências da justiça, mas como exigidos por ela. O seguro prudente equilibra o valor da saúde com outros bens e riscos. A judicialização das políticas de saúde, como resposta à ausência de um mínimo de saúde a ser conferido a todos, traz problemas não apenas de ordem financeira, técnica e administrativa, mas também de isonomia. Com efeito, apesar da democratização do acesso à justiça, a principal clientela do Judiciário brasileiro continua sendo a classe média. Os segmentos excluídos da sociedade brasileira, dificilmente, vão à justiça reclamar seus direitos, porque, pela hipossuficiência cultural, no mais das vezes, nem conhecem os direitos. Esses segmentos continuam dependentes das políticas universalistas implementadas pelo Poder Executivo. Por um lado, proliferam decisões judiciais que condenam a administração pública ao custeio de tratamentos não razoáveis que consomem o orçamento destinado à saúde daquele estado ou município e são experimentais ou de eficácia duvidosa, sem qualquer observância ao disposto na lei nº 8.080/90. Por outro lado, os mesmos tribunais alegam o princípio da reserva do financeiramente possível, a ser analisado a critério da administração pública, mediante escolhas que alcancem a maior parte da população, as denominadas escolhas trágicas, para negar a concessão de medicamentos ou tratamentos para as mesmas doenças que, um dia, foram contempladas em decisões de procedência. Assim, a dramaticidade dessas decisões coloca os juízes numa posição em que a improcedência do pedido do autor não é concebida como opção. Ao invés de uma massa de indivíduos não identificados, sem acesso a recursos que lhe são necessários, pessoas cujos nomes se tornaram conhecidos serão declaradas inelegíveis para um tratamento ou serviços de que necessitam. A pesquisa será dogmática, instrumental, bibliográfica, sem olvidar a investigação da legislação e da jurisprudência dos tribunais brasileiros, especialmente o Supremo Tribunal Federal.

Palavras-chave: saúde; judicialização; ações coletivas.

AS ESTRUTURAS DE REPRESENTAÇÃO LABORAL E EMPRESARIAL E SUA INFLUÊNCIA SOBRE A FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRABALHO: UMA ANÁLISE DO PERÍODO 2006 – 2010

Camilla de Oliveira Cavalcanti
ccavalcanti82@gmail.com

O estudo visa descrever as estruturas de representação laboral e empresarial, legalmente definidas e, por meio da análise de seu poder de influência, avaliar se o anseio constitucional de promover a participação social no processo de formulação de políticas públicas foi efetivamente verificado no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), no período de 2006 a 2010. A hipótese central é que, em que pese a composição tripartite e paritária dos espaços de deliberação do MTE, há assimetria na participação das estruturas de representação de trabalhadores e empresários na formulação de políticas públicas de trabalho. A metodologia abrange revisão bibliográfica sobre o sistema sindical brasileiro e a participação social na formulação de políticas públicas; levantamento e sistematização de indicadores do poder de influência das estruturas de representação empresarial e laboral; análise dos processos decisórios sobre temas específicos, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego.

Palavras-chave: representação; sistema sindical; poder de influência; políticas públicas; trabalho.

O REGIME JURÍDICO-CONSTITUCIONAL DAS PROVAS ILÍCITAS: UM ESTUDO CRÍTICO ACERCA DA JURISPRUPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA APLICAÇÃO DO INCISO LVI DO ARTIGO 5° DA CONSTITUIÇAO FEDERAL

Carla Byanka de Sousa Leal
carlabyanka@hotmail.com
Orientador: doutor Luís Carlos Martins Alves Jr.

O objetivo que se pretende alcançar com este trabalho é o estudo, de forma crítica, das decisões do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal da aplicação do inciso LVI, do artigo 5° da Constituição Federal. Busca-se analisar a admissibilidade da prova obtida por meios ilícitos ou ilegítimos, violando, inclusive, direitos fundamentais da outra parte litigante no processo. Surgem, então, conflitos que devem ser dirimidos pelos Tribunais. Por isso, analisar-se-á a prova no âmbito do direito processual penal e do direito processual civil e a sua admissibilidade ou inadmissibilidade de acordo com a realidade apresentada, visto ser a prova essencial para a comprovação da suposta verdade processual alegada. Para a compreensão da aplicação do preceito constitucional estudado, far-se-á o esboço das decisões nos processos que tramitaram no Superior Tribunal de Justiça e no Supremo Tribunal Federal. Apresentar-se-á a construção judicial do Direito com os principais teóricos positivistas e jusnaturalistas, que servirão de aporte para o exame de ideais ou ideologias que permeiam cada decisão e de críticas que surgirão quando da análise final dos julgados. Será descrito o texto constitucional acerca da prova constituída ilicitamente, a previsão normativa do atual Código de Processo Civil e do Código de Processo Penal, além da indicação das propostas de reforma de ambos os Códigos no trato da matéria. Por fim, analisar-se-ão os votos exarados nos julgados dos tribunais, se há coerência nos julgamentos, se as decisões são compatíveis com a previsão normativa e se os julgadores são ciosos do texto legal, cumprindo-o em sua extensão.

Palavras-chave: prova; inadmissibilidade; jurisprudência; julgamentos; legalidade.

SUPERENDIVIDAMENTO: PREVENÇÃO E TRATAMENTO DO SUPERENDIVIDADO

Carlos Roberto Mazzo
carlosrmazzo@hotmail.com
Orientador: Hector Valverde

O tema proposto na presente pesquisa tratará do superendividamento, abordando os aspectos inerentes à atual sociedade de consumo e suas consequências sociais. Com a facilidade e a novidade na obtenção do crédito pelas classes menos favorecidas, ocorreu o aumento significativo de pessoas endividadas a ponto de não terem acesso ao mínimo necessário para a básica sobrevivência, afetando a dignidade humana. Concorre para isso a cultura do endividamento no lugar da cultura de poupar e, depois, comprar. Segundo o IBGE, o Brasil é mais uma economia do endividamento do que da poupança. Como a prestação do serviço financeiro e bancário se dão a título oneroso, com a facilidade do acesso ao crédito às classes mais baixas, o endividamento da população era algo anunciado e esperado, pois visou ao lucro, esquecendo-se do problema social decorrente. Contudo, se, por um lado, o governo estabeleceu políticas de acesso às classes menos privilegiadas, por outro, não previu a manutenção do mínimo necessário à sobrevivência. Para tanto, deveria editar normas protetivas ou, ao menos, que conservassem o equilíbrio entre o crédito e o consumo. O desequilíbrio incide no sustento mínimo do endividado e, por consequência, do grupo familiar. O superendividado pode levar à exclusão da pessoa da sociedade de consumo, que é refletida em todo o grupo familiar e agregados. O superendividamento é um problema social e jurídico, reclamando uma solução pelo Direito do Consumidor, começando pela informação, pela avaliação cadastral e pelo controle na qualidade da informação que chega à população leiga, visando combater abusos e harmonizar os conflitos de consumo na sociedade brasileira. Nos países mais desenvolvidos, já foram criadas legislações capazes de proteger e resolver situações, envolvendo o consumidor endividado. Para os doutrinadores, no Brasil, deve ser criada uma lei, especificando os direitos do consumidor quando conclui o crédito, ou seja, que assegure um direito ao consumidor endividado, sendo a informação o maior instrumento de prevenção do superendividamento. Uma reforma alemã recente obriga os bancos e os intermediários de investimentos em bolsa a preencher um formulário sobre o cumprimento do dever de aconselhar. Na França, o *Code de La Consommation* prevê a faculdade de retratação, a qual permite ao consumidor o direito de reconsiderar seu consentimento no prazo de sete dias, a contar da aceitação da oferta. O Brasil, porém, ainda se encontra em situação de desvantagem em relação aos países desenvolvidos, tanto sobre a prevenção quanto sobre o tratamento do superendividamento de pessoas físicas em contratos de crédito de consumo, por falta de legislação reguladora específica. A fundamentação teórica da pesquisa abrange a legislação existente e a produção legislativa necessária para a equação e a amenização deste fenômeno social.

Palavras-chave: superendividamento; crédito; consumo; legislação.

OS DIREITOS FUNDAMENTAIS E SUA VINCULAÇÃO JURÍDICO-PRESTACIONAL COM OS SERVIÇOS PÚBLICOS

Carolina Souza Cordeiro
carolinascordeiro@yahoo.com.br

A dissertação tem o intuito de investigar a existência de relação vinculativa entre os direitos fundamentais, em especial os direitos sociais, caracterizados por serem prestacionais, e o serviço público, que é um dos principais meios de que dispõe o Estado para realizar as atividades de interesse público que lhe competem. Trata-se de pesquisa bibliográfica aprofundada, uma vez que o foco principal será doutrinário, valendo-se de estudos tanto pátrios quanto estrangeiros. Além disso, far-se-á necessária uma análise prática para que se consiga captar, com precisão, a realidade atual do Estado Providência. Resta evidente que a situação a ser examinada, a despeito de sua aparência meramente teórica, tem também um aspecto empírico de grande valia. Por isso, o estudo das experiências já implementadas, seja em modelos vigentes, seja pelo histórico, é elemento imprescindível para o sucesso da pesquisa. A análise por meio de exemplos concretos dá maior sustentação e veracidade ao que se quer estudar. Nesse sentido, tanto exemplos já catalogados quanto modelos em discussão serão levados em conta, para ilustrar a discussão. A análise de políticas públicas em plena aplicação, bem-sucedidas ou não, promoverá uma visão mais realista da viabilidade das ideias que se espera desenvolver.

Palavras-chave: direitos fundamentais; serviços públicos; direitos sociais.

O IMPACTO NA ARRECADAÇÃO DO ICMS NO ESTADO DE GOIÁS COM A IMPLANTAÇÃO DO SIMPLES NACIONAL E AS IMPLICAÇÕES AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS ENVOLVIDOS

Cláudio Gonçalves Pacheco
cláudio-gp@sefaz.go.gov.br
Orientador: professor doutor Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy

O presente estudo objetiva analisar a arrecadação do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), no estado de Goiás, com a implantação da nova sistemática de tributação do Simples Nacional, aplicável às Microempresas (ME) e às Empresas de Pequeno Porte (EPP), estabelecida pela Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006 (LC n. 123/06), com vigência a partir de 1º de julho de 2007, e as implicações aos princípios constitucionais envolvidos. As microempresas e as empresas de pequeno porte pouco têm sido assistidas por políticas públicas que favoreçam o seu desenvolvimento em sede federal, estadual ou municipal, à altura de sua importância para o desenvolvimento nacional, o que as faz merecedoras da implantação do SUPERSIMPLES, que compreenda um regime único de arrecadação dos impostos e contribuições da União, dos estados e dos municípios e a unificação da legislação para desburocratizar esse segmento e facilitar a fiscalização e o recolhimento com a instituição desta sistemática unificadora. Este trabalho apoiar-se-á em estudo descritivo e experimental. Para tanto, será baseado em pesquisas bibliográfica, documental, experimental e de campo. O objeto ora abordado será analisado em seu próprio ambiente, qual seja, os contribuintes enquadrados no Simples Nacional sediados no Estado de Goiás. Será aplicado questionário com perguntas objetivas, sistematicamente articuladas, destinadas a coletar informações escritas por parte dos sujeitos ligados, direta e indiretamente, à sistemática de arrecadação das microempresas e das empresas de pequeno porte, quais sejam, contribuintes, contabilistas, advogados constitucionalistas e tributaristas, auditores fiscais estaduais e outros, visando avaliar as expectativas positivas e ou negativas com o sistema tributário em foco. Cotejar-se-ão os levantamentos realizados com rigor técnico-científico esperado para inferir se as limitações impostas à autonomia do estado de Goiás de legislar e arrecadar sua principal fonte de receita, isto é, o ICMS, por conta da vigência da LC n. 123/2006, configurou óbices significativos à fiscalização e à cobrança do ICMS, de sorte a aplicar um princípio em detrimento de outro, isto é, o princípio da livre iniciativa e do desenvolvimento nacional *versus* o princípio federativo.

Palavras-chave: ICMS; Simples Nacional; Microempresa; Empresa de Pequeno Porte; arrecadação.

"A LEI DA FICHA LIMPA" E A JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL

Cláudio Roberto dos Santos Kobayashi
ckobayashi@uol.com.br
Orientador: doutor Luís Carlos Martins Alves Jr.

O objetivo deste trabalho é realizar a análise crítica das decisões do Tribunal Superior Eleitoral e do Supremo Tribunal Federal, envolvendo a "Lei da ficha limpa". Pretende-se descobrir se os argumentos utilizados nos votos foram fundamentados constitucionalmente e se produziram um resultado razoável, aceitável e coerente. Para isso, analisar-se-ão os processos dos candidatos ao Governo do Distrito Federal, Joaquim Roriz (PSC), e ao Senado Federal pelo Pará, Jader Barbalho (PMDB), que tramitaram pelo Tribunal Superior. Estudar-se-ão os recursos protocolados pelos referidos candidatos no Supremo Tribunal Federal. Pretende-se visitar o voto do ministro Luiz Fux, que desempatou a peleja, entendendo que a Lei não deveria ser aplicada nas eleições de 2010. Além disso, busca-se cruzar as respectivas decisões com informações dos anais do Congresso Nacional quando da aprovação da Lei. O trabalho tem a função de analisar a construção política e social da "Lei da ficha limpa" com a intenção de investigar a sua trajetória, a partir do momento em que chegou ao Congresso Nacional, identificando os interesses, os atores e os conflitos para melhor compreensão da realidade estabelecida. Faz parte da pesquisa compreender a realidade político-social, para assimilar os argumentos e os fundamentos jurídicos estabelecidos nos votos proferidos pelos ministros, uma vez que nem os juízes, nem o direito são neutros. O referencial abrange a jurisdição constitucional e a dignidade da legislação com o intuito de apoiar as críticas empreendidas. A pesquisa partirá dos estudos realizados no âmbito da teoria crítica literária, e, após análise exploratória, pretende-se eleger o marco teórico, a fim de explicar a realidade da jurisdição constitucional brasileira. Assim, analisar-se-á a jurisprudência produzida no Tribunal Eleitoral e no Supremo Tribunal sobre a "Lei da ficha limpa", em que se pretende verificar se houve imparcialidade na atribuição de sentido normativo ao enunciado legislativo.

Palavras-chave: ficha limpa; jurisprudência; argumentos; fundamentos; coerente.

JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO: INSTRUMENTO JURÍDICO DE RECONSTRUÇÃO DE ESTADOS EM SOCIEDADES DE PÓS-CONFLITO

Christiani Amaral Buani
Chris.buani@gmail.com

O estudo de como sociedades podem reorganizar-se após situações de conflito apresenta-se como um dos temas mais complexos da atualidade. O Estado, com seus componentes de território, população e governo, é duramente posto à prova nessas condições. O direito representa, nesse contexto, um dos instrumentos mais importantes para auxiliar a reestruturação do meio social, político, econômico dessas populações. Um dos mecanismos jurídicos para lidar com essas situações é a justiça de transição, que visa recompor o Estado. Em razão da sua relação direta com estabilidade, paz, defesa dos direitos humanos, a justiça transicional adquire papel essencial nas discussões do mundo contemporâneo. O estudo de auxílio à reconstrução de um ordenamento jurídico interno que consiga lidar com a desorganização ocasionada pelas violações da ordem e de direitos humanos na sociedade apresenta-se como ponto essencial. A cura das sociedades que passaram por esse processo demanda nova visão do espaço mundial e das relações que o sustentam e o movimentam. Assim, serão analisadas as circunstâncias das situações de pós-conflito, os aspetos que dificultam a reorganização do Estado, especialmente para ligar aos elementos que caracterizam a justiça de transição. Serão estudadas as condições das intervenções ou ingerências, das mudanças políticas, dos governos repressivos que podem resultar na necessidade da justiça de transição. Em seguida, a reconstrução do Estado será foco de análise. Parte-se da hipótese de que a justiça de transição é um instrumento jurídico de reconstrução de Estado em sociedades de pós-conflito. Nesse sentido, deve refletir as características particulares de cada sociedade, e os mecanismos devem adaptar-se ás situações de cada população. Pode ser que faltem instrumentos no Direito Internacional Público para fornecer uma solução adequada aos casos em que a justiça de transição é necessária. O que se percebe, porém, é que a combinação de elementos e soluções pode contribuir para que as sociedades consigam construir novo caminho para a paz. O trabalho irá mostrar que não existe um modelo único para o desenvolvimento e a reconstrução dos Estados que enfrentaram situações de guerra civil, regimes repressivos, interferência. De outro modo, o diálogo com as populações locais, o conhecimento da cultura, dos hábitos podem demonstrar várias formas de tornar eficiente a justiça de transição, que será analisada na tentativa de mostrar os benefícios e os prejuízos. Essa percepção contribuirá para formular nossas conclusões sobre o assunto e a eficiência desse instrumento para o sistema internacional. O objeto principal que estruturará a pesquisa será construir a base teórica sobre o tema proposto de acordo com a questão de como pensar a justiça de transição, a fim de contribuir, da melhor forma possível, para a reconstrução de Estados saídos de situação de pós-conflito. Para o estudo, serão utilizados casos concretos, incluindo os elementos inovadores aplicados pelo Brasil no caso do Haiti. A análise será feita sob o prisma das relações de poder global, envolvendo pesquisa bibliográfica e entrevistas.

Palavras-chave: justiça de transição; reconstrução de Estados; sociedades em conflito.

AGÊNCIAS REGULADORAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A UNIVERSALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA E TELECOMUNICAÇÕES: LIÇÕES E DESAFIOS PARA A MASSIFICAÇÃO DA BANDA LARGA NO BRASIL

Daniel Martins D'Albuquerque
danieldalbuquerque@uol.com.br

A década de 90 marcou, no Brasil, inflexão na forma de intervenção do Estado na economia, em especial com a instituição das agências reguladoras, entidades dotadas de maior autonomia em relação ao Poder Executivo. Após quase 20 anos, é preciso compreender qual papel desempenham essas agências na formulação e na implementação das políticas públicas dos setores a que estão vinculadas. Com esse objetivo, o olhar é lançado sobre as políticas que envolvem a universalização dos serviços públicos de energia e de telecomunicações. Pontualmente, são comparadas a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), no que se refere à execução do "Programa Luz para Todos" e das metas de universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC). Mediante a descrição dos referidos programas, a aplicação de questionários, o mapeamento de competências de cada Agência e demais atores envolvidos, os resultados alcançados e a legislação respectiva, é possível elaborar modelos distintos com a visão sintética de cada setor. No campo do Direito, de antemão, o debate tem-se concentrado no emprego de modelos analíticos que parecem insuficientes para dar cabo dos desafios envolvidos, em especial quando aventado possível déficit de legitimidade do regulador autônomo para alocar os recursos sociais escassos. Por essa razão, o cabedal teórico-metodológico oriundo da Ciência Política é de relevante utilidade, em especial: a abordagem sistêmica; a perspectiva institucionalista acerca dos papéis de políticos e burocratas; os modelos organizacionais que apontam para o ciclo das políticas públicas. Do emprego desse cabedal teórico-metodológico resulta a constatação de que, na ausência de um marco regulatório comum para as agências reguladoras brasileiras, existem inserções institucionais distintas no processo de formulação e de implementação das políticas públicas, a exemplo dos setores comparados. Por segundo, não é forçoso admitir que as políticas públicas no contexto de Estado regulador dependem da mediação das agências reguladoras, o que acaba por reduzir a capacidade do poder político de impor seus objetivos à sociedade. Porém, o regulador reúne conhecimento especializado e capacidade de interlocução com os agentes do mercado. Finalmente, é falacioso e reducionista afirmar que as agências reguladoras não participam da formulação das políticas públicas, mas, ao contrário, tão somente as implementam. Além da ponderação e do redimensionamento no tempo dos objetivos contidos numa política governamental, lacunas jurídicas e indeterminações simbólico-linguísticas conferem às agências reguladoras, papel e influência preponderantes no processo de formulação das políticas públicas. Em virtude desse argumento, aprimorar a participação e o controle social é vital para a legitimação desses entes na vida política nacional, consagrando-os como esferas de discussão qualificada, legítima e acessível, com poder e influência para formular as políticas públicas, a exemplo da que envolve a massificação da banda larga, tema em discussão no âmbito do governo federal e que representa um dos maiores desafios para o desenvolvimento nacional.

Palavras-chave: agências reguladoras; políticas públicas; universalização de serviços públicos.

INTERVENÇÃO JUDICIAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: O PROBLEMA DA LEGITIMIDADE

Daniel Silva Passos
UniCEUB – Mestrado em Direito e Políticas Públicas
dspassos@uol.com.br

O trabalho em referência consiste na investigação sobre a legitimidade supostamente outorgada ao Judiciário para a intervenção e a implementação das políticas públicas voltadas à concretização dos objetivos e dos direitos fundamentais insculpidos explicita ou implicitamente pela Constituição Federal de 1988. Pretende-se analisar as bases sobre as quais se alicerça o movimento recente de hipertrofia do Poder Judiciário, destacando-se a centralidade dos direitos fundamentais neste processo, em um movimento de aproximação do sistema jurídico com os sistemas moral e político. Pretende-se identificar a emergência da concretização das promessas emancipatórias assumidas pelo constituinte originário e, desta constatação, analisar os óbices reiteradamente levantados ao aludido protagonismo judicial. O primeiro reafirma a tripartição de poderes idealizada por Montesquieu, o qual pretendeu garantir as liberdades individuais por meio da limitação das competências de cada órgão estatal. Critica-se, assim, o substancialismo imposto pela supremacia dos direitos fundamentais. A construção de uma ordem de valores veiculada retiraria a liberdade dos indivíduos de conformar-se de acordo com os próprios entendimentos, em um movimento antidemocrático. Postula-se, também, contra a legitimidade do Judiciário em matéria de implementação de políticas públicas, diante da inexistência de critérios firmes que norteiem suas convicções, especialmente nos *hard cases*. A metodologia utilizada, pela natureza do estudo, é, preponderantemente, a pesquisa bibliográfica em fontes doutrinárias nacionais e estrangeiras.

Palavras-chave: judicialização da política; legitimidade; dirigismo constitucional.

EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚLBICAS DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

Daniel de Matos Sampaio Chagas
Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
daniel.1975@uol.com.br

A dissertação apresenta uma reflexão crítica sobre a conexão entre as políticas públicas de erradicação do trabalho escravo no Brasil e o exercício do poder político, buscando realçar se existem aspectos que asseguram real autonomia do Estado brasileiro no tratamento do problema, isto é, se é ou tem sido possível tomar decisões e executar ações no âmbito do território nacional sem que, institucionalmente, haja comprometimento nos planos da coesão interna ou externa da capacidade do Estado de apresentar-se como o ator protagonista desse processo. O trabalho escravo é um problema cuja persistência contrasta com o Estado Democrático de Direito e representa gravíssima violação dos direitos humanos, mais precisamente dos direitos sociais dos trabalhadores. Não obstante, ainda há certa dificuldade no estabelecimento do seu conceito que pode ser atribuída tanto à variedade de termos e locuções que, no ordenamento jurídico, descrevem as situações passíveis de ser classificadas como trabalho escravo, como também ao fato de que o conceito é, até certo ponto, cambiante e apresenta dificuldades para que se opere a subsunção, isto é, a aplicação da norma jurídica a situações concretas. Isso não afasta, de outro lado, o fato de que existe relativo consenso sobre as situações básicas e corriqueiras que caracterizam o trabalho escravo; além disso, não tem sido, em face dos pronunciamentos do Poder Judiciário, um óbice que possa ser considerado como capaz de impedir a atuação das políticas públicas existentes. O Brasil estrutura suas políticas públicas mediante um plano nacional para a erradicação do trabalho escravo, o qual contém dezenas de ações a cargo de vários atores sociais, governamentais e não governamentais. O trabalho busca descrever e analisar essas ações, mais enfaticamente as ações de fiscalização empreendidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, que representam o eixo central dessas políticas. Nesse sentido, destacam-se os principais aspectos das ações, oferecendo dados que permitem identificar quais suas principais virtudes e problemas. Entre os últimos, merece ênfase o aspecto da avaliação das ações, carente de indicadores e de metodologia segura que permita à avaliação cumprir o papel de retroalimentar as políticas públicas, ajudando sua melhoria e facilitando a tomada de decisão.

Palavras-chave: trabalho escravo; políticas públicas; efetividade.

O PARADIGMA DA SEGURANÇA PÚBLICA APÓS A CONSTITUIÇÃO DE 1988: O DESENHO INSTITUCIONAL DAS POLÍCIAS BRASILEIRAS NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Disney Rosseti
Curso de Mestrado em Direito e Políticas Públicas do UniCEUB
disneyrosseti@hotmail.com

A estrutura das polícias brasileiras, desde sua criação, foi voltada para a defesa do regime, do governante, da ideologia dominante e das elites, que escolhiam, previamente, o inimigo a ser combatido pela polícia na sociedade: o negro alforriado, o estrangeiro anarquista, o subversivo e assim por diante. Com o advento da Constituição Federal de 1988, tem-se o Estado Democrático de Direito, no qual a segurança pública passa a ser o paradigma de atuação da polícia. Entretanto, a estrutura remanescente do regime anterior foi basicamente mantida, criando a situação de um desenho institucional das polícias inadequado para a nova realidade e paradigma. Para atender, em sua plenitude, o paradigma da segurança pública, necessário à existência do Estado Democrático de Direito, a estrutura do aparato policial brasileiro deve ser alterada, fundamentalmente, em determinada autonomia em relação a regimes, governantes, ideologias e elites, o que permitirá a atuação independente e republicana do aparato policial, que se verá livre das amarras políticas e ideológicas e passará, efetivamente, a atuar em prol da sociedade, a qual será percebida não como inimiga, mas como fim maior de sua atuação, que é a defesa. Para tanto, o aparato policial demanda políticas que levem à autonomia formal e material, além de um marco regulatório neste sentido, mas implicando medidas, como mandato para chefes de polícia escolhidos em lista tríplice, piso salarial nacional por subsídio, garantias e prerrogativas definidas legalmente, autonomia orçamentária e financeira. Somente mediante tal estrutura dotada de mínimo de autonomia e mecanismos que a garantam, a estrutura policial brasileira poderá alcançar a eficiência em matéria de segurança pública.

Palavras-chave: segurança pública; Estado Democrático de Direito; estrutura das polícias e autonomia.

A NOVA QUESTÃO SOCIAL: UM REEXAME DO PARADIGMA DA INSERÇÃO

Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Programa de Pós-Graduação em Direito
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Aluna: Érica Barbosa Coutinho Freire de Souza
ecoutinho.freire@gmail.com

A pesquisa busca investigar a nova questão social como fenômeno derivado da crise do Estado Providência, descrita por Pierre Rosanvallon, não apenas como colapso financeiro, mas também como crise na questão ideológica, a qual, por sua vez, está conexa à desconfiança quanto à capacidade gestora da seguridade social. Diante deste contexto, surge a nova questão social, retomando os princípios fundamentais da organização da solidariedade e a concepção dos direitos sociais. Ou seja, em primeiro momento, revisitar-se-ão os pilares da nova questão social a fim de que, em etapa posterior, o estudo avance para a avaliação das consequências da falência do Estado Providência, principalmente, no que diz respeito à inserção do indivíduo como alternativa paradigmática que substitua a tradicional política de integração. Em seguida, o estudo envolverá reflexões acerca do papel ocupado pela renda e pelo seguro social, sob a perspectiva rawlsiana de justiça distributiva, de forma a observar o processo de conformação entre os princípios da justiça e a inserção.

Palavras-chave: questão social; inserção; justiça distributiva.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI: CONCEPÇÃO E PRÁTICA DO SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO (SINASE)

Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Aluna: Érica Maia Campelo Arruda
ericamaiaarruda@yahoo.com.br
erica.arruda@mj.gov.br

O trabalho tem como objetivo analisar as políticas públicas de atendimento socioeducativo do adolescente em conflito com a lei no Brasil, em especial a atual política, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), concebido em 2006. Serão analisadas e avaliadas as políticas públicas nacionais de atendimento socioeducativo, levando-se em consideração a efetividade do programa governamental. Inicialmente, serão discutidos os paradigmas no tratamento de crianças e adolescentes com foco no olhar sociológico, tratando-se, especialmente, da transição nos paradigmas da Doutrina da Situação Irregular para a Doutrina da Proteção Integral, além da incorporação desses referenciais nas legislações internacionais e brasileira. Nesse sentido, será especialmente discutido o papel do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) como instrumento legislativo formalizador da ação governamental. A hipótese defendida é a de não execução do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como política pública governamental, sendo utilizados para a justificação do argumento dados oficiais que demonstrarão problemas em relação ao atendimento, ao método e à gestão do programa governamental, já que se defende a tese de que o que está consagrado no plano normativo carece de efetivação. Serão utilizadas informações obtidas no "Mapeamento nacional sobre a situação das instituições que aplicam medida socioeducativa de privação de liberdade ao adolescente em conflito com a lei no Brasil", realizado pelo IPEA em parceria com o Departamento da Criança e do Adolescente (DCA) da Secretaria de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, em 2003, e no "Levantamento nacional do atendimento socioeducativo ao adolescente em conflito com a lei", efetuado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH) por meio da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, realizado em 2008. Tais pesquisas objetivaram fazer um diagnóstico dos problemas que enfrentava na época o sistema socioeducativo nacional. Pretende-se, ao final, contribuir para o aprimoramento das políticas públicas de atendimento socioeducativo no Brasil. As discussões iniciais sobre o tema tiveram início no grupo de pesquisa *Políticas públicas: infância e juventude,* vinculado ao curso de Mestrado em Direito e Políticas Públicas do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, que, de 2009 a 2010, dedicou-se à análise do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). No ano de 2010, a pesquisa recebeu a contribuição fundamental da professora Mariana Herz, da Universidad Nacional Del Litoral, localizada em Santa Fé, na Argentina, fomentando as discussões sobre o impacto do Direito Internacional nas políticas públicas de atendimento socioeducativo no Brasil.

Palavras-chave: política pública; execução; atendimento socioeducativo.

CONVÊNIO PÚBLICO E ADMINISTRAÇÃO EFICIENTE E MORAL

Erico Ferrari Nogueira
ericofn10@hotmail.com
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

O trabalho consiste no estudo, na sistematização e na proposição de sugestão sobre especificidades relacionadas aos convênios administrativos e, mais precisamente, acerca da figura jurídica do chamamento público criada pelo Decreto nº 6.170, de 2007, como instrumento de moralização e eficiência de políticas públicas. O intuito é responder se o chamamento público deve ser obrigatório previamente à celebração de convênios com entes privados. A busca da resposta é necessária, pois há discricionariedade na Administração Pública quando da escolha pelo Poder Público de entidades sem qualquer critério objetivo de seleção, fato que acarreta a mera indicação subjetiva de entidades para execução de objeto definido em convênio. Em decorrência disso, tem-se constatado o desvio de verba pública, a dilapidação do patrimônio público e a consequente frustração na implementação das políticas públicas. Visando atenuar a cultura subjetivista, a hipótese é a de que a entidade pública deve selecionar os seus parceiros privados com critérios objetivos voltados a medir a qualificação técnica e capacidade operacional da entidade. Para chegar à conclusão que se pretende efetivar, reputa-se necessário averiguar se o ordenamento jurídico brasileiro admite celebração de convênio administrativo com ente privado e se aceita delegação de serviço público para o setor privado, para, em seguida, perquirir se é possível descentralização da atividade administrativa por meio de convênio para entes privados. É imprescindível perquirir se a figura convenial tem natureza contratual e ou se é considerada espécie ou não de contrato. Ao estabelecer a natureza jurídica do instituto, será possível aferir se há necessidade de seguir as exigências impostas por processo licitatório para que um convênio administrativo possa ser celebrado com entes privados. Além disso, o estudo analisa a abrangência do Decreto nº 6.170, de 2007, visando investigar se a hipótese da pesquisa é confirmada por interpretação jurídica à luz do ordenamento jurídico pátrio. Não obstante o estudo teórico efetivado e independentemente da confirmação da referida hipótese, já restou constatado que órgãos públicos federais utilizam processos variados de escolha da entidade privada convenente. Diante disso, o estudo aprecia processos administrativos de convênios com o intuito de apontar deficiências detectadas e propor soluções que fomentem a moralização, a eficiência e a padronização procedimental entre os órgãos públicos.

Palavras-chave: convênios administrativos; seleção pública; eficiência; moralidade.

A ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: A ORIENTAÇÃO JURÍDICA E A DEFESA JUDICIAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Filipo Bruno Silva Amorim
filipoamorim@ig.com.br
filipo.amorim@agu.gov.br

A presente dissertação tem por escopo analisar, com base tanto na pesquisa bibliográfica quanto no estudo de casos, o envolvimento da Advocacia-Geral da União, função essencial à justiça, prevista no artigo 131 do texto da Constituição Federal, no desenvolvimento e na viabilização das políticas públicas do Estado brasileiro, que se dá de maneira prévia, por meio de orientação prestada à União, e na defesa judicial das políticas públicas, em momento posterior. A pesquisa parte da premissa de que grande parte das políticas públicas é desenvolvida e efetivada pelos governos dos Estados nacionais em conjunto com os demais atores sociais, em especial com as "forças de mercado". Nesse contexto, como a Advocacia-Geral da União tem por função basilar, declarada constitucionalmente, representar a União, judicial e extrajudicialmente, e exercer as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo, sua atuação estaria ligada à viabilização das políticas públicas. Com efeito, a implementação de políticas públicas em um Estado democrático de direito, como é o brasileiro, quase sempre, reflete uma tarefa árdua. Embora se possa afirmar que nem toda política de governo externa uma política pública de Estado, toda política pública de Estado deve estar contida numa política de governo. Tal relação implica, por questões políticas e ou ideológicas, naturais a uma sociedade plural, enorme judicialização dos atos tendentes à materialização das políticas públicas pretendidas pelos que dirigem o Estado. A clássica teoria da tripartição dos Poderes, na qual o poder freia o próprio poder, e que, em função disto, a engrenagem estatal só gira, havendo harmonia de entendimentos na busca do interesse público, sinaliza que os Poderes tendem a paralisar-se mutuamente. Quando tal engrenagem se vê prestes a parar ou a mover-se de forma desarmônica, o Poder Judiciário é chamado a mediar e a "aparar as arestas" dos interesses em conflito. Diante disso, questiona-se que medidas preventivas poderiam ser tomadas para evitar os entraves impostos ao Estado por si próprio. Além disso, pergunta-se se a Advocacia-Geral da União, por ser o órgão responsável pela orientação e pela defesa da União no âmbito jurídico, deteria o múnus do auxílio à viabilização das políticas públicas estatais. Estas questões refletem uma batalha diuturna para a materialização de políticas públicas que correspondam aos anseios da sociedade.

Palavras-chave: Advocacia-Geral da União. Estado; governo; políticas públicas.

PROTEÇÃO JURÍDICA AMBIENTAL E INSTRUMENTOS ECONÔMICOS: DIREITO E MERCADO DE BIODIVERSIDADE NO COMÉRCIO TRANSNACIONAL DE ENERGIAS RENOVÁVEIS

Gabriela Garcia Batista Lima
Doutoranda em Direito
Bolsista da CAPES
Centro Universitário de Brasília-Brasil (UniCEUB),
em cotutela com a Université Paul Cézanne Aix-Marseille III/França (UPCAM)
gblima@gmail.com

Trata-se de análise do uso de instrumentos de mercado na proteção ambiental, levando-se em conta o contexto pluralista para o estudo do direito, de modo que a pesquisa não se limita ao estudo da norma, mas busca a compreensão de outros elementos em torno do que repercute na sua efetividade jurídica. Insere-se, então, em uma perspectiva sistêmica de análise com suporte na internacionalização dos direitos e do pluralismo jurídico. Ao mesmo tempo, busca-se compreender o papel do Brasil no comércio de energia, considerando-se a relação entre direito e política, em especial no âmbito internacional. Toma-se como contexto de estudo o comércio de energia renovável, por constituir campo de importância global e capaz de propiciar exemplos e experimentos para o uso de instrumentos econômicos junto com desenvolvimento e proteção ambiental. Indaga-se sobre o papel do mercado e dos investimentos estrangeiros em comércio de energia limpa, em termos de fortalecimento da proteção ambiental e da promoção do desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, visa-se conjugar o uso do direito com instrumentos econômicos, buscando suporte na análise econômica do direito e das organizações para a efetividade do desenvolvimento sustentável. Entre os instrumentos econômicos, destaca-se o mercado de biodiversidade, o pagamento por serviços ambientais, os mecanismos de compensação e o uso dos direitos de propriedade para conjugar negócios no mercado de energia, com a proteção do meio ambiente. Por meio de estudo de tratados, legislações nacionais, análise de casos no Brasil e no mundo, verifica-se como tem sido trabalhada a proteção ambiental por meio desses mecanismos de mercado e o direito. Tem-se não apenas o reconhecimento da importância dos atores privados e não estatais na proteção ambiental, como também podem ser vistos como peças-chave para a efetividade jurídica do desenvolvimento sustentável, suprindo as insuficiências da ação pública e os instrumentos de direito público. Percebe-se que a mudança de perspectiva no uso dos instrumentos de mercado atrai investimento estrangeiro, já que esses mecanismos interferem nas decisões acerca do negócio internacional. Por outro lado, tratar de meio ambiente no mercado consiste em lidar com certa instabilidade, vez que a lógica ambiental não permanece sozinha e anda com a lógica econômica, que tende a prevalecer em referência a mercado e busca de lucro. Mas, ainda que o contexto apresente limitações, dadas as diferenças entre os regimes ambientais e econômicos, existe certa tendência em conjugar a proteção ambiental com a atração de investimentos estrangeiros e o desenvolvimento pelo uso de instrumentos econômicos em negócios de energia limpa.

Palavras-chave: mercado de biodiversidade; desenvolvimento sustentável; energias renováveis.

UMA ANÁLISE CRÍTICA DE DOIS EXTREMOS INTERPRETATIVOS DO DIREITO

Geraldo Ventura da Silva

A dissertação busca formular uma visão crítica dos fundamentos teóricos justificadores na vasta bibliografia que discute os parâmetros extremos do Direito, de um lado o positivismo extremado, no modelo da escola de exegese, e de outro, a tendência doutrinária, atual, o livre Direito, ambos os quais se pretende questionar, para estabelecer um juízo que contemple noções, como: "há direitos, antes de haver leis"; "não há garantias de direitos sem leis"; há um extremo do valor-lei quando se limita a elas o Direito; há um risco toda vez que se julga em desprezo à lei, então abala-se a segurança jurídica. Procura-se o ponto de equilíbrio à compreensão do direito sem amarras na tradição nem desprezo aos valores, sem deixar de ouvir as razões das visões divergentes, com a chance de oferecer-lhes críticas quando julgado razoável. Analisam-se os julgados em face de questões afetas, direta ou indiretamente, às políticas públicas de Governo, como o problema do mensalão, ou os julgamentos tão complexos, como a Lei da Anistia.

Palavras-chave: positivismo; livre Direito; mensalão; Lei da Anistia.

A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO PELA QUEBRA DO DEVER DE CONFIANÇA

Guilherme Carvalho e Sousa
guilhermecarvalhosousa@yahoo.com.br
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
UniCEUB

A Administração Pública emite atos jurídicos seja mediante ato administrativo, seja por meio de lei, formando promessas firmes feitas por seus agentes, no exercício do poder administrativo, aos particulares. Ulteriormente, a mesma Administração, de forma desavisada, modifica o planejamento ou a promessa já realizada, frustrando, no particular, que, legitimamente, agira de acordo com a orientação administrativa, uma expectativa que fora depositada. Por conta disso, deve o Estado responder pelos atos que causou ao particular pela quebra do dever de confiança legitimamente depositada. Isso, em atos oriundos da Administração Pública, os quais são, inadvertidamente, modificados, causa instabilidade no sistema jurídico, ferindo os princípios de segurança jurídica, confiança legítima e boa-fé subjetiva, e ocasiona ao Estado o dever de responder pela sua conduta, o que caracteriza responsabilidade civil perante o particular lesionado. Nestes casos, resta imperante a regra da responsabilização civil do Estado, desde que, obviamente, estejam presentes os elementos necessários para caracterizá-la: dano, ação ou omissão do agente e nexo de causalidade. Não se pode confiar o Direito Público a serviço, unicamente, da Administração, mas também da pessoa humana, individualmente considerada. Por isso, os princípios da supremacia do interesse público e da legalidade devem ser repensados, cedendo, por vezes, espaço à segurança das relações jurídicas, à confiança legítima e à boa-fé. O administrado não pode ser surpreendido por uma vontade administrativa sem que se lhe possibilitem, ao menos, medidas transitórias suficientes que lhe permitam acomodar sua conduta. Assim não agindo, a Administração deve ser compelida a indenizar o particular lesionado.

Palavras-chave: responsabilidade civil do Estado; segurança jurídica; confiança legítima.

ATIVISMO JUDICIAL E SISTEMA CARCERÁRIO: UMA ANÁLISE DA DISCRICIONARIEDADE DOS JUÍZES NO CONTROLE DE POLÍTICAS PENITENCIÁRIAS

Guilherme Valle Brum
Programa de Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
gvbrum@gmail.com

Com a redemocratização do país e a promulgação da Constituição de 1988, o acesso à Justiça ampliou-se de maneira notável. Fala-se muito na expressão "judicialização", mormente quando se discute, em juízo, a implementação de políticas públicas, tema no qual o conflito entre visões sobre as potencialidades dos chamados direitos a prestações materiais atinge sua expressão significativa. Nesse contexto, um aspecto que, recentemente, recebeu a atenção do Poder Judiciário foi a política penitenciária do Estado por duas circunstâncias. A primeira relaciona-se ao avanço dos juízes, após a Constituição de 1988, sobre problemáticas que deveriam ser resolvidas pela atuação política nos foros próprios, ocorrência que ficou conhecida como "ativismo judicial". A segunda, a chamada crise carcerária, consubstancia-se, principalmente, na insuficiência do atual número de casas prisionais para a quantidade crescente de detentos, os quais vivem em condições desumanas. Assim, esta pesquisa pretende examinar se as demandas judiciais que visam a questionar políticas penitenciárias, embora originadas de boas intenções, revelam-se aptas a abordar essa crise carcerária, pois, além das dificuldades de análise da integralidade da política, a discussão processual não leva em conta a considerável gama de aspectos que tocam a temática, em que se destacam elementos técnicos, sociais e orçamentários. Há quem levante a questão teórica acerca da legitimidade do Poder Judiciário, cujos integrantes não são recrutados pelo voto popular, para ditar a ação governamental nessa matéria. A situação tem contornos nacionais, o que se confirma pelo fato de o Supremo Tribunal Federal ter reconhecido sua repercussão geral (102, § 3º, CRFB) nos autos do recurso extraordinário 592.581/RS. O estudo tenciona analisar, portanto, se, nos casos tirados da jurisprudência, são observadas as substanciais diferenças entre interpretar o direito fundamental à integridade física do preso como um direito de defesa, de modo a protegê-lo contra agressões de agentes do Estado e de outros detentos, e interpretar isso como um direito a sofisticadas e custosas prestações materiais. Na primeira hipótese, há a necessidade de proteção de uma posição jurídica subjetiva individualizada em face de outrem; na segunda, porém, a interpretação desse direito fundamental é inteiramente diversa, não sendo possível a aplicação do mesmo raciocínio subsunto, porquanto o objeto da interpretação jurídica é uma atividade tipicamente política, de planejamento, organização e execução de um programa estatal.

Palavras-chave: ativismo judicial; limites e possibilidades do Poder Judiciário; política pública penitenciária.

O PODER NORMATIVO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS E A CRISE DO DIREITO

Gustavo Augusto Freitas de Lima
Mestrado em Direito do UniCEUB
Área de Concentração: Políticas Públicas
gustavo.augusto.75@gmail.com

Recentes decisões do Superior Tribunal de Justiça acerca da limitação pelo Judiciário do poder normativo das agências reguladoras demonstram haver um problema jurídico no tratamento dos atos normativos dessas agências. A dissertação analisa três processos judiciais distintos nos quais se discutem resoluções emitidas por três agências reguladoras: Comissão de Valores Mobiliários, Agência Nacional de Vigilância Sanitária e Agência Nacional da Aviação Civil. Os três casos tratam da possibilidade de as agências reguladoras editarem atos normativos para regular determinada atividade econômica sem a existência de norma primária específica. Pretende-se analisar este traço distintivo das agências reguladoras: a competência regulatória setorial, ou seja, o poder de editar normas abstratas infralegais, capazes de regular determinada atividade econômica. As agências reguladoras são a representação da mudança do papel do Estado, o qual teria adotado a forma de um Estado regulador, em que seria admissível a flexibilização da atividade legislativa e normativa, a qual não mais seria exclusiva do Poder Legislativo. Os fatos analisados demonstram que pontos importantes da vida cotidiana, da organização da sociedade e da execução da atividade econômica passaram a ser normatizados diretamente por agências reguladoras, em substituição ao Poder Legislativo. O problema revelado é de ordem temporal: o tempo necessário para a discussão jurídica e legislativa tem sido comprimido pelas necessidades de dar respostas normativas imediatas, particularmente no tocante à atividade econômica. Tais fenômenos da contemporaneidade forçam a adoção de soluções expeditas pelo Direito, as quais podem ser observadas pela abreviação do processo judicial, por meio do uso de liminares e pedidos de suspensão. A aplicação pelo Judiciário destes institutos ainda se mostra confusa e incoerente, como expõe a análise das decisões do Superior Tribunal de Justiça. Assim, discute-se se tais fatos revelam uma crise do Direito.

Palavras-chave: agências reguladoras; poder normativo; crise.

TRÁFICO DE MULHERES PARA FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL: A REALIDADE DO ESTADO DE GOIÁS

Hédel de Andrade Torres
hedeltorres@yahoo.com.br

O presente trabalho tem como objeto de análise o tráfico internacional de pessoas, em especial o de mulheres, para fins de exploração sexual comercial enquanto modalidade de crime organizado transnacional, violador dos direitos humanos. Nesse sentido, tornam-se importantes os estudos e as pesquisas sobre os mecanismos de funcionamento do tráfico, visando compreender melhor suas formas de organização e atuação, com o fim de gerar conhecimentos para a sua prevenção, já que o tráfico de pessoas representa uma violação dos direitos humanos e faz vítimas as pessoas vulneráveis socialmente. A justificativa é trazer ao mundo científico-acadêmico uma problemática atual e relevante de nosso tempo, embora o tema tenha pouca visibilidade na sociedade contemporânea. A pesquisa é realizada com base em metodologias qualitativas, utilizando-se da revisão da literatura e da análise específica da situação do estado de Goiás. Quanto aos objetivos, procura-se descrever fenômenos, descobrir a frequência com que os fatos ocorrem, a incidência, a natureza e as características, buscando mais informações sobre o tema. Os principais resultados já atingidos são o levantamento de dados e a análise das pesquisas confiáveis acerca do problema.

Palavras-chave: tráfico; violência; exploração sexual de mulheres.

PRERROGATIVAS E LIMITAÇÕES AOS DIREITOS AUTORAIS NO AMBIENTE DIGITAL

Henrique Vieira Pontes
henriquevipo@yahoo.com.br
Mestrado em Direito e Políticas Públicas – UniCEUB

Em fase inicial, a pesquisa versa sobre a ponderação entre as limitações e as prerrogativas concedidas aos autores pelas normas brasileiras de direito autorais. A investigação não se dá de maneira ampla e indiscriminada, mas, especialmente, leva em conta uma variável: o meio digital. Com isso, pretende-se avaliar se, e em que medida, a migração de um ambiente em que predomina a tecnologia analógica para outro, precipuamente digital, afeta a relação existente entre essas prerrogativas e as suas limitações. Busca-se elaborar o argumento por meio da análise do tratamento dado pelo ordenamento jurídico brasileiro aos mecanismos anticópia, ou seja, os meios técnicos que impedem ou evitam não só a cópia de obras protegidas por direitos de propriedade intelectual, mas também a violação de quaisquer outras prerrogativas conferidas aos autores. Enfatiza-se uma espécie particular desses mecanismos: aqueles construídos na forma digital e utilizados para proteger conteúdo igualmente produzido, ou ao menos distribuído, em meio digital. A esse grupo de instrumentos técnicos é normalmente associada a expressão Gestão de Direitos Digitais. Para alcançar esse desiderato, toma-se como objeto central da pesquisa o conteúdo do artigo 107 da Lei de Direitos Autorais. A escolha da norma justifica-se por envolver, a um só tempo, a relação entre as prerrogativas e as limitações aos direitos autorais e a variável tecnológica digital.

Palavras-chave: direitos autorais; tecnologia digital; mecanismos anticópia.

FRAGMENTAÇÃO DO DIREITO INTERNACIONAL: A REALIDADE MULTIFACETADA DO DIREITO INTERNACIONALIZADO

Isabel Gouvêa Mauricio Ferreira
Mestrado em Direito das Relações Internacionais
isabel_gouvea@hotmail.com

A hipótese de que se assiste à fragmentação do Direito Internacional ancora-se não só na multiplicação de atores que, por força da expansão das relações comerciais e institucionais em escala global, promovem o surgimento de instâncias diversas de resolução de conflitos, mas também pela especialização do direito bastante setorizado. Falamos em direito ambiental, direito comercial, direitos humanos, direito do mar, entre tantos setores que não só atendem a princípios e normas próprias, como também criaram instituições e tribunais específicos para atender às demandas de cada área. A característica do Direito Internacional de não constituir-se em sistema hierarquizado possibilita o aparecimento de decisões conflituosas ou divergentes entre tribunais ou órgãos de solução de controvérsias. O presente trabalho visa compreender o fenômeno da fragmentação por meio de estudos de caso, tais como, aquele envolvendo a Southern Pacific Properties Ltd., companhia incorporada em Hong Kong, destinada à hotelaria e ao turismo, e a República Árabe do Egito, sendo demandados dois centros de arbitragens distintos, a CCI e o ICSID, obtendo resultados distintos. A fragmentação é acentuada pela internacionalização do direito e pela evolução de sistemas e subsistemas do direito internacional. A internacionalização de cunho regional pode facilitar um reequilíbrio na produção normativa e em sua aplicação e o respeito ao direito internacional, podendo demonstrar uma abertura para proposições supranacionais sobre as particularidades locais de cada Estado. A globalização causou o deslocamento das fronteiras nacionais, confluindo para a formação de sistemas regionais de integração que podem desenvolver-se, como o caso da União Europeia, gerando construções complexas com a elaboração de normas comuns e a aplicação deste arcabouço jurídico de maneira homogênea. Estes sistemas podem auxiliar a atenuar o fenômeno da fragmentação, vez que representam uma construção conforme aquela realidade política, cultural e jurídica. A construção de tribunais circunscritos à realidade regional, como o Tribunal de Justiça da União Europeia, pode ser um indicador da possibilidade de harmonização e unificação, pois auxilia a aplicação e a evolução do direito comunitário.

Palavras-chave: fragmentação; direito internacional; arbitragem; CCI; ICSID.

A IMPORTÂNCIA DO FINANCIAMENTO NAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

Isamara Seabra
isamara@bndes.gov.br

As parcerias público-privadas estão inseridas no contexto do novo papel de atuação do Estado, o de regulador e parceiro. A necessidade do Estado gerada pela falta de recursos para investimentos de longo prazo e pela deficiência da capacidade e da experiência na gestão de grandes empreendimentos fez que se buscassem novos instrumentos legais, surgindo, assim, no ordenamento jurídico, as parcerias público-privadas. Objetiva-se, com a adoção de PPP, obter uma gestão mais eficiente de um serviço em setores em que a concessão plena não garante o retorno suficiente, exigindo complementação pública. Porém, deve ser destacado que os projetos de PPP demandam altos valores, fazendo que seja necessária a obtenção de recursos pelo parceiro privado por meio de financiamentos. Nesse contexto, o trabalho versará sobre a importância dos financiamentos nas PPP e as suas principais fontes de financiamento, dando destaque à atuação do BNDES. Para atingir os objetivos principais, busca-se responder se a lei 11.079/04, que regula as PPP, fornece bases suficientes para gerar um ambiente seguro para atuação dos agentes financiadores públicos e aumento de PPP a partir de 2004 e se os riscos gerados pela associação dos setores público e privados podem ser devidamente mensurados e suportados pelos agentes financiadores. A técnica a ser utilizada consiste em levantamento bibliográfico, analisando-se doutrinas de diversos autores, periódicos especializados, legislação, jurisprudência e relatórios de órgãos de governo, responsáveis pelas PPP e organismos privados ligados às PPP. Serão levantados, também, estudos, relatórios e debates que embasaram a criação da lei 11.079/04, realizando-se, assim, a interpretação histórica que pode revelar as intenções do legislador no momento da edição da norma. Em relação ao financiamento das parcerias, serão consultados os principais financiadores, em especial o BNDES. Quanto a esse órgão, serão apuradas, junto aos departamentos responsáveis pelos financiamentos das PPP, as informações necessárias para a composição do estudo. Como as parcerias mesclam conceitos de direito administrativo e direito econômico, faz-se necessária a investigação dos conceitos principais desses dois ramos do direito.

Palavras-chave: novo papel do Estado; parceria público-privada; riscos; financiamento.

DISCRIMINAÇÃO SALARIAL POR RAÇA E GÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO PRIVADO NACIONAL: UM EXAME INTERDISCIPLINAR

João Augusto Rodrigues
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
jar2707@gmail.com

Esta dissertação tem por objetivo examinar, sob a perspectiva interdisciplinar, o problema da discriminação salarial por motivo de raça e gênero no mercado de trabalho privado nacional, procurando enfocar o componente de tais diferenças não explicável pela ciência econômica, a que se atribui a ocorrência de discriminação, e a forma pela qual, por meio de um estudo de caso, a Justiça do Trabalho brasileira veio a apreciar a evidenciação de tal diferença como meio de prova. Como ponto inicial para as investigações, adotar-se-ão, substancialmente, duas hipóteses de trabalho, a saber: que, efetivamente, ocorre discriminação salarial por raça e gênero no mercado de trabalho privado nacional; que a Justiça do Trabalho brasileira acolhe bem as provas de discriminação salarial, obtidas indiretamente por levantamentos estatísticos e econométricos da ciência econômica. Assumindo o princípio da igualdade, a conformar um direito humano e fundamental, investigar-se-ão as relevantes contribuições sobre o tema, no âmbito da filosofia política e da sociologia, concentrando-se nas teorias acerca da justiça distributiva. Serão examinadas as categorias teóricas desenvolvidas pela denominada *economia da discriminação* por meio da qual se fundamentam as razões e busca-se a comprovação científica da ocorrência da discriminação salarial por motivo de raça e gênero, coligindo-se os resultados alcançados pelas representativas pesquisas empíricas no Brasil. Analisar-se-á o caso paradigmático representado pelas cinco ações civis públicas intetadas pelo Ministério Público do Trabalho no Distrito Federal, com as alegações, os elementos probatórios e os requerimentos declinados em juízo, além dos argumentos e das justificativas que sustentam a prestação jurisdicional. Por fim, identificar-se-ão as formas de intervenção, mormente por intermédio de políticas públicas, com o objetivo de reduzir ou abrandar as desigualdades de que se trata, entre elas, as ações afirmativas , além do arcabouço normativo vigente, nacional e internacional, a delimitar o chamado direito antidiscriminatório, avaliando-lhes o alcance, o potencial de produzir resultados e os eventuais limites. A metodologia principal será a pesquisa bibliográfica, pois o trabalho haverá de ser desenvolvido por meio da análise crítica de material contido em livros, artigos e publicações periódicas, sem descuidar, todavia, das pesquisas de campo, especialmente para levantar os dados necessários à investigação, no âmbito dos cinco processos já mencionados, que transitaram na Justiça do Trabalho em Brasília.

Palavras-chave: mercado de trabalho; discriminação salarial; direito antidiscriminatório.

A AUTONOMIA DA POSSE DIANTE DA PROPRIEDADE NUMA PERSPECTIVA POSITIVISTA DO ORDENAMENTO JURÍDICO CIVIL-CONSTITUCIONAL BRASILEIRO

Júlio César Lérias Ribeiro
Orientador: Doutor Luis Carlos Martins
Mestrado em Direito – ICPD - UniCEUB

O texto trata do tema da posse e da propriedade como institutos autônomos no ordenamento jurídico civil-constitucional brasileiro. O problema central do trabalho trata da possibilidade da autonomia da posse diante da propriedade no ordenamento civil-constitucional brasileiro, na aplicação e na interpretação do direito. Foi levantada a hipótese afirmativa à solução do problema proposto. O objetivo geral do texto buscou demonstrar, com base no positivismo jurídico, a possibilidade da autonomia da posse diante do direito de propriedade, no ordenamento jurídico civil-constitucional brasileiro. Examinaram-se as teorias possessórias subjetiva, objetiva e sociológica, a viabilidade na ordem jurídica pátria da aplicação direta dos direitos fundamentais nas relações privadas, a doutrina do direito civil-constitucional e, por fim, um julgado sobre ocupação de terra por um movimento social. O estudo constatou a validade da hipótese da autonomia da posse diante da propriedade no ordenamento jurídico positivo. Ficou consagrada a separação entre a posse e a propriedade no plano da teoria possessória, assim como no plano da tutela da posse no espaço e no tempo. A doutrina e a jurisprudência pátrias têm acolhido a eficácia horizontal dos direitos fundamentais em sede possessória. A conclusão da pesquisa reside em que a posse não é mero complemento ou conteúdo do direito de propriedade, mas instrumento legal de concretização de direitos fundamentais da dignidade da pessoa humana, da solidariedade social e de acesso do ser humano a bens vitais mínimos, como à moradia, ao trabalho e ao regular desenvolvimento da personalidade.

Palavras-chave: positivismo jurídico; autonomia; posse; propriedade; direitos fundamentais.

COMUNITARISMO E JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL NOVAS PERSPECTIVAS PARA O CONTROLE CONCENTRADO-ABSTRATO DE CONSTITUCIONALIDADE E O ATIVISMO JUDICIAL

Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Programa de Mestrado em Direito e Políticas Públicas

O ativismo judicial e a expansão do controle concentrado-abstrato de constitucionalidade têm instigado perturbações na doutrina, a propósito dos limites da jurisdição constitucional, principalmente no processo hermenêutico. Classificações e conceitos sobre os quais sempre houve consenso enfrentam um processo de obsolescência à conta de inovações legislativas e das recentes manifestações que se colhem na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. O modelo de fiscalização difuso-concreto, de inspiração estadunidense e tradição republicana, é colocado ao ocaso, sobrelevando-se o modelo concentrado-abstrato, de origem europeia. A objetivação do recurso extraordinário e o instituto da repercussão geral corroboram a tendência de ruptura desse dicotômico paradigma, apontando, indubitavelmente, para um movimento de abstrativização do controle concreto de constitucionalidade no Direito brasileiro. O ativismo do STF aloca-o como uma instância política ao tempo em que denuncia um inequívoco problema no desempenho das atribuições inerentes às outras esferas de poder. A dinâmica na jurisdição constitucional parece atender, à maravilha, os valores que se insculpiram no texto da Constituição, labutados durante toda a constituinte pelos representantes do pensamento comunitário. Os ideais da jusfilosofia política comunitária contrapõem-se à doutrina liberal com destaque ao liberalismo de Rawls, precisamente quanto ao modelo adequado de justiça para as sociedades contemporâneas, cujas concepções, depois de descortinadas no processo constituinte, abonaram a Constituição de 1988, respondendo, hoje, tanto à mecânica do controle de constitucionalidade quanto ao papel competido ao STF na nossa engenharia institucional.

Palavras-chave: ativismo judicial; controle concentrado-abstrato de constitucionalidade; perspectivas.

PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE NO PROCESSO E NO PLANEJAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO ESTADO DE GOIÁS

Kênia Rodrigues de Oliveira
keniaroger@hotmail.com

O objetivo deste trabalho é verificar se há participação popular no processo de políticas públicas e orçamentárias no estado de Goiás, analisando se esta participação gera influência na ação decisória do administrador público. Pretende-se fazer um levantamento na legislação pertinente, para verificar os requisitos necessários ao envolvimento da sociedade na definição, no planejamento e na implementação das políticas públicas. Será observada a função estatal de coordenar as ações públicas e privadas quanto à realização desses direitos sociais, os quais são amparados constitucionalmente, e ao convencimento que o Estado deve realizar sobre a necessidade de a sociedade envolver-se no processo. Este trabalho propõe-se a realizar um estudo bibliográfico e teórico sobre o planejamento de políticas públicas, como são instituídas e aplicadas, e a pesquisa em documentos oficiais e entrevistas, a fim de verificar qual o critério utilizado pelo gestor público estadual na escolha de políticas públicas a ser executadas, apontando as que terão prioridade na administração. Será examinado o orçamento participativo e sua aplicabilidade. Além disso, faz parte do estudo compreender a realidade política, econômica e social e verificar a legislação brasileira pertinente ao tema, para assimilar as decisões do administrador público. A pesquisa buscará a análise exploratória, para selecionar o marco teórico, a fim de apresentar os elementos justificadores.

Palavras-chave: políticas públicas; planejamento; participação; aplicabilidade.

A DIRETIVA 2008/115/CE À LUZ DA PROTEÇÃO INTERNACIONAL DA PESSOA HUMANA

Lara Salles de Morais
moraislara@gmail.com

Em 16 de dezembro de 2008, foi aprovada, no Parlamento Europeu, a Diretiva 2008/115/CE, relativa a normas e procedimentos comuns aos Estados-membros para o regresso de nacionais de países terceiros em situação irregular. Mais conhecida como "Diretiva de Retorno", tal conjunto normativo procedimental constitui a primeira fase da nova política migratória europeia e revela-se como verdadeira fronteira dos direitos humanos. A "Diretiva de Retorno" constitui-se em instrumento soberano de exclusão, especialmente quando se consideram as principais causas que levam pessoas de diversas partes do mundo a abandonar a pátria, para tentar a vida no continente europeu. Assim, verifica-se a preocupação latente da comunidade internacional acerca da "Diretiva de Retorno", pois isso não resguarda a proteção à pessoa humana largamente difundida ao longo dos anos, em diversos instrumentos internacionais de direitos humanos. Apesar de tratar-se de legislação europeia, nacionais de diversos Estados são afetados por ela. A proteção dos direitos dos migrantes pode ser identificada como objetivo de normas pertencentes aos referidos ramos do Direito Internacional: de maneira geral, na medida em que o migrante é protegido pela condição de ser humano; de maneira específica, em razão de sua situação de vulnerabilidade expressamente reconhecida nas normas de proteção internacional da pessoa humana. Nesse sentido, busca-se tratar da imigração, da questão na União Europeia, da soberania estatal em matéria de imigração e da nova política europeia. Dedicar-se-á à Diretiva propriamente dita, considerando sua criação, seus fundamentos, seus dispositivos, e, especialmente, será feita a análise dos pontos mais relevantes da legislação à luz dos instrumentos de direitos humanos. Promover-se-á a análise quanto aos efeitos da aplicação da nova lei nos Estados-membros que já finalizaram a transposição da norma europeia. Encarregar-se-á do posicionamento dos tribunais internacionais de direitos humanos e do entendimento das Cortes Europeia e Interamericana de Direitos Humanos, além da análise da jurisprudência relativa às questões de imigração e discriminação nos tribunais nacionais.

Palavras-chave: diretiva do retorno; proteção internacional à pessoa humana; imigração; União Europeia.

O *DECISION-MAKING* DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA DECISÃO DA CONSTITUCIONALIDADE DA LEI DE ANISTIA: UM ESTUDO ETNOGRÁFICO DA LINGUAGEM DA APLICAÇÃO DO DIREITO E DA JURISPRUDÊNCIA INTERNACIONAL

Larissa Maria Melo Souza
l.melos@yahoo.com.br
Orientador: Luiz Eduardo de Lacerda Abreu
Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Mestrado em Direito das Relações Internacionais

A pesquisa investiga o processo de tomada de decisão no âmbito do Supremo Tribunal Federal, em busca da percepção de como o Tribunal se porta diante das normas internacionais, tendo como material empírico a ADPF 153, que questiona a constitucionalidade da Lei de Anistia. Ou seja, trata-se de verificar como o Tribunal aplica normas internacionais na casuística selecionada e quais são as perspectivas de confluência entre a jurisprudência firmada pela Corte com a decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) no caso *Julia Gomes Lund e outros (Guerrilha do Araguaia) versus Brasil*. Para tanto, com base em Wittgenstein, promove-se a análise da linguagem empregada na decisão do STF. Assim, o primeiro ponto é compreender os meios de cooperação judiciária internacional e investigar o funcionamento da Corte para captar suas facetas internacionais de atuação concreta. Em segundo momento, examina-se a jurisprudência selecionada no STF e na CIDH, para, em seguida, refletir-se sobre a relação entre as linguagens jurídica, política e internacional no decision-making da ADPF 153 e verificar as possibilidades de adequação da jurisprudência do STF às decisões de Tribunais Internacionais.

Palavras-chave: jogos de linguagem; cooperação judiciária internacional; paradiplomacia judiciária; submissão à jurisdição de Tribunais Internacionais.

CONTROLE JURISDICIONAL DAS POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO, REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO

Lízia Vieira de Sousa Gomes
lizia.vieira@hotmail.com.br
Mestrado Interinstitucional UniCEUB/UniEVANGÉLICA

A presente pesquisa tem como objetivo realizar análise crítica acerca do controle jurisdicional das políticas de avaliação, regulação e supervisão do ensino superior privado, com a pretensão de diagnosticar os principais motivos que têm ocasionado intervenções judiciais e o que as decisões exaradas sugerem. Pretende-se verificar se o sistema de avaliação, regulação e supervisão adotado pelo Ministério da Educação guarda coerência com as políticas públicas educacionais e com a Constituição Federal, investigando se a avaliação e o controle jurisdicional tem sido utilizados como instrumentos de implementação de políticas públicas. Nesse sentido, apresentar-se-á o regime jurídico que envolve o sistema federal de ensino, demonstrar-se-á como se dá a participação do setor privado na educação superior, e explicitar-se-ão os principais diplomas legais e normativos que regem a matéria. Além disto, verificar-se-ão os mecanismos de avaliação de instituições de ensino superior e a existência de parâmetros para sua definição. Para isso, construir-se-á referencial teórico que respalde o tema e as críticas que o envolvem, como legalidade, legitimidade, judicialização de direitos constitucionais de segunda geração, definição, efetivação e controle jurisdicional de políticas públicas. Por fim, diagnosticar-se-ão os principais motivos que ensejam as intervenções judiciais e o que as decisões sugerem, verificando, especialmente, se o controle jurisdicional tem sido utilizado como instrumento de efetivação de direitos ou de políticas públicas educacionais.

Palavras-chave: controle jurisdicional do ensino superior; políticas públicas educacionais; avaliação, regulação e supervisão do ensino superior.

A LEI DA ENTROPIA E AS CARACTERÍSTICAS DA ELETRICIDADE COMO FUNDAMENTOS DA RELAÇÃO DO ESTADO COM A ENERGIA

Lucas Noura de Moraes Rêgo Guimarães
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
lucasnoura@hotmail.com

A presente dissertação tem por objeto justificar a presença do Estado no setor elétrico, não apenas como regulador, como é defendido pelo discurso hegemônico neoliberal, mas também como produtor de energia e planejador e executor de políticas públicas voltadas para o setor. Tratar-se das relações entre Direito e Economia, segundo Marx, Stammler, Weber e a análise econômica do Direito. A hipótese diz respeito ao fato de que, sob o ponto de vista filosófico, Direito e Economia relacionam-se e possuem o mesmo campo de estudo, qual seja, o homem, um ser social que coopera sob determinadas regras para a satisfação de suas necessidades. Apresentam-se três ideologias: o liberalismo, o intervencionismo e o neoliberalismo, tendo em vista que a Economia não se encontra desatrelada de um sistema normativo. Assim, demonstra-se a hipótese de que não há que se referir a um mercado livre, autorregulado, tal como defendido pela ideologia liberal e reformulada pelo neoliberalismo do Consenso de Washington, pois o mercado sempre precisou do Estado. Em seguida, expõe-se a incompatibilidade entre o modo de produção capitalista e a lei da entropia e as características físicas da eletricidade. Tal descompasso gera graves consequências ambientais e sociais, corrigidas com a presença do Estado. Por fim, apresentam-se as conclusões parciais: o ordenamento jurídico brasileiro choca-se com a lei da entropia e o comportamento natural da Terra, uma vez que endossa o arranjo de mercado como adequado para realizar os fins socialmente desejáveis; as leis, a partir de 2004, corrigiram rumos inadequadamente tomados com a política de privatizações, dando mais segurança aos contratos, obrigando a contratação a longo prazo, restituindo ao Estado a função do planejamento e instituindo política pública de universalização do acesso ao serviço; há incompatibilidade entre a lógica capitalista aplicada aos sistemas energéticos e as leis da termodinâmica, o que promove o aumento da desigualdade energética no mundo; é necessária a atuação do Estado no modo de exploração da natureza; é inegável a necessidade de ruptura do modelo econômico baseado em combustíveis fósseis e a passagem para a exploração das energias renováveis abundantes a baixo custo; a energia elétrica não é bem de mercado, e o acesso à eletricidade não pode dar-se em função da capacidade de pagamento; são consequências da política que define a energia como bem de mercado as altas tarifas e os poucos investimentos; a energia e a eletricidade têm lógica própria e demandam uma atuação firme do Estado na organização do setor para o seu adequado funcionamento. Com esse estudo, foram publicados três artigos em edições do CONPEDI. No âmbito do GREDE, pesquisou-se a efetividade do Programa Luz para Todos – PLPT. Além disso, os resultados da pesquisa foram publicados no II Congresso de Carreiras Jurídicas do Estado em 2010.

Palavras-chave: energia elétrica; entropia; Estado.

A APLICABILIDADE DAS CONVENÇÕES INTERNACIONAIS SOBRE O DEVER E A OBRIGAÇÃO ALIMENTAR EMERGENTES DAS RELAÇÕES FAMILIARES

Luciano de Medeiros Alves
Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Mestrado em Direito das Relações Internacionais
luckmed@gmail.com

A todo indivíduo é assegurado o direito à vida. Nesse sentido a Constituição Federal brasileira, em seu artigo 1º, inciso III, estabelece o Princípio da Garantia da Dignidade da Pessoa Humana. Sob esse argumento, infere-se que os alimentos têm natureza de Direito de Personalidade, que, por sua vez, tutelam a inviolabilidade do direito à vida e à integridade física. Nesse diapasão, tem-se que o direito a alimentos passou a ter força de direito fundamental, pois é o instrumento capaz de assegurar uma vida digna àqueles que não têm como se sustentar, razão pela qual a obrigação alimentar está intrinsecamente ligada ao direito à vida, à proteção da pessoa humana. É certo que, no mundo dito globalizado, o espaço físico não se encontra mais tão restrito, eis que atos praticados em um Estado estrangeiro podem lesar diretamente outros, interferindo, inclusive, nas vidas das pessoas. O processo de encurtamento das distâncias entre diferentes nações afeta, também, o Direito de Família, quando dos arranjos familiares emergem situações que ultrapassam os limites territoriais brasileiros, a exemplo da cobrança de alimentos quando uma das partes envolvidas reside em território estrangeiro. O presente trabalho de pesquisa enfoca a obtenção e a execução, no plano internacional, de alimentos devidos em razão da relação familiar, pelo fato de o credor ou devedor residir no Brasil, justificando-se, mediante essa delimitação, o estudo das três Convenções acerca da prestação alimentar, ratificadas pelo Brasil. A presente pesquisa trata da solução para a obtenção de um direito fundamental em qualquer ordenamento jurídico do mundo, qual seja, o direito aos alimentos quando as pessoas sem recursos dependem, para o seu sustento, de outras residentes no estrangeiro. Nesse contexto, a pesquisa procura esclarecer qual é o *status* constitucional que os Tratados Internacionais, que versam sobre alimentos, ocupam no Direito brasileiro e se os pactos internacionais que tratam do direito a alimentos podem ser considerados como Tratados sobre direitos humanos e cláusulas pétreas, devendo ser incorporados, imediatamente, ao ordenamento interno por força do artigo 5º, § 1º da Constituição Federal. O trabalho analisa se as decisões acerca de alimentos, proferidas por Estado estrangeiro, podem ser revistas pelo judiciário brasileiro e, no mesmo sentido, se as sentenças decretadas pelo judiciário brasileiro, em processos que versem sobre alimentos, podem ser revistas pelo Estado estrangeiro onde uma das partes mantenha domicílio. A pesquisa analisa o procedimento para iniciar a demanda de alimentos contra o obrigado a prestar-lhe, que resida em Estado estrangeiro; a quem compete o *Jus Postulandi;* qual é o papel da União nos processos de alimentos em que uma das partes reside em Estado estrangeiro; se o Estado brasileiro está devidamente organizado para o cumprimento das obrigações assumidas como signatário dos Tratados internacionais a ser pesquisados.

Palavras-chave: alimentos; convenções internacionais sobre alimentos; proteção à pessoa humana.

PRODUÇÃO NORMATIVA SOBRE RECUPERAÇÃO E FALÊNCIA DAS SOCIEDADES EMPRESÁRIAS NO MERCOSUL: CRÍTICA COMPARADA

Lucinéia Possar
Mestrado em Direito das Relações Internacionais
Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
luci.possar@bb.com.br

Profusas discussões sobre segurança jurídica têm ocupado a agenda de pesquisadores vinculados ao Direito, à Economia, à Política, às Relações Internacionais. A expressão é empregada, para apoiar e combater posições em diferentes campos institucionais. Tais aplicações, quando realizadas sem o adequado filtro epistemológico, desvendam contradições difíceis de sustentar-se. Entre as múltiplas ocupações atribuídas à expressão *segurança jurídica,* está a que se refere à recuperação e à falência das sociedades empresárias. Imputa-se às insuficiências normativas e positivas deste ambiente uma espécie de derrame que contagia diferentes setores econômicos e sociais. Nesse sentido, a pesquisa baseia-se na exploração qualitativa dos meios bibliográficos, secundada pela análise documental de instituições públicas e privadas envolvidas com a integração regional. A exploração e a interpretação das diferentes abordagens foram realizadas, visando identificar pontos de interseção em diversas áreas. A proposta científica considera duas insuficiências: o distanciamento entre os juristas do Bloco, como se houvesse a negação do compartilhamento de experiências históricas e culturais na formação da estrutura do pensamento jurídico regional; a inexistência de referência bibliográfica no campo do Direito Internacional Público e Privado sobre a recuperação e a falência das sociedades empresárias. A investigação afinada com os objetivos sistêmicos enunciados resultou quase infrutífera. A escassez de estudos com esse espírito integrador que estimule uma arquitetura normativa e doutrinária capaz de agregar os conhecimentos existentes no Bloco é uma lacuna a ser preenchida. No Brasil, foi sancionada a Lei 11.101/2005, por meio da qual se "regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária". No âmbito do MERCOSUL, ainda que iniciativas similares não representem movimentos de unificação ou harmonização típicos do Direito Internacional Público e ou Privado, também foram sancionadas leis com a mesma finalidade. Este movimento *normativista* quase sincrônico observado nos principais países do MERCOSUL não produziu impactos positivos na formação de um campo institucional consolidado: a cena individual prevalece sobre o conceito de Bloco. É possível afirmar que o desenvolvimento institucional do MERCOSUL não acompanha as possibilidades de avanços da atualidade, especialmente se se considera o conhecimento prévio do caminho e as experiências acumuladas na construção de outros Blocos, mais precisamente a União Europeia; nesse contexto, o Direito Internacional Público é vital para esta empreitada. Para superar as deficiências institucionais no campo de estudo do qual se ocupa este projeto de dissertação, será necessário reivindicar a multidisciplinaridade. Entre as diferentes disciplinas, o Direito tem um papel central, pois, sem ele, o desenho dos espaços institucionais perduráveis torna-se inviabilizado.

Palavras-chave: MERCOSUL; empresas; integração; recuperação.

A INTERNACIONALIZAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE: POSSIBILIDADES DE UMA REALIDADE JURÍDICA ORDENADA EM MEIO À FRAGMENTAÇÃO DO DIREITO INTERNACIONAL

Luís Felipe Bicalho
luisbicalhobsb@gmail.com
UniCEUB – ICPD
Programa de Mestrado e Doutorado em Direito

O trabalho faz parte das discussões do Grupo de Pesquisa de Internacionalização do Direito, vinculado ao Programa de Mestrado do UniCEUB, de que surgiu a possibilidade de estudar o tema "Mecanismos de implementação e efetividade das decisões dos Tribunais Internacionais", o que já havia sido iniciado por meio do Programa de Iniciação Científica em 2009 e da monografia sobre o "Acesso à saúde no âmbito da Corte Interamericana de Direitos Humanos". As conclusões da monografia subsidiam a proposta do mestrado. Assim, a hipótese contestável que ora se apresenta como objeto de estudo consubstancia-se na análise da conexão entre os discursos jurídicos da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e do Supremo Tribunal Federal (STF), quanto à percepção do direito à saúde. Descortinam-se outras questões relevantes ao tema: a construção jurisprudencial da CIDH e do STF em aspectos concernentes ao direito à saúde; o conceito e a efetividade normativa do direito à saúde; a função e a responsabilidade do Estado na prestação da saúde pública; o direito dos pacientes; a responsabilidade profissional ocasionada por erro médico. O estudo busca apresentar a realidade jurídica internacional em que se insere o direito à saúde, no âmbito do sistema interamericano de proteção dos direitos do homem. Por meio desse recorte metodológico, verificam-se as diferentes experiências dos tribunais CIDH e STF. Mediante o método empírico-dedutivo, vislumbram-se as incongruências, e apresenta-se a possibilidade de otimização do sistema regional e a construção de uma realidade ordenada em meio à fragmentação do Direito Internacional, inserindo, nesse amálgama, o entendimento do excelso Tribunal. O desenvolvimento da pesquisa traça um esboço estrutural da CIDH, sem, contudo, olvidar-se de apresentar a realidade jurídica, destacando-se a influência da globalização na construção das instituições jurídicas modernas e o quadro de fragmentação jurisdicional vivenciada. Assim, evidenciam-se as divergências de discursos jurisprudenciais entre as Cortes Nacionais e as Internacionais. Nesse sentido, destaca-se a dificuldade na subsunção dos fatos ao corpo normativo, o que impede uma construção jurídica direcionada e, como efeito da divergência de entendimento entre a realidade regional e nacional, conceitua-se o direito de modo distinto, e apresentam-se mecanismos de proteção disformes um do outro. O intento é encontrar uma lógica empiricamente aplicável e efetiva, extraída da realidade inter-regional do sistema interamericano e da realidade estritamente nacional, advinda do entendimento do Supremo tribunal Federal.

Palavras-chave: Direito Internacional; Direito à saúde; Corte Interamericana de Direitos Humanos e Supremo Tribunal Federal.

O LICENCIAMENTO AMBIENTAL: UMA ANÁLISE DOS ASPECTOS JURÍDICOS CONTROVERSOS

Marcela Albuquerque Maciel
marcelaamaciel@hotmail.com

O trabalho tem como tema o licenciamento ambiental com enfoque nas questões jurídicas controvertidas verificadas na doutrina brasileira. Pretende-se, assim, proceder ao levantamento e à sistematização dos aspectos jurídicos controversos quanto ao licenciamento ambiental, visando ao posicionamento quanto a cada uma dessas questões, tomando-se por base os princípios de direito ambiental aplicáveis ao instrumento. Percebe-se, portanto, a relevância do tema e da pesquisa a ser desenvolvida, pois pode contribuir não só para a sistematização do conhecimento e a orientação de estudos posteriores sobre o licenciamento ambiental, mas também para a efetividade do instrumento. A metodologia do estudo consiste em investigação bibliográfica e documental da doutrina nacional e estrangeira sobre o tema, a fim de consolidar o arcabouço teórico com que se procederá à análise do problema. Paralelamente, realiza-se o levantamento das principais questões controversas na doutrina ambiental quanto ao licenciamento ambiental, sistematizando as correntes representativas de cada posição encontrada, quais sejam: atividades sujeitas ao licenciamento; competência para licenciar; natureza jurídica e revisibilidade da licença; autolicenciamento. Em seguida, analisam-se tais correntes, tomando-se por base o referencial teórico estabelecido com ênfase nos princípios de direito ambiental aplicáveis ao objeto de estudo.

Palavras-chave: licenciamento ambiental; aspectos controversos; competência**;** natureza jurídica; autolicenciamento.

A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E A PROTEÇÃO LEGAL DE CÓRREGOS: UM ESTUDO DE CASO EM ANÁPOLIS

Mariane Morato Stival
marianemorato@hotmail.com
Orientadora: Márcia Dieguez Leuzinguer

O tema proposto na presente pesquisa contém contornos relacionados à sustentabilidade, pois visa analisar o crescimento urbano e a proteção legal de córregos sob a perspectiva de um estudo de caso no município de Anápolis. A Constituição Federal traz como garantia o meio ambiente ecologicamente equilibrado, alçando-o à condição de bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida. No mesmo sentido, prevê a necessidade de política de desenvolvimento urbano que obedeça às diretrizes fixadas em lei e que tenha como objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. Desse modo, observa-se a necessidade da política de desenvolvimento sustentável urbano ordenada e o respeito aos limites ambientais. Entretanto, as expansões territoriais dos municípios afetam o meio ambiente, mais precisamente as Áreas de Preservação Permanente, pois o crescimento desenfreado urbano atinge-as, as quais deveriam ser preservadas por determinações legislativas. Dada a sua relevância, o tema em foco por si só se torna justificável. O município de Anápolis enfrenta o problema de perda de suas Áreas de Preservação Permanente, em especial, pelo grande número de edificações instaladas às margens do Córrego João Cesário, que deságua no Córrego das Antas, que atravessa a cidade. Assim, objetiva-se, mediante o marco teórico construído com base nas contribuições de Hans Kelsen, Jean Jaques Rousseau, John Locke, Montesquieu, Ronald Dworkin, a pesquisa dos diplomas legais de um modelo realizável na busca de compreender este tipo de violação ao meio ambiente, que gera ressonâncias à coletividade. Além disso, realiza-se o estudo das políticas públicas que tenham por objetivo regular o exercício da propriedade privada em consonância ao direito ao meio ambiente equilibrado. Pretende-se utilizar a metodologia de investigação bibliográfica, análise de documentos, pesquisa de campo, entrevistas com sujeitos direta e indiretamente envolvidos com o objeto da pesquisa.

Palavras-chave: sustentabilidade; política de desenvolvimento urbano; proteção legal de córregos.

SOCIEDADE DEMOCRÁTICA, ESTADO DE DIREITO E INADIMPLEMENTO NAS RELAÇÕES OBRIGACIONAIS NO DIREITO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO: NOVO CONCEITO À LUZ DA REFORMULAÇÃO DAS POLÍTICAS DE JUSTIÇA

Marília de Ávila e Silva Sampaio
marilia.sampaio@tjdft.jus.br.

Trata-se de um projeto realizado no curso de doutorado em Direito e Políticas Públicas, na linha de pesquisa *Estado, políticas públicas e domínio econômico e relações privadas,* em que se pretende analisar, mediante a definição de política pública como toda forma de atuação do Estado seja na esfera pública, seja na esfera privada, os prismas do inadimplemento no direito obrigacional, desde a sua definição dogmática até fenômenos sociais contemporâneos, como é o caso do superendividamento ou da responsabilidade civil pela má concessão do crédito e a redefinição de uma política de justiça no tratamento da questão, que não pode mais ser pautada em parâmetros tradicionais de abordagem do tema, principalmente sob a perspectiva da atuação do juiz. Nesse sentido, urge que se encontrem soluções eficazes no equacionamento do problema, advindo da criação de demandas de consumo e movimentação da economia, em consonância com a realização viável do projeto constitucional, quer da perspectiva da circulação de riquezas e realização do crédito, quer da legitimação e da proteção dos direitos fundamentais do devedor inserido no contexto de sociedade de consumo em massa. Se política pública é "tudo o que os governos decidem fazer ou deixar de fazer" e a sociedade moderna caracteriza-se por uma pluralidade de fontes e valores, pela diversificação ideológica e produtiva, de modo que não se pode ter uma visão reducionista das relações sociais às leis de mercado, impõe-se a conclusão de que a política tem supremacia sobre a economia. Dessa forma, o efetivo respeito à dignidade da pessoa humana deve ter superioridade sobre qualquer razão política da organização da vida da coletividade. Assim, o que pretende o presente estudo é uma apresentação sistemática de todos os aspectos atinentes à nova conceituação do tema, incluindo a noção de obrigação como um processo, impondo a constatação de que, sob os influxos do princípio da boa-fé objetiva, o inadimplemento não se limita, para a sua caracterização, à relação de débito e crédito da obrigação principal, como classicamente sempre se afirmou, mas inclui os deveres anexos ou acessórios à obrigação, derivando a noção de violação positiva do contrato e do adimplemento substancial ou inadimplemento mínimo. Ligada ao tema está a discussão sobre os desdobramentos do inadimplemento obrigacional e seus impactos nas relações econômicas, mediante a chamada tutela externa do crédito, em contraposição aos direitos do devedor, principalmente àqueles ligados à tutela da dignidade da pessoa humana. Na mesma linha, pretende-se o estudo de problemas sociais vinculados à responsabilidade civil, como o superendividamento, quando o devedor se vê alijado do mercado de consumo pela impossibilidade de adimplemento das obrigações assumidas e a responsabilidade civil mediante a má concessão do crédito, nas hipóteses em que a concessão do crédito se dá a devedores sabidamente insolventes, como proteção contra o abuso do direito. A pesquisa que ora se propõe enquadra-se na vertente teórico-metodológica, como jurídico-dogmática e jurídico-sociológica em complementaridade. O método da pesquisa é o dedutivo conforme os valores inseridos na pauta constitucional, passando pelo ordenamento infraconstitucional e pela abordagem tópica dos precedentes jurisprudenciais. A pesquisa encontra-se no início, e a aluna coordena, juntamente com a ministra Nancy Andrighi, do STJ, um livro de artigos, cujo título é *Aspectos polêmicos do inadimplemento no Direito brasileiro: uma análise multidisciplinar*, pela editora Atlas. Seu lançamento está previsto para o segundo semestre de 2011.

Palavras-chave: inadimplemento; direito obrigacional; direitos fundamentais; dignidade da pessoa humana; função social do contrato.

INTERNACIONALIZAÇÃO DO DIREITO SOCIETÁRIO: LIMITES E POSSIBILIDADE DA HARMONIZAÇÃO DAS LEGISLAÇÕES NACIONAIS E DO SURGIMENTO DE NORMAS SUPRANACIONAIS SOBRE SOCIEDADES COMO RESPOSTAS ÀS EXIGÊNCIAS DE UM MERCADO GLOBAL

Marlon Tomazette
Marlon@opendf.com.br

A tese em desenvolvimento tem como objetivo primordial a busca dos futuros caminhos do direito societário em face desse inegável fenômeno que é a globalização, especialmente nos aspectos da proteção dos credores e dos investidores. A ideia central é verificar o que já foi realizado como resposta à globalização na seara do direito dos negócios e o que pode ser feito na elaboração do direito societário internacional. O trabalho será baseado em pesquisa bibliográfica, nacional e estrangeira, analisando-se, de forma crítica, dados estatísticos e econômicos dos problemas propostos. O tema envolve, inicialmente, a avaliação geral da globalização nas diversas perspectivas, especialmente as mudanças que impõe ao mundo jurídico e os desafios aos agentes econômicos e aos Estados. Em seguida, serão analisados os impactos desse fenômeno sobre o modo de produção de normas jurídicas, com atenção ao pluralismo e ao fenômeno da internacionalização do direito. A expansão econômica traz consigo a ideia de suposta desregulamentação, mas o que se tem é um rearranjo das normas pela atuação de atores públicos e privados. Embora não se possa falar em ordem jurídica global, existem os fenômenos da harmonização das legislações nacionais e o surgimento de legislações supranacionais como caminhos naturais à atuação legislativa no mercado global. Neste ponto, chega-se ao fenômeno da internacionalização do direito em diversas vertentes, com atenção à fragmentação e à policromia desse fenômeno. Na perspectiva da internacionalização do direito fragmentada, o direito empresarial dos negócios mostra-se um campo fértil, em razão do cosmopolitismo, entendido como a necessidade de regulação de relações que não se prendem a uma nação, mas a todo o mundo. Isso permitiu a reemergência da *lex mercatoria*, que gerou tratados, como a Lei Uniforme de Genebra. Apesar da escassez de normas internacionais, as nacionais sobre o direito societário são bastante alteradas, em especial, para atender as exigências da economia global. Sob essa concepção, serão analisados os rumos do direito societário com e sem a participação do Estado.

Palavras-chave: internacionalização do direito; direito societário; pluralismo jurídico; globalização econômica.

MECANISMOS INVASIVOS DE INVESTIGAÇÂO CRIMINAL NO BRASIL SOB A ÓTICA DO GARANTISMO PENAL

Matheus Mela Rodrigues
Mestrado em Direito e Políticas Públicas - UniCEUB
matheus.mmr@gmail.com

Para garantir a observância das garantias e dos direitos individuais por ocasião da adoção de medidas estatais de controle da criminalidade organizada, devem ser implementadas melhores políticas de controle externo das atividades investigativas do Estado, por meio de órgão vinculado ao Poder Judiciário, assim como a previsão de participação efetiva da população e de operadores do direito na elaboração e na alteração das legislações pertinentes ao controle da criminalidade organizada. O presente estudo visa estimular as discussões sobre a aplicabilidade das técnicas investigativas intrusivas na vida pessoal dos cidadãos tidos como suspeitos de integrar quadrilhas voltadas para a criminalidade organizada, sob a ótica da doutrina do garantismo penal. No grupo de pesquisa em Política Criminal, o debate é acirrado com relação ao tema. Há necessidade de traçar o panorama da evolução do crime organizado nas últimas décadas e de o poder estatal tomar medidas mais eficazes de controle da criminalidade organizada. As conclusões deste estudo visam nortear os aplicadores do direito e os legisladores acerca da real necessidade da elaboração sensata de um estudo criminológico sobre o atual quadro social da criminalidade organizada brasileira e de como deverão agir: com estrita observância aos direitos e às garantias individuais. A criminalidade organizada, sua transnacionalidade e as inovações tecnológicas diárias fazem que as entidades públicas do mundo necessitem aprimorar-se para enfrentar esse problema à altura. O alto poder aquisitivo das quadrilhas especializadas coloca-as um passo à frente do Estado, com relação à utilização de métodos sofisticados na prática de diversos tipos de crimes, desde os chamados de colarinho branco até os mais graves contra a vida, como, por exemplo, a extorsão mediante sequestro. Os métodos de investigação previstos no vetusto Código de Processo de Penal de 1942 não eram suficientes, sendo de rigor a edição de legislações especiais para suplantar as suas lacunas. Diante disso, houve edição, nos últimos quinze anos, de legislações criminais que transformaram, sobremaneira, os mecanismos de investigação. Ainda pairam dúvidas nos tribunais acerca da interpretação das legislações que tratam desses métodos investigatórios, tais como, interceptações telefônicas, escuta ambiental, vigilância eletrônica. No entanto, as legislações constituem-se em importantes armas no confronto do Estado contra a criminalidade organizada.

Palavras-chave: investigação criminal; criminalidade organizada; garantismo global.

SUBTRAÇÃO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS: AS EXCEÇÕES À OBRIGAÇÃO DE RETORNO PREVISTAS NA CONVENÇÃO DA HAIA DE 1980 SOBRE OS ASPECTOS CIVIS DO SEQUESTRO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS – ANÁLISE DE POSIÇÕES JUDICIAIS SOBRE A ADAPTAÇÃO DA CRIANÇA

Natalia Camba Martins
Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Mestrado em Direito das Relações Internacionais
natycmartins@hotmail.com

Demonstra-se que, em alguns aspectos, a jurisprudência produzida pelo Poder Judiciário brasileiro em relação ao artigo 12 da Convenção da Haia de 1980 sobre os Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças – dispositivo que veicula exceção à obrigação de retorno imediato, ao seu país de residência habitual, de crianças vítimas de subtração internacional relacionada à sua integração ao novo meio – afasta-se das decisões judiciais produzidas pelos demais Estados-Parte. Para tanto, apresenta-se a proteção jurídica da criança no contexto internacional, desde os precedentes do processo de internacionalização dos Direitos Humanos, passando pela Convenção da ONU de 1989 sobre os Direitos da Criança e alcançando a Convenção da Haia de 1980 sobre os Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças. Analisam-se as principais posições teóricas sobre as exceções à obrigação de retorno imediato de crianças vítimas de subtração internacional ao seu Estado de residência habitual, veiculadas nos artigos 13 e 20, alcançando o estudo pormenorizado do artigo 12 em suas posições teóricas. Em seguida, destacam-se as decisões publicadas até maio de 2010, no sítio eletrônico do banco de dados da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado sobre subtração internacional de crianças – INCADAT – proferidas por Estados estrangeiros entre 2003 e 2009 e relativas aos parágrafos 1º e 2º do artigo 12 do tratado, para, ao final, aplicando considerações referentes à teoria gadameriana, compará-las às decisões emanadas do Poder Judiciário brasileiro, concernentes aos mesmos dispositivos e período. Conclui-se com as diferenças encontradas, criticando-as quando apontam para inadequada interpretação e aplicação da sistemática criada pelo tratado, propondo alterações e sugestões que visam a melhorar o funcionamento do mecanismo convencional de retorno imediato, ao seu país de residência habitual, de crianças vítimas de subtração internacional.

Palavras-chave: direito internacional privado; aspectos civis do sequestro internacional de crianças; exceções ao retorno imediato; integração da criança ao novo meio.

REINCIDÊNCIA CRIMINAL: A FALHA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA APLICAÇÃO DAS PENAS

Pablo Borges Rigo
UniCEUB/Unievangélica
Mestrado em Direito
stevehome80@gmail.com

A pesquisa visa demonstrar a reincidência criminal como nítida falha das políticas públicas na aplicação das penas, analisando o desrespeito desse instituto aos direitos fundamentais e demonstrando a real necessidade de declará-lo não recepcionado pela Constituição, uma vez que a consequência jurídica para o reincidente é o agravamento da pena. Por sua vez, as políticas públicas são ações do Poder Legislativo ou do Poder Executivo que se justificam, por direcionar-se à concretização de direitos. As sanções penais quando idealizadas obedecem a esta conceituação no sentido de respeitar e viabilizar o cumprimento digno dessas sanções. O grande percentual de reincidentes criminais demonstra que há falha estatal, ao conduzir a aplicação da pena. A falta de investimentos somada à grande população carcerária torna indigno cumprir-se pena no sistema penitenciário brasileiro. Dessa forma, o Estado não foi capaz, por meio de suas políticas, de implementar as leis. A questão agrava-se quando, tentando, então, sanar as falhas, o Estado aplica o instituto da reincidência criminal. Critério, no mínimo, intrigante é agravar a pena do indivíduo, por ter falhado na sua aplicação. Aqui se encontra o desrespeito aos direitos fundamentais. O projeto de pesquisa e o tema comunicam-se perfeitamente, vez que cabe ao direito regular os fatos sociais e o fenômeno da reincidência criminal enquadra-se nessa definição. Assim, o Estado deve ser justo quando implementa uma política pública e impõe uma sanção. Critério de justiça é também atuar com o objetivo de promover direitos básicos em todas as ações governamentais. Desta feita, a pesquisa demonstrará as falhas da atuação estatal no sistema de aplicação das penas, expondo nítida afronta ao Estado Democrático de Direito e indicando soluções para implementar políticas nesse sentido. É visível a falta de atenção por parte do governo, com os indivíduos que se enveredam pela prática delituosa, que, quando punidos, são, praticamente, esquecidos. A preocupação alarga-se quando se percebe que a falta desse apoio por parte do Estado aumenta o número de crimes, o que não justifica a criação de institutos desproporcionais que agravam a reprimenda do indivíduo que volta a delinquir. A proposta, assim, é demonstrar que a reincidência criminal é fruto da falha das políticas públicas voltadas à aplicação da pena, impedindo o agravamento da pena por esse instituto, obrigando o Estado a efetivar as garantias constitucionais e legais alcançadas sobre esse assunto. Especificamente, objetiva-se demonstrar a não recepção do instituto da reincidência criminal no ordenamento jurídico e propor meios para efetivação das conquistas adquiridas nos diplomas legislativos vigentes. Como hipótese primária, tem-se que a reincidência criminal, na maioria dos casos, é fruto da falta de efetivação dos institutos garantidores dos direitos fundamentais na aplicação da pena. Políticas públicas voltadas a essa área podem reduzir o número de infratores e de crimes. Como hipótese secundária, tal instituto criminal é um fato social. Punir mais gravosamente aquele que se enquadra no conceito de reincidente não se coaduna com a sistemática de um Estado Democrático de Direito.

Palavras-chave: reincidência criminal; políticas públicas; aplicação das penas.

OS PRECEDENTES DO STF E DO TSE ACERCA DAS INELEGIBILIDADES RELATIVAS, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 (ART. 14, §§ 5º, 6º E 7º), A PARTIR DE ARGUMENTOS DE PRINCÍPIO E NOS TERMOS DA INTEGRIDADE DO DIREITO

Pablo Zuniga Dourado
pablozuniga@uol.com.br
Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
Programa de Pós-Graduação strictu sensu em Direito

Uma das mais difíceis tarefas do operador jurídico é a de interpretar a Constituição, que traz dispositivos cujo conteúdo envolve não só comandos normativos, mas também opções fundamentais de um Estado e de uma sociedade em determinada época histórica, preenchidas por valores fundamentais e princípios essenciais a certa comunidade. As peculiaridades da interpretação constitucional são tão evidentes que se pode sustentar uma guinada no entendimento da Ciência do Direito. Assim, o positivismo jurídico expõe sua deficiência nas respostas aos problemas. A doutrina do Direito Constitucional, imbuída de novos posicionamentos, conduz à rediscussão acerca do papel do Poder Judiciário na interpretação das normas constitucionais. Questiona-se qual é a legitimidade e os limites da atuação judicial na concretização de direitos fundamentais, a exemplo dos políticos. Nesse sentido, a teoria de Dworkin é peculiar, entre outros aspectos, porque admite como fontes do Direito não apenas as convenções e as deliberações que fornecem elementos formais. A moralidade não convencional, sustentada em proposições substanciais, também. A completude do ordenamento jurídico é construída pela compreensão da citada moralidade, tão comum às práticas cotidianas dos juristas, e pela demonstração de que os direitos se originam não apenas de regras expressas, mas também de princípios morais substantivos. Os juízes devem identificar a melhor interpretação e a resposta correta para o caso posto. A história de uma comunidade e a moralidade substantiva construída e afirmada ao longo do tempo fornecem padrões obrigatórios e coercitivos sobre a atividade dos juízes. Mesmo nos casos difíceis, as partes têm direito a uma decisão judicial que ofereça a melhor interpretação possível das normas e dos princípios em jogo. É imprescindível que a utilização da interpretação não recorra à "discricionariedade judicial", a fim de atingir a melhor decisão para os casos postos, ou seja, embasada em pressupostos aplicáveis a situações similares, e evitar a influência no processo de escolha dos representantes do povo. O método de abordagem é a pesquisa de precedentes jurisprudenciais, a hermenêutica jurídica e o método hipotético-dedutivo para explorar o objeto. Os principais resultados atingidos foram a consolidação de uma consciência científica para o desenvolvimento do trabalho e o significativo aprofundamento sobre a teoria e as ideias do marco teórico adotado, Ronald Dworkin. Além disso, o mais importante é o conhecimento sobre o diálogo que se desenvolve entre os diferentes autores, de sorte a facilitar a compreensão do que pensam e incrementar a bibliografia a ser utilizada.

Palavras-chave: interpretação constitucional; precedentes do Supremo Tribunal Federal; argumentos de princípio; discrição judicial; legitimidade democrática.

ASPECTOS DA EFETIVIDADE DO DIREITO À EDUCAÇÃO NO PÓS CF/88: ELEMENTOS FILOSÓFICOS E CONTEXTUAIS

Patrícia Ribeiro Vieira
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
patriciariberiovieira@hotmail.com

A pesquisa visa analisar a efetividade do direito à educação no Brasil. Enfoca-se, inicialmente, o cumprimento das normas positivadas no ordenamento constitucional e, posteriormente, sua efetividade material em relação a demandas e necessidades sociais. Dessa forma, a ideia é estabelecer um diálogo entre os pressupostos jurídicos e sociais de efetividade do direito à educação, que está no rol de direitos fundamentais, especificamente nos direitos sociais, tendo sua proteção indissociável de seus elementos configuradores, ou seja, não basta sua formalização para que seja assegurado, pois uma vez tratando-se de direito social, carece de política que o realize de forma ativa e comprometida, sob pena de configurar-se em mito. A Constituição tem passado por sucessivas alterações no que se refere à política pública educacional, no sentido de subsidiar, materialmente, a realização de tal direito. É o que se observa das emendas constitucionais nº 14/96 e nº 53/06, respectivamente, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF – e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB. Com base no paralelo entre a efetivação do direito à educação à luz do ordenamento constitucional e da demanda social, será possível verificar os pontos de convergência e divergência entre ambos. Dessa forma, pretende-se estabelecer a relação entre a norma e o contexto social e, sob a perspectiva de Estado Democrático de Direito, entender qual tem sido a função da estrutura educacional brasileira. Ou seja, na avaliação dos resultados das políticas públicas educacionais, pondera-se se a educação pública se tem prestado à formação de cidadãos e tem garantido a dignidade à pessoa humana.

Palavras-chave: desenvolvimento; educação; políticas educacionais.

OS LIMITES CONSTITUCIONAIS DA PROPRIEDADE INTELECTUAL E A DEFESA DA CONCORRÊNCIA: O REGISTRO DE DESENHO INDUSTRIAL DAS PEÇAS DE REPOSIÇÃO AUTOMOTIVAS E A LIMITAÇÃO À CONCORRÊNCIA

Paulo Henrique Franco Palhares
paulo.palhares@gmail.com
Mestrado em Direito e Políticas Públicas

Tendo em vista a relevância do debate acerca dos limites da propriedade intelectual e da necessidade de observância das regras de concorrência, o tema da dissertação mostra-se jurídica, social e economicamente importante, pois pretende estudar o processo de Averiguação Preliminar no CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica. Os autos do Processo: 08012.002673/2007-51 foram constituídos quando a ANFAPE – Associação Nacional dos Fabricantes de autopeças apresentou representação na SDE - Secretaria de Direito Econômico, contra as montadoras, que, segundo seus argumentos, estavam tomando medidas judiciais e extrajudiciais para impedi-las de continuar fabricando peças de reposição. Com base nas noções de mercado relevante, as hipóteses que se levantam são: quanto às peças de reposição, o mercado seria monopolizado pela montadora no caso da manutenção do registro do desenho da peça; não há justificativa nem do ponto de vista jurídico, nem do econômico para a concessão do registro das peças de reposição; o registro do desenho industrial do veículo não implica monopólio, pois, neste mercado primário, venda de carros novos, há substituição entre os bens concorrentes; a concessão de registro para o desenho industrial sobre as peças automotivas gera monopólio de mercado, ao passo que o registro do desenho do carro completo não tem o mesmo efeito, por isso somente o último é compatível com o ordenamento jurídico brasileiro. A pesquisa será estruturada com base teórica sobre o tema proposto, no sentido de analisar a consistência das regras de mercado, em razão da concessão de registro sobre desenhos industriais para peças automotivas. Para efetivar o trabalho, serão analisados as justificativas sociais, econômicas e os princípios norteadores da propriedade intelectual, da concorrência e da proteção ao consumidor, a legislação internacional sobre o tema da PI, com foco no acordo TRIPS. Além disso, será realizado estudo documental primário sobre o processo 08012.002673/2007-51 em trâmite no CADE. Mediante o cotejo entre os fundamentos para concessão de propriedade intelectual e as regras de mercado, argumenta-se no sentindo de que a concessão de registro de desenho industrial para peças isoladamente consideradas implica monopólio de mercado.

Palavras-chaves: propriedade intelectual; concorrência; mercado relevante; peças de reposição automotivas; CADE.

A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: ESTUDO DE DECISÕES JUDICIAIS À LUZ DA NOVA RETÓRICA DE CHAIM PERELMAN

Priscilla Santana Silva
priscillasantana_@hotmail.com
Orientador: doutor Luís Carlos Martins Alves Jr.

O presente estudo visa verificar a importância da retórica e da dialética quando do uso da linguagem jurídica e a significação atribuída a ela na produção do discurso proferido pelo Supremo Tribunal Federal, por meio de seus acórdãos. A pesquisa justifica-se uma vez que, sendo nosso Direito positivo, nem sempre é possível subsumir a lei ao caso em lide, utilizando-se, portanto, o julgador da técnica da integração como método interpretativo, não obstante deve ater-se ao espírito da lei com vistas a julgar de maneira convincente e coerente. Sendo assim, o estudo direciona-se no sentido de questionar como se dá tal interpretação quando o julgador se fundamenta em princípios, tais como, o da dignidade da pessoa humana, cujo entendimento e hermenêutica devem adequar-se ao caso em análise, mantendo-se, ademais, a lógica jurídica do discurso produzido à luz dos ensinamentos de Chaim Perelman. Mediante essa concepção, o foco retoma a problemática que envolve a hermenêutica principiológica do ordenamento pátrio quando decorrente da aplicação do princípio da dignidade da pessoa humana a um caso em lide. Por fim, a pesquisa propõe analisar, pelo estudo de decisões judiciais, a lógica do discurso produzido pela Suprema Corte do país. Como resultado, tem-se prévia da análise feita da Ação Declaratória de Inconstitucionalidade – ADIN 3510, que trata da pesquisa com células-tronco embrionárias e que requereu a leitura de obras que norteiam o referencial teórico, apresentando, em apertada síntese, as seguintes considerações: incoerência do julgado no que se refere à aplicação da hermenêutica, haja vista que, em se tratando de matéria que requer extrema atenção, vez que é pertinente à vida e a termos constitucionais, a argumentação proferida deveria ater-se à determinação da abrangência dada ao princípio da dignidade humana, pois ora o acórdão entendeu não ser o embrião portador dela, já que é atinente à pessoa humana, ora defende ser a Lei de Biossegurança um conjunto normativo no qual se protege a dignidade do embrião. Portanto, diante do exposto, o trabalho tem caminhado rumo à construção empírica dos argumentos e adota, por metodologia, a pesquisa bibliográfica e o estudo de casos, ao propor a análise de julgados do Supremo Tribunal Federal no que toca a coerência e a coesão dos discursos jurídicos que tem produzido.

Palavras-chave: princípio da dignidade da pessoa humana; decisões judiciais. Supremo Tribunal Federal; lógica jurídica.

A INCORPORAÇÃO DAS NORMAS DO MERCOSUL NO ORDENAMENTO JURÍDICO NACIONAL E A SUPRANACIONALIDADE NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Rafael Ramia Muneratti
rafaelmuneratti@ymail.com
rafaelmuneratti@hotmail.com
Mestrado em Direito do UniCEUB

A criação do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL – representou, até o momento, o passo de maior importância para a efetiva integração dos países sul-americanos que o compõe. Em termos econômicos, os avanços são inquestionáveis, uma vez que o órgão já atingiu o estágio de mercado comum, o quarto entre os cinco estágios de integração econômica, citados pela doutrina do direito internacional. Em termos políticos, porém, a integração encontra-se em fase inicial. Constituído originariamente como um órgão intergovernamental, apenas recentemente, com a aprovação do Protocolo Constitutivo do PARLASUL, o MERCOSUL começa a desenvolver um caráter supranacional que demanda maior agilidade no processo de incorporação das normas oriundas do MERCOSUL pelos seus países membros. Com efeito, uma das principais características de um órgão supranacional é a previsão de imediata validade, vigência e eficácia de suas normas nos ordenamentos jurídicos dos seus integrantes, sem a necessidade de procedimentos internos de recepção. O presente trabalho analisará a possibilidade de incorporação imediata das normas oriundas do MERCOSUL pelo ordenamento jurídico brasileiro, por meio de interpretação do artigo **4º**, parágrafo único, da Constituição Federal, e a importância dessa possibilidade para o prosseguimento exitoso da efetiva integração política, social e cultural dos países membros do MERCOSUL. Como consequência dessa abordagem, o trabalho analisará a existência de princípios e características que, desde já, apontariam a presença do caráter supranacional na Constituição Federal de 1988, acolhedor de um direito comunitário, sem a necessidade de alterações em seu texto, por emendas. Assim, questiona-se se: a recepção às normas oriundas do MERCOSUL deve seguir o mesmo processo previsto, pela Constituição Federal, para os demais tratados internacionais; o princípio constitucional que determina a busca pelo Brasil da integração econômica, política, social e cultural com os demais países latino-americanos permite um tratamento diferenciado para facilitar a recepção das normas oriundas do MERCOSUL; é possível a interpretação do artigo 4º, parágrafo único, da Constituição Federal, para permitir a recepção imediata das normas oriundas do MERCOSUL; qual é o tipo de interpretação que melhor se adaptaria para a resolução do problema; h**á vantagens na recepção imediata dessas normas**; esse processo facilitaria a integração regional; a integração regional traria vantagens para os países membros do MERCOSUL e, notadamente, para o Brasil; a Constituição Federal traz aspectos de supranacionalidade que facilitariam a adoção do direito comunitário; seria possível interpretação nesse sentido ou seriam necessárias alterações em seu texto por meio de emendas constitucionais; a criação do PARLASUL trouxe inovações que possibilitam a agilização da recepção **à**s normas do MERCOSUL nos ordenamentos internos; essas inovações permitem uma interpretação do texto constitucional que facilite a incorporação dessas normas; quais são os limites da competência normativa do PARLASUL. Ao pesquisar diferentes precedentes jurisprudenciais e ponderações doutrinárias, o método proposto para trabalho firma-se na dialética, porquanto viabilizará o exame de teses e antíteses, para proceder à **síntese da**s questões apresentadas no exame das implicações do instituto, contribuindo com o objetivo específico do trabalho, que visa à proposição de interpretação constitucional construtiva para o tema. O método de procedimento cercar-se-**á do direito comparado e de estudos h**istóricos com base em doutrina e jurisprudência, relacionando-o com as propostas doutrinárias contemporâneas já formuladas, seja no âmbito do direito interno, seja no do direito internacional, e com a legislação em vigor, socorrendo-se do método de interpretação e, especificamente, da hermenêutica. A técnica e o tipo de pesquisa serão baseados em documentação indireta. O trabalho aproveitará a coleta de dados de pesquisas jurisprudenciais e de pesquisas bibliográficas e históricas.

Palavras-chave: supranacionalidade; incorporação de normas e tratados internacionais; MERCOSUL; Constituição Federal; integração regional.

JUSTIÇA RESTAURATIVA E EMERGÊNCIA DA CIDADANIA NA DICÇÃO DO DIREITO: A CONSTRUÇÃO DE NOVO PARADIGMA DE JUSTIÇA CRIMINAL INTERNACIONAL

Raquel Tiveron
quel28bsb@yahoo.com.br

A Justiça Restaurativa é de aplicação desejável ao sistema de justiça criminal brasileiro na medida em que colabora para a proteção, o empoderamento e o exercício da cidadania das partes envolvidas, vítima, ofensor, comunidade, no conflito, por meio da sua participação ativa na solução. A despeito da ausência de previsão legal expressa, a Justiça Restaurativa é de possível aplicação ao sistema jurídico brasileiro, por envolver medidas flexíveis que se adaptam ao tempo em que modernizam o sistema de justiça criminal vigente. O Estado brasileiro é propício ao desenvolvimento da Justiça Restaurativa, vez que possui aspectos culturais e históricos em comum com os países pioneiros, no desenvolvimento de tais práticas integrantes da ONU. Trata-se de pesquisa sociojurídica, confrontando-os com o direito nacional institucionalizado, a fim de identificar elementos sociais novos que permitam repensar as bases do sistema de justiça brasileiro em termos teóricos e práticos. Os métodos empregados são o histórico, o comparativo e o experimental. A pesquisa é não só descritiva, mas também prescritiva, a fim de avaliar, com profundidade, o fenômeno e promover análise rigorosa do objeto, apontando críticas e proposições concretas, inovadoras e viáveis que possam, efetivamente, contribuir para a solução do problema de acesso à justiça no Brasil.

Palavras-chave: Justiça Restaurativa; crime; cidadania; Brasil; ONU.

OS HERMENEUTAS E OS ANALÍTICOS NA CONSTRUÇÃO DO ARGUMENTO JURÍDICO

Renato Silva de Amorim
UniCEUB – ICPD
Programa de Mestrado e Doutorado
Direito das Relações Internacionais
renato.amorim@brturbo.com.br

O objetivo da dissertação é analisar compreensões possíveis sobre o processo de construção do argumento jurídico. Como premissa, é assumido que há um déficit de participação democrática nas instituições, inclusive no Poder Judiciário, e que o processo de construção do argumento jurídico pode ser apreciado sob a ótica tanto da tradição hermenêutica quanto da filosofia analítica. Inicialmente, o trabalho estabelece principais traços distintivos entre as duas tradições. Em seguida, verifica-se em que medida a polissemia das palavras se constitui no lugar comum que as aproxima. No sentido de explorar como a ideia de polissemia das palavras se adapta à tese de convergência entre as duas vertentes, a pesquisa detém-se a discutir fenômenos da linguagem tanto em seu aspecto lógico-formal quanto em seu aspecto narrativo. Sustenta-se que o discurso jurídico assemelha-se à narrativa, razão pela qual se torna possível considerá-lo em seu caráter retrospectivo e prospectivo. A polissemia está relacionada com a confusão de sentidos que caracteriza a riqueza semântica da decisão judicial e pode ser tratada sob a perspectiva crítica, própria da filosofia analítica, e sob a perspectiva hermenêutica, que se interessará pelos outros sentidos que se desprendem da palavra, o que caracteriza os processos de reinterpretações. Se for possível verificar a tese de que a polissemia é o lugar comum em que as duas filosofias se distinguem, o trabalho terá demonstrado que existe um elemento intercontinental entre as tradições da hermenêutica da Europa e a filosofia analítica anglo-saxã. Ao final, espera-se que o trabalho forneça nova abordagem para o problema de ausência de transparência no conteúdo das decisões judiciais, de forma a permitir que o exercício do juízo seja a melhor interpretação possível da justiça.

Palavras-chave: argumento jurídico; polissemia; filosofia da linguagem.

ATIVISMO JUDICIAL E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: O ACESSO AO ENSINO FUNDAMENTAL COMO DIREITO AO DESENVOLVIMENTO

Bruna Mizuki
Aluna do Programa de Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
brunamizuki@yahoo.com.br

Este estudo tem como tema o ativismo judicial, a atitude ativista do Poder Judiciário, ao interpretar o direito e as implicações para a sociedade. Delimita-se a discussão na concretização dos direitos sociais, especificamente no que se refere ao direito à educação. A efetividade dos direitos sociais depende da ação concreta do Estado; entretanto exigem-se implementações de prestações materiais que, nem sempre, o Estado pode cumprir por motivo de carência ou limitação de meios e recursos. O cidadão tem o direito à educação, e o Estado tem o dever de prestar os serviços de ensino de forma gratuita e com qualidade. Em algumas decisões judiciais, tendo no polo passivo os municípios, o Supremo Tribunal Federal atribuiu eficácia plena à norma do artigo 208, inciso IV, da Constituição Federal de 1988, que estabelece o dever do Poder Público de assegurar educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças com até cinco anos de idade. No entanto, a única modalidade do direito à educação a que o constituinte conferiu categoria diferenciada, declarando-o direito público subjetivo, foi o acesso ao ensino obrigatório gratuito (artigo 208, §1º da CF), ou seja, o acesso ao ensino fundamental (artigo 208, I da CF). Dessa forma, a interpretação cabível no que tange ao ensino fundamental é no sentido de conferir-lhe exigibilidade imediata, aparelhada pela correlata proteção jurisdicional. Diante da problemática, indaga-se se os cidadãos podem exigir, judicialmente, a concretização de políticas públicas e a prestação de serviços públicos; se o Poder Judiciário pode provocar a execução de tais políticas; quais são os limites de atuação do Poder Judiciário nesse caso; se o Poder Judiciário tenderá a ser um instrumento de formação de políticas públicas, ao ter caráter cogente sobre a ação do Poder Executivo. Observa-se que a verificação da atuação do Poder Judiciário em face dos Poderes Executivo e Legislativo, com o intuito de obrigar ambos a garantir o direito ao ensino fundamental, diante dos parâmetros constitucionais, esbarra no princípio da separação dos Poderes. A coleta de dados será realizada com a análise dos precedentes do Supremo Tribunal Federal sobre a implementação das políticas públicas educacionais, procurando-se destacar seu posicionamento com relação à possibilidade de determinação judicial para a concretização de políticas públicas. Será realizada, também, pesquisa bibliográfica em obras teóricas doutrinárias juspositivistas e jusnaturalistas, com a finalidade de aprofundamento sobre a metodologia das decisões judiciais proferidas pela Suprema Corte.

Palavras-chave: ativismo judicial; princípio da separação dos poderes; política pública educacional.

INTERAÇÕES TRANSJUDICIAIS: A COMPLEXIDADE NO MERCADO GLOBAL DOS PRECEDENTES JUDICIAIS

Ruitemberg Nunes Pereira
Doutorado em Direito das Relações Internacionais – UniCEUB
ruitemberg.pereira@gmail.com

O fenômeno da proliferação de cortes internacionais e supranacionais, que caminha *pari passu* com os processos de fragmentação do direito internacional, apresenta os seus limites. Como alternativa, têm-se intensificado as comunicações entre juízes e cortes, o que para alguns representa um *plus* de eficácia do direito internacional no plano doméstico e para outros a possibilidade de construção de uma comunidade global de cortes. Não obstante, o conjunto dessas interações e a forma como elas se desenvolvem indicam um contexto bem complexo, a envolver questões políticas, éticas, epistemológicas e econômicas. Tais serão os eixos pelos quais as hipóteses serão aprofundadas após a reformulação motivada e influenciada pelo Programa de Doutoramento e pelo adensamento das pesquisas. Uma das hipóteses a ser investigada é a de que o transjudicialismo constitui um fenômeno complexo que deve ser analisado mediante epistemologia igualmente complexa, que possa permitir análise pautada em perspectiva sistêmica do que puramente comunicativa ou tendente à construção da metafísica em torno do tema. Outro ponto a ser aprofundado é o de que as questões éticas suscitadas pelas interações transjudiciais revelam as complexidades da ética global ou do relacionamento entre o direito internacional e as questões da filosofia moral. Além disso, é necessário investigar qual é a influência do capitalismo e da globalização na ampliação dessas interações. Ainda faz parte do objeto de pesquisa o estudo da relação entre as interações transjudiciais e as estruturas do direito internacional seja no que tange ao debate sobre a sua eficácia no plano doméstico, seja no que diz respeito aos denominados processos de fragmentação. Por fim, importa estudar os sentidos atuais do precedente judicial nacional e internacional nessas comunicações transjudiciais. O trabalho está estruturado em cinco grandes eixos: política internacional; ética global; capitalismo e globalização econômica; epistemologia da complexidade e linguagem irônica; internacionalização do direito. A pesquisa encontra-se em fase inicial.

Palavras-chave: transjudicialismo; capitalismo; ética global; globalização; complexidade.

REGIONALISMO EM FACE DO MULTILATERALISMO: COMPLEMENTARIEDADE OU CONFLITO?

Ruth Maria Pereira dos Santos
ruthmpsantos@gmail.com

Verificar-se a relação de complementaridade ou conflito dos Acordos Regionais, ACR, em existência conjunta com a Organização Mundial do Comércio (OMC), ou seja, com o sistema multilateral de comércio. A relevância desse estudo está centrada na proliferação rápida dos acordos regionais, trazendo consigo o aumento de normas sobre o comércio internacional e a multiplicidade dos mecanismos de solução de conflitos ao mesmo tempo com os ACR e com o órgão de solução de controvérsias. Para tanto, é necessário observar alguns pontos principais, como: a evolução do sistema multilateral e dos principais processos de integração regional; os possíveis pontos positivos e negativos da ascensão do regionalismo para o comércio internacional e o sistema multilateral; as diferenças dos processos de solução de controvérsias, buscando identificar onde podem convergir ou entrar em conflito. Assim, será possível verificar se os processos de integração regional são um instrumento complementar ao sistema multilateral, atuando como meio de aproximação dos países na OMC ou, ao contrário, se essa proliferação de acordos regionais é um impedimento, um conflito com o sistema multilateral, diminuindo a atuação da OMC, sobretudo, do órgão de solução de controvérsias, aumentando a produção de normas e retomando aos *fóruns-shoppings* existentes, anteriores à OMC. A pesquisa é dogmática, em que as informações derivaram da doutrina, da legislação internacional advindas da Organização Mundial do Comércio (OMC) e dos Acordos Regionais, como o MERCOSUL, relativas aos sistemas de solução de controvérsias de ambos. Realiza-se a revisão bibliográfica e documental e a análise do posicionamento divergente da doutrina acerca do tema e do estudo de casos que envolvem a questão controvertida. Distinguir-se o sistema multilateral do sistema regional de comércio, demonstrando a diferença entre os dois, os conflitos existentes entre o regional e o multilateral, e, por fim, destacar-se o possível conflito existente entre o órgão de solução de controvérsias da OMC e de um sistema regional de integração, como o MERCOSUL.

Palavras-chave: regionalismo; multilateralismo; Organização Mundial do Comércio; sistema de solução de controvérsias.

O PAPEL DA DEFENSORIA PÚBLICA BRASILEIRA PARA A GARANTIA DE ACESSO À JUSTIÇA PERANTE O SISTEMA INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS

Sander Gomes Pereira Junior
Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Mestrado em Direito das Relações Internacionais
sander.jr@globo.com

O escopo deste trabalho científico é tratar da temática da amplitude da proteção dos Direitos Humanos dos indivíduos e das coletividades qualificados por hipossuficiência econômica sob o enfoque do Direito Internacional positivado, com vistas ao papel da Defensoria Pública brasileira nesse desiderato, tendo particular atenção ao Sistema Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos, em desenvolvimento que permita produzir conclusões críticas e propositivas sobre o papel deste órgão perante o sistema e que possam ser, em algum grau, extensivas a outros órgãos internacionais ocupados do mesmo mister. Para tanto, pretende-se averiguar, com a maior proximidade possível e no espaço delimitado do território brasileiro, o real nível de acesso dos indivíduos e das coletividades economicamente hipossuficientes aos órgãos internacionais componentes do Sistema Interamericano de defesa e proteção dos Direitos Humanos, considerando que o acesso de qualidade a tais órgãos é *conditio sine qua non* para que eventuais lesões aos direitos desses sujeitos possam ser tuteladas já que essa é a razão precípua de sua existência. Para trilhar o caminho investigativo, faz-se necessário lançar mão das teorias que possibilitem uma compreensão sociojurídica da expressão "acesso à justiça", entre as quais figuram, em destaque, as concepções de Garth e Cappelletti. Além disso, dar-se-á atenção à obra de Dworkin, que, ao discorrer sobre valores e princípios jurídicos, com destaque à concepção de igualdade, contribui para que o direito de acesso à justiça possa ser visto como decorrente da efetivação própria desse princípio ou valor. Com base nisso, pretende-se investigar o quão próximos ou distantes estão os meios de solução de conflitos propostos no Sistema Interamericano do conhecimento e da disponibilidade de acesso pelos indivíduos e pelos grupos sociais vulneráveis a ofensas em sua esfera básica de direitos humanos, considerando os tutelados por tal sistema. A análise não pode furtar-se ao *modus operandi* do Sistema Interamericano, ao seu histórico nas relações internacionais e a seus objetivos reais sob os enfoques jurídico e político. Outrossim, haja vista que considerável parcela dos possíveis beneficiários do Sistema se constituem no público-alvo da atuação da defensoria pública, dadas suas condições de pobreza e miséria, e tendo-se em conta que a legislação brasileira do órgão recebeu, recentemente, alterações significativas pela Lei Complementar n° 132/2009, que, entre outras atribuições, reconheceu, entre seus objetivos, zelar pela prevalência e pela efetividade dos direitos humanos e especificou, entre suas funções, representar os sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos, postulando perante seus órgãos, interessa saber se a defensoria pública está apta a funcionar como efetiva garantidora do acesso ao Sistema Interamericano e quais medidas seriam necessárias para que possa cumprir satisfatoriamente seu papel.

Palavras-chave: sistema interamericano; direitos humanos; acesso à justiça; defensoria pública.

O SISTEMA INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E A CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS: ESTUDO COMPARATIVO DOS MECANISMOS DE PROTEÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS E DO CONSELHO DA EUROPA

Sérgio Ramos de Matos Brito
Professora orientadora: Samantha Ribeiro Meyer-Pflug
UniCEUB – Centro Universitário de Brasília
Mestrado em Direito das Relações Internacionais
sergiobrito10@gmail.com

A pesquisa tem como objeto o estudo comparativo entre a Corte Interamericana de Direitos Humanos, órgão judicial autônomo do sistema da Organização dos Estados Americanos, e a Corte Europeia de Direitos Humanos, instituída no âmbito do Conselho da Europa. Desde sua criação, o Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos utilizou-se do congênere europeu como fonte de inspiração. Mais do que isso, a estrutura e o procedimento previstos pela Convenção Americana sobre Direitos Humanos são, ainda que com leves ajustes, reproduções fiéis dos arquétipos da Convenção Europeia, antes das radicais alterações implementadas pelo Conselho da Europa em 1998. Ocorre que uma das maiores razões para a coexistência de sistemas regionais de proteção no regime de "Governança Multicamadas" é a possibilidade de valorização das características locais e das especificidades das localidades para a aplicação dos tratados e das convenções com maior eficácia. A assimilação do modelo europeu, ainda que sob argumentos de que já estava adaptado ao regime de direitos humanos vigente ou que o mecanismo era de efetividade comprovada, pode ter sido equivocada. Enquanto o Sistema Interamericano permanece vinculado ao tradicional modelo de Comissão e Corte, originado para uma realidade que não era a sua, o sistema europeu, após permitir o acesso direto do indivíduo e extinguindo a Comissão Europeia de Direitos Humanos, passa por nova reforma procedimental. Resta averiguar com o aprofundamento da pesquisa se o padrão europeu de proteção dos direitos humanos seria factível à realidade americana. Caso contrário, está-se diante de mudanças que, ao invés de revolucionar o Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos, podem torná-lo inviável. Outra problemática que merecerá reflexão é a análise da "interação horizontal" efetuada entre as duas Cortes. Buscar-se-á verificar, por meio de estudo do *case-law*, a troca de informações efetuadas entre as Cortes Europeia e Interamericana de Direitos Humanos, já que, por não serem hierarquicamente submetidas uma à outra, os Tribunais Regionais efetuam câmbio de jurisprudência. O intuito é constatar se há prevalência do posicionamento de um dos Tribunais em relação ao outro, se uma das Cortes exerce maior influência sobre a outra, em prestígio seja na consolidação de precedentes, seja na construção do pensamento dos direitos humanos.

Palavras-chave: Sistema Interamericano de Direitos Humanos; Corte Europeia de Direitos Humanos; tribunais internacionais.

O TEOR PROIBICIONISTA DA POLÍTICA PÚBLICA ANTITABAGISTA: UM ESTUDO DA LEI N° 13.541/2009 DO ESTADO DE SÃO PAULO

Maria Teodora Farias Traldi
teodoratraldi@hotmail.com

Esta pesquisa tem por objetivo examinar o teor proibitivo da política pública antitabagista brasileira com base no estudo de caso da Lei Antifumo do estado de São Paulo, Lei n° 13.541/2009. A visão interdisciplinar proposta expõe a discussão de problemas atuais da sociedade brasileira contemporânea que, neste caso, vão além da liberdade individual de escolha entre fumar ou não. Em função dos estudos científicos realizados, parte-se de que o consumo de cigarros, realmente, faça mal à saúde. Desse modo, evitar-se-á essa controvérsia, adotando-se a posição da existência de riscos ocasionados pelo fumo. O trabalho apresenta a ação estatal e seu impacto na sociedade por meio das políticas públicas de saúde, em especial as antitabagistas. Assim, as políticas públicas são usadas também em interesse direto do Estado, para delimitar comportamentos indesejáveis e para fins específicos, refletindo não apenas o interesse na saúde do indivíduo, como também a redução dos gastos com a saúde pública. Percebe-se uma lógica que se aproxima da prevenção: reduzir o consumo de fumígenos, de modo a reduzir a incidência de mortalidade e morbilidade. As ideias proibitivas podem ser consideradas como um posicionamento ideológico de fundo moral que se refletem em políticas públicas voltadas para a regulação de fenômenos, comportamentos ou produtos vistos como negativos por meio de proibições em lei. A tendência da expansão do poder punitivo e repressivo do Estado pode ocasionar a mitigação de direitos fundamentais, trazendo riscos e danos para o Estado Democrático de Direito. Identificar a construção do discurso proibitivo na atual política pública antitabagista do estado de São Paulo mediante as políticas públicas antitabagistas desenvolvidas no período entre 1986 a 2009 é ir mais além. Com isto, pretender-se-á reconhecer a importância e a necessidade de articulação entre a sociedade civil e o Estado, questionando a sua legitimidade para disciplinar e regrar a vida das pessoas por meio de ações governamentais compulsórias.

Palavras-chave: política pública antitabagista; Lei Antifumo; proibicionismo.

O DIREITO À SAÚDE NA DOUTRINA JURÍDICA

Thalita Moraes Lima
Mestrado em Direito e Políticas Públicas – UniCEUB
thalitaml@gmail.com

A tarefa de disciplinar semanticamente as palavras impõe-se a qualquer ciência. A dificuldade atém-se à mobilidade polissêmica natural dos conceitos e aos problemas de estabilização entre a linguagem conceitual da teoria e as exigências de observação em relação a uma realidade histórica. Nesse contexto, considerando que o conceito de direito à saúde, admitido pelo senso comum jurídico, detém categorias abertas de sentido – portanto perpassa por tais dificuldades –, o que se questiona é se existe um debate organizado e aprofundado sobre a provável definição de tal expressão e se ela é capaz de servir de base para a utilização do conceito na práxis do Direito, como, por exemplo, nas decisões judiciais. A hipótese é a de que não há discussão bem feita e clara que sirva de parâmetro para a utilização do chamado direito à saúde, pois haveria incompatibilidade da definição do conceito entre diferentes ramos do Direito. Neste trabalho, para aferição do argumento, será empregada a análise doutrinária contida nos chamados manuais jurídicos. Terminada a aferição da doutrina mais recorrente, o que se verificou é que a possível desordem doutrinária pode revelar diferenças e déficits de entendimento sobre as políticas públicas no âmbito jurídico.

Palavras-chave: direito à saúde; políticas públicas; direitos humanos; direitos subjetivos.

PROJETOS SOCIOEDUCATIVOS

(EXPOSIÇÃO DE BANNERS)

OFICINAS E MINICURSOS

ALTERIDADE E AÇÕES INCLUSIVAS NO UNICEUB

Professora Msc Rudhra Gallina
UniCEUB – FACJS – Curso de Direito
rudhragallina@gmail.com
Professora Msc Bianca C. Cordoba
UniCEUB – FACES – Curso de Letras
biancarrijo@yahoo.com.br

A oficina tem por objetivo discutir o tema da alteridade e realizar a confecção de cartilha com informações sobre ações inclusivas no UniCEUB. Com base em pesquisa efetuada por questionário aplicado aos alunos das turmas de Ética, Cidadania e Realidade Brasileira, que abrangem diversos cursos, será realizada avaliação preliminar de como os estudantes percebem as ações inclusivas no UniCEUB e como pensam a alteridade. Discutindo esse diagnóstico, os professores irão mediar o processo de organização do conteúdo da cartilha, mediante a avaliação do resultado da pesquisa e de reflexões éticas propostas em debate. Em seguida, os alunos irão estruturar a cartilha, elaborando textos e organizando a edição sob a supervisão dos professores.

Palavras-chave: ética; alteridade; ações inclusivas.

EDUCAÇÃO E CULTURA NO BRASIL COLONIAL

Deusdedith Junior
deusdedith.junior@uniceub.br

Restrita aos filhos de colonos e aos índios, deixando de fora a grande massa da população colonial, sobretudo mulheres, e tendo a exclusividade de religiosos na sua realização, a educação foi, no período colonial brasileiro, um instrumento de poder tanto de encaminhamento de parte da elite econômica que enviava seus filhos para a formação futura em Portugal quanto da catequização de índios que eram trazidos como subalternos para o projeto civilizador cristão. Colégios, pedagogos, métodos de ensino e currículos contrastavam com o projeto colonizador, que não incluía o letramento e a formação intelectual, que limitava as publicações e a literatura autorizada pelo Estado e que impunha intensa censura religiosa e política. Sem livros e sem leitores, mas com a concorrência de três línguas, o português, o latim e a língua geral, jesuítas, principalmente, em primeiro momento, e leigos financiados pelo Estado após a expulsão dos jesuítas durante a administração pombalina construíram um sentido da educação desse período e estabeleceram o público a que se dirigia, voltado para a formação preliminar da futura vida acadêmica dos filhos das elites locais ou para o processo civilizador que incluía, principalmente, os índios, mas que, também, atingia crianças negras e bastardas nas áreas urbanas. Assim, o minicurso visa discutir evidências consagradas na história da educação do período colonial brasileiro, cotejando-as com documentos históricos que remetem ao processo de educação nas suas relações com o Estado. Por meio de aulas expositivas, apresentam-se e criticam-se paradigmas da história colonial relacionados com o ensino e a educação, buscando fundamentar, em documentos, a crítica aos modelos propostos.

Palavras-chave: educação; Brasil colonial; documentos.

ENSINO DE SOCIOLOGIA NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA DO EDUCANDO

Professor Msc. Marcelo Tadeu dos Santos
Curso de História e curso de Direito do UniCEUB
marcelo.santos@uniceub.br

A contemporaneidade é marcada por uma complexidade que se manifesta nas dimensões do cotidiano do indivíduo. O homem vê-se às voltas com um universo multidimensional, apreendido pelo senso comum, o que inviabiliza o entendimento crítico da realidade social. Sua existência é marcada por um processo de interação que exige posicionamentos em torno de sua relação com o mundo, com os demais atores que compõem esse universo e consigo mesmo. O processo educacional, no âmbito da universidade, não deve restringir-se à formação profissional, mas deve afirmar-se em espectro amplo, que contemple a cidadania. A condição no mercado de trabalho não se define apenas pelos conhecimentos técnicos referentes à profissão. Há a necessidade de profissionais formados em estrutura que exige mais do que o saber especializado. A realidade de uma sociedade democrática passa pela constituição de indivíduos conscientes de seu papel e de sua responsabilidade com o mundo em que vivem e dispostos a compartilhar compromissos e contribuir para o bem-estar social. O ensino de Sociologia na graduação tem a difícil tarefa de despertar, nos educandos, um olhar diferenciado, que contemple a realidade pela necessidade de perceber que se trata de um mecanismo dinâmico e multifacetado. O ensino de Sociologia procura despertar, entre tantos elementos, o compromisso da compreensão pautada pela tolerância e, consequentemente, a produção da tolerância que fortaleça e possibilite a compreensão. O objetivo do minicurso proposto é demonstrar o papel que a disciplina exerce na formação cidadã, cujo principal foco é fazer que o educando desperte para a necessidade de refletir sobre o mundo mediante a problematização. Desta maneira, é possível construir um conhecimento pautado no entendimento das contradições sociais.

Palavras-chave: sociologia; educação; cidadania.

GEOTECNOLOGIA: METODOLOGIA DE APLICAÇÃO PARA GESTÃO E PLANEJAMENTO DO ESPAÇO

UniCEUB – FACES – Faculdade de Ciências da Educação e da Saúde
Curso de Geografia
Professora organizadora: Satsuqui Wada
wadasat@ig.com.br
Professor Clausio Tavares Viana Teza – UCB
Professor Júlio Ferreira da Costa Neto – UnB
Professor Marcus Fábio Ribeiro Farias – UnB

Esta oficina compreende atividades que objetivam apresentar as possibilidades de estudo do espaço geográfico por meio do uso de geotecnologias como subsídio ao estudo do meio ambiente de maneira multidisciplinar e interdisciplinar. Pretende-se mostrar a importância da utilização das técnicas espaciais, para desenvolver estudos, análises e pesquisas na área de planejamento, entre as quais se destaca o emprego do sensoriamento remoto como recurso didático de uso multidisciplinar, pois, mediante a análise e a interpretação de imagens de satélite, o estudo do lugar, da região, do território, do país e a interação do homem com o meio ambiente podem ser articulados. A utilização das imagens de sensores remotos como fonte de dados permite tanto o estudo do meio ambiente como a prática da interdisciplinaridade. As imagens de satélite podem, também, contribuir para o estudo dos problemas de saúde pública relacionados à contaminação das águas e à poluição atmosférica, além de monitorar ambientes degradados. De acordo com a interpretação desses dados e os conteúdos de Geografia, Biologia e História, é possível desenvolver estudos e pesquisas de temas relacionados a atributos ambientais, uso e ocupação territorial, elementos geológicos, geomorfológicos, pedológicos, análise intraurbana, interurbana, recursos naturais e aspectos sociais e turísticos. Além disso, pretende-se trabalhar o uso da morfometria, um recurso computacional originário de técnicas de sensoriamento remoto aplicadas aos atributos do terreno, que dá subsídio para a geração de mapas temáticos e subsidia a análise e o planejamento ambiental, e o uso do estereoscópio de bolso, para visualizar, em três dimensões, pares de imagens de satélites e de fotografias aéreas, a fim de visualizar o relevo. O uso destas tecnologias significa grande avanço para o estudo do espaço geográfico, pois sua aplicação permite a assimilação de novos conhecimentos espaciais. Portanto, as geotecnologias tornam-se instrumentos para melhor compreensão e percepção dos problemas socioambientais.

Palavras-chave: sensoriamento remoto; GPS; cartografia digital.

OFICINA EM ASTRONOMIA E EXPOSIÇÃO DE ASTROFOTOGRAFIA

FACES – Faculdade de Ciências da Educação e da Saúde
Curso de Geografia
Professora Satsuqui Wada
wadasat@ig.com.br
Professor Clauber Alex de Melo Vieira – UnB
Sandro Vieira Rosa
Presidente do Clube de Astronomia de Brasília – CASB

Desde os tempos mais remotos, a paisagem celeste foi um mistério para a humanidade, despertou curiosidade e foi o palco de grandes atrações, oferecendo grandioso espetáculo todas as noites. Esse contexto cósmico tem fascinado e desafiado os limites da compreensão humana até os dias atuais. A astronomia, aliada aos instrumentos de alta tecnologia, consegue observar e pesquisar os cantos mais recônditos do universo, e isso desperta mais o interesse da sociedade. Diante disso, o curso de Geografia do UniCEUB, em parceria com o Clube de Astronomia de Brasília, desenvolve trabalhos de pesquisa e presta relevantes serviços à comunidade acadêmica e à população, organizando palestras, cursos e esclarecimentos sobre eventos astronômicos. Nesse sentido, o principal objetivo do presente trabalho é democratizar o estudo da astronomia e incentivar a pesquisa nesta área. Sendo assim, procura-se trabalhar os conhecimentos de astronomia por meio de palestras, da prática da astrofotografia e da orientação de manuseio do telescópio para a observação dos fenômenos celestes. Desta forma, o Clube de Astronomia de Brasília realiza um trabalho inédito e de grande prestígio social, ao conciliar, com pleno êxito, um trabalho de interdisciplinaridade e divulgação científica junto à comunidade acadêmica do UniCEUB.

Palavras-chave: astronomia; Clube de Astronomia; interdisciplinaridade.

PRÁTICAS SOCIAIS: GÊNERO, RAÇA, SEXUALIDADE, IDADE, CLASSE

joelma rodrigues
UniCEUB – FACES
joelmarodriguess@gmail.com

É sabido que a invisibilidade promove o não reconhecimento das demandas de indivíduos e grupos historicamente oprimidos. A tradição eurocêntrica e etnocêntrica da educação brasileira mantém populações em condições perversas, impedindo ou buscando impedir que ocupem os espaços públicos, além de desqualificar culturas, discursos e lugares sociais generizados e racializados. Assim, o curso objetiva assinalar o protagonismo das mulheres negras na formação da sociedade brasileira, sublinhando as especificidades do feminismo negro no Brasil. Além disso, pretende apreender os lugares sociais ocupados pelas mulheres negras na sociedade brasileira contemporânea, verificando sua centralidade na manutenção e na preservação, material e simbólica, da comunidade afrodescendente.

Palavras-chave: mulheres negras; história; feminismo negro no Brasil.

A REALIDADE SOCIAL E A JURISPRUDÊNCIA DO STF

Professor doutor Luís Carlos Martins Alves Jr.
Faculdade de Direito do Centro Universitário de Brasília
lcmartinsalves@uol.com.br

O tema de estudo consiste em verificar o alcance normativo do texto constitucional com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e as repercussões sociais, políticas, econômicas e culturais das decisões da Corte. Tanto a efetividade social quanto a eficácia normativa do ordenamento jurídico necessitam dialogar com a sociedade, não podendo o sistema jurídico fechar-se em si mesmo. A efetividade social implica a adesão, a obediência e o cumprimento das normas jurídicas. A eficácia normativa implica a imposição de sanções institucionalizadas àqueles que não aderem, nem obedecem às determinações contidas nas normas jurídicas, nem as cumprem. Nessa perspectiva, a força normativa das promessas jurídicas contidas no texto constitucional dependerá dos prismas individuais, dos paradigmas coletivos e das circunstâncias fáticas. O prisma individual é entendido como as idiossincrasias, os interesses, os valores e as contingências dos indivíduos. O paradigma coletivo é considerado como as verdades e os valores compartilhados intersubjetivamente em determinada e localizada comunidade. As circunstâncias fáticas são compreendidas como o conjunto complexo de acontecimentos e situações que ensejam a intervenção ou a omissão do Direito. Na prática e na dinâmica jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal, é possível verificar esses citados, como sucedeu, por exemplo, no julgamento da validade jurídica da demarcação das terras indígenas Raposa Serra do Sol, no julgamento das pesquisas com células-tronco, no julgamento da união homossexual estável como entidade familiar e no julgamento da validade jurídica da Lei da Ficha Limpa. Esses referidos são exemplos das ricas possibilidades interpretativas e aplicativas do ordenamento jurídico na conformação normativa das realidades sociais, científicas, culturais, políticas e econômicas, merecedoras de análise crítica, tendo o realismo jurídico-pragmático como farol teórico-compreensivo dessa atuação jurisprudencial da Suprema Corte, verificando a coerência normativa e a consistência narrativa dos discursos emitidos pelos ministros do Supremo Tribunal Federal na solução dos casos que lhes têm sido submetidos à apreciação definitiva, uma vez que são os detentores do monopólio da última palavra em sede de validade constitucional das normas jurídicas. Nesse quadro, diante do poder de conceder o sentido definitivo e último às normas constitucionais, é que se descortina que a Constituição válida e vigente é a que decorre das soluções e decisões do Supremo Tribunal Federal, de modo que o texto constitucional é o lido e dito pelos ministros da Corte, independentemente do que leiam e digam outros atores jurídicos, sociais, políticos, econômicos e culturais. Essa função olímpica do Tribunal, para ser levada a sério e para ser respeitada, deve ser exercida em diálogo com os demais atores e não pode desprezar as realidades nem os contextos. Direito divorciado da realidade, que não conforma a realidade nem com ela se conforma, não é Direito vigente nem válido. Tribunal que não se conforma com a realidade não consegue conformá-la.

Palavras-chave: STF; realismo; jurisprudência constitucional.

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: OBSERVATÓRIO DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Luciana Musse - UniCEUB. FAJS-Curso de Direito
luciana.musse@uniceub.br
Aléssia Chevitarese - UniCEUB. FAJS- Curso de Direito
alessia.chevitarese@uniceub.br
Selma Sauerbronn – UNiCEUB .FAJS-Curso de Direito
selma.souza@uniceub.br

O Observatório Direito e Políticas Públicas da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais (FAJS) do UniCEUB vincula-se à extensão universitária e tem por objetivo geral, em parceria com outros cursos do UniCEUB, instituições de ensino, sociedade civil e Poder *Público*, transformar a informação em elemento qualificado no sentido de compreender os problemas sociais nas suas complexidades, com a promoção de ações que possam colaborar para a aquisição e o uso de conhecimentos imprescindíveis ao processo de elaboração, formulação, implementação, monitoramento e avaliação das Políticas Públicas direcionadas à efetividade dos direitos sociais. A atividade extensionista interliga as de ensino e pesquisa com as demandas da sociedade por meio de estratégias singulares e de parcerias refletidas em projetos e desenvolvimento de ações que possam contribuir para o conhecimento e a intervenção junto à realidade socioeconômica do Distrito Federal, mormente no contexto dos grupos vulneráveis, nas causas, nas manifestações da pobreza, nas Políticas Públicas ao enfrentamento dos problemas sociais e na atitude dos atores do Sistema de Justiça e de Segurança Pública. Propõe gerar, sistematizar e disseminar o conhecimento com o objetivo de formar cidadãos reflexivos, capazes de interferir no processo de transformação social, comprometidos com o desenvolvimento socioeconômico sustentável, colaborando para a formação humanística, axiológica mediante o aprimoramento de competência e habilidade de análise, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais. A criação do Observatório partiu da necessidade de realizar adequação e aprimoramento das atividades extensionistas às Políticas Institucionais e ao Projeto Pedagógico do curso em elaboração, diante das exigências dispostas na normatização de educação superior e da compreensão de que a atividade de extensão trata de um processo educativo, cultural e científico orientado pelo princípio da indissociabilidade do tripé ensino, pesquisa e extensão. As ações do Observatório estão relacionadas e detalhadas no projeto e, atualmente, estão centradas na sua instalação. Os resultados esperados são os seguintes: Observatório como um portal de informações com indicadores e estatísticas, análise e banco de dados com textos e artigos; inventário de parcerias com termos de cooperação firmados; geração, compartilhamento e monitoramento de informações pertinentes aos eixos estratégicos; realização de pesquisas empíricas, a fim de subsidiar Políticas Públicas; elevação do interesse do corpo discente pela extensão e pela pesquisa; Observatório enquanto espaço institucional interfaceado com a atividade de ensino e pesquisa; integração entre a academia, a sociedade e a produção científica.

Palavras-chave: extensão; observatório; direito; políticas públicas.

IMPORTÂNCIA DA PESQUISA NA UNIVERSIDADE PARA O ALUNO EGRESSO

Altair Stemler da Veiga
FAJS – Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - UniCEUB
stemler@terra.com.br

A busca de melhores perspectivas do aluno que tenciona um curso superior está ancorada no objetivo não só de adquirir conhecimento, mas também de participar de um processo de desenvolvimento ligado diretamente ao seu curso, nas suas áreas de referência, no Brasil e no exterior. A imperiosa necessidade desse caminho está demonstrada na dificuldade que o aluno iniciante do curso de Direito traz na sua formação de origem, e isso se torna latente, ao deparar com o conteúdo inserto nas disciplinas jurídicas. Ele tem um desejo diferenciado de aprendizado, porém fica agarrado à inexistência de um conhecimento direcionado para conseguir tal objetivo. O relevo para o acompanhamento desse aluno egresso é uma necessidade premente, pois, ao visar à vida acadêmica, desde o início do curso de Direito, muitas vezes, desiste, sente-se impotente e diminuído, o que, por conseguinte gera frustração. Embora, possa entender o seu limite, é ansioso por conhecer, e a importância da faculdade deve estar voltada para oferecer o seguimento. Em toda essa temporalidade e vivência, está claro para o professor em relação a esse aluno que há uma carência diferenciada. Uma vez que a universidade deseja profissionais de bom nível, deve fazer a sua parte, mostrando ao aluno a importância da busca do conhecimento por via da pesquisa para que possa entender o sentido do curso escolhido e vislumbrar um futuro brilhante conforme a perspectiva por ele desejada.

Palavras-chave: melhores perspectivas; acompanhamento do aluno egresso; importância da pesquisa.

DIREITOS HUMANOS E CIDADES SUSTENTÁVEIS

Professora MSc. Sandra Nascimento
UniCEUB, - FAJS - Curso de Direito
sandra.nascimento@uniceub.br

O minicurso tratará das diretrizes internacionais de direitos humanos no âmbito da política urbana, elaboradas no marco das ações da UN-HABITAT, destacando os aspectos normativos internos, constitucional e legal das políticas públicas de ocupação urbana nacional e no Distrito Federal, pela análise do caso da cidade Estrutural. Serão apresentadas as concepções de *cidade* e *sustentabilidade urbana* e a orientação sobre os mecanismos de participação popular no ordenamento territorial, na elaboração do PDOT e no uso da cidade de forma sustentável. O curso pretende constituir-se em espaço de reflexão sobre o direito à cidade como direito fundamental que se constitui, em essência, no direito a moradia digna, mobilidade eficiente, segurança e infraestrutura sanitária adequada, entre outros aspectos. O minicurso utilizará metodologia que proporcionará a instrumentalização dos participantes para compreender a cidade como espaço de cidadania ativa.

Palavras-chave: direitos humanos; cidades sustentáveis; cidadania.

O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COMO REFLEXO DA GARANTIA DE UM DIREITO FUNDAMENTAL AO MEIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO: UM DEBATE SOBRE A EFETIVIDADE DO PROTOCOLO DE KYOTO

Professora Ms. Ana Cláudia Andrade Moreira Bittar
anaclaudiabittar@gmail.com
Professora Ms. Leyza Ferreira Domingues
leyza.domingues@gmail.com
Professora Ms. Maria Heloisa Cavalcante Fernandes
mheloisafernandes@gmail.com
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais
Curso de Direito

A presente atividade tem como objetivo analisar a evolução do pensamento jus ambiental no Brasil e no mundo, com ênfase no estudo dos documentos emanados das Conferências Mundiais de Estocolmo (1972) e do Rio de Janeiro (1992), e do processo de positivação do meio ambiente ecologicamente equilibrado na Constituição Brasileira de 1988. O minicurso tem como propósito capacitar os participantes a um olhar crítico a respeito do tema, mormente no que diz respeito à concretização do princípio do desenvolvimento sustentável como corolário de garantia do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Diante dessa perspectiva, o cronograma abordará, inicialmente, a origem e o desenvolvimento do processo de internacionalização do direito ambiental, considerando os princípios do meio ambiente como um direito fundamental e do desenvolvimento sustentável, explicitados nas Declarações de Estocolmo e do Rio de Janeiro, respectivamente. Em consequência desse processo, analisar-se-á a constitucionalização do Direito Ambiental, destacando os dispositivos da ordem constitucional brasileira vigente no tocante ao tema. Finalmente, sob aspecto pragmático, será feito um estudo a respeito da efetividade do Protocolo de Kyoto e, em sequência, um debate sobre o assunto. A relevância do caso é notória, tendo em vista que, no próximo ano, encerra-se a primeira fase das metas de redução da emissão de gás carbônico e ainda não há efetiva participação dos países desenvolvidos que devem alcançar referidas metas, principalmente pelo fato de os Estados Unidos não terem ratificado o mencionado instrumento internacional. Com efeito, o debate deverá apontar as contradições do Direito Internacional contemporâneo, pois, não obstante observa-se a construção de um sistema cooperativo para a resolução de problemas globais, especificamente em matéria ambiental, ainda persiste o equilíbrio de poder das grandes nações, precipuamente assentado no princípio da soberania dos Estados.

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável; meio ambiente; direito fundamental.

O PENSAMENTO COMPLEXO E OS DESAFIOS DO DIREITO CONTEMPORÂNEO

Carmen Lobato
Direito – FAJS – UniCEUB

A intenção do estudo é destacar a importância do pensamento complexo como um instrumento de reflexão sobre o que se passa na área das ciências, evidenciando o caráter transdisciplinar, em especial, com relação ao Direito. Tal perspectiva deve contribuir para a compreensão dos novos enfoques dados às questões da contemporaneidade, como o multiculturalismo e as interações entre ciência, tecnologia e sociedade. Para tal, far-se-á um quadro comparativo entre os três pilares do pensamento científico clássico, a ordem, a separabilidade e a razão, e a nova lógica falsificacionista da Física Quântica. Ao estabelecer uma relação dialógica entre os diversos saberes e as múltiplas habilidades do homem, pretende-se demonstrar que a aparente desordem de certos eventos naturais e ou culturais é, na verdade, nova forma de organização de um conjunto de elementos em constante interação. Trata-se de tentar aplicar o conceito de retroação na análise crítica dos conflitos, tidos até então como meros objetos da discricionariedade jurídica. O objetivo é, pois, afirmar o caráter não excludente dos antigos binômios teoria/prática, indução/dedução, identidade/contradição, evidenciando suas correlações no pensamento sistêmico. Assim, espera-se que o graduando em Direito seja capaz de identificar a problemática que tais conceitos apresentam às ciências no mundo de hoje, estimulado a pensar a complexidade do ser humano e impelido a fazer a sua parte em um dos aspectos fundamentais: zelar pela justiça e pelo bem comum.

Palavras-chave: complexidade; direito; pensamento sistêmico.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E HUMANIZAÇÃO DA JUSTIÇA

Professora Msc Rudhra Gallina
UniCEUB – FAJS – Curso de Direito
rudhragallina@gmail.com

Este minicurso tem por objetivo discutir o tema da responsabilidade social como requisito para pensar a humanização da justiça. A proposta é a de pensar a fundo o conceito de responsabilidade, desconstruindo a noção clássica, para encontrar um sentido mais humano e social, o que implica o reconhecimento de certa incondicionalidade de nossa responsabilidade pelo outro. Para isso, apoia-se na referência de autores contemporâneos que pensam a primazia da ética na afirmação da alteridade, como Emmanuel Lévinas e Jacques Derrida. Para o estudante de Direito, isso implicará abordagem renovada, despida dos estereótipos clássicos, em busca de contribuir para a construção do "novo direito" e da nova visão sobre os desafios do jurista.

Palavras-chaves: responsabilidade social; alteridade; humanização da justiça.